



SENADO FEDERAL

# Caminhos do Crescimento

Renan Calheiros

# **CAMINHOS DO CRESCIMENTO**





SENADO FEDERAL

Senador **RENAN CALHEIROS**

# **CAMINHOS DO CRESCIMENTO**

BRASÍLIA – DF

UM NOVO BRASIL

© Copyright 2009 by Renan Calheiros

**Coordenação Editorial**

Luiz Francisco Terra Júnior

Alexandre Ramos Verano

Antonio Gois Cella

**Revisão**

Mariana Reino

**Capa:**

Francisco Tonu da Costa Júnior

Calheiros, Renan.

Caminhos do Crescimento/Renan Calheiros. –

Brasília: Senado Federal, 2010.

281 p.

1. Calheiros, Renan, atuação parlamentar. 2. Política e governo, Brasil. 3. Discurso parlamentar. Brasil. I. Título.

CDD 320.08

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Senado Federal

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>Apresentação</b> .....	9
<b>Discursos</b>	
Defendendo os municípios.....	13
Força do Parlamento .....	18
Reduzir custos da produção agrícola .....	20
Parlamento, Economia, Sociedade.....	22
Alagoas: mais infraestrutura .....	29
Em defesa do Senado .....	33
Importância socioeconômica da casa própria .....	35
Respeito ao PCdoB .....	39
Defendendo estados e municípios.....	43
Adeus aos dois deputados .....	47
Economia de Alagoas e BR-101 .....	49
Miniagricultores de cana e Petrobras.....	55
Adeus ao Deputado Oséas .....	61
Papel do Parlamento na Economia .....	63
Presença do Estado de Alagoas na Economia.....	69
Senador Alberto Silva – Fundeb .....	74
Isenção de Imposto de Renda para Diabéticos .....	78
Consolidação Legislativa e Economia .....	81
Interiorização do ensino profissionalizante .....	85
Aliança PT/PMDB .....	87
Gilberto Mestrinho.....	90
Piso salarial dos policiais do Brasil .....	94

Economia robusta e reajuste dos aposentados .....	105
Votação histórica .....	114
<b>Artigos</b>	
A crise “Made In USA” .....	189
A força do PMDB .....	191
A violência explode em Alagoas .....	193
Folia alagoana .....	196
A luta da mulher brasileira .....	198
A guerra que não deu certo .....	201
A vez da moradia popular .....	203
Um novo regime para os precatórios .....	206
O maior investimento de Alagoas .....	208
Uma saída para os municípios .....	210
Os seis meses da crise .....	213
Os desafios da juventude .....	215
A isenção de IPI para taxistas e deficientes .....	218
O Brasil no cenário da crise .....	220
As estradas do progresso .....	223
A luta política da mulher .....	226
Um prêmio aos diabéticos .....	229
A importância do canal do sertão .....	232
A violência contra os idosos .....	234
A região mais alegre do País .....	237
A queda dos impostos .....	240
Isenção de Imposto de Renda para Diabéticos .....	243
O direito sobre duas rodas .....	246
Redução da pobreza .....	248
A hora e a vez dos aposentados .....	250
O emprego em alta e a pobreza em queda .....	252
O Brasil depois da crise mundial .....	254

O Brasil volta a crescer .....	256
O Brasil volta a respirar o crescimento.....	258
Lula conduz o Brasil para 1 <sup>a</sup> Mundo .....	260
Crise revela um novo Brasil.....	262
Nos trilhos do desenvolvimento sustentável.....	264
Lula cumpre promessa e emprego cresce .....	266
O Mercosul e a Venezuela.....	268
O otimismo brasileiro .....	270
Os menores juro da história.....	272
Bolsa família vence a fome.....	274
A insegurança dos alagoanos .....	276
Piso salarial e dignidade para policiais .....	278
O emprego está de volta.....	280





## APRESENTAÇÃO

Como faço anualmente, tomo a liberdade de apresentar um pequeno resumo de minhas atividades parlamentares, através de pronunciamento da Tribuna do Senado Federal – com honrosas participações de vários senadores de diferentes matizes partidárias – bem como de artigos que são divulgados em distintas publicações nacionais.

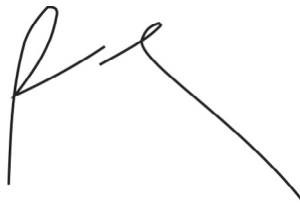
Em 2008, a economia sofreu duros golpes e passou por dias muito negros na maioria dos países da América, Europa e Ásia. Atônito, o mundo passou por momentos de grande instabilidade.

No Brasil, o ano de 2009 significou abalos muito discretos e uma imensa capacidade de recuperação, graças a vacinas econômicas, muitas delas produzidas no Congresso Nacional. Mais, além da transposição da crise, de uma enorme força para superar o problema e apontar para caminhos de desenvolvimento sustentado.

Nesta publicação, além de considerações sobre a economia e problemas alagoanos – objeto maior de minha atuação parlamentar – faço uma série de observações sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal para a superação da crise. Muitas delas, inclusive, contando com minha participação.

Assim, passo este trabalho para sua consideração, suas observações, suas críticas. Este mecanismo de comunicação é imprescindível para o aperfeiçoamento dos objetivos republicanos da democracia brasileira.

Grande abraço do

A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical line on the left, a loop at the top, and a long diagonal stroke extending to the right.



# **DISCURSOS**



## DEFENDENDO OS MUNICÍPIOS

*Sessão de 12-2-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – A) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao cumprimentar os prefeitos de todo o País que estiveram em Brasília para um encontro nacional, quero agradecer ao Presidente Lula, que, mais uma vez, demonstrou sensibilidade ao atender um pleito justíssimo dos prefeitos brasileiros.

O Presidente da República assinou uma medida provisória autorizando a renegociação das dívidas com o INSS em até 20 anos. A repactuação poderá ser realizada em 240 meses.

Além disso, Srs. Senadores, foi autorizado o refinanciamento, com correção pela TJLP, uma taxa de juros menor, em condições mais favoráveis às prefeituras.

Até então, as dívidas posteriores a setembro de 2005 podiam ser parceladas em 60 meses, mas com correção pela taxa Selic.

É preciso reconhecer a importância das medidas e o compromisso do Governo com o movimento municipalista.

Estive recentemente com o Presidente da República tratando desse assunto. O Presidente pediu para que eu conversasse com os Ministros da Fazenda, Guido Mantega, da Previdência Social, José Pimentel, e com o Secretário Executivo da Fazenda, Nelson Machado, ex-Ministro da Previdência Social que ajudou, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a montar a Super Receita para negociar uma solução para as demandas dos prefeitos.

Recebi também, no meu gabinete, nesta semana, mais uma vez, o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, com quem, Sr. Presidente, ao longo dos últimos anos tenho discutido a situação das prefeituras. Mas é importante continuar conversando com os ministros e com o Presidente da República, para que as medidas não se esgotem aí, seja feito, sobretudo, um encontro de contas. Nós temos de redimensionar as dívidas dos municípios com o INSS, como determina a própria Constituição Federal. Ou seja, permitir às prefeituras considerar os créditos que elas já têm acumulados com o INSS.

Esse encontro de contas, Sr. Presidente, implica em respeitar, por exemplo, a chamada compensação previdenciária. São contribuições que a Previdência Social já devolve às prefeituras que criaram regimes próprios de previdência para seus servidores, passando a ter responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias.

Outra medida que precisa ser adotada diz respeito à concessão da certidão do Cadastro Único de Convênio – CAUC. Muitas vezes, Sr. Presidente, para se obter o Cauc, as prefeituras precisam acertar débitos previdenciários das empresas terceirizadas.

A grande maioria dessas empresas também quita seus encargos e, com isso, fica configurada uma duplicidade no recolhimento das obrigações com o INSS que não são ressarcidas aos municípios. É preciso providenciar, o mais rapidamente possível, um caminho para que essa devolução se efetive e, com isso, contornar entraves burocráticos. Isto é fundamental para a saúde financeira dos municípios.

Em 1997, as dívidas dos municípios eram de R\$4 bilhões. Hoje, Presidente Paulo Paim, as estimativas não são exatas, mas calculam que essa dívida esteja entre R\$14 bilhões e R\$40 bilhões.

Segundo relatos que tenho recebido, os municípios não estão suportando mais essa relação com o INSS. O art. 160 da Constituição Federal permite à Previdência reter do Fundo de Participação dos Municípios parcelas da dívida desses municípios. Só, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o INSS muitas vezes deixa de pagar o que deve às prefeituras.

Este é um dos dramas.

Outra reivindicação importante é que, além dos 240 meses de prazo, a soma das respectivas prestações com o fluxo normal de novas contribuições ao INSS seja limitada a um percentual da receita corrente dos municípios, como acontece hoje com os estados.

Isto tudo pode ser resolvido, claro, na tramitação da medida provisória aqui no Congresso Nacional e na continuidade das negociações com o Governo Federal e com os ministros que se envolveram nessa solução. Como Líder do PMDB, vou continuar trabalhando nesse sentido.

Um ponto também muito importante diz respeito ao limite, há pouco colocado aqui, de comprometimento da receita que deveria ser adequada ao Orçamento Fiscal. Tudo isso, claro, levando em conta o compromisso do município, a necessidade de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobretudo, o equilíbrio das contas da Previdência Social. Nós temos melhorado muito a receita da Previdência Social, o déficit tem diminuído, mas é importante que esse equilíbrio se mantenha.

É preciso, Sr. Presidente, também ter em mente que nós atravessamos uma crise de dimensões internacionais. Seus efeitos estão atingindo as prefeituras, os estados e a União, que já registram queda da arrecadação tributária.

Em janeiro, por exemplo, pela primeira vez desde 2003, houve queda de 1% nos repasses federais do Fundo de Participação dos Municípios, em comparação com o mesmo mês do ano passado.

E falo, Sr. Presidente, com a responsabilidade de quem teve a honra de promulgar como Presidente do Senado, como Presidente do Congresso Nacional, a Emenda à Constituição que aumentou em um ponto percentual os recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

A mudança constitucional elevou, na prática, em R\$1 bilhão por ano os repasses da União aos municípios brasileiros.

Tenho certeza de que o Presidente Lula, os Ministros Mantega, Pimentel e Nelson Machado saberão ouvir os prefeitos e suas entidades e atender essas outras justíssimas reivindicações.



Tivemos uma presença forte, expressiva, dos prefeitos aqui em Brasília, e muitos ainda estão aqui. É fundamental que o Senado coordene esse debate. A medida provisória tramitará nesta Casa. O Senado é a Casa da Federação. Nós temos que, modestamente, contornar dificuldades para continuar ajudando os municípios brasileiros.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Jayme Campos.

**O Sr. Jayme Campos** (DEM – MT) – Ontem estivemos nessa mesma tribuna buscando efetivamente um pronunciamento na defesa dos municípios brasileiros. Propusemos também a criação de um PAC para as cidades interioranas deste Brasil, sobretudo os pequenos municípios. No Brasil, dos 5.564 municípios, 2.740 estão com população abaixo de 30 mil habitantes. Imagino que o Governo está muito preocupado só com os grandes investimentos. Entretanto, segundo dados estatísticos do IBGE, 27% de 1.491 cidades diminuíram, ou seja, a massa populacional diminuiu. Fruto de quê? De investimento, obviamente, sobretudo em obras de infraestrutura e logística, e, naturalmente, de políticas sociais. Imagino, portanto, que o Governo, que está preocupado em levar sobretudo a cidadania ao nosso povo, tem que investir nas pequenas comunidades brasileiras. Lamentavelmente, nesses últimos dias, a arrecadação dos municípios... Muitos deles vivem efetivamente de FPM, que é a transferência originária do Governo Federal. Alguns já estão com dificuldades para pagar a folha – caiu 16% em alguns municípios. Ora, se a maioria da receita, ou seja, a arrecadação maior desse município, é fruto da transferência do FPM, nesse caso, como caiu, imagino que estarão inviabilizadas, dentro em breve, muitas cidades brasileiras. De tal forma, peço que V. Ex<sup>a</sup>, que tem comprovadamente aqui lutado no seu cotidiano na defesa dos interesses dos municípios brasileiros e que é da base de sustentação do Governo Lula, faça um apelo a Sua Excelência para que façamos um PAC para as pequenas cidades brasileiras. Nesse primeiro instante, foram contempladas só cidades de porte grande, acima de 150, 200

mil habitantes. Não podemos desconhecer que 2.740 municípios brasileiros têm abaixo de 30 mil habitantes. Portanto, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo na certeza de que a sua fala aqui vai chegar aos ouvidos da direção maior deste País, sobretudo do Poder Executivo, para que façamos investimentos nos municípios, sob pena de, a cada dia que passa, definharem, ou seja, cair a sua população demográfica, naturalmente pelos poucos investimentos que têm chegado às pequenas cidades brasileiras. Parabéns, Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Eu quero agradecer muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jayme Campos. É fundamental que todos nós, independentemente de partidos políticos, independentemente de sermos da base do Governo ou da Oposição, continuemos trabalhando duro, como faz V. Ex<sup>a</sup>, para que tenhamos a justiça mais uma vez feita nessa relação, nesse pacto federativo brasileiro.

Os municípios precisam da ajuda do Governo Federal. Muitos municípios perderam convênios e investimentos. Muitos municípios trabalham duro também para manter esse equilíbrio fiscal. É fundamental que, contornando dificuldades, contornando a própria burocracia, nós possamos garantir meios para que esses municípios tenham acesso aos investimentos do Governo Federal, em todas as áreas: saúde, educação, infraestrutura e saneamento básico.

Vamos continuar juntos, todos juntos, o Senado Federal sobretudo, para que possamos consagrar, Senador Jayme Campos, na prática, essas conquistas.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

## FORÇA DO PARLAMENTO

*Sessão de 10-3-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Como Líder, tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela rápida e eficaz posição que V. Ex<sup>a</sup> tomou com relação à denúncia do Senador Jarbas Vasconcelos de que estava sendo investigado pela empresa Kroll.

V. Ex<sup>a</sup> fez, Presidente José Sarney, exatamente o que deveria fazer. Se o Senador Jarbas Vasconcelos vem ao plenário do Senado Federal e diz, como disse hoje, que não teria dito aquilo que a revista *Veja* publicou que ele teria dito, melhor! V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, fez o seu papel, cumpriu a sua parte, encaminhou da forma como deveria encaminhar.

Com relação, Sr. Presidente, aos fatos aqui colocados pelo Senador Jarbas Vasconcelos sobre aquela investigação de Goiânia, aquilo é uma coisa que, sobejamente, o Senado Federal conhece; aquilo foi uma brincadeira de mau gosto.

Aliás, Presidente José Sarney, nunca é demais lembrar que foi por causa dessa invenção de Goiânia que fui obrigado a tirar licença da Presidência do Senado Federal. Já houve uma investigação, esse fato foi negado por todas as pessoas ouvidas, pelo Governador do Estado, pelos senadores que seriam vítimas ou não dessa investigação, dessa arapongagem. Isso já foi uma coisa sobejamente discutida. Não tem nada a ver, absolutamente, um fato com o outro. Um fato já foi investi-

gado. A investigação já foi concluída. Não houve nada, absolutamente nada. E o outro precisa ser investigado.

Com relação à primeira entrevista que o Senador Jarbas Vasconcelos deu à revista *Veja*, ele também veio aqui e fez questão de dizer que não tinha nenhuma denúncia pontualmente contra ninguém, que não era um problema pessoal, que não ia apenar. É muito importante, Sr. Presidente, que o Senador Jarbas cumpra o que prometeu, que ele atue exatamente nos limites que estabeleceu para que viesse a atuar da tribuna do Senado Federal. Senão, no momento em que o Brasil precisa encontrar caminhos para resolver a crise econômica, nós vamos voltar para discutir esses problemas que são problemas menores, são problemas políticos. Essa agenda política não ajuda o Brasil. Nós temos que cuidar do nosso País.

Este Parlamento já cumpriu um papel fundamental. Se hoje o Brasil tem condições de responder a esta crise, tem um mercado interno fortalecido, é porque esta Casa do Congresso Nacional tomou lá atrás as providências que deveria tomar.

Essa questão do Bolsa Família, que foi criticada fartamente, essa questão do salário-mínimo, foi o Senado Federal, Sr. Presidente – nunca é demais também lembrar – que designou uma comissão que propôs essa fórmula de recuperação do poder de compra do salário-mínimo, que foi adotada pelas centrais sindicais e que foi adotada também pelo Presidente Lula, Presidente da República.

Então, é importante que essas coisas não fiquem escondidas e que tenhamos um debate do tamanho da exigência da democracia, deste Parlamento, deste Senado Federal.

Parabéns a V. Ex<sup>ª</sup>.

## REDUZIR CUSTOS DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

*Sessão de 11-3-2009.*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – O Líder do PMDB pede pela ordem.

Senador Renan Calheiros, que representa o Estado de Alagoas.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, eu, amanhã, vou ter a oportunidade de falar mais detalhadamente sobre um assunto que quero comunicar à Casa e ao Brasil.

A bancada do PMDB no Senado reuniu-se, hoje, com o Ministro de Minas e Energia, Senador Edison Lobão, e com o Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, para, Sr. Presidente, superar essa deblateração e para que o Senado coloque saídas para a crise econômica, que começa a preocupar o País.

É fundamental que a agricultura não seja penalizada, nós temos de discutir o impacto que o custo de produção está sofrendo, sobretudo com a elevação de preço de fertilizante, do diesel, e nós vamos, Sr. Presidente, apresentar uma proposta tanto ao Ministro das Minas e Energia, quanto ao Ministro da Agricultura, no sentido de resolver esses problemas. É fundamental que o Governo continue a cumprir esse papel. Nós precisamos manter o crédito para a agricultura, garantir dinheiro novo e precisamos resolver alguns problemas cuja solução, Sr. Presidente, exige a participação desses dois ministérios.

O PMDB, a exemplo do que fez no passado, propôs, e o Governo aceitou, a desoneração dos produtos da cesta básica. O Presidente Lula desonerou os produtos da cesta básica com relação aos impostos federais e o mesmo precisa ser feito com relação aos impostos estaduais, ao ICMS, sobretudo.

É muito importante que possamos construir uma agenda positiva, propor saídas para o Brasil, alternativas, situando o Senado nesse quadro preocupante da vida nacional, quando nós precisamos, mais do que nunca, dar respostas à agricultura e dar respostas a nossa economia.

Os fundamentos estão intactos, mas o Brasil não pode ter a diminuição do crescimento econômico, a elevação do desemprego, a retração da geração de renda. Para que isso não aconteça, é fundamental que não só o PMDB – o PMDB está fazendo a sua parte – mas que todos os partidos com assento no Senado Federal proponham saídas para o Brasil, e é obrigação de todos nós levá-las ao Presidente da República.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós o ouvimos e queremos lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que Napoleão Bonaparte disse que o francês é tímido, mas, com um grande comandante, ele vale por dez ou por cem. V. Ex<sup>a</sup> está comandando o nosso partido.

## PARLAMENTO, ECONOMIA, SOCIEDADE

*Sessão de 12-3-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra, como Líder do PMDB, o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, conforme eu havia prometido ontem, quero dizer que os produtores agrícolas estão diante de um ambiente de muitas incertezas em função da crise internacional, que provocou aumentos dos custos e queda nos preços de venda dos produtos. A alta vertiginosa dos fertilizantes, dos transportes e da energia elétrica provocou um aumento dos custos agrícolas, que são, hoje, o maior motivo de preocupação e de desestímulo para se produzir mais e melhor.

Não podemos, Srs. Senadores, permitir que a agricultura, por seu papel estratégico na economia, na balança comercial, entre em crise novamente. Foi por isso que reunimos a bancada do PMDB com os Ministros Reinhold Stephanes e Edison Lobão.

Aliás, cabe aqui destacar o papel do Senador Valter Pereira, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, e do Senador Gerson Camata, que sugeriu o encontro.

Com o Ministro das Minas e Energia, discutimos maneiras de reduzir os custos provocados pela alta da energia elétrica e dos preços do óleo diesel. Não me parece justa, Sr. Presidente, querido Senador Mão Santa, a manutenção do atual patamar de preços do óleo. O valor do barril de petróleo hoje, como se sabe, que chegou a beliscar US\$150, despencou para algo em torno de US\$40. Seria, pois, absolutamente

natural e desejável também, neste momento, que houvesse, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma redução para acompanhar a oscilação dos preços do petróleo.

Outro assunto discutido na reunião foi o papel da Petrobras na produção de insumos que aliviem o quadro agrícola, como os fertilizantes.

A bancada de senadores do PMDB – inclusive, V. Ex<sup>a</sup> teve, nessa reunião, uma participação destacada – está disposta a colaborar com a criação de um marco regulatório do setor mineral, uma medida que antecederia a discussão do próprio Código Mineral, já que, Sr. Presidente, a gestão das jazidas em território brasileiro depende, exclusivamente, desse dispositivo legal.

Com o Ministro da Agricultura, abordamos as dificuldades atravessadas pelo setor agropecuário. Na agricultura, os insumos e fertilizantes, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, são os itens que mais encarecem a produção. Por um lado, a maior demanda por adubo faz subir as cotações do fósforo e do fosfato, o que determina, Sr. Presidente, elevação no preço dos grãos. Isso, por sua vez, concorre para a elevação nos preços dos concentrados, utilizados na nutrição animal e nos alimentos de um modo geral.

Tenho recebido relatos de que o aumento dos custos de produção chegou, Sr. Presidente – pasmem! – a 60% da safra anterior em relação à safra atual. Isso está sendo provocado também pela retração na oferta de crédito para financiar a atividade agrícola diante da crise. Esses fatores foram determinantes, o Senado sabe, para a estimativa de queda de 8,4% da renda agrícola para 2009, divulgada, recentemente, pelo Ministério da Agricultura.

Ouçõ, com muita satisfação, o Senador Gim Argello, Líder do PTB, nesta Casa do Congresso Nacional.

**O Sr. Gim Argello (PTB – DF)** – Muito obrigado, Senador Renan Calheiros. Primeiramente, quero parabenizar o Senado no dia de hoje, porque começamos logo cedo, às 8h, 8h30 da manhã, já com a Comissão de Infraestrutura trazendo esse debate. V. Ex<sup>a</sup> está trazendo o debate da reunião de ontem, do PMDB, quando o partido de que



V. Ex<sup>a</sup> é Líder discutiu esse assunto, e V. Ex<sup>a</sup> trouxe à baila agora a questão do preço do diesel, que é o item que mais pesa no modal rodoviário do Brasil. Agora, estamos tentando mudar nosso modal, com o Governo Lula, para o modal ferroviário, com a Transnordestina, com a Norte-Sul, dando continuidade à obra do Presidente Sarney. Mas, enquanto nosso modal for o rodoviário, o diesel será um componente que encarecerá muito. Se o preço do petróleo caiu internacionalmente, mais de 70%, não é possível que o preço do óleo diesel no Brasil não possa chegar aos níveis que o PMDB e o PTB desejam, ou seja, um preço do mesmo tamanho que o preço do óleo diesel, que diminuiu lá fora.

Que essa queda venha e seja refletida no óleo diesel do Brasil. Mas, mais do que isso, Senador Renan, o senhor está de parabéns. O senhor traz a questão da crise também para o plenário nesta hora, quando, neste exato momento, está reunida a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discutindo um problema que aflige todos os brasileiros. Por quê? Porque a preocupação maior do Senado é com a geração de emprego e renda do nosso País. É essa a discussão. Então, todo o Senado está envolvido diretamente, todas as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores estão envolvidos, desde a manhã do dia de ontem até hoje, com a discussão e com as saídas da crise, Senador Mão Santa. Isso é muito importante porque, trazendo essa discussão para esta Casa, aí sim, vamos ajudar o Governo do Presidente Lula a encontrar a solução. Então, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por isso. Sobre o marco regulatório, o senhor tem toda a razão, porque nós não podemos deixar que as empresas venham e façam reservas das jazidas do nosso patrimônio, durante anos, sem explorar. Neste momento de crise, o Brasil é o país, como todos nós sabemos, que tem mais condições de sair dessa crise. O País é diferente dos outros países, que estavam com o *subprime* das hipotecas residenciais, onde a pessoa não estava preocupada com a primeira residência, mas já com a terceira ou a quarta residência, com casa de praia, com apartamentos, com casa de campo. Não. A maioria dos brasileiros ainda está preocupada com a primeira residência. V. Ex<sup>a</sup> trazer essa preocupação com a crise como um todo, trazer esses assuntos tão importantes para o plenário no dia de hoje, e o Senado trabalhar

como está fazendo, são motivos de muita satisfação para mim e para a bancada do PTB.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Eu agradeço, Senador Gim Argello, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. É importante, fundamental, insubstituível que nós ressaltemos o papel do Senado mais do que nunca.

Agora mesmo, V. Ex<sup>a</sup> lembrou muito bem, está havendo, Senador Mão Santa, a instalação da Comissão da Crise, que é presidida pelo Senador Francisco Dornelles. É importante construir essa agenda com a participação de todos os partidos, do PMDB, do PSDB, do PTB, do PT; enfim, é fundamental que todos os senadores se debrucem sobre as saídas, as alternativas. Mais do que nunca, o Senado precisa cumprir esse papel e sair dessa deblateração eterna.

Eu, com satisfação também, concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)** – Senador Renan Calheiros, ex-Presidente da Casa, quero cumprimentar também V. Ex<sup>a</sup> por trazer ao debate, mais uma vez, essa questão da crise e a própria posição do PMDB, debruçando-se sobre esse tema e, naturalmente, somando com todos os partidos, porque a preocupação é geral. Quero, também, cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Conversamos há pouco tempo sobre a importância de trabalharmos cada vez mais para acabarmos com o fator previdenciário. Sei que essa é sua posição. V. Ex<sup>a</sup> tem, inclusive, interagido junto ao Governo no convencimento. Ouvi, há poucos minutos, o próprio Líder do Governo na Câmara, Deputado Henrique Fontana, também falando que o Governo está convencido que tem de acabar com o fator previdenciário. Mas quero, com um único exemplo, mostrar o que se passa, mas pegando a crise. Recebi, aqui, uma delegação da Vale do Rio Doce. Só na Vale do Rio Doce são 700 trabalhadores prontos para se aposentar, mas que não se aposentam na expectativa de que tenhamos uma solução para o tal fator previdenciário. Nesse documento que eles me trouxeram como subsídio para o debate, eles apontam o seguinte: se o fim do fator acontecer na Câmara, como aconteceu no Senado, 700 pessoas sairão, devido à sua aposentadoria.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Sem dúvida.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – (...) gerando mais 700 vagas ou, no mínimo, serão 700 demissões a menos. Por isso, quero, de público, falar do empenho de V. Ex<sup>a</sup> nessa batalha para acabar com o fator previdenciário e garantir um reajuste decente para os aposentados.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Eu agradeço, também sensibilizado, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim. Reafirmo a posição do meu partido, a posição do PMDB, com relação ao fim do fator previdenciário.

Nós precisamos ter um critério para reajustar as aposentadorias. A credibilidade do próprio sistema previdenciário vai depender fundamentalmente disso, e é importante que possamos engajar cada vez mais os setores da sociedade para, claramente, discutir esse assunto, para fazer com que aconteça na Câmara Federal exatamente o que aconteceu aqui, no Senado Federal, graças ao projeto de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu, com muita satisfação, quero contribuir nesta luta.

Sr. Presidente, já encerro.

Os dados da Conab, Sr. Presidente, mostram que as despesas estão em alta em todos os produtos e praças produtoras.

Os custos da soja, Senador Mão Santa, estão até 34% mais altos do que na safra passada. O mesmo ocorre com os custos do milho: uma alta de 22% com relação à safra passada, também.

É por isso que o papel do Parlamento, eu dizia há pouco, nesta hora, é, mais uma vez, considerado crucial. Esta Casa nunca faltou com o Brasil e esta Casa, os brasileiros tenham certeza, não faltará com o Brasil novamente.

Mais este, eu dizia há pouco num aparte que concedi ao Senador Paulo Paim e ao Senador Gim Argello, não é um desafio exclusivo do PMDB. Depende, fundamentalmente, de todos os partidos e de todas as correntes partidárias. Todas as vezes, Sr. Presidente, que nós avançamos, aqui no Senado Federal, foi porque nós criamos fórmulas que incluíam todos os partidos, inclusive os de oposição.

Num momento de enorme aceleração da crise, o Parlamento pode servir como um pilar fundamental para a segurança política e para a segurança econômica do País.

O Senado vem cumprindo suas funções no combate à crise econômica, tanto, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, no debate de medidas a serem tomadas, quanto na tramitação de matérias urgentes, urgentíssimas, como estas matérias que estou colocando aqui, nesta oportunidade.

Aliás, neste momento – o Senador Gim Argello lembrava há pouco –, acontece a primeira reunião da Comissão da Crise. É importante chamar os holofotes do País para essa Comissão, que, eu tenho absoluta convicção, vai sugerir caminhos para o Parlamento nacional, especificamente para o Senado Federal.

Podemos, Sr. Presidente, afirmar que a crise, embora séria, continuará sendo enfrentada com serenidade, pois nós temos, no Brasil, instituições democráticas sólidas.

O fortalecimento do mercado interno não pode ser desvinculado das políticas sociais, como o Bolsa Família e a própria expansão do crédito agrícola. Aliás, Srs. Senadores, o crédito rural no Brasil continua enfrentando problemas operacionais que neutralizam todas as iniciativas para torná-lo adequado, torná-lo oportuno e torná-lo suficiente.

Precisamos encontrar maneiras de estender o crédito também a quem aderiu aos programas de renegociação das dívidas e a quem não está, Sr. Presidente, tendo acesso a esse crédito agrícola.

No que tange à macroeconomia, até mesmo a execução de uma política monetária parece reencontrar seu rumo.

A redução de um ponto e meio percentual da taxa básica de juros, de ontem, vai contribuir para criar um ambiente interno mais favorável para a economia real.

O Congresso, Sr. Presidente, portanto, precisa definir, como eu dizia, Senador Gim Argello, uma agenda própria, disciplinar o seu funcionamento, o funcionamento dessa agenda, atravessar os momentos de adversidade e reafirmar a sua legitimidade.

Essa discussão é toda importante, importantíssima, importantíssima. Nós precisamos dar transparência à vida nacional, ao Senado Federal, resolver questões administrativas insuperáveis. Já fizemos isso

no passado. É importante dizer isso também nesta hora. O Senado tem feito a sua parte e, mais do que nunca, precisa fazê-la.

Sr. Presidente, no momento em que encerro esta contribuição, que é uma contribuição da bancada do PMDB, é uma contribuição de um partido que se propõe a dar, a sugerir para o Parlamento nacional saídas responsáveis e afirmativas para o Brasil, eu queria agradecer a V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo pelo papel que V. Ex<sup>a</sup> desempenhou na reunião do PMDB que acabo de relatar desta tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós que queremos cumprimentá-lo. V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do Partido, em tão pouco tempo, mostrou sensibilidade e força, trazendo dois importantes Ministros de áreas que diretamente servem à população – refiro-me aos Ministros de Minas e Energia e da Agricultura – para que se estude a possibilidade de baixar o custo do combustível, do óleo diesel principalmente, e dos insumos agrícolas.

Queremos comunicar que, atendendo à orientação de V. Ex<sup>a</sup>, acompanhamos o Líder Paulo Paim, hoje, ao gabinete do Presidente da Câmara, Michel Temer, para que a Câmara Federal vote todos aqueles projetos de lei que beneficiam os aposentados, principalmente o fator de redução das aposentadorias.

## **ALAGOAS: MAIS INFRAESTRUTURA**

*Sessão de 19-3-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar de alguns temas relacionados ao nosso Estado, Alagoas, da maior relevância.

O primeiro deles diz respeito às dificuldades atravessadas pelo setor leiteiro.

Com a crise global, o mercado virou de ponta cabeça. O preço do leite ao produtor caiu consecutivamente e os custos aumentaram, em média, mais de 22%.

Em 2009, os baixos preços estão desestimulando a produção e os investimentos.

Uma pesquisa da Conab apurou que os custos operacionais variaram de 64 centavos por litro a 83 centavos por litro, dependendo da região. Estes custos incluem todas as despesas, custos variáveis e depreciações.

Enquanto isso, a média de preço praticada em Alagoas estava em 72 centavos em fevereiro, reduzindo a margem de lucro para alguns poucos centavos ou gerando prejuízo.

A exploração leiteira é o segundo negócio agropecuário do Estado, com cerca de 2.500 imóveis rurais ativos, sendo 70% de pequenos e médios produtores. Eles geram 125 mil empregos diretos.

Alagoas é, hoje, o primeiro produtor de leite do Nordeste e o 3º do País.

O Estado produz uma média diária de 650 mil litros e tem um rebanho aproximado de 100 mil vacas leiteiras.

Diante do quadro de crise, o setor produtivo do leite sugere e reivindica algumas medidas, que contam com meu absoluto e irrestrito apoio:

- Isenção de ICMS para as Cooperativas de Produção e Comercialização de Produtos Lácteos, por um prazo determinado, a exemplo do que já foi concedido a duas empresas privadas do setor, em União dos Palmares;

- Dobrar a quantidade diária de leite fornecido pelo Programa do Leite, que hoje é de 53.500 litros/dia, em razão do fato de que o Estado apresenta um quadro de 350 mil famílias desnutridas;

- Implantar o programa Copo de Leite, a exemplo de Minas Gerais, para a aquisição de leite e derivados para a merenda escolar, que é de extrema importância, porque representa, na maioria dos casos, a única fonte de nutrientes das crianças e adolescentes;

- Adotar como paradigma das políticas governamentais para o setor o atual modelo de exploração leiteira de pequenos produtores no semi árido alagoano, posto em prática nos municípios de Belo Monte, Jaramataia, Jacaré dos Homens, Monteirópolis e Olho D'Água das Flores;

- Dotar a ADEAL – Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas – com a estrutura necessária para cumprir as metas sanitárias exigidas pelo Ministério da Agricultura, a fim de reclassificar o Estado, no que diz respeito à Zona de Risco do controle da febre aftosa, e implementar o programa estadual de controle e erradicação da brucelose e tuberculose.

Outro assunto que me traz à tribuna é o projeto de duplicação da BR-101 em Alagoas. São 247 quilômetros que atravessam Alagoas, de Sergipe a Pernambuco.

Infelizmente, por diversos motivos, as obras fundamentais para o desenvolvimento do Estado ainda não tiveram início.

A rodovia, que está incluída no PAC, deveria estar concluída até 2010, com o custo total de R\$720 milhões.

Os editais de licitação já foram adiados por três vezes. E houve seguidos atrasos que afetaram tanto o trecho norte da BR-101, da Bar-

ra de São Miguel a Pernambuco, quanto o trecho sul, da Barra de São Miguel a Sergipe.

A bancada federal fez a sua parte, alocando recursos orçamentários que estão garantidos.

É preciso agora que o Ministério dos Transportes e, principalmente, o DNIT faça a sua parte, que é agilizar o processo licitatório e dar início efetivo às obras.

Faço, portanto, um apelo ao Ministro Alfredo Nascimento, nosso colega de Senado, e ao Diretor Geral do DNIT, Luiz Antonio Pagot.

Outro projeto fundamental para a área social do estado é a expansão das agências do INSS. Em Alagoas, o plano de expansão prevê a instalação de 36 agências.

Cada cidade com mais de 20 mil habitantes que não possui ainda unidades de atendimento do INSS será beneficiada.

As obras já estão em execução nos municípios de Arapiraca, Girau do Ponciano, Maribondo, Murici, Pão de Açúcar, Penedo, Porto Calvo, Porto Real do Colégio, Rio Largo, Santana do Ipanema e Viçosa.

Os projetos das novas agências estão em fase de execução nas cidades de Atalaia, Boca da Mata, Cajueiro, Campo alegre, Coruripe, Craibas, Feira Grande, Igaci, Igreja Nova, Joaquim Gomes, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Maragogi, Marechal Deodoro, Mata Grande, Matriz de Camaragibe, Pilar, Piranhas, São José da Laje, São José da Tapera, São Luis do Quitunde, São Sebastião, Teotonio Vilela e Traipu.

Com o aumento da rede, serão atendidas cerca de 800 mil pessoas.

Quero aqui registrar nosso agradecimento ao Ministro José Pimentel e ao gerente executivo do INSS, em Maceió, Ronaldo Medeiros.

Outra medida de extrema importância para a saúde pública do estado foi a renovação concedida pela Anvisa ao registro do medicamento Lifaltacrolimus, produzido pelo Laboratório Industrial Farmacêutico de Alagoas, em Maceió.



Esse remédio é considerado um verdadeiro salva-vidas porque é utilizado por pacientes transplantados. É o único fabricado no Brasil e gerou uma economia de mais de 50 milhões de reais para o SUS.

A partir desta resolução da Anvisa, garantindo o direito de fabricação e comercialização, o Lifal continuará aceitando pedidos de compra do medicamento por parte do Ministério da Saúde.

Ficam, portanto, nossos agradecimentos ao Presidente da Agência, Dirceu Raposo de Mello e ao Diretor da Anvisa, Dirceu Barbano.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

## EM DEFESA DO SENADO

*Sessão de 19-3-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Eu queria, rapidamente, cumprimentá-lo, Senador Heráclito. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, o Brasil não aguenta mais essa discussão. Nós precisamos dar um passo à frente, sair dessa agenda. O Senador Arthur Virgílio, há pouco, eu vinha ouvindo no automóvel, fez um brilhante discurso aqui, logo depois do discurso do Senador Tião Viana, que eu não tive a honra de ouvir, mas ouvi comentários do Senador Arthur Virgílio de que foi também nessa direção. É preciso dar racionalidade à Casa, dar transparência, acabar com a superposição, unificar esses órgãos: ILB, Interlegis, Unilegis... É importante que V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente José Sarney deem consequência a esse trabalho, com metas, com resultados. O Senado, mais do que nunca, precisa funcionar, colaborar com saídas para a crise, e os líderes querem verdadeiramente cumprir esse papel. O que for preciso fazer para apoiarmos a Mesa, para que V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente Sarney tomem as medidas necessárias, de uma vez por todas, para que saíamos dessa discussão a respeito de cota de passagem, cota de telefone, apartamento funcional, indenização de despesa médica... Meu Deus, isso é um problema da administração da Casa. Os senadores precisam falar sobre o Brasil. Nós temos de vencer essa etapa, sair dessa agenda. A quem interessa essa agenda? Os líderes precisam, mais uma vez, Senador Heráclito, ter a consciência de que temos de garantir a transparência. A sociedade precisa acompanhar o Senado. O Senado tem feito a sua parte, precisa fazer novamente. Quando, por exemplo, proibimos as convocações extraordinárias, economizamos em um ano só R\$200 milhões. É preciso que permanentemente a administração

tenha metas a cumprir, tenha objetivos, e a sociedade possa acompanhar. O Senador José Agripino também disse aqui, e queria concordar com ele. Essa coisa de verba indenizatória não dá mais. O Senado não pode manter no seu dia a dia um tema que lhe causa dificuldades todos os dias. É preciso ter transparência, sim. É preciso acabar com ela. A sociedade entende. Isso desgasta o Senado porque a sociedade acaba entendendo essas coisas, o povo entende essas coisas. Precisamos dar de uma vez por todas as respostas que precisamos dar. Queria, Senador Tião Viana, dizer da minha disposição. Quero colaborar. O PMDB quer colaborar. O PMDB tem um papel importante, estratégico nesta Casa. É a maior bancada. E é importante voltar, Senador Heráclito, a força do PMDB, o papel do PMDB, de todos os partidos para que tenhamos transparência total no Senado da República.

**O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e concedo um aparte ao Senador Jefferson Praia.

## **IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DA CASA PRÓPRIA**

*Sessão de 25-3-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para a maioria das pessoas, adquirir a sua “casa própria” é muito mais que a realização de um negócio: é a concretização de um grande sonho!

Em um país como o nosso, onde milhões de pessoas têm renda familiar muito baixa e o custo do dinheiro é extremamente caro e difícil, resolver o problema do déficit habitacional tem de ser uma prioridade.

O perfil da pirâmide socioeconômica do Brasil aponta que 33% das famílias têm renda familiar de até dois salários-mínimos.

E o mais grave: 92% do déficit habitacional está concentrado nas famílias que ganham até cinco salários-mínimos.

Esses números atestam que a faixa de renda mais baixa pode oferecer grandes oportunidades para investimentos.

As parcerias entre o Poder Público, empresas privadas e a Caixa Econômica Federal podem ajudar a resolver uma parcela importante dessa falta de moradia mais barata.

Em países como o México, um modelo semelhante ao nosso constrói mais de 750 mil residências por ano, número bem superior ao produzido no Brasil.

Hoje, o déficit habitacional brasileiro é avaliado em cerca de oito milhões de residências, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

Em Alagoas, o déficit é calculado em mais de 130 mil casas, segundo o Ministério das Cidades.

Ainda de acordo com a FGV, em 2020, o País terá 21 milhões de novas famílias.

Para acompanhar este crescimento e zerar o atual déficit habitacional, serão necessárias 28 milhões de novas moradias.

Além disso, há a necessidade de eliminar as 2,5 milhões de moradias habitadas por duas ou mais famílias e as 3,5 milhões de moradias inadequadas, como as favelas.

Segundo o Ministério das Cidades, cerca de 40% dos recursos necessários para isso têm de vir dos cofres públicos.

Diante deste quadro, torna-se fundamental para o País o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” para as famílias de baixa renda, anunciado pelo Governo Federal.

A intenção é construir um milhão de moradias até o final de 2010. Em Alagoas, serão erguidas quase 20 mil novas casas.

Para acessar o financiamento, os estados e municípios devem doar terrenos, preferencialmente nas regiões metropolitanas, em locais que tenham infraestrutura básica.

Os governadores e prefeitos também precisam aceitar a redução da carga tributária sobre os materiais de construção.

Os estados devem reduzir o ICMS e o Imposto de Transmissão Causa-Mortis e Doação. Os municípios têm de se comprometer a reduzir ou ISS e o ITBI.

Em locais onde não há infraestrutura básica, o Governo Federal vai disponibilizar uma linha de financiamento de R\$5 bilhões para que as construtoras providenciem o asfaltamento de ruas, a instalação de saneamento básico e levem energia.

Essa linha terá custo de TJLP mais 1% ao ano. O financiamento pode ser feito em até 36 meses, com prazo de carência de até 18 meses.

A previsão é de que o investimento seja de R\$34 bilhões de reais. Serão R\$16 bilhões de reais para a construção de 400 mil casas, no valor médio de 40 mil reais para famílias com renda entre zero e três salários-mínimos, totalmente subsidiadas.

De três a seis mínimos, haverá um escalonamento dos subsídios a outras 400 mil moradias, com valor máximo de R\$23 mil por unidade.

Acima de seis mínimos, faixa na qual estão previstas 200 mil moradias novas, o valor máximo a ser financiado será de R\$130 mil.

Além destes valores, o fundo garantidor – destinado a cobrir a inadimplência de mutuários acima de três salários-mínimos – terá cerca de R\$1 bilhão do Tesouro Nacional.

A mesma quantia está sendo reservada para cobrir os subsídios e reduzir os seguros de vida cobrados nos financiamentos. Quem tem renda até três mínimos não pagará os seguros.

A medida é importante para a geração de empregos e para a economia do País. Pelo menos 400 mil trabalhadores devem ser contratados para as obras de construção.

Quero aqui apresentar outras propostas para aperfeiçoar ainda mais o sistema habitacional:

Racionalizar a concessão de subsídios para que mais famílias possam usufruí-los;

Criar mecanismos que ampliem as garantias de crédito habitacional para as famílias de baixa renda;

Combater o déficit habitacional com enfoque na ampliação da oferta de moradias;

Estimular o mercado secundário de hipotecas e recebíveis;

Diminuir a burocracia na aprovação de projetos e na concessão de créditos;

Reduzir a carga tributária incidente na construção de moradias populares;

Modernizar o sistema de registro de imóveis, com centralização das informações fiscais, de propriedade e dívidas;

Estimular a regularização fundiária, para formalizar o mercado imobiliário de baixa renda;

Criar um cadastro positivo de crédito, para agilizar a concessão de crédito e reduzir o custo de empréstimo.

Precisamos aproveitar esta oportunidade, ou seja, a tramitação da medida provisória, resolver também o problema da falta de moradias para os policiais e incluir outras medidas, como uma solução para a substituição das casas de taipa, encontradas no interior, por casas de alvenaria.

Se todos nós juntos, Governo e sociedade, nos articularmos, em breve, milhões de brasileiros poderão finalmente realizar o sonho da casa própria.

Vamos erradicar o déficit habitacional e produzir milhões de moradias em todo País, gerando emprego e renda e ativando a monumental cadeia produtiva da construção.

Aproveito a oportunidade para fazer um importante registro.

Recebi do eminente Ministro Hamilton Carvalhido, Coordenador da Comissão de Juristas constituída pelo Senado Federal, uma breve e competente exposição de motivos sobre os trabalhos do colegiado referente à elaboração de um anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, objetivando torná-lo mais moderno, ágil e eficaz no combate ao crime e à impunidade e na defesa da sociedade.

O nosso Código de Processo Penal data de 1941. Tem quase 70 anos e está superado pela realidade dos novos tempos, que exige um estatuto que se destaque pela eficiência, livre de formalismos e delongas inúteis.

Seria bom que a lei envelhecesse com a sociedade. A experiência, porém, mostra um cenário diferente, onde o direito, como tudo, rende-se ao inevitável desgaste causado pelo tempo.

Esta Casa está realmente empenhada em aperfeiçoar a legislação processual penal brasileira.

Além da significativa contribuição da Comissão de Juristas, tramitam na Comissão de Constituição e Justiça do Senado – presidida pelo Senador Demóstenes Torres – outros projetos, oriundos do Poder Executivo, que devem ser debatidos e votados no Plenário.

## RESPEITO AO PCdoB

*Sessão de 31-3-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – Obrigado a V. Ex<sup>ª</sup>, Senador Renato Casagrande, pelo pronunciamento cheio de conteúdo.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, ex-Presidente desta Casa, para falar nesta sessão de homenagem.

Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente Senador Inácio Arruda, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Presidente Renato Rabelo, do PCdoB, Senhores Embaixadores, senhores convidados, eu gostaria de a todos cumprimentar, cumprimentando o Deputado Ibsen Pinheiro, ex-Presidente da Câmara dos Deputados.

Poucas pessoas, Sr. Presidente, poderiam crer – não sem alguma surpresa – que a legenda mais antiga em atividade no País sobreviveria para assistir ao momento atual. E estes 87 anos do Partido Comunista do Brasil são 87 anos de história, de evolução de nossa democracia, de afirmação ideológica e programática.

Nunca, Sr. Presidente, é demais lembrar que os partidos políticos são patrimônio do povo, e o PCdoB nasceu da necessidade de expressar o sonho e o desejo dos trabalhadores.

Num país cuja história é marcada por partidos efêmeros, a permanência de uma corrente política por quase nove décadas é algo digno de nota.



O PCdoB, que nasceu com 73 militantes, hoje conta com mais de 200 mil filiados! Nos momentos mais difíceis deste País, seus militantes entregaram a própria vida pela democracia. Sua trajetória de luta é reconhecida nas mais variadas classes sociais e políticas, nacionais e internacionais.

O PCdoB sempre esteve na linha de frente dos grandes momentos históricos da vida política brasileira. As campanhas “O petróleo é nosso”, e “Diretas Já”, por exemplo, são emblemáticas.

A legenda, Sr. Presidente, construiu-se no vigor democrático e no valor insubstituível da unidade, edificando, com seus sonhos, suas ações concretas, sua dedicação apaixonada, movidas sempre por causas generosas, todas inspiradas no legado do pensamento socialista.

Ao participar de um governo de forte cunho popular, quem saiu ganhando foi a democracia. O partido contribui, assim, com o esforço de se buscar mudanças e melhores condições de vida para o povo brasileiro. É o que está fazendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores convidados, com grande competência, o Ministro dos Esportes, Orlando Silva.

A história do Partido Comunista do Brasil está marcada pela presença de brasileiros eméritos, que atuaram para a grandeza do nosso País, como Astrojildo Pereira, Luís Carlos Prestes, João Amazonas, cuja vida se confunde com a história do PCdoB; Pedro Pomar, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Elza Monerat, Aldo Arantes, entre tantos outros aqui já citados.

Em Alagoas, Sr. Presidente, tenho a satisfação de destacar, entre muitos companheiros, um constituinte exemplar: o Deputado Eduardo Bonfim.

Hoje, o Presidente Renato Rabelo comanda a história moderna do partido. Ao lado de militantes notórios, como Aldo Rebelo, nosso dileto amigo e companheiro de muitas horas está, sem dúvida nenhuma, dignificando o legado socialista. Lideranças como o Prefeito de Olinda e o Vice-Presidente Nacional do PCdoB, Renildo Calheiros, realçam, como outros aqui presentes, o lado executivo e inovador do Partido.

Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixar de mencionar outros integrantes da direção partidária, como Adalberto Monteiro, Altamiro Borges, João Batista Lemos, José Reinaldo Carvalho, Ricardo Abreu, o Alemão, Ronald Freitas, Vital Nolasco e Walter Sorrentino.

Atualmente, o PCdoB consolidou seu nome, ampliou sua bancada parlamentar, mantém nesta Casa, como já disse, a voz firme do combativo Senador Inácio Arruda e, na Câmara dos Deputados, valerosos deputados e deputadas. Eu queria destacar o Deputado Daniel Almeida, Líder da bancada; a Deputada Perpétua, a Deputada Vanessa, o Deputado Flávio Dino, o Deputado Chico Lopes, a Deputada Alice Portugal, a Deputada Jô Moraes, o Deputado Edmilson Valentim, o Deputado, já citado aqui, Aldo Rebelo e a Deputada Manuela.

A coerência ideológica do PCdoB é uma marca profunda, Sr. Presidente, de sua existência.

O partido tem-se credenciado como força de aglutinação política dos setores mais avançados da sociedade e como porta-voz de importantes setores da vida nacional. Seus integrantes buscam respostas novas para problemas novos. Procuram entender os meandros da complexa política brasileira.

Em boa medida, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os êxitos conseguidos pelo PCdoB no decorrer de sua trajetória estiveram ancorados na coesão política de sua militância, legitimada por um passado de lutas.

O partido tem participado decisivamente das frentes de esquerda montadas para as últimas eleições no Brasil, para as últimas disputas eleitorais.

O PCdoB atravessou todos estes anos perto do povo trabalhador, sempre suportando e enfrentando os não poucos golpes de força impostos ao País.

A contribuição do partido tem sido decisiva para fortalecer o movimento de construção de um desenvolvimento alternativo na América Latina.

Ao encerrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devo voltar, rapidamente, a falar dos novos desafios que nos esperam.

No mundo todo, é grave a crise econômica e financeira. Muitos pagam caro por ela, sobretudo com o desemprego, que reclama resposta rápida e vigorosa. E é de seu enfrentamento, da capacidade de apontarmos saídas criativas e definitivas que depende o cenário nacional. Nele, terão assento estratégico os partidos políticos, com sua capacidade de digerir as grandes turbulências.

Num momento grave como este, o Partido Comunista do Brasil terá, sem dúvida nenhuma, lugar de realce. Ao lado do PMDB, que tenho a honra de liderar nesta Casa do Congresso Nacional, vamos ajudar o País a enfrentar mais essa crise e sair dela com dignidade e justiça social para o nosso povo, para as gerações futuras.

Parabéns ao PCdoB. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) –  
Agradecemos ao Senador Renan Calheiros.

## DEFENDENDO ESTADOS E MUNICÍPIOS

*Sessão de 1<sup>o</sup> -4-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra pela ordem o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acho que, efetivamente, estamos vivendo no Senado hoje um dia produtivo, bastante produtivo.

Do ponto de vista da crise, da crise que envolve o Senado, também, Sr. Presidente. Hoje nós tivemos logo cedo uma conversa com o Presidente José Sarney e com o Líder José Agripino, conversamos rapidamente na bancada do PMDB. O Senado Federal precisa dar respostas imediatas às denúncias que estão surgindo diariamente. E é muito importante que, com números e com dados, nós tenhamos nas tribunas alguém com condição de fazer a defesa moral da instituição.

É óbvio que não há o interesse de muita gente em divulgar o que aqui acontece ou aconteceu, mas é importante dizer que o Senado fez uma reforma administrativa, que essa reforma administrativa foi modificada em setembro de 2001, que o Senado, durante um período, cortou despesas, atingiu metas, tem administração da Casa, que tem ativos a mostrar ao País.

Quando eu estava na Presidência, Sr. Presidente, nós não usamos a verba suplementar do Ministério da Fazenda, do Tesouro Nacional. Nós cortamos despesas, atingimos as metas. Só o fim da convocação extraordinária economizou R\$200 milhões por ano.

Quando fizemos a reforma administrativa – eu estava chegando ao Senado e era 2<sup>o</sup> Secretário – pipocava uma denúncia na imprensa:

o Senadinho do Rio de Janeiro. O Senado fechava a porta. O Senado, naquele período, extinguiu o Senadinho do Rio de Janeiro. Denúncia sobre a existência do IPC: o Senado extinguiu o IPC.

Nós precisamos, da mesma forma, dar as respostas que a sociedade cobra que o Senado dê. Defendi isso junto ao Presidente Sarney. Acho que nós não podemos demorar. O que envolver dinheiro público, Sr. Presidente, tem de ficar claro, absolutamente claro. Se alguém passou dos seus limites, que seja responsabilizado porque exorbitou, seja quem for. Precisamos aproveitar essa crise para gerar uma oportunidade de modernizar o Senado, dar celeridade e fazer o que estamos fazendo hoje: votando matérias de interesse do País.

Quando apresentamos, Sr. Presidente, essa PEC dos precatórios, os precatórios significavam um mercado de R\$60 bilhões. Hoje, Sr. Presidente, os precatórios significam um mercado de R\$100 bilhões. A Constituição virou letra morta. Nós temos mais de 300 pedidos de intervenção. Os credores de municípios e de estados não têm garantidos os seus direitos constitucionais, e esta Casa precisa, definitivamente, resolver esse problema, invertendo a lógica, priorizando o idoso, os maiores de 60 anos, pagando, em primeiro lugar, os precatórios menores e não os grandes precatórios, pagando, excepcionalmente, os precatórios alimentares e evitando, Sr. Presidente, definitivamente, que esse mercado seja dominado por quem comercializa os precatórios e ganha milhões e milhões de reais com esse deságio. É fundamental que se diga isso. Corporativamente, pessoas são contra a aprovação dos precatórios. Elas vão aparecer. Mas é importante que elas venham aqui na tribuna e exponham seus argumentos para que o País entenda que interesses essas pessoas estão defendendo.

Os municípios – e já encerro, Sr. Presidente Marconi Perillo – vivem uma situação de pânico. A Senadora Kátia Abreu sabe que a aprovação da PEC dos precatórios é o primeiro passo de uma grande caminhada que objetiva resolver o problema dos municípios. Dizem também que o primeiro passo é a metade do caminho. Eu espero que, com a aprovação dessa PEC, nós tenhamos andado realmente a metade do caminho.

Mas o Governo, ao isentar o setor automobilístico do IPI, Senador Heráclito, fez cortesia com o chapéu alheio, porque 50% do IPI é da União e os outros 50% são dos estados e municípios. Ele poderia muito bem dar isenção com o que significa a participação da União nesse imposto, e não punir municípios. Mais de 4.200 mil municípios brasileiros vivem unicamente do Fundo de Participação dos Municípios.

E eu, que conversei com o Presidente Lula sobre esse assunto, que defendi junto ao Presidente da República a edição de uma medida provisória para renegociar a dívida dos municípios com o INSS, sei da sensibilidade do Presidente e sei muito mais, Srs. Senadores: que o Presidente vai ter oportunidade para definitivamente resolver esse assunto.

Essa dívida dos municípios com a Previdência é impagável. Ela é indexada pela Selic, e isso não pode continuar.

Essa coisa de criação de Fundo de Emergência também é uma tolice, não há necessidade. É importante que se diga que, quando discutimos aqui a reforma tributária, o Senado elevou – e tive oportunidade, Srs. Prefeitos, de trabalhar bastante nisso – a participação dos municípios na cota-parte do Fundo de Participação de 23,5% para 24,5%. E essa elevação significou dinheiro suficiente para que os municípios pagassem um mês de salário. E isso é aportado para os municípios, Sr. Presidente, no final do ano, em dezembro, exatamente para pagar o 13º salário. Precisamos, dentre outras medidas, antecipar esse aporte, que foi uma conquista do Senado Federal, e precisamos recuperar as perdas que os municípios tiveram.

É fundamental que aprovemos a PEC dos precatórios. É fundamental que se limite, na renegociação da dívida dos municípios com a Previdência Social, é fundamental que se imponha um limite para comprometimento da receita dos municípios, estabelecendo um percentual. Anteriormente, quando obtivemos essa regulamentação, estabelecendo esse percentual, esse percentual estranhamente foi vetado pelo Governo. Só resolveremos, só teremos uma medida provisória eficaz para resolver a negociação da dívida com os municípios se li-

mitarmos o comprometimento da receita dos municípios com um percentual.

Tenho absoluta convicção de que, travando esse debate, claramente, abertamente, de forma transparente, vamos ter condições de tomar as medidas que precisam ser tomadas pelo Senado, e tomar também, com relação aos municípios brasileiros, as medidas que os prefeitos cobrem que nós tomemos.

Amanhã, vários municípios brasileiros farão uma greve de advertência. Eu estive, na última segunda-feira, na entidade dos Prefeitos de Alagoas, a AMA, e presenciei, Sr. Presidente, vi com os meus olhos, o pânico com que os prefeitos de Alagoas e de resto os prefeitos brasileiros vivem.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência cumprimenta o Senador Renan Calheiros pelas palavras de apoio aos municípios. Não tenho nenhuma dúvida de que vale muito a pena a presença de todos os prefeitos aqui, já que tivemos a manifestação de praticamente todos os líderes.

## ADEUS AOS DOIS DEPUTADOS

*Sessão de 16-4-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como Líder do PMDB nesta Casa, e como Senador, quero manifestar meu profundo pesar pela perda de dois companheiros de Parlamento, que muito nos farão falta.

A morte dos Deputados Carlos Wilson e João Hermann Neto, deixa o cenário nacional órfão de duas grandes personalidades políticas.

Carlos Wilson, além de ter sido um colega de Senado combativo, querido e conciliador, foi um gestor eficiente e competente.

À frente da Infraero, comandou o processo que perdura até hoje de modernização da infraestrutura aeroportuária do País.

Foi ele que teve papel decisivo na reforma e ampliação do aeroporto Zumbi dos Palmares, em Maceió. Manteve o calendário da obra em dia e deu prioridade ao projeto que hoje tem papel estratégico na economia do Estado.

Carlos Wilson era uma pessoa tão querida, que marcou a inauguração do aeroporto, feita pelo Presidente Lula, para 16 de setembro de 2005, dia de meu aniversário, num gesto de deferência que somente ele era capaz.

Carlos Wilson, enfim, era um parlamentar leal, solidário, ponderado e com trânsito entre todos os partidos e todas as correntes. Já estamos sentindo muito – muito mesmo – sua falta, dileto companheiro!

Outro colega que não podemos nos esquecer é o Deputado Federal João Hermann, uma pessoa de antigas tradições democráticas.



Além de ter sido destacado constituinte e um parlamentar experiente, Hermann integrava os esforços para que a bancada do PDT continuasse ocupando com maior protagonismo o espaço político da esquerda na Câmara dos Deputados.

Por várias vezes estivemos juntos, em conversas, durante estes anos todos em Brasília.

Era uma pessoa preocupada com os grandes problemas nacionais, com a crise mundial e estava sendo disposto a contribuir para o enriquecimento do debate parlamentar.

Desejamos aos dois amigos – e a suas famílias – paz e serenidade e que todos saibam que eles foram grandes homens públicos, que estarão sempre em nossa memória.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

## **ECONOMIA DE ALAGOAS E BR-101**

*Sessão de 30-4-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Os nossos cumprimentos.

Agora, estamos alternando o uso da palavra. Vai ser um líder, e o Líder que está inscrito é o Senador Renan Calheiros.

Renan Calheiros é Líder do PMDB, representa o Estado de Alagoas, a sua querida Murici. Renan Calheiros tem uns 30 anos de brilhante atividade política. Foi deputado estadual, várias vezes deputado federal, duas vezes senador, por duas vezes lidera, ou mais, o Senado da República, e sua atuação o fez crescer no PMDB, que está entre os maiores partidos da História do Brasil.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem tivemos um encontro proveitoso com o Ministro Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, nosso companheiro aqui no Senado Federal, sobre o projeto Serrote da Lage, da Mineradora Vale Verde. Esse é o maior investimento privado de todos os tempos no Estado de Alagoas. Participaram do encontro o Prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa, e o empresário Carlos Bertoni, representando o consórcio.

O Ministro Lobão conheceu detalhes do investimento, que chegará a R\$1 bilhão, inclusive com recursos internacionais.

O Ministro Lobão se comprometeu, Sr. Presidente, a dar atenção ao trâmite técnico normal desse projeto dentro do Ministério. Ele, inclusive – eu queria aproveitar a oportunidade para dizer – se dispôs a

visitar o Estado de Alagoas na primeira quinzena de maio para ver de perto o que está sendo feito e anunciar os investimentos que o Ministério vai fazer por intermédio da Eletrobrás no Estado de Alagoas.

Com relação a esse projeto da mineradora Vale Verde, depois de um mapeamento geológico no solo alagoano, foram confirmadas jazidas expressivas, jazidas de cobre e de ferro, que vão ser exploradas pelos próximos anos pela mineradora. O projeto abrangerá, pelo menos, quinze municípios diretamente com uma mina a céu aberto e plantas de beneficiamento que devem processar mais de 40 mil toneladas por dia de cobre e de ferro.

Já foram, Sr. Presidente, Srs. Senadores, investidos R\$60 milhões desse R\$1 bilhão que será investido ao longo da construção do projeto. Mas, para sustentar tamanho investimento, será necessária a construção de uma subestação de energia, rebaixando a linha de transmissão que vai de Xingó à cidade de Messias, onde já há uma subestação.

Assim, Sr. Presidente, a energia gerada pela hidrelétrica de Xingó, que antes simplesmente passava por Alagoas e chegava a Messias e daí para Pernambuco, vai poder ser levada para Arapiraca e os diversos municípios do agreste e do sertão de Alagoas, regularizando, entre outras coisas, o fornecimento de energia naquela região do nosso Estado.

A partir de 2011, quando o centro de distribuição de energia ficar pronto, o agreste e o sertão de Alagoas não terão mais problemas de energia pelos próximos 30 anos. O projeto da mineradora vai gerar mais de dois mil empregos diretos, Sr. Presidente, e aproveitar a mão de obra local na construção e operação desse investimento. Com a subestação de energia, a Companhia Energética de Alagoas, federalizada – é da Eletrobrás – vai se tornar uma parceira desse empreendimento. Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando for inaugurada a estação, ela vai resolver o problema da falta e da queda de energia, muito comum no interior de Alagoas, apesar das linhas de transmissão.

Além do setor de mineração, todo o setor produtivo de Alagoas será beneficiado, como as indústrias e os projetos de irrigação por todo o Estado – inclusive o Canal do Sertão, talvez a obra mais importante que está sendo realizada no Estado de Alagoas. Quando estiver em operação – já está sendo construída – ela vai depender do fornecimen-

to de energia a partir do rebaixamento em função dessa subestação que será construída em Arapiraca.

Ficam aqui os meus antecipados agradecimentos ao Ministro Edison Lobão que, mais uma vez, ontem, gentilmente nos recebeu. Eu aproveitei também a oportunidade para parabenizar o Prefeito de Arapiraca, Luciano Barbosa, que é inclusive presidente da entidade dos prefeitos de Alagoas, que está fazendo, Sr. Presidente, uma gestão exemplar em Arapiraca, e parabenizar também o empresário Carlos Bertoni, que representou o consórcio, por seu espírito empreendedor.

Outro tema também importante que eu faço questão de rapidamente abordar aqui desta tribuna refere-se, Sr. Presidente, aos atrasos no processo licitatório da duplicação da BR-101, em Alagoas, tanto no trecho norte, que vai da divisa com Pernambuco a São Miguel dos Campos, quanto no trecho sul, de São Miguel dos Campos a Sergipe.

Do Rio Grande do Norte, como sabe V. Ex<sup>a</sup>, até Palmares, no sul de Pernambuco, as obras de duplicação da BR-101 seguem em ritmo acelerado. Em Alagoas, Sr. Presidente, contudo, sequer o edital foi publicado. E, o pior, a publicação foi cancelada pela quarta vez, pasme, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Eu tenho cobrado, Sr. Presidente, a publicação da licitação; tenho feito isso publicamente. Inclusive aqui desta tribuna do Senado Federal, há meses venho fazendo isso, mas o DNIT e o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luiz Antonio Pagot, parecem ser mais preocupados com o calendário de outros estados do que com o calendário de Alagoas, impondo um sério revés aos alagoanos, um povo pobre, sofrido, que não pode, Sr. Presidente, Srs. Senadores, e não vai perder essa duplicação, que é um compromisso formal, repetido, assumido várias vezes pelo Presidente da República.

Eu conversei ontem demoradamente por telefone com o Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, outro nosso colega do Senado Federal que é uma pessoa séria, competente, em quem acredito e pessoa muito atenta à importância desse tipo de investimento para o Estado de Alagoas, um carente estado do Nordeste. Ele determinou – e fez questão de me dizer isso – a elaboração de uma nota técnica, que peço a V. Ex<sup>a</sup> seja transcrita neste meu pronunciamento, e anunciou

que o edital será publicado no dia 20 de maio. Veja bem, 20 de maio. Essa é a quinta tentativa. Outras quatro já se fizeram. Essa é a quinta tentativa de publicação do edital. Esse seria o primeiro passo, o passo fundamental da obra que, como disse, é uma obra muito importante do nosso Estado e integra os recursos do PAC. São 247 quilômetros de Sergipe a Pernambuco, com o custo de mais de R\$700 milhões. Considerado, Sr. Presidente, em todos os tempos um dos investimentos públicos mais importantes de Alagoas, a BR-101 parece, incompreensivelmente, despertar pouca atenção dos dirigentes do DNIT.

A duplicação provocará uma verdadeira revolução no fluxo de turistas e de cargas em Alagoas, movimentando a economia. Se a licitação não for publicada, Sr. Presidente Mão Santa, Alagoas corre o risco de iniciar a construção de seu primeiro quilômetro quando os outros estados do Nordeste já estiverem com seus trechos completamente duplicados.

Hoje – e eu queria fazer um parêntese, para uma observação – saiu uma nota, em um prestigiado jornal nacional, dando notícia de que queríamos, em função disso tudo, pasmem, convocar – e eu queria respeitosamente retrucar essa nota – uma Comissão Parlamentar de Inquérito em função da não publicação do edital de duplicação da BR-101 em Alagoas. Sr. Presidente, não é verdade. V. Ex<sup>a</sup> conhece minha prática. Nunca compreendo que Comissão Parlamentar de Inquérito seja uma saída. Não tenho Comissão Parlamentar de Inquérito como saída, muito menos para essa necessidade de Alagoas.

O PMDB está coeso. O PMDB está unido. O PMDB está realizando reuniões semanais e decidindo coletivamente, quando podemos, o que fazer. Ninguém do PMDB assinou essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Pelo que tenho conhecimento, ninguém do PMDB assinará essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Sei que a Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento legislativo respeitável. Acho que não pode ser vulgarizado. Não pode ser vulgarizado. E entendo que só tem sentido uma Comissão Parlamentar de Inquérito, só cabe uma investigação extraordinária quando essa investigação não está acontecendo pelos órgãos convencionais.

De modo que eu não priorizo, não priorizarei uma Comissão Parlamentar de Inquérito e, se depender de mim, ela não acontecerá. Agora, tudo que precisar ser feito do que cabe a mim fazer como representante do Estado de Alagoas para exigir a publicação desse edital de licitação, os senhores não tenham dúvida, absolutamente nenhuma dúvida, de que vou fazer. Vou levantar as informações, vou cobrar que o Senado peça as informações; vou levar essa discussão para a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, mas Alagoas não pode e não será prejudicada.

O Presidente da República tem demonstrado mensalmente compromissos com o nosso estado, tem honrado esses compromissos e ele próprio sabe desse assunto. Tive, na última quinta-feira, oportunidade de conversar demoradamente com ele sobre a necessidade da duplicação dessa importante rodovia no Estado de Alagoas.

Um outro assunto, Sr. Presidente – e já encerro – que quero destacar, e é importante que se destaque mesmo, foi a aprovação da MP nº 449 ontem à noite aqui no Senado Federal.

Foi um esforço das bancadas, de todos os partidos, das lideranças partidárias, e, em especial, Sr. Presidente, do Senador Francisco Dornelles, que é uma das maiores autoridades do País em matéria tributária e matéria fiscal e é membro destacado do Bloco da Maioria, que é composto também pelo nosso partido, o PMDB.

Graças à sensibilidade do Relator, o Senador Francisco Dornelles, além das medidas necessárias contidas nessa medida provisória para aliviar a economia nacional – que foi, na verdade, o grande objetivo da medida – foram contempladas, por S. Ex<sup>a</sup> – o Relator, reivindicações de setores fundamentais da economia e da sociedade. É o caso, Senador Mão Santa, dos taxistas e dos portadores de deficiência, que tiveram antecipada a prorrogação da isenção do IPI para a compra de veículos novos. Há mais de vinte anos que me dedico a esse assunto da isenção de IPI para taxistas e para deficientes físicos também.

Com relação aos portadores de deficiência, que são mais de 17 milhões no Brasil, o Senado da República – e modestamente colaborei para isso – é uma espécie de instituição pública modelo no Brasil, pela acessibilidade, pelas semanas dedicadas aos portadores de deficiência.

Já realizamos cinco desses eventos, e eu, modestamente, com minha esposa, tivemos a oportunidade de colaborar para que isso efetivamente acontecesse.

Mas, Sr. Presidente, graças à sensibilidade do Senador Dornelles, resolvemos também os casos das Santas Casas de Misericórdia e dos clubes desportivos com mais de três modalidades esportivas, que poderão, Sr. Presidente, parcelar em 180 meses seus débitos e obter benefícios fiscais.

Eu queria parabenizar a todos, parabenizar o Senado e a V. Ex<sup>a</sup> pela nova demonstração de competência e sensibilidade social. Muito obrigado, Senador Mão Santa.

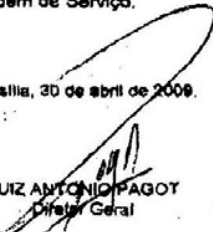
Matéria referida:

“Nota técnica sobre a duplicação da BR-101 em Alagoas”.

#### NOTA TÉCNICA

1. Os projetos básicos da BR-101/PE/AL dos lotes 1, 2, 3 e 4 – subtrecho: Entr. PE-103/126 (p/ Catende) – Entr AL-105, aprovados pela portaria 502/2008 de 14 de março de 2008, apresentaram equivocadamente as mesmas DMT's para os lotes 2, 3 e 4 (tracho de Alagoas). Requistamos a empresa projetista, CENTRAN/ATP Engenharia, a correção dos DMTs. Entretanto, como a empresa projetista já estava finalizando a elaboração do Projeto Executivo destes lotes, optamos por, ao invés de revisar o Projeto Básico, licitar os 4 lotes com o Projeto Executivo. A previsão para entrega do referido projeto é 15/05/2009. Quanto aos lotes 5, 6 e 7 da BR-101/AL – subtrecho: São Miguel dos Campos – Div. AI/SE, o Projeto Básico foi entregue em 06/01/2009 e analisado pela Coordenação de Projetos, conforme análise nº 001/2009. Esta análise foi encaminhada ao CENTRAN/ATP Engenharia para correções. A previsão para entrega do Projeto Executivo pelo CENTRAN é 15/06/2009.
2. Ressalta-se que o DNIT firmou convênio com o Exército Brasileiro, tendo como proponente o Departamento de Engenharia e Construção – DEC/CENTRAN para elaborar os projetos da BR-101/AL conforme a Portaria nº 407 MD/MT, de 26/03/05 – Plano de Trabalho 30.001.08.01.73.01, tendo entregue um projeto deficiente.
3. Novo Cronograma:
  - 15/05/2009 – Prontificação do Projeto Executivo;
  - 20/05/2009 – Edital de Licitação (Publicação);
  - 30/07/2009 – Contrato e Ordem de Serviço.

Brasília, 30 de abril de 2009.

  
LUIZ ANTONIO PAGOT  
Diretor Geral

## MINIAGRICULTORES DE CANA E PETROBRAS

*Sessão de 14-5-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando os oradores; agora vai falar o Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros. Ele representa a grandiosa Alagoas, que já deu dois presidentes militares. Civil ainda não deu, não é? Mas deu aquele grande escritor Graciliano Ramos, que foi o precursor da responsabilidade fiscal. Graciliano Ramos, além de escritor, teve esse papel na história. E seu livro *Memórias do Cárcere* faz fugir de qualquer ditadura. E *Vidas Secas*...

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – *Vidas Secas* completará 70 anos.

E Alagoas nos deu um presidente civil que foi o Presidente Fernando Collor de Mello.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Ah, é! Presidente civil: Fernando Collor de Mello, que, num momento de infelicidade deste Congresso, perdeu o mandato.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, o Brasil conseguiu resistir bem até aqui aos efeitos da crise internacional. É o único integrante do G-20 a registrar retomada de empregos.

O País vive momento de estabilidade econômica devido às medidas adotadas, à pujança de sua economia e ao empreendedorismo do nosso povo. Nós já fomos uma das economias que mais cresceram no planeta. Durante mais de 50 anos contínuos, o Brasil foi o país que



economicamente mais cresceu no mundo no século passado. E isso, Sr. Presidente, claro, se refletia na geração de emprego e na geração de renda também.

Para se ter uma ideia, de 1998 a 2007, o Brasil teve expansão de 56% no emprego formal. Assim, saltou de 24 milhões de empregados com carteira assinada em 1998, para 37 milhões em 2007, segundo dados do Dieese. O saldo de empregos no País em 2008 foi o terceiro melhor da história, com quase 1,5 milhão de novos postos de trabalho.

E agora, Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, depois do primeiro trimestre deste ano, houve uma retomada dos empregos, de acordo com levantamento do Ministério do Trabalho. O saldo voltou a ser positivo e a expectativa é de que continue assim. O crescimento do número de vagas com carteira assinada em março representa um avanço pequeno de 0,11%, em relação a fevereiro, mas representa, Sr. Presidente – e é importante ressaltar isso aqui – um avanço. Os dados mostram a expansão do emprego na região Sudeste, com mais de 50 mil novos postos de trabalho; no Sul, com mais de 15 mil postos de trabalho; e, no Centro-Oeste, com acréscimo de 15 mil novos postos de trabalho.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a alta do emprego não se deu em todas as regiões do País de forma homogênea, infelizmente. Norte e Nordeste ainda lutam contra o desemprego.

Muito desse resultado positivo – e eu tenho destacado isso por onde ando – se deve às ações do Ministro Carlos Luzzi, do Trabalho; deve-se também aos outros ministros, claro, mas principalmente, Presidente Mão Santa, à firme determinação do Presidente Lula de reagir à crise.

Nunca é demais lembrar que este nosso Parlamento brasileiro fez sempre a sua parte, aprovando uma série de medidas que ajudam, até hoje, a reverter o pessimismo e a criar um clima mais favorável ao investimento e ao emprego no País.

Foi assim quando uma comissão do Senado Federal propôs uma política de recuperação do salário-mínimo com o apoio, Sr. Presidente, em várias audiências públicas, dos trabalhadores e das centrais sindicais, e apresentou uma fórmula para recuperação do poder de compra

dos salários. Essa fórmula foi adotada posteriormente, numa decisão fundamental para o País, para a qualidade de vida das pessoas, para a condição de vida e para o próprio desenvolvimento da nossa economia.

Foi assim também quando nós ajudamos a unificar os programas sociais, ocasião em que tivemos, aqui no Senado Federal, a oportunidade de relatar o Bolsa Família. O Parlamento colaborou no aperfeiçoamento do Bolsa Família e vai colaborar sempre. Mas nunca é demais destacar o papel que o Bolsa Família tem cumprido com relação ao fortalecimento do mercado interno, ao aumento da receita, à criação de melhores condições para a economia, para o povo brasileiro.

Foi assim, Presidente Mão Santa, quando nós aprovamos aqui – e não se falava nisso antes da iniciativa do Parlamento – a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, responsável pelo expressivo aumento de empregos formais e de carteira assinada no País. E acabamos também de aprovar uma série de matérias e medidas provisórias, inclusive do próprio PAC, que vão aliviar a situação de empresas, principalmente as empresas de pequeno porte, e até mesmo o próprio contribuinte.

Em Alagoas, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, existem hoje mais de sete mil plantadores de cana-de-açúcar, dos quais seis mil são minifundiários e miniagricultores responsáveis pelo maior número de empregos no meio rural. São mais ou menos 240 mil postos de trabalho. Mais da metade desses plantadores sobrevive com uma produção de até 200 toneladas de cana.

Por isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apresentei em 2003 o projeto de lei que autoriza a criação do Programa de Apoio ao Pequeno e Médio Fornecedor de Cana (PROAF), que já foi aprovado em uma comissão do Senado Federal e está tramitando em outra comissão.

A proposta visa dar maior competitividade aos pequenos fornecedores de cana, ampliar o acesso ao crédito bancário, incentivar o associativismo, ampliar o treinamento e melhorar também os níveis escolares.

A matéria agora vai ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça e tem como Relator o Senador Raimundo Colombo, que é um conhecedor profundo das questões agrárias e agrícolas.

Essa, Sr. Presidente, como eu disse, é uma modesta contribuição que o Parlamento está dando ao setor rural.

Tenho conversado com o Presidente Lula, que é um homem do Nordeste e conhece de perto os dramas e as necessidades da região Nordeste, tanto Srs. Senadores que editou medida provisória em dezembro passado que incluiu a possibilidade de o Governo Federal conceder uma subvenção aos produtores da região na safra 2008/2009, independentemente de cana-de-açúcar. Pela medida provisória, como nós dissemos aqui em todas as fases da negociação dessa medida, será garantido o preço de comercialização de R\$40,92 por tonelada de cana-de-açúcar. Essa subvenção econômica está limitada, Sr. Presidente, a R\$5 por tonelada até 10 mil toneladas por produtor. Quem acompanha o drama dos pequenos e médios fornecedores de cana do Nordeste sabe da urgência da liberação dessa subvenção. Durante esta semana e no decorrer da próxima semana, será feito – essa informação nos foi repassada pelo Superintendente da Conab em Alagoas – o pagamento da primeira fase dos R\$45 milhões dessa subvenção econômica.

Será feito o pagamento da subvenção econômica correspondente aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro da primeira fase desses R\$45 milhões. Hoje, há cerca de 40 mil fornecedores de cana no Nordeste. A grande maioria de pequenos produtores, que deverão produzir 20 milhões de toneladas de cana na safra 2008/2009. O setor agroindustrial – cana, açúcar e álcool – representa 20% do PIB alagoano.

Tomadas as providências pelo Governo Federal e pelo Senado Federal, é importante garantir que, nos próximos dias, aconteça, como eu dizia, o pagamento total dessa primeira etapa.

Outro assunto que aproveito a oportunidade para, rapidamente, abordar da tribuna do Senado Federal – este é o último assunto que me traz à tribuna no dia de hoje – é o requerimento de instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar fatos relacionados à Petrobras. Hoje participamos de uma reunião de líderes, mais cedo, com o Presidente José Sarney e, como se sabe, Sr. Presidente, conseguimos – os líderes – dar um importante passo para o esclarecimento do que fora publicado. Ficou acertado que, antes de o Senado Federal

tomar uma decisão com relação à CPI, vai convidar o Presidente da estatal, Sérgio Gabrielli, para prestar informações, em plenário, numa reunião conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos, de Infraestrutura e de Constituição Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi uma decisão que, ao mesmo tempo em que procura esclarecer as denúncias, previne qualquer reflexo, na economia e no mercado financeiro.

Como todos sabem, a CPI é um instrumento sagrado do Parlamento, que só deve ser acionado quando os canais normais de investigação não estiverem funcionando. Para isso, Sr. Presidente, existe a Polícia Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário. A eles compete, rotineiramente, investigar.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito não pode ser considerada – e jamais vai ser considerada – um instrumento único de investigação.

O Brasil foi um dos últimos países a ser atingido pela crise econômica e pode ser, sem dúvida nenhuma, um dos primeiros a superá-la. Mas, para isso, Sr. Presidente, é preciso, além de fazer o dever de casa, não permitir verdadeiramente que turbulências internas atrapalhem os planos de recuperação.

A Petrobras tem um papel fundamental, tem um papel estratégico, neste momento, na consolidação da economia e é insubstituível, Sr. Presidente, no que representa para o País, inclusive tendo em vista os próprios investimentos.

Em momentos de alta tensão econômica como o atual, não se pode permitir que a maior empresa do País sofra qualquer abalo. Por isso, vamos, como sempre, colocar-nos à disposição.

A orientação que passamos para a bancada do PMDB foi de, na medida do possível, não colaborar com essa investigação política. É claro que há divisões no PMDB, e vamos compreender isso sempre, mas, no que depender da orientação do partido, da orientação do Líder da Bancada, não vamos colaborar com a assinatura para essa CPI, a não ser, Sr. Presidente, que esses assuntos que estão sendo denunciados não sejam investigados por quem de direito, que são, repito, a Polícia Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Agradeço a deferência de V. Ex<sup>a</sup> para comigo, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Essas foram as palavras do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, mostrando suas preocupações com uma das riquezas maiores do seu Estado, que é a produção de cana, e suas preocupações também quanto a uma CPI contra a Petrobras, que, a seu ver, é uma instituição que garante a riqueza deste País.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

## ADEUS AO DEPUTADO OSÉAS

*Sessão de 2-6-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não posso esconder minha consternação diante da perda do ex-Deputado Oséas Cardoso, falecido no último domingo, aqui em Brasília, aos 95 anos de idade.

Este filho ilustre de nossa terra foi três vezes deputado estadual e duas vezes deputado federal, sempre com votações muito expressivas.

Nascido em Viçosa, como Teotônio Vilela, Oséas Cardoso foi prefeito de Piranhas, cidade localizada às margens do rio São Francisco, e um dos grandes patrimônios do Nordeste.

Além de chefiar o Executivo deste município do alto sertão do São Francisco, foi também prefeito da encantadora Pilar.

Em abril de 1969, Oséas teve, injustamente, cassado o seu mandato parlamentar pelo Ato Institucional nº 5, o famoso AI-5.

Quase 20 anos depois, estava eu em Brasília, como constituinte, quando ele readquiriu seus direitos políticos. Era considerado uma das figuras mais representativas da história alagoana.

Batizou sua casa no Lago Sul, em Brasília, de “Mansão Pajuçara”, em homenagem a mais famosa praia de Maceió e uma das mais belas do Brasil.

Transformou esta residência em verdadeiro consulado de Alagoas, onde recebia amigos e redescobria o passado.

Oséas Cardoso era um deputado devotado, que procurava servir a quem o procurava. Nunca deixou uma carta ou um pedido sem resposta.

Honrado, decente, disciplinado, amigo, devoto fervoroso de Santo Antônio, nada temia. Sua coragem pessoal fazia dele um forte, um bravo, um destemido, um valente!

Nas provações que a vida lhe reservou, sempre teve ao seu lado Dona Lilita, esposa dedicada e companheira de todas as horas, que lhe serviu de apoio e soube aplacar o guerreiro intrépido e recalcitrante.

Dotado de uma coragem pessoal que o transformou em mito, ele esteve presente ao célebre tiroteio ocorrido na Assembleia Legislativa de Alagoas, nos anos 50, quando os deputados estaduais se reuniram para votar o *impeachment* do então Governador Muniz Falcão.

Oséas Cardoso Paes viveu e atuou recebendo, desde adolescente, a influência do seu meio social.

E cedo se deixou dominar pela mais exigente, apaixonante e absorvedora profissão que o homem pode ter: a Política.

Com privilegiada memória e dispondo de meticulosas anotações, dedicou parte de seus últimos tempos à literatura.

Publicou *Atividades Parlamentares*, *O Político - 17 Anos Depois*, *Retalhos de Uma Vida*, *Nossa Luta no Parlamento*. *O Impeachment* e, mais recentemente, *Páginas de Minha Vida*.

São livros de memórias. Pedacos de um cotidiano, enriquecido pelas batalhas que empreendeu pra atingir os objetivos a que se propôs, ainda no alvorecer da existência.

Como disse o Procurador de Estado e Membro da Academia Maceioense de Letras, Sebastião Palmeira, Oséas Cardoso foi um grande homem, que adorava o seu trabalho.

Estimado Deputado Oséas Cardoso, Alagoas já está sentindo sua falta.

O País também!

Descanse em paz e que sua família receba, por meio deste singelo pronunciamento, todos os nossos sentimentos por esta perda irreparável.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

## **PAPEL DO PARLAMENTO NA ECONOMIA**

*Sessão de 9-9-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Com a palavra, o Líder Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais cedo do que projetavam os críticos e antes do que desejavam os mais ácidos, a economia brasileira já começa a exibir sinais recorrentes de que atravessou com menos desconforto a crise que estremeceu grandes nações, liquidou respeitados conglomerados e afundou economias inteiras. Os mais conceituados organismos internacionais já antecipam que a recuperação mundial poderá se dar na virada do último trimestre e não mais no início de 2010. Ou seja, Sr. Presidente, o apocalipse profetizado por uns, por outros apenas aguardado, não veio. O Brasil passou muito longe da UTI econômica que fulminou nações e empresas.

Nunca o mundo havia se envolvido em uma crise semelhante à de 1930, cujo desfecho, Sr. Presidente, foi a depressão. A crise engolfou as potências do norte, nações pobres e os países emergentes, que, com responsabilidade fiscal, disciplina e austeridade ao longo dos anos, estabeleceram as bases de economias bem sólidas. O resultado foi o aumento da capacidade de reação de nações como Brasil, Índia, Rússia e China.

Em tempos imprevisíveis, a única certeza, Srs. Senadores, era a incerteza, que, para a economia, é tão nociva quanto uma recessão prolongada ou uma depressão. É uma contradição notável que a crise brotada do atolamento do sistema financeiro com créditos imobiliários virtuais, baratos e podres tenha aproximado pensadores antagonicos.



Karl Marx enunciava que o capital privado não consegue ordenar, sozinho, a economia e, por esse motivo, há necessidade da intervenção do Estado. Intervenção essa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que foi formulada na primeira grande crise pelo liberal Keynes, cujo receituário para atravessar o período de forte deflação foi manutenção da renda com a criação de empregos – muitos até inúteis – e diminuição da taxa de juros.

Se trocarmos o vocábulo marxista da “intervenção” pelo liberal “ajuda”, “suporte”, ou expressões mais modernas, como “alavancagem”, não causaremos, Sr. Presidente, arrepios, mas foi exatamente o que ocorreu no Brasil. O Estado aumentou os gastos públicos em investimentos, em socorros pontuais, para evitar o que aqui conhecemos, em 1999, como “risco sistêmico”, e também reduziu juros para que a economia mantivesse os níveis de atividade, minimizando os efeitos da crise. De maneira muito clara, essas intervenções ocorreram nos Estados Unidos, na Europa, na Ásia e no Brasil.

No Brasil, entre injeções de recursos em bancos privados e bancos públicos, linhas de crédito especiais, operações de câmbio, flexibilização do compulsório bancário e financiamentos a empresas, redução do IPI para automóveis e a linha branca, foram bilhões de reais. A provisão maciça de crédito para os setores que para sobreviver mais dependiam de crédito, associada ao investimento direto do Estado em obras, foi tempestiva e na dose certa. A liquidez, Sr. Presidente, foi mantida, o crédito circulou, a produção, embora com oscilações, foi mantida, o consumo interno foi decisivo e, assim, vieram os primeiros sinais de vida na UTI econômica planetária.

Por qual motivo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o inconfiável Brasil com sua débil economia de outrora reúne hoje, ao lado de outras nações, as melhores condições para apenas resvalar o epicentro da crise planetária? Fizemos nosso dever de casa, ao longo dos anos, graças à responsabilidade, maturidade e seriedade de dois governos – Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva – e suas equipes econômicas. Não seria justo o registro sem mencionar a responsabilidade do Parlamento, que, ao longo dos anos, aprovou ou desenvolveu vacinas contra a epidemia global. Boa parte, Sr. Presidente, da evolução

da nossa economia, da expansão do PIB, se deveu ao fortalecimento do mercado interno. O aumento do consumo veio, em grande parte, da ampliação da oferta de crédito, que pulou de 19% para 37,5% do PIB, do aumento do poder de compra do salário-mínimo, do crescimento da massa salarial e das políticas compensatórias de renda, como o Bolsa Família, que teve origem no Fundo de Pobreza, do saudoso Senador Antonio Carlos Magalhães, que sempre nos fará muita falta.

Tive, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a honra de criar uma comissão para o salário-mínimo, coordenada pelo Senador Paulo Paim, que colaborou com a fixação do modelo atual de reposição da inflação, mais variação do Produto Interno Bruto. Igualmente, tive a confiança do PMDB para relatar aqui, no Senado Federal, o Bolsa Família, hoje um programa de redistribuição de renda e redução de desigualdades respeitado em todo o mundo.

Relevem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, enumerar o que o Congresso vem fazendo concretamente para diminuir a vulnerabilidade brasileira. Não basta indicar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o Parlamento é imprescindível para a democracia. Temos de dizer o que ele faz para tal. Com indispensável colaboração da Oposição, aprovamos aqui, no Senado, em dois turnos, a reforma tributária. Aqui também – e me permita, Sr. Presidente, alguns poucos minutos a mais – aprovamos a PEC paralela da Previdência, a vital Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovamos a Super-Receita, a Lei de Falências, avalizamos o *status* de Ministério para o Banco Central, discutimos e votamos diversos marcos regulatórios, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que significou mais empregos formais, a desoneração da produção, das exportações.

Votamos ainda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as ZPE – Zonas de Processamento de Exportação, o piso dos professores, a negociação das dívidas rurais, a reforma infraconstitucional do Poder Judiciário, a súmula vinculante, a Lei da Repercussão Geral, o Fundeb, o Super-simples, o microcrédito, as PPP. Aqui no Senado, Sr. Presidente, o orçamento impositivo e até mesmo a reforma política, merecedora do nome que, embora possa não sugerir, terá impacto positivo na econo-

mia, na representatividade, na formação da maioria e na estabilidade política que hoje pode ser quantificada economicamente.

Eu poderia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ficar horas apenas citando projetos que representam agilidade diante de crises, economia para os cofres públicos, racionalização, mais empregos, maior arrecadação, renda e estabilidade econômica.

Mas o tempo, Sr. Presidente, é de avançar e votar.

Governo e Oposição são duas faces da mesma moeda: a moeda não desvalorizável que é o Brasil. Tenho respeito e plena confiança na maturidade da Oposição brasileira para acelerar as medidas que a circunstância vem impondo. Depois da crise mundial temos como dizia a obrigação de avançar na reforma tributária, repito já aprovada aqui no Senado Federal, não como redentora, mas como elemento harmonizador do nosso federalismo fiscal.

Igualmente, Sr. Presidente – sempre defendi este caminho –, devemos ampliar a desoneração tributária da cesta básica. Ir além dos tributos federais, conquistado e sugerido aqui no Senado, e alcançar o ICMS, estudando meios compensatórios no próprio imposto para os estados que apresentem eventuais perdas de receita. A desoneração do ICMS na cesta básica, aprovada aqui no Senado, aumenta o poder de compra do salário do trabalhador em 15%, sobretudo dos pequenos salários.

O marco legal para a exploração da camada do pré-sal, a continuidade da reforma do Judiciário, dentre outras agendas, são mais prementes agora, na pós-crise, Sr. Presidente. O Presidente Lula qualificou a exploração do pré-sal como a nova independência. Será a independência e, também, a redenção.

O pré-sal, Sr. Presidente e Srs. Senadores, não é de governo, nem de oposição. O petróleo é e continuará sendo nosso. A urgência não é de governo, nem de candidatos. Não pode ser. Quem tem pressa é o Brasil; quem tem urgência são os pobres, que serão beneficiados com a exploração dessa riqueza. Não entendo, Sr. Presidente, como a urgência constitucional se tornou divergência e não convergência para tirar mais brasileiros da indigência. Ela é, portanto, o caminho para a conciliação nacional.

O que vimos nos piores dias da crise foi à civilizada e pedagógica parceria entre o Governo Federal, os Governos de São Paulo e Minas Gerais, ambos de oposição, em torno do equilíbrio da indústria automobilística do País. Os resultados, Sr. Presidente, foram concretos. Na contramão do mundo, as montadoras, no Brasil, engrenaram no crescimento de vendas, enquanto suas matrizes quebraram. Ou deram marcha-à-retrás, exemplo eloquente – já estou terminando – de que, no Brasil, a classe política é madura, responsável e saberá colocar os interesses do País acima das divergências e das aspirações político-partidárias. Esses, Sr. Presidente, são os novos tempos e eles não acolhem disputas extemporâneas e intrigas dispersivas.

A safra de boas notícias é renovada a cada dia. Nesta semana, o IBGE revelou que o nível de emprego na indústria voltou a subir, depois de nove meses em queda. O Relatório de Competitividade Global 2009, divulgado anualmente, mostrou que o Brasil subiu oito pontos em *ranking* com 133 economias, conquistando a 56ª colocação.

O Brasil, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, registrou melhorias nos quesitos de estabilidade econômica e sofisticação do mercado financeiro, ambos com ganho de treze posições. Outro levantamento, do Fórum Econômico Mundial em parceria com a Fundação Dom Cabral, apontou o Brasil como país que melhor sairá da crise financeira mundial, em termos de competitividade. Na semana anterior, o Ipea já havia anunciado que, mesmo no ápice da crise, o Brasil tirou mais meio milhão de pessoas da faixa de pobreza. Milhões de brasileiros deixaram a linha de pobreza após os programas de transferência de renda e aumento real do salário mínimo.

Outra sinalização, Sr. Presidente, de melhores dias está no orçamento de 2010. Ele contém a previsão de crescimento de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB), aumento do salário-mínimo para R\$506,00 e incremento de gastos na área social, na ampliação e aumento dos valores do Bolsa Família e no aporte de mais de R\$7 bilhões, para que quem ganha até dez salários mínimos possa realizar o sonho de ter casa própria.

Nos pós-crise todos devem avaliar sua interação e assumir o papel que lhe foi conferido pela sociedade. Brasileiro não faz oposição

ao Brasil. A missão de todos nós é trabalhar. É a isto que se propõe o PMDB, partido que tenho a honra de liderar aqui no Senado Federal. O PMDB quer contribuir para ultrapassarmos rapidamente a crise. Quer prosseguir com o aumento da renda, com o crescimento do salário mínimo, com os programas sociais, com a estabilidade econômica, com o aumento da massa salarial, com o emprego, com os aprimoramentos constitucionais, com a diminuição das desigualdades, redução de juros, com o aumento de oportunidades e diminuição das desigualdades e com a conformação da cidadania brasileira.

Mais do que esperança, tenho a convicção de que essa civilidade, responsabilidade, seriedade e patriotismo dos agentes envolvidos na solução de nossos problemas irão prosseguir.

Afinal, a disritmia acusada pelo capitalismo pode não ter sido apocalíptica, mas assustou e ainda cobra uma nova ordem, que sempre é consequência de uma construção coletiva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

## PRESENÇA DO ESTADO DE ALAGOAS NA ECONOMIA

*Sessão de 15-9-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney. PMDB – AP) – Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Há exatamente um ano, Sr. Presidente, um poderoso banco norte-americano, o Lehman Brothers, quebrou, arrastando na sua irresponsabilidade financeira uma cadeia de instituições e corporações respeitadas em todo o planeta.

O Brasil, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, obviamente não ficou imune. Mas, de lá para cá, com responsabilidade, transparência, ações pontuais e muita cautela, o País vem progressivamente reconstruindo sua vocação natural de crescimento econômico.

Fomos uma das primeiras nações a superar a recessão técnica caracterizada por dois trimestres consecutivos de retração. Para aqueles que acompanham a economia sem paixão política, já era esperada a retomada do crescimento anunciada pelo IBGE de 1,9% do Produto Interno Bruto, na semana passada, tanto que, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, alguns analistas arriscaram números muito próximos aos do índice oficial.

A expansão do PIB vem numa sucessão de notícias positivas na economia. Depois dele foi anunciada uma queda – a maior do ano – na taxa de inadimplência dos brasileiros. A queda, Sr. Presidente, foi de 5,1% em agosto deste ano, frente a julho, revelou o indicador da Sersa de Inadimplência de Pessoa Física, divulgado nesta segunda feira.

Além da redução, que é saudável, a explicação é mais auspiciosa. Os técnicos verificaram que a recuperação econômica a partir da metade de abril, com queda dos juros, recuperação do emprego, maior confiança do consumidor e retorno do crédito, tem contribuído para o decréscimo gradual da inadimplência.

Na mesma safra de boas notícias, a estimativa para o desempenho da economia brasileira em 2009 apresentou leve melhora na pesquisa semanal Focus, divulgada ontem pelo Banco Central. No levantamento realizado junto a instituições financeiras, a previsão para o Produto Interno Bruto neste ano passou de um recuo de 0,16% para uma contração de 0,15%. Para 2010, Sr. Presidente, a previsão do Produto Interno Bruto foi mantida em expansão de 4%, número próximo ao que consta no orçamento enviado pelo Governo Federal para 2010.

Outro dado revelador foi o Sinalizador da Produção Industrial de São Paulo, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas. O indicador, Sr. Presidente, Srs. Senadores, visa a antecipar a tendência do setor. Ele subiu de 2,3% em agosto sobre julho. Até mesmo as desigualdades sociais diminuíram em plena crise, segundo os estudos em torno da pesquisa mensal de emprego do IBGE. São igualmente alvissareiras as informações de que perto de um milhão de novos postos de trabalho serão criados até o final do ano, sugerindo que milhões de famílias terão um Natal muito melhor do que o Natal do ano que passou.

Sem ufanismos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores, é difícil citar outra nação que estivesse tão preparada e com a economia tão estruturada para enfrentar a crise. Parecíamos até estarmos moldados para tal. Até, Sr. Presidente, as superlativas taxas de juros, sempre tão criticadas interna e externamente, acabaram sendo instrumento de ação eficaz para atenuar o problema.

A situação do Brasil é o resultado de uma disciplina fiscal férrea ao longo dos anos, austeridade e intervenções pontuais, como foi a redução de juros, a eliminação do IPI para automóveis e linha branca, provisão maciça de crédito e financiamentos de bancos públicos. Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitas dessas vacinas contra crises foram votadas ou sugeridas pelo Congresso Nacional. Nunca é demais sublinhar a importância das medidas aprovadas, nascidas aqui, no Se-

nado Federal, ou aqui melhoradas, para atravessarmos a turbulência que vai se dissipando.

Mas todos sabem que o Brasil venceu a recessão, mas precisa avançar. Se na macroeconomia obtivemos bons resultados, há setores que padeceram e ainda sofrerão com os efeitos dessa tormenta global. Entre eles, Sr. Presidente, a siderurgia, o setor de calçados, as exportações como um todo e, principalmente, o agronegócio, que teve uma resistência heroica. A tenacidade desse setor, Sr. Presidente, será responsável pela segunda maior safra de grãos de nossa história – isso em plena crise –, produção que, sem dúvida, vai conter qualquer pressão no preço dos alimentos.

A superação da recessão não aconselha a sensação de alívio, de que o pior já passou. Isso é verdade.

O pior, Sr. Presidente, já passou, mas o pós-crise, como disse aqui, na semana passada, impõe trabalho ao Executivo e ao Congresso Nacional uma nova ordem econômica. Viu-se, sobejamente, que o mercado não consegue, isoladamente, ordenar a economia.

A presença do Estado, como foi agora, será sempre cobrada, especialmente em momentos mais delicados. Devemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, avançar firmemente nas desonerações tributárias e estímulos fiscais reclamados em vários ramos da atividade econômica. Eu mesmo propus e reiterei, mais uma vez, desta tribuna, que devemos ampliar a desoneração da cesta básica, hoje restrita aos impostos federais. Podemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tranquilamente, chegar aos impostos estaduais e, desta forma, favorecer os mais pobres.

São inegáveis o efeito social e o impacto econômico positivo das desonerações. Quando foi preciso estimular o consumo, o Governo criou duas alíquotas intermediárias de imposto de renda e alargou a faixa para isenção. Isso foi responsável, Sr. Presidente, por uma injeção de 5,6 bilhões na economia. No caso do IPI, o impacto foi próximo, bem como na redução, pela metade, do IOF incidente sobre operações de crédito de pessoa física.

O benefício social, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é imediato, instantâneo, e não há prejuízo, já que o dinheiro circula e estimula a economia interna, fortalecendo o mercado interno. É preciso fixar metas,



calendários e objetivos. Não vamos repousar no conforto momentâneo de que o pior passou. Vamos aceitar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o desafio de que melhores dias são sempre possíveis.

Quero também comunicar à Casa que estive, há poucos minutos, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, pedindo e acertando com ele que irei procurar todos os líderes partidários da Câmara dos Deputados para que tenhamos a urgência urgentíssima do projeto que apresentei – em tempo recorde aprovado pelo Senado Federal –, que isentam do pagamento de imposto de renda os aposentados diabéticos ou reformados diabéticos.

Como se sabe, Sr. Presidente, essa é uma providência inevitável. Temos, no Brasil, uma população de diabéticos, presumivelmente, Senador Arthur Virgílio, de 10 a 12% da população.

O diabetes é uma doença incurável. Esse pessoal, os aposentados ou reformados, gasta muito dinheiro com o tratamento do diabetes, e é preciso que nós façamos a isenção para que as famílias brasileiras tenham, na verdade, mais recursos para cuidar melhor, com mais eficácia, dessa doença.

Sr. Presidente, por fim e pontualmente respondendo ao Senador Arthur Virgílio, eu já disse aqui e queria repetir, disse até no Conselho de Ética, que eu já me convenci das razões de S. Ex<sup>a</sup>. Já me convenci. Portanto, é dispensável qualquer intervenção que S. Ex<sup>a</sup> faça com relação a esse assunto. Mais do que me convencer, eu me convenci e recomendei, todos lembram, à bancada do PMDB que votasse favoravelmente ao arquivamento da representação do PMDB contra o Senador Arthur Virgílio. E assim foi feito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por unanimidade.

Eu não quero, pelo amor de Deus, aqui delongar uma discussão que ninguém mais aguenta nesta Casa. Muito menos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou comparar situação de funcionários. Não compete a nenhum senador tratar aqui de frequência de funcionários. Pelo amor de Deus! Eu nunca cuidei disso e nunca vou cuidar, tanto que não entendi quando o Senador Arthur Virgílio veio aqui dizer exatamente o que disse, porque, Senador Arthur Virgílio, não cabe ao Senador tratar da frequência de servidor. Não cabe. Pelo amor de Deus, não cabe!

O Deputado Rui Palmeira disse que, tão logo decidira viajar, ele havia me procurado. E V. Ex<sup>a</sup> fez questão de ler aqui, eu queria apenas repetir... E eu disse para ele assim: “Olha, Rui, procura o teu chefe imediato”. Porque eu não tenho nem certeza de onde era lotado o servidor. Eu não me lembro, sinceramente. “Procura o teu imediato, o teu chefe imediato. Se isso for possível, paciência”. Portanto, eu não tenho nada a responder sobre essa questão, nada, absolutamente nada, a não ser dar um testemunho do que o Rui Palmeira representou para o Senado e para a Presidência no tempo em que serviu a esta Casa. Ele próprio pediu para sair, ele próprio delongou a permanência no exterior. Nada, não tratou absolutamente nada disso comigo, nem seria o caso.

Sr. Presidente, se nós rememorarmos o passado do Senado e o que tem havido com relação a essa coisa da frequência aqui em alguns casos... Há um caso aqui – e me permita não citar qual é o Senador – de um servidor do Senado que foi preso, passou dois anos na cadeia e recebeu, durante esses dois anos, salário do Senado. Porque não compete ao Senador exatamente atestar a frequência de servidor nenhum.

Eu sei exatamente do papel constitucional do Senado, o que cabe a cada um de nós, Senadores, e eu, Senador Arthur Virgílio, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, sinceramente, não gostaria de tratar desse assunto, comparar situação de servidores, comparar casos e muito menos, pelo amor de Deus, atestar a frequência de ninguém.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## SENADOR ALBERTO SILVA – FUNDEB

*Sessão de 29-9-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero, desta tribuna, em nome da bancada do PMDB, render uma justa, sincera e fraterna homenagem ao Senador Alberto Silva, falecido neste domingo último.

O Senador Alberto Silva foi verdadeiramente um dos senadores mais brilhantes de toda a história desta Casa. Vi, no dia-a-dia do Senado Federal, a sua lealdade, a sua coragem e, sobretudo, a firmeza de seus posicionamentos, porque, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Alberto Silva nunca cedeu aos apelos fáceis do sensacionalismo.

Particularmente, tive na pessoa do Senador Alberto Silva um amigo de todas as horas, principalmente, Sr. Presidente, naquelas horas mais difíceis.

Com 91 anos de idade, Alberto Silva conservava o equilíbrio, a inteligência e, acima de tudo, a percepção lúcida do momento histórico do País, com a correta visão do futuro. À frente da Liderança do PMDB aqui, no Senado, sempre tive na figura de Alberto Silva um grande parceiro nas deliberações da bancada sobre grandes questões nacionais.

Tudo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi fruto de sua riquíssima experiência pública: prefeito duas vezes, governador também duas vezes, deputado federal, senador também em duas ocasiões. Além disso, Srs. Senadores, pontificou sua carreira ocupando diversos cargos importantes na área de energia, turismo e desenvolvimento regional.

Alberto Silva pode ser considerado um visionário. Na década de 70, ainda no século passado, Alberto Silva foi um dos primeiros que

ressaltaram a importância da utilização de vegetais na geração de energia como, por exemplo, a mamona.

Tenho a nítida lembrança de um discurso aqui proferido pelo Senador Alberto Silva, em 2006, quando defendia incansavelmente a criação de uma empresa estatal voltada para o desenvolvimento dos biocombustíveis, a qual ele chamava de Biobrás.

Alberto Silva foi realmente um grande defensor da gente do seu Estado, o Piauí. Nas suas intervenções no plenário, nunca deixava de lembrar a necessidade de apoiar os pequenos agricultores da sua região, do Nordeste, e também do seu Estado, Piauí.

Alberto Silva, Sr. Presidente, tinha inegável paixão pelo povo do seu Estado, como eu dizia. Para ele, o piauiense é, antes de tudo, um herói. E, para demonstrar esse apego, esse vínculo às raízes do Piauí, quero lembrar mais uma passagem do Senador Alberto Silva aqui no Senado Federal. Certa vez, dirigindo seu pronunciamento aos jovens, ocasião em que versava sobre a história da Independência brasileira e da resistência dos nossos soldados, Alberto Silva, em alto e bom som, dizia: “Foi ali no Piauí, às margens do rio Jenipapo, que se travou a única batalha sangrenta e heroica de brasileiros em favor da Independência do Brasil”.

Eis aí um grande senador, um grande brasileiro que soube engrandecer o Piauí, a sua gente e também o seu País. A sua família, Sr. Presidente, eu, carinhosamente, gostaria de abraçar. A todos os seus filhos e suas filhas, os meus mais sinceros sentimentos.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Pois não. Ouço, com muita satisfação, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (DEM – RN) – Senador Renan Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> interpreta – eu tenho certeza – como Líder do PMDB, o sentimento desta Casa. O Senador Alberto Silva – agora deputado federal –, que foi governador, foi tantas coisas neste País, foi um grande companheiro de nós todos, e V. Ex<sup>a</sup>, reafirmo, interpreta com fidelidade o pensamento daqueles que conviveram com ele, como eu. Ele era

engenheiro como eu, ele foi governador como eu, ele era um homem de muito espírito público, um homem descente e um homem de muito boa convivência pessoal. Eu fui tomado de surpresa quando o Senador Heráclito Fortes, que está no Piauí, em Parnaíba, para as exéquias de S. Ex<sup>a</sup>, comunicou-me o falecimento de Alberto no dia de ontem. Eu lamento, profundamente, em meu nome e em nome do meu Partido porque o Piauí perdeu uma de suas referências. Alberto Silva foi, durante um longo momento, talvez a mais importante referência da política piauiense. É um homem probo, um homem sério, um homem de tradição política. Deixa descendentes, deixa filho político, mas deixa, acima de tudo, um legado de decência.

E V. Ex<sup>a</sup>, como Líder do PMDB, interpreta com muita fidelidade o sentimento do seu partido, que é o sentimento a que desejo me associar em nome dos Democratas, que é o meu partido, que gostava muito de Alberto Silva, o sempre Governador do Piauí.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Agradeço o aparte do Senador José Agripino, sensibilizado. É isto mesmo, a perda que a morte do Senador Alberto Silva provoca em todos nós é irreparável, e fará muita falta a presença dele no Congresso Nacional, como muita falta fez aqui a presença dele, no Senado Federal e sobretudo na nossa convivência. Mas, Sr. Presidente, um outro assunto que eu gostaria de tratar rapidamente aqui era sobre a necessidade de nós votarmos amanhã – e concordo plenamente com o Senador José Agripino – o crédito suplementar que aporta mais um bilhão de reais para os municípios, para reparar perdas dos municípios.

Os municípios brasileiros estão sofridos, perderam receitas com as desonerações propostas pelo Presidente da República – em boa hora propostas pelo Presidente da República, porque o Brasil foi o primeiro País a sair da crise; foi um dos últimos a entrar e foi o primeiro a sair verdadeiramente. O Presidente Lula fez a sua parte; esta Casa também colaborou, ampliando, em alguns casos, as próprias desonerações, de modo que não podemos mais demorar no Congresso Nacional, precisamos votar amanhã mesmo, sem nenhuma falta, e nada vai justificar que não votemos esse crédito suplementar para que o Governo Federal possa aportar mais um bilhão de reais nos cofres municipais.

Um outro assunto também vinculado aos municípios tive a oportunidade de tratar, na última quinta-feira, com o Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Sr. Presidente, com a queda na receita, com o encolhimento da economia, alguns estados e vários municípios brasileiros perderão receita no Fundeb. É que, antes, no Fundef, havia uma estimativa com relação ao custo/aluno. Agora, Sr. Presidente, há uma previsão. Como a economia caiu, nós, sinceramente, não poderemos deixar arranhar-se a credibilidade do Fundeb. E o que for preciso fazer, também, com relação a isso, para encontrarmos uma saída, a exemplo do que fizemos para recompor as perdas da receita do Fundo de Participação, eu acho que é importante nós fazermos.

Por isso, Senador José Agripino, eu quero fazer um apelo a todos. Concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>, nós vamos, mais uma vez, estar juntos, votando, amanhã, esse crédito suplementar, porque, se nós não votarmos, nada teremos a dizer ao País e aos municípios brasileiros.

Muito obrigado.

## **ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA DIABÉTICOS**

*Sessão de 7-7-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, como Líder do PMDB.

Em seguida, falará o Senador Eduardo Suplicy para uma breve comunicação.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de registrar aqui uma importante conquista para os portadores de diabetes de todo o País, uma medida justa que vai beneficiar milhares de pessoas que lutam contra a doença.

Foi aprovado hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 390, de 2008, de minha autoria, que inclui o diabetes melito e a fibrose cística entre as enfermidades a cujos portadores serão concedida isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria e reforma.

Quero aqui ressaltar a enorme sensibilidade social e o espírito público dos senadores integrantes da CAE, que aprovaram, por unanimidade, a proposta, e, em especial, Presidente Senador Geraldo Mesquita, o parecer favorável do Relator, Senador Marcelo Crivella, um Senador realmente comprometido com as causas sociais, com atenção aos enfermos de todas as classes. Sem o trabalho do Senador Marcelo Crivella, não teriam avançado nesta luta, que é a de dar condições aos portadores de diabetes de terem uma vida mais digna.

O Brasil, como sabemos, e o mundo vivem uma verdadeira epidemia de diabetes. Em nosso País, são mais de 10 milhões de pessoas afetadas pela doença.

Assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considero justo que os portadores do diabetes melito tenham um alívio financeiro para que tenham condições de comprar remédios e fazer um tratamento mais eficiente a esta doença, que – nunca é demais repetir – pode ser tratada.

Eu gostaria também de lembrar que algumas classes de doentes recebem, por lei, isenções diferenciadas, que se destinam a ajudar o custeio de tratamento, em geral, oneroso, muito oneroso. A meu ver, a concessão é justificada pelo fato de que a doença limita a força produtiva dos enfermos ao mesmo tempo em que faz aumentar seus gastos pessoais e familiares. Essa medida é uma antiga reivindicação de entidades e organizações não governamentais ligadas à defesa dos portadores de diabetes.

A legislação atual, Srs. Senadores, isenta de tributação algumas doenças que, na verdade, são complicações comuns ao diabetes, como a nefropatia e cardiopatia graves, além da cegueira e derrames. Com o acréscimo do diabetes à lista de isenções, todas as patologias dele decorrentes serão contempladas com o benefício fiscal.

Essa é uma das doenças de maior prevalência no mundo, com tendência a agravar-se com o avançar da idade, e é, Sr. Presidente, responsável, no Brasil – apenas no nosso País –, por 20 mil a 25 mil óbitos todos os anos.

Tivemos a preocupação de apresentar ainda outros dois projetos de lei que visam melhorar a situação dos portadores do diabetes em todo o País. O primeiro permite o saque dos saldos das contas do FGTS, inclui o diabetes entre as doenças que dão direito à inexistência de prazos de carência para a concessão de auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez e concede também, Srs. Senadores, passe livre aos portadores de diabetes melito.

E o segundo estabelece um programa de educação especial para diabéticos, o que obrigará o SUS a realizar campanhas esclarecedoras sobre a doença em todo o País. Essa proposição, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, foi inclusive reconhecida pelo Instituto de Estudos



Legislativos Brasileiros (IDELB), que concedeu o Prêmio de Mérito Legislativo de 2009, outorgado a projetos que se destacam pelo alcance social.

Quero comunicar a Casa e também à S. V. Ex<sup>a</sup> que vou, pessoalmente, procurar o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, como também todos os líderes partidários, para que tenhamos uma rápida tramitação desse projeto com grande retorno social na Câmara dos Deputados, na outra Casa do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC)  
– Senador Renan Calheiros, quero parabenizá-lo pela aprovação desse importante projeto que beneficia milhares de pessoas no nosso País. Espero que tenhamos sucesso na sua aprovação na Câmara dos Deputados no menor espaço de tempo possível.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

## CONSOLIDAÇÃO LEGISLATIVA E ECONOMIA

*Sessão de 14-10-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, Senhor Presidente, o Brasil, na ânsia de equacionar demandas sociais seculares, na vontade de resolver lacunas, dívidas e suprimir omissões históricas, acabou produzindo um excesso de normas, lei, decretos e outros mecanismos legais. É o que se pode chamar de exagero da boa-fé. Um voluntarismo que alcança todos os Poderes nas três esferas públicas. Obviamente a produção de normas, éditos, leis, portarias, decretos nunca tiveram o fito de confundir ou dispersar.

O Presidente Lula vem reunindo boa parte da equipe ministerial dando início ao processo de consolidação das leis sociais brasileiras. O intuito do Presidente, notoriamente, é agregar em um só instrumento legal os programas como a Bolsa Família, o Saúde da Família, a merenda escolar e outros, tal qual fez o Governo Getúlio Vargas quando congregou todas as normas trabalhistas num único instrumento legal, a hoje conhecida e, para os trabalhadores, indispensável CLT.

Unificar a ação social do Governo, além de uma imperiosa simplificação legal, traduz o desejo inequívoco de que estas políticas sejam de estado e, portanto, permanentes. Nada mais justo para programas que têm demonstrado eficácia e êxito. Só a Bolsa Família, que alcança 13 milhões de beneficiários, agregado ao aumento do salário mínimo e ao crescimento da massa salarial, foi responsável pela migração de quase 20 milhões de pessoas da linha da pobreza desde 2003. A história saberá reconhecer a importância destes programas e, assim como fez com Getúlio, haverá de reservar uma distinção à altura para os pro-

gramas de redistribuição de renda do Presidente Lula, reconhecidos internacionalmente.

Seria oportuno aproveitar a luminosidade do tema, após a iniciativa do Presidente Lula, para reiterar a dívida que temos na consolidação das leis brasileiras, como um todo. Hoje no Brasil existem perto de 54 mil éditos legais, entre normas, portarias, decretos, leis e outras regulamentações que provocam muita desordem e confusão. Este cipoal gera divergências judiciais, redundâncias, conflitos legais e, ao final, um veneno temerário para as democracias e a expansão econômica.

Quando fui honrado pelo meu partido para ocupar o Ministério da Justiça, iniciamos este debate e chegamos a começar o trabalho de consolidação da legislação de modo a simplificar, reduzir, ordenar e tornar compreensível nossa babel jurídica. Lamento que este importante trabalho tenha sido vítima da descontinuidade.

É hora de retomarmos a discussão e sugerir ao Presidente Lula a criação de uma comissão de juristas para retomar este trabalho de racionalização legislativa, começando pela legislação social. Ele não só irá contribuir para desentupir os tribunais e simplificar como também irá redundar no fortalecimento do conceito de segurança jurídica, vital para investidores que, ao que tudo indica, começarão a desembarcar no Brasil nos próximos meses.

Uma das conclusões da última reunião do Fundo Monetário Internacional foi exatamente esta. Os técnicos do FMI estão projetando uma corrida de investidores para o Brasil por causa da rápida recuperação da economia e, por isso, estão até sugerindo a flexibilização dos incentivos governamentais. Estamos então diante da iminência inédita de administrarmos abundância de recursos e não mais a escassez.

O que tem atraído a atenção dos investidores externos é a vitalidade da economia brasileira escorada, principalmente, pelo mercado interno, que cresceu na esteira do incremento da massa salarial, no aumento real do salário mínimo, nas desonerações e nas ações pontuais de provisão de crédito feitas pelo Governo na hora e na dose certa.

Depois da tormenta que varreu grandes nações, liquidou impérios e estraçalhou economias inteiras, eis que os bons resultados da sinfonia econômica brasileira já estão atraindo os ouvidos do mundo:

– Em agosto foram criados 242 mil novos empregos com carteira assinada. Foi o melhor mês na criação de novos postos desde 1992. São 680 mil empregos no ano, o que legitima a projeção de um milhão de novos empregos em plena ressaca da crise;

– O mercado consumidor interno teve um crescimento de 20% nos últimos anos, segundo a FGV e foi o principal responsável por manter a atividade econômica e permitir que o Brasil saísse mais rapidamente da recessão técnica;

– O mercado interno foi fortalecido pelo aumento da massa salarial, pelos aumentos reais do salário mínimo e pelos programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família;

– Desde 2003, nada menos do que 19,4 milhões de brasileiros deixaram a linha de pobreza, segundo a mesma FGV. Meio milhão deles em plena crise econômica. Isso é distribuição de riqueza de fato e não retórica;

– A indústria registrou em julho seu sétimo mês consecutivo de recuperação;

– O Brasil foi avaliado pelo Fórum Econômico Mundial como o país que melhor sairá da crise e que apresentará o melhor critério de competitividade internacional;

– A taxa média de juros cobrados pelos bancos, agora em agosto de 2009, foi a mais baixa desde 1992;

– No último trimestre, o PIB brasileiro cresceu + 1,9% encerrando a recessão. O PIB pelo mundo só caiu: EUA (-1%), Canadá (-3,2%), Espanha (-1,1%), zona do Euro (-0,1%);

– As projeções para 2010 são otimistas e o orçamento projeta crescimento de até 5%. O orçamento do ano que vem aumentou os gastos com programas sociais e obras, especialmente habitação, aumento do funcionalismo, obras e infraestrutura;

– Em agosto (comparando-se com julho) a inadimplência das pessoas jurídicas começou a declinar (-12%) em função da manutenção do crédito e da queda da inadimplência das pessoas físicas;

– A venda de automóveis em setembro – último mês de vigência da redução do IPI – deu um salto de 21,85% comparando-se com ago-

to. Em setembro de 2009, foram vendidas mais de 300 mil unidades e não vai desabar porque haverá uma transição previamente anunciada;

– Depois de cinco meses em queda, segundo o ONS, o consumo de energia elétrica subiu 3,8% comparando-se setembro a agosto de 2009; e

– O FMI reviu previsões para mundo e o Brasil. Para o mundo é retração de -1,1% em 2009 e crescimento de + 3,5% em 2010. Para o Brasil a retração em 2009 caiu para - 0,7% e crescimento em 2010 subiram para + 3,5%. O mesmo FMI é que alertou o Brasil para a corrida de investidores.

Para que isso se concretize, a solidez da economia é um bom atrativo. Mas investidores são desconfiados e gostam da previsibilidade das ações dos agentes públicos e do cumprimento de contratos. O otimismo só terá a magnitude desejada se avançarmos rapidamente na questão jurídica e eliminar vias jurídicas escorregadias que possam afugentar o investimento e, conseqüentemente, afetam o emprego e interferem no crescimento esperado.

Muito obrigado.

## INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE

*Sessão de 20-10-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senhor Presidente, é com muita satisfação que comunico, aqui neste Plenário, que participei ontem, em Arapiraca, da assinatura da Ordem de Serviço para a construção de mais um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, o antigo CEFET.

Essa foi a primeira assinatura, de uma série de outras sete que irão ocorrer em Alagoas. Além de Arapiraca, mencionamos Murici, Piranhas, Santana do Ipanema, Penedo, São Miguel dos Campos e Maceió.

Assim, no dia 9 próximo, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, iremos participar da assinatura da Ordem de Serviço para a construção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em Murici.

Hoje, Alagoas conta com quatro escolas profissionalizantes: Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios e Satuba.

Com as novas instalações em andamento, que são sete, passaremos a ter, portanto, 11 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no Estado de Alagoas.

Apenas para ilustrar, o *campus* de Arapiraca, com os novos cursos técnicos que serão implantados, beneficiará diretamente mais de 1.500 alunos no município e nas regiões vizinhas.

Cada Instituto, além disso, conta com, no mínimo, 60 professores e 60 servidores administrativos.

A interiorização do ensino profissionalizante é um dos principais fatores de desenvolvimento econômico e social dos nossos municípios.

A formação técnica de excelência, a cargo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, criará uma oferta concreta de mão de obra qualificada para atender os novos desafios de crescimento de Alagoas e do Brasil.

Com isso, os municípios do interior de Alagoas já se habilitam, Senhor Presidente, para atrair novos investimentos, atrair novas empresas, porque estamos, verdadeiramente, ampliando as condições educacionais e técnicas do nosso povo, para responder às exigências do mercado, cada vez mais competitivo.

Agradeço, portanto, ao Presidente Lula, que vem se dedicando muito, muito mesmo, à interiorização do ensino profissionalizante, na perspectiva de que possamos ter mais e mais pessoas preparadas para o mercado de trabalho.

O Ministro Fernando Haddad é outro entusiasta dessa interiorização, e tem se mostrado muito receptivo às demandas que temos levado ao Ministério da Educação sobre o ensino profissionalizante de Alagoas e a implantação de novos *campi* universitários no nosso Estado.

Estive ainda, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, visitando os Municípios de União dos Palmares e São Miguel dos Campos, para que possamos identificar as necessidades dessas localidades e orientar a nossa atuação parlamentar no Senado.

Continuarei, portanto, trabalhando para que Alagoas receba esses investimentos tão necessários para que possamos enfrentar os desafios do desenvolvimento econômico e da melhoria das condições sociais do nosso povo.

Muito obrigado.

## ALIANÇA PT/PMDB

*Sessão de 21-10-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (César Borges. Bloco/PR – BA) – Apenas um minuto.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, Sr. Presidente, eu quero fazer uma rapidíssima comunicação ao País, claro, com a aquiescência do Senador Renato Casagrande. Será curtíssima.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores é com muita satisfação que, como Líder do PMDB no Senado Federal, tenho a honra de comunicar ao Plenário e ao País, através dos veículos de comunicação do Senado, que a direção do meu partido, o PMDB, chancelou, ontem à noite, um pré-compromisso de aliança para as eleições de 2010 com a participação do Presidente Lula.

Esse procedimento inédito, Sr. Presidente, envolve a efetiva participação do PMDB na formulação da campanha, na elaboração do programa de governo e também como parte integrante da chapa que disputará a Presidência da República em nome do PT, do PMDB e de outros partidos que estarão coligados no próximo ano.

Este apoio firme, desassombrado e que apaga, Sr. Presidente, as indecisões de outrora, é o desdobramento do apoio que o PMDB vem dando ao Governo Federal, onde também participa da formulação das políticas, que têm mostrado resultados positivos, notadamente na área socioeconômica, especialmente no pós-crise, que revelou ao mundo um Brasil sólido e com grandes perspectivas de crescimento.



Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a formalização da aliança entre o PMDB e o PT é um gesto coerente de quem ajudou a implementar essas políticas públicas, hoje vitoriosas. A sociedade não compreenderia outra dubiedade, não concordaria com mais contradição do partido. O caminho oposto, Sr. Presidente, seria ir contra o que a sociedade vem apoiando e aprovando de maneira superlativa.

O PMDB se orgulha de ter contribuído para a proliferação de números positivos da nossa sociedade e da nossa economia.

A trajetória deste partido está atrelada à responsabilidade. O PMDB tem sido o pilar da governabilidade. Pena, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que esse conceito só seja valorizado em crises, em períodos anômalos. Em tempos democráticos, a governabilidade é tratada, pejorativamente, como governança.

O PMDB, trincando oráculos que a toda eleição insistem em nos empurrar para papéis secundários, vem recebendo mais votos a cada eleição que disputa e vem conquistando mais cadeiras a cada pleito.

Ao final das consultas, Sr. Presidente, podemos até não reunir unanimidade na pluralidade que é o PMDB; porém, teremos a maioria que foi amalgamada exatamente pelo apoio do PMDB ao Governo do Presidente Lula. Tenho a certeza de que este pré-compromisso encontrará ressonância em todas as instâncias partidárias.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eis a nota do partido, que rapidamente passo a ler – são sete linhas exatamente –, sobre a aliança:

“Representados por lideranças e dirigentes nacionais, o PMDB e o PT, após avaliarem o satisfatório cumprimento dos eixos programáticos que fundamentaram a coalizão de Governo em 2007, comunicam que, de comum acordo, estabelecem pré-compromisso com vistas à disputa da eleição à Presidência da República em 2010, baseados nas seguintes premissas:

1. Construir aliança programática e eleitoral para o pleito presidencial;
2. Os dois partidos comporão, necessariamente, a chapa de Presidente e Vice, a ser apresentada ao eleitorado brasileiro;

3. Os dois partidos compartilharão, em conjunto com as demais agremiações que venham a integrar essa aliança, a coordenação de campanha e a elaboração do programa de Governo, com o objetivo de dar continuidade aos avanços do Governo do Presidente Lula, do qual PT e PMDB são forças de apoio e sustentação; e

4. Com esse escopo, PMDB e PT levarão este pré-compromisso às suas instâncias partidárias, construindo soluções conjuntas para as alianças regionais.”

Sr. Presidente, era a comunicação que eu gostaria de trazer ao Senado e ao País.

Agradeço mais uma vez a V. Ex<sup>a</sup>.

## GILBERTO MESTRINHO

*Sessão de 27-10-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Arthur Virgílio. PSDB – AM) – Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Arthur Virgílio, que preside esta sessão de homenagem ao grande homem público Gilberto Mestrinho e que fez aqui um verdadeiro e histórico pronunciamento; Senador Jefferson Praia; Senador João Pedro; Senador e Deputado João Thomé Mestrinho, filho de Gilberto Mestrinho, que foi também nosso companheiro na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; Sr. Luiz Carlos Mestrinho, também filho daquele querido amigo; Sr<sup>a</sup> Maria Raposo, filha do Mestrinho; Sr<sup>a</sup> Leila Raposo, também filha daquele grande amigo; familiares; amigos; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nesta sessão de homenagem, vi o Deputado Pauderney Avelino, o Deputado Pércio Ramos, a Deputada Rebecca Garcia, como Líder do PMDB, Senador Arthur Virgílio, quero, sinceramente, em nome de todos os nossos companheiros de bancada, homenagear esse que foi um dos mais importantes quadros do nosso Partido. Gilberto Mestrinho foi uma das pessoas mais amigas e solidárias que conheci. Tive a sorte e o grato privilégio de sua companhia no Senado por muitos anos e de privar de sua amizade pessoal, inclusive. Com seu carisma, com sua simpatia, Gilberto Mestrinho não precisava fazer qualquer esforço para ser querido e respeitado.

Mestrinho nasceu em Manaus em 1928. Como já foi dito aqui pelo Senador Flexa Ribeiro, é filho de mãe indígena e de pai cearense. Merecidamente é reconhecido como um grande líder político brasileiro, tendo se destacado pelas ações em defesa da democracia,

da liberdade e dos mais humildes e pelo desenvolvimento do Estado do Amazonas. Mestrinho foi um homem que amou a vida e que, corajosamente, enfrentou hipocrisias.

O emocionado discurso do Senador Arthur Virgílio é a melhor radiografia, a melhor fotografia do homem Gilberto Mestrinho. Arthur e Mestrinho tiveram – o Senador José Agripino já disse aqui, e sou testemunha disto – encontros, desencontros, mais encontros que desencontros, e posso testemunhar o respeito que o Arthur tinha pelo Mestrinho e o carinho e o respeito que o Mestrinho também tinha pelo Senador Arthur.

A trajetória de Gilberto Mestrinho foi brilhante e completamente honrada. Prestou relevantes serviços ao seu Estado natal e ao Brasil. Foi prefeito de Manaus ainda muito moço, aos 26 anos de idade, foi deputado federal, senador e governador do Amazonas por três vezes. Mestrinho era um hábil político, tinha o melhor relacionamento com todos nós. Perseverante, determinado, estudioso, culto, Mestrinho foi sempre um patriota. Ninguém, na nossa bancada, foi mais importante e mais influente do que o Senador Gilberto Mestrinho.

Aqui, no Congresso, Gilberto Mestrinho presidiu, por três vezes consecutivas, com muito zelo e com muita competência, a mais importante de todas as comissões, que é a Comissão Mista de Orçamento. Gilberto Mestrinho conhecia e dominava, como poucos, as intrincadas questões orçamentárias. Defendeu mudanças, mudou aquela Comissão, deu-lhe transparência, e, por tudo isso, merece o respeito de todos nós.

Aqui, juntamente com o Senador Antonio Carlos Magalhães, Gilberto Mestrinho ajudou a aprovar uma importante proposta de emenda à Constituição que, infelizmente, não avançou na Câmara dos Deputados, que fazia uma mudança fundamental na Lei de Meios, na Lei Orçamentária, e a tornava impositiva, o que seria, indiscutivelmente, uma coisa muito boa para o Parlamento e para o Brasil.

Democrata convicto, sua carreira política sofreu, muitos já o disseram, com o golpe de 1964. Ficou afastado por longos dezenove anos. Essa injusta perseguição ideológica não afetou o prestígio de Gilberto Mestrinho com o povo, com nosso partido, porque Gilberto Mestrinho foi sempre um grande brasileiro.

No seu retorno à vida pública, elegeu-se governador do Amazonas em 1983 e em 1994. Foi senador de 1999 a 2007. Nas eleições de 2008, já com 80 anos de idade, doente, Gilberto Mestrinho ainda desempenhou um papel decisivo nas eleições do seu Estado.

Coerência e firmeza em suas posições políticas e coragem e disposição para enfrentar assuntos polêmicos eram características marcantes de sua atuação. Gilberto Mestrinho tinha lado, sempre teve lado; sempre foi um político afirmativo. Posso me lembrar, inclusive, da defesa que Gilberto Mestrinho fazia da soberania do Brasil na Região Amazônica e do manejo sustentável quando a moda era o preservacionismo pura e simplesmente.

Durante sua vida, manteve uma luta permanente pelo desenvolvimento de Manaus, pelo polo industrial de Manaus, que tem sido o esteio da economia amazonense nas últimas décadas. Trabalhou por emprego, por segurança pública, por saúde, por moradia e por escola para seu povo. Poucos fizeram tanto pelo Amazonas como Gilberto Mestrinho.

Gilberto Mestrinho foi um exemplo de vida. Tinha muita sensibilidade social e dedicou boa parte do seu tempo trabalhando pelos caboclos e pelos ribeirinhos.

Gilberto, aqui também já falaram isso, era um humanista. Não me ocorre, Senador Arthur Virgílio, melhor definição para esse querido amigo e homem público que nos deixou. Estamos órfãos de Gilberto Mestrinho, de seu otimismo invencível, de sua admirável sagacidade política e de sua incomparável compreensão dos fatos. Também estamos órfãos das lições diárias de sabedoria que Gilberto Mestrinho nos dava. Mestrinho era um político sempre presente. Tinha invariavelmente uma palavra inteligente e bem humorada para expressar sua exata compreensão da realidade que nos cerca. Sofria com as pequenas e grandes misérias humanas que tanto atormentavam todos.

Pensar que ainda há tanto por fazer lembra-nos que Gilberto Mestrinho era imprescindível nesse esforço. Ele faz muita falta, não apenas à família e aos muitos amigos que deixou, sobretudo, ao Amazonas, à Amazônia, ao Senado Federal e ao cenário político brasileiro como um todo.

Foi político exemplar. Quantos não foram os episódios históricos cujas orientações apontadas por Mestrinho foram seguidas por todos nós? Mestrinho tinha sinceridade e firmeza de caráter. Como eu disse no início, ele era um dos melhores quadros do PMDB, tendo presidido o partido no Amazonas por mais de vinte anos e tendo cumprido, nacionalmente, tarefas relevantes para o partido, que ajudou a construir e que muito ajudou a fazê-lo grande.

Desta tribuna, que, muitas vezes, ele usou para defender a Amazônia e o povo amazonense, expressei meu humilde reconhecimento e minha reverência pelo bem que fez ao País e pelas vigorosas lições de vida que deixou para todos nós. Como eu dizia, foram lições de coragem, fraternidade, lealdade, dignidade, transparência e invulgar sabedoria.

Chamavam-no, com muita justiça, de professor. Mestrinho foi sempre um extraordinário professor, um mestre, um professor da boa convivência, do otimismo, da bondade. Era de excepcional talento político. Foi maestro do Senado, maestro de todos nós e baluarte da causa pública para todo o sempre. É um dileto amigo que se foi e que deixou em todos nós muita saudade. Todos nós, seus amigos, sua família, vamos honrar seu legado humano e político, como forma de compensar, Senador Arthur Virgílio, essa dolorosa ausência.

Era, em poucas palavras, o que eu tinha para falar desse grande homem público, desse grande patriota, desse grande brasileiro, que foi meu amigo Senador Gilberto Mestrinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## PISO SALARIAL DOS POLICIAIS DO BRASIL

*Sessão de 5-11-2009.*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, o Senado Federal verdadeiramente deu um passo importante para que possamos valorizar, cada vez mais, os policiais brasileiros. Digo isso porque a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa aprovou, no início da tarde de ontem, a Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2008, de minha autoria e da autoria de mais 26 senadores, que prevê, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a fixação de piso salarial para policiais civis, militares e bombeiros militares e a criação de um fundo com recursos federais para custear a complementação desses servidores.

Como autor desta proposta, fiquei muito honrado pelo fato de o próprio Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, ter sido o Relator da PEC, ter avocado para si a relatoria desta importante matéria e ter sido o mobilizador, na Casa, dessa discussão.

Isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, demonstra a sensibilidade política e o compromisso do Senador Demóstenes Torres com a melhoria das condições de trabalho de milhares de mulheres e homens que se dedicam às atividades policiais no Brasil inteiro.

Quando apresentei esta proposta de emenda à Constituição, tive a intenção de inserir na Constituição Federal um mecanismo que garantisse um valor mínimo, um padrão mínimo nacional de remuneração para esses profissionais cuja importância para o Estado e para a sociedade brasileira é inquestionável.

Aliás, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria aqui de reafirmar que os servidores policiais desempenham, sem qualquer margem de dúvida, a mais típica das funções de Estado, que é a de cuidar da segurança das pessoas, das relações sociais. Isso é condição sem a qual não podemos jamais falar em democracia, liberdades individuais e públicas. Justamente por exercer atividade típica de Estado, os policiais brasileiros merecem o amparo de mecanismos constitucionais como esse, de minha autoria e, repito, da autoria de outros 26 senadores, que ontem foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, permita-me. Seria quase quebrar o protocolo, mas não posso deixar de elogiar essa iniciativa.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Recebi inúmeros *e-mails* do Rio Grande do Sul, cumprimentando o Senado pela decisão. Só para se ter uma ideia, a diferença de salário, piso mínimo, entre o policial de Brasília e o do Rio Grande do Sul é de quatro vezes. Assim, teríamos um parâmetro mínimo. Quero fazer este aparte, indevido, mas importante na linha da justiça, porque é um grande projeto. O Brasil todo está torcendo para que ele se torne realidade o mais rápido possível.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Fico feliz e honrado com o seu aparte, com a sua intervenção.

E não preciso dizer da necessidade da participação de V. Ex<sup>a</sup> para que nós aprovemos esse piso no plenário do Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Sua participação é fundamental e insubstituível.

O que nós aprovamos ontem, Sr. Presidente, foi uma proposta equilibrada que estabelece a complementação de recursos pela União, de maneira que os estados possam, efetivamente, oferecer uma remuneração adequada e digna para os servidores policiais.

De fato, a remuneração inadequada para os servidores policiais é um fator que potencializa o aumento da criminalidade, o abandono da



carreira, a dedicação a outras atividades distintas da segurança pública e o constante assédio dos criminosos, que acenam com vantagens financeiras e, muitas vezes, materiais.

É impossível, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, organizar e estruturar uma carreira policial sem essa adequada remuneração, sem essa condizente remuneração. Falo isso porque, quando estive à frente do Ministério da Justiça, fui um dos que mais se empenhou na melhoria salarial e profissional dos quadros da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. E posso afirmar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que me sinto, sinceramente, honrado de haver contribuído para a consolidação da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no quadro institucional brasileiro.

Gostaria de informar, também, que já temos sinalizações. O próprio Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, conversou com o Ministro Tarso Genro. Em função disso, nós temos sinalizações bastante positivas do Ministro da Justiça para que essa PEC, após aprovação no Senado e na Câmara dos Deputados, tenha efeitos financeiros de curtíssimo prazo.

A ideia, Sr. Presidente, é justamente utilizar os recursos do Programa Nacional de Segurança Pública, o PRONASCI. Assim, após um ano da aprovação da PEC nº 41, já teria a transferência de recursos financeiros da União para os estados no sentido da complementação dos salários dos policiais.

O Pronasci é realmente uma grande iniciativa do Presidente Lula, gerenciado pelo Ministro da Justiça, Tasso Genro. E a PEC nº 41, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, guarda inteira compatibilidade com os objetivos do Pronasci. É que entre os principais eixos do Pronasci temos a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Até o fim de 2012 – já concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> –, o Pronasci projeta investir recursos de quase R\$7 bilhões na segurança pública e obviamente que esse investimento precisaria, e vai começar, pela conquista, pela concretização do piso dos policiais.

Mas concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Roberto, com muita satisfação.

**O SR. ROBERTO CAVALCANTI** (Bloco/PRB – PB) – Grande Senador Renan Calheiros, um dos meus líderes nesta Casa, com muita honra, gostaria de me acostar a esse tema, exatamente como todos os demais senadores. Quero fazer uma única reflexão, para ser um aparte bem rápido. Imagine um caminhoneiro que saia do Rio Grande do Sul e vá à Paraíba. Esse cidadão que paga os impostos, que deve ter um tratamento equânime ao longo do País, passará por vários estados e terá uma qualidade de segurança completamente diferente, heterogênea, dentro de um país federalista. Ele sairá do seu Estado, o Rio Grande do Sul, potencialmente rico, que deverá ter uma boa polícia, e passará pelos sertões do Nordeste. E nesses estados, por não terem condição de pagar melhor os seus policiais, ele vai ter automaticamente uma menor qualidade na segurança. Então, acho que essa imagem define a justeza da proposta. O cidadão brasileiro merece ter qualidade de segurança similar em todos os estados do Brasil, e não da forma que hoje, pelas circunstâncias econômicas de cada estado, pela cultura de cada estado, ocorre, de forma bastante heterogênea e bastante distorcida. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, o apoio. É fundamental que caminhemos juntos para que tenhamos, num curtíssimo espaço de tempo, a aprovação desse piso dos policiais aqui nesta Casa do Congresso Nacional. Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Senador Renan Calheiros, quero dar o testemunho de que V. Ex<sup>a</sup> foi um extraordinário Ministro da Justiça.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Traduzindo a gratidão do povo do Piauí, eu lhe outorguei a Comenda Maior Grã-Cruz Renascença.

Em todos os presídios modernizados que foram viabilizados na época em que governei o Piauí, V. Ex<sup>a</sup> esteve à frente. Picos, o maior presídio que nós temos, Esperantina, Teresina, uma unidade hospitalar na Major César Caos, em que os presos bons, que têm possibilidade de trabalho, e vamos dizer viabilizou as viaturas. E tem uma coisa que até tinha me esquecido: V. Ex<sup>a</sup> nos ajudou a enfrentar o crime organizado. Existia o crime organizado no Nordeste, no Acre era mais sentido. Nós tivemos no Piauí, com Correia Lima e tudo, e V. Ex<sup>a</sup>, como autoridade muito forte, moral, foi eficiente e capaz. Aliás, a sua inteligência privilegiada tem feito com que V. Ex<sup>a</sup> tenha, vamos dizer, é como o poeta diz: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Mas quando ele diz navegar era comandar, era enfrentar, era administrar, porque navegação era uma das maiores dificuldades que os homens de verdade enfrentavam, e V. Ex<sup>a</sup> tem navegado em todas as circunstâncias. Esse PMDB engrandeceu quando V. Ex<sup>a</sup> liderou e infelizmente... Mas, é como disse o Roberto Cavalcanti, a sua liderança é supra PMDB, é um líder extraordinário no Nordeste e do Brasil, do qual nós nos orgulhamos. A política é cheia de adversidade para todos nós. V. Ex<sup>a</sup> pode ter perdido eleição, ganhado eleição, ter tido adversário, mas V. Ex<sup>a</sup> nunca perdeu a dignidade e é verdade. Eu acho que quando o poeta lá do Nordeste disse: “A vida é combate, que os fracos abate os fortes, os bravos só pode exaltar”, estava se referindo a homens como V. Ex<sup>a</sup>, como o próprio Euclides da Cunha foi lá nos sertões da Paraíba e disse: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. V. Ex<sup>a</sup> representa essa grandeza e nós nos orgulhamos de serem amigos de V. Ex<sup>a</sup> e admiradores.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Mão Santa, muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela gentileza, pelo aparte e pelas palavras. Eu tenho também muita satisfação de estar junto aqui de V. Ex<sup>a</sup>, participando desses momentos da história do nosso País e, de alguma forma, contribuindo verdadeiramente para o insubstituível aperfeiçoamento institucional. V. Ex<sup>a</sup> é um grande senador e, sobretudo, um especial amigo. Eu tenho muita satisfação, muito orgulho de estar aqui nesta Casa juntamente com V. Ex<sup>a</sup>. Senador Flexa Ribeiro

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Senador Renan Calheiros estava no gabinete, ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e fiz

questão de vir até aqui para apartear-lo. Já o fiz na CCJ, quando da aprovação do seu projeto de emenda à Constituição. Naquela ocasião, tive a oportunidade de me referir ao projeto que tramita, a PEC nº 300 que tramita na Câmara Federal. Fui procurado por representantes da Polícia Militar e da Polícia Civil do meu Estado pedindo apoio à aprovação daquela PEC, que pretende fazer isonomia entre os salários da Polícia Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal com o resto do Brasil, o que é mais do que justo. Tive de dizer a eles que sim, que daria o meu apoio à aprovação da PEC, mas que teríamos de encontrar uma fonte de recursos que pudesse atender aos estados, porque a simples isonomia não daria condições de os estados bancarem essa diferença de salário.

V. Ex<sup>a</sup>, acho até que iluminado, propõe exatamente a solução para aquele problema que aflige toda a Polícia Militar e Civil, de todos os estados do Brasil, com exceção do Distrito Federal. V. Ex<sup>a</sup> cria um fundo que vai poder dar aos estados do Brasil as condições de oferecerem aos seus policiais um salário digno, de tal forma que não venham a ser obrigados, em função do baixo nível salarial, a fazerem os chamados bicos e, com isso, além de prejudicar a própria qualidade de vida deles, prejudicam, evidentemente, a segurança da população, porque eles ficam cansados, estressados e não aguentam. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. Naquela ocasião, eu disse que nós todos – e tenho certeza, Senador Renan, que vamos aprovar a sua emenda por unanimidade aqui no plenário –, todos os partidos tínhamos de fazer gestões junto ao Presidente, Senador José Sarney, para que S. Ex<sup>a</sup> pautasse a emenda e para que pudéssemos aprová-la o mais rapidamente possível.

E por isso fiz questão de vir até aqui para, novamente, parabenizá-lo e dizer que V. Ex<sup>a</sup> presta um grande serviço a toda a população do Brasil, garantindo os meios para que possamos melhorar a questão de segurança, que, talvez, hoje... talvez, não; segurança e saúde são, em qualquer pesquisa de opinião, os dois grandes pontos de deficiência e de necessidade que a população brasileira exprime em todas as oportunidades em que são consultados para isso. Parabéns, Senador.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro, que é um dos melhores qua-

dros do Senado Federal. Seu aparte, sobretudo sua intervenção, hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania demonstram o seu comprometimento com a segurança pública, com a proteção da vida das pessoas, com a necessidade de nós criarmos um fundo para fazer a complementação do piso salarial dos estados que não podem pagar, e tudo, como disse V. Ex<sup>a</sup>, de maneira consistente, de maneira responsável. Muito obrigado por tudo. Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Senador Renan, é também, como os outros senadores, para parabenizá-lo. Creio que isso trará grandes vantagens, não apenas para centenas de milhares de PM, mas também para a segurança. Quero acrescentar, entretanto, para minha alegria, que fico feliz em ver esse piso, porque nós, de Brasília, somos sempre acusados de, graças ao fato de o Governo Federal financiar aqui a segurança, termos, aqui, um piso alto. Eu espero que, muito em breve, graças ao seu projeto, sua lei, a essa sua medida, todos os outros tenham o mesmo salário que aqueles do Distrito Federal. O Brasil não é um país unitário enquanto nós tivermos essas desigualdades. O senhor trouxe essa contribuição. Eu faço questão de manifestar essa minha simpatia e apoio àquilo que o senhor conseguiu para o Brasil.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senador Cristovam Buarque, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, o debate está tão bom, que me dou esse direito. Recebi agora um telefonema de um policial do Rio Grande do Sul, elogiando a iniciativa dessas PEC e dizendo assim: “Senador Paulo Paim, cumprimente o Senador e diga que, se a gente faz o chamado bico no Rio Grande do Sul, é porque não há um salário decente. A gente se obriga a fazer isso”.

Talvez, com essa PEC e essa solução, eles possam trabalhar e receber com dignidade sem ter de fazer bico. Muitas vezes, são punidos por causa disso. Sou obrigado a dizer-lhe, porque eles estão ouvindo, e eu disse que falaria aqui.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – É exatamente isso, Senador Paulo Paim. O policial militar e o policial civil trabalham um dia e folgam dois. Como não têm um salário digno, muitas vezes não têm um salário condizente, eles se obrigam a vender seu dia de folga por R\$15,00, R\$20,00, R\$30,00 a quem apareça para comprar, exatamente para completar sua renda familiar. Essa é uma realidade que precisa acabar no Brasil.

A Polícia Rodoviária Federal – e orgulho-me muito disso – vivia no Brasil uma situação semelhante com salário que não era digno para a atividade – fim que a Polícia Federal desempenha. Em determinado momento, depois de consolidarmos o salário da Polícia Federal, elevamos – na época, eu estava no Ministério da Justiça – os salários da Polícia Rodoviária Federal a 80% do salário da Polícia Federal. Isso definitivamente resolveu o problema salarial da Polícia Rodoviária. Tenho muita satisfação – como disse – e muito orgulho de tudo isso.

O Senador Cristovam Buarque disse muito bem, no seu aparte, e nunca é demais lembrar, que a insegurança é um fator de desestabilização das relações sociais e da própria economia. Num ambiente de insegurança pública, os custos se elevam e a atração de novas empresas muitas vezes acaba sendo inviabilizada.

Já vi, Sr. Presidente, Paulo Paim, números indicando que os custos com a segurança pública hoje no Brasil beiram 5% do Produto Interno Bruto brasileiro, 5%! Quer dizer, é muito significativo esse percentual. Se, de um lado, devemos aumentar os investimentos em segurança pública, com equipamentos, viaturas e inteligência, devemos, de outro lado, investir principalmente no fator humano, no homem que está no dia a dia da proteção da cidadania, na própria segurança de vida das pessoas.

Neste Senado, Senhoras e Senhores, já garantimos na Constituição Federal a implementação do piso dos professores, e o Senador Cristovam Buarque cumpriu um papel fundamental para que isso acontecesse. Hoje, no Brasil, isso é uma realidade que precisa ser cada vez mais defendida, apoiada.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o modelo que nós utilizamos e que foi há pouco defendido aqui pelo Senador Flexa Ribeiro teve como fun-

damento exatamente o piso que foi criado nacional para os professores. Ele estabelece um piso gradual, anual. Estabelece um fundo com recursos federais para que, através desse fundo, o Governo Federal possa complementar o piso salarial dos estados que exatamente não têm condições.

De modo que o piso dos professores foi uma grande conquista, V. Ex<sup>a</sup>, como eu dizia, cumpriu um papel importantíssimo, fundamental, para que ele acontecesse.

Srs. Senadores, já encerro, é chegada a hora, portanto, de adotarmos para os policiais o mesmo modelo que adotamos para os professores, votando rapidamente, Senador Mão Santa, a PEC nº 41, de 2008.

Eu peço, portanto, ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, o Senador José Sarney, e aos demais líderes partidários... Eu já tive, Senador Paulo Paim, a oportunidade de, praticamente, conversar com todos os líderes partidários da Oposição e do Governo. Todos, indistintamente, querem ajudar. Conversei particularmente com o Senador José Agripino, com o Senador Arthur Virgílio, com o Senador Gim Argello, com o Senador Romero Jucá, com a Senadora Ideli Salvatti, com o Senador Aloizio Mercadante, que, inclusive, tinha uma PEC semelhante sobre a matéria, sobre o piso para os policiais. Conversei com o Senador Osmar Dias, que fez questão também, na Comissão de Constituição e Justiça, de fazer uma intervenção; com o Senador Antonio Carlos Valadares e com outros líderes partidários.

Quando eu apresentei a proposta de emenda constitucional, em 2008, eu tive a oportunidade de levá-la ao Presidente da República, que demonstrou um especial interesse pela matéria. Hoje, eu tive também oportunidade de conversar com o Ministro Alexandre Padilha, que demonstrou muita sensibilidade com a segurança pública e entendeu como defensável – como defensável entendem também os outros ministros – o estabelecimento desse piso e a consequente aprovação da PEC nº 41.

De modo que quero pedir ao Senador José Sarney o fundamental apoio, para que possamos aqui, Senador Paulo Paim, construir um acordo que reduza os prazos de interstício, de maneira que tenhamos uma tramitação célere da PEC nº 41 aqui, no Senado da República.

Sei que as instituições que representam os policiais brasileiros, em todos os estados da Federação, já estão se mobilizando pela aprovação da PEC nº 41. Eu mesmo participei, em Maceió, na última quinta-feira, dia 29 de outubro, de uma grande mobilização, que envolveu as entidades de classe dos militares alagoanos, dos policiais civis, ativos e inativos, em defesa do piso salarial e em defesa da PEC nº 300, que tramita na Câmara; e, como foi dito pelo Senador Paulo Paim, que estende os salários dos policiais de Brasília aos policiais dos outros estados.

Eu disse, na oportunidade, que qualquer esforço para que tenhamos um piso nacional para os policiais civis, militares e bombeiros militares, qualquer esforço é fundamental.

De modo que, modestamente, eu queria me associar à luta de todos eles, que estavam presentes naquela assembleia para, de uma forma ou de outra, colaborar, porque as iniciativas do Senado e as iniciativas da Câmara dos Deputados, em algum momento, encontrar-se-ão, ou aqui no Senado ou na Câmara dos Deputados. Mas o fundamental é que nós todos estejamos juntos pela aprovação desse piso, que é uma reivindicação nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência cumprimenta o Senador Renan Calheiros pela importância desta PEC.

Repito, a expectativa é grande em todo o País. Por isso, teríamos que votar, Senador, se dependesse de mim, da forma como fizemos aqui muitas vezes, quando há um grande entendimento, numa única tarde, numa única noite, a gente rompe os interstícios e vota a PEC na íntegra e remete para a Câmara. Meus cumprimentos.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – O apoio de V. Ex<sup>a</sup>, como eu dizia, é fundamental para que nós possamos conseguir isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estarei junto com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Nós vamos providenciar um requerimento dos líderes partidários e eu darei na



conversa que terei com o Presidente Sarney exatamente o testemunho da maneira como V. Ex<sup>a</sup> conduziu, inclusive a necessidade de nós superarmos prazo, dispensarmos interstício num grande acordo para dispensarmos esta matéria.

Muito obrigado, mais uma vez, Senador Paulo Paim.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim – PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador Renan Calheiros.

## **ECONOMIA ROBUSTA E REAJUSTE DOS APOSENTADOS**

*Sessão de 26-11-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Agora vamos chamar um senador para fazer uma comunicação inadiável.

Está inscrito Renan Calheiros. Ele é Líder do PMDB, mas usa da palavra, porque já havia feito anteriormente a sua inscrição para uma comunicação inadiável.

Renan Calheiros, eu ontem recebi muitos aplausos e muitos *e-mails* pela PEC de, com muita sensibilidade, combate à violência, concluindo que tem de haver melhoria de salário com dignidade. Existe a PEC nº 300. A sua foi anterior. Vão se juntar. Despertou o País e o Congresso para a melhoria salarial e igualdade no Brasil todo, pois o País é um só. V. Ex<sup>a</sup>, quando Ministro da Justiça, com muita dedicação e sabedoria, enfrentou o problema.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL.) – Muito obrigado.

V. Ex<sup>a</sup> – antes de mais nada é importante que se diga –, Senador Mão Santa, foi fundamental para que, no dia de ontem, nós pudéssemos realizar as sessões necessárias, quebrando inclusive os interstícios, os prazos para que, se Deus quiser, na próxima terça-feira possamos votar essa importante emenda constitucional.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup> e, com certeza, os policiais militares, civis e os bombeiros militares também agradecerão muito mais.

Senador Mão Santa, Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inegável que o Brasil, depois de surpreender o mundo e contornar a crise econômica com um desconforto menor que outras nações, vive um

extraordinário momento econômico e as perspectivas que justificam o otimismo.

A boa sequência dos indicadores socioeconômicos, Sr. Presidente, ampara a certeza de que teremos um dos melhores finais de ano de nossa história e um ano-novo excepcional para os brasileiros. A euforia econômica até aqui gerada, Sr. Presidente, tem proporcionado resultados estimulantes, entre eles, podemos citar:

I – Até outubro, conseguimos gerar 1,1 milhão de novos empregos com carteira assinada;

II – Saímos da recessão técnica à frente de países desenvolvidos, graças à provisão maciça de crédito e ao mercado interno, cujo crescimento foi de 20%. Esse mercado foi fortalecido pelo aumento real do salário-mínimo, o incremento da massa salarial e do Bolsa Família, responsável pela injeção de R\$43 bilhões na economia e por uma arrecadação extra de R\$12 bilhões.

III – O mesmo tripé salário-mínimo, crescimento da massa salarial e os programas sociais foi responsável pela exclusão de 19.4 milhões de pessoas da linha da pobreza desde 2003, segundo a Fundação Getúlio Vargas;

IV – Houve uma revolução silenciosa, a partir da redução expressiva da pobreza aconteceu uma mobilidade social, nos últimos três anos, segundo a Fundação Getúlio Vargas, envolvendo 18 milhões de pessoas que mudaram de faixa salarial;

V – As previsões do PIB para 2010 vão de 4,5% para 6,5%;

VI – O crescimento industrial já se sustenta há nove meses e o varejo ignorou a crise aumentando a sua venda mensalmente;

VII – Os bancos privados estão aumentando suas provisões de crédito para 2010, especialmente para imóveis e os índices de inadimplência caem mês a mês;

VIII – De outro lado, registrou a Fecomércio de São Paulo que 97% das empresas se preparam para investir mais em 2010;

IX – E agora, mais recentemente, o Governo encontrou espaço tributário para novas desonerações para o setor de móveis e de automóveis menos poluentes.

Os bons resultados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, têm gerado reconhecimentos, elogios e melhoria da imagem do Brasil no exterior. São prêmios dados ao Presidente Lula, publicações e estudos diversos tratando do fenômeno brasileiro que alguns já apelidaram de milagre brasileiro. Mais do que popularidade e aprovação interna, o Presidente Lula agregou outro conceito muito caro aos homens públicos, o da confiabilidade por ter conseguido atravessar uma gravíssima crise econômica.

É com muita satisfação que eu concedo um aparte a esse querido amigo, Senador Valdir Raupp.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Senador Renan, Líder do nosso Partido, quero parabenizá-lo pelas conquistas e pelos projetos que V. Ex<sup>a</sup> tem apresentado nesta Casa.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Muito obrigado.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – A PEC nº 12 acabou de ser aprovada na Câmara dos Deputados. Depois de longa discussão aqui no Senado Federal com todas as instituições, ela foi aprovada aqui e me parece que foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados, dando flexibilidade aos estados e municípios para pagarem suas dívidas de precatórios e também dando possibilidade de os credores receberem, porque ali era um faz de conta. As prefeituras e os estados não pagavam e os credores esperavam ansiosamente a vida inteira. Muitos morreram inclusive na ansiedade, esperando que essas dívidas fossem pagas. Então de nada adiantava ter uma dívida volumosa para receber e o crédito nunca ter sido pago. Agora acho que abre essa possibilidade de pagamento dessas dívidas, desses precatórios.

A outra é a PEC nº 41. Ela começou a ser discutida, já aprovada na CCJ e já está em discussão para votação aqui no plenário. Ela vai possibilitar um piso nacional salarial para os policiais civis, militares e bombeiros. E, com esses dados, com esses indicadores econômicos que V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar, eu fico mais otimista quanto à aprovação dessa matéria e o cumprimento dela pelo Governo, criando um fundo de segurança nacional para compensar os estados no pagamento desse

piso nacional. Então, eu acho que com o crescimento do PIB, com o crescimento da receita do País e dos estados, vai haver a possibilidade de melhorar o salário dos nossos policiais com base na PEC nº 41. O mesmo vai acontecer com os profissionais da educação e da saúde. Eu acho que é muito importante o crescimento da economia brasileira; isso reflete no Orçamento da União e dos estados para fazer frente a todas essas demandas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Incorporo, com muita satisfação, seu aparte a meu discurso. V. Ex<sup>a</sup> tem sido também fundamental na mobilização do Senado e das mais diferentes comissões desta Casa para que possamos avançar nessa mudança e nesse aperfeiçoamento institucional.

Há pouco V. Ex<sup>a</sup> se referia à PEC dos Precatórios sugerida pelo então Presidente do Supremo Tribunal Federal. É preciso, Sr. Presidente, fazer alguma coisa para mudarmos a regra de precatórios no Brasil. Senador Raupp, esta Casa tem razão. Ontem, a Câmara dos Deputados votou a PEC nº 12 com uma alteração. A PEC vai voltar para tramitar no Senado Federal. Senador Valdir Raupp, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras, não tenho nenhuma dúvida de que, quanto mais tempo demorar essa regulamentação dos precatórios no Brasil, mais tempo vamos ter de conviver com esse calote. Se São Paulo, o estado mais poderoso da Federação, mantiver o ritmo de pagamento dos precatórios, esse pagamento vai durar exatamente 140 anos. É um calote generalizado.

Precisamos fazer alguma coisa para criar um fundo para esses precatórios e fazer leilões para os maiores precatórios. Esses leilões são facultativos, poderão ser facultativos, deverão ser facultativos. Quem tem um precatório é natural que decida se quer receber logo, colocar aquele título no leilão e pagar um deságio, consequentemente.

Mas é fundamentalmente importante – o Senador Valdir Raupp tem razão – vincular recursos de municípios para pagamento desses precatórios.

Senão nós não vamos sair dessa situação, não vamos atravessar esse calote. O que esta Casa e a outra Casa do Congresso Nacional puderem fazer para mudar essa situação terá de ser feito.

Temos, hoje, lamentavelmente, poucos escritórios especializados em venda de precatórios; são verdadeiros agiotas de precatórios. No meu estado, Senador Valdir Raupp – e V. Ex<sup>a</sup> conhece esse problema com profundidade – há dois, três ou quatro escritórios que chegam a ter 2,3 bilhões de reais de precatórios tomados de servidores públicos. Acho até que seria o caso de, mais adiante, quando voltarmos a discutir essa matéria aqui, fazermos até uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que possamos ir a fundo na investigação dessa imoralidade. O Brasil não pode continuar dessa forma. Alguns servidores públicos, Senador Mozarildo – e já volto ao meu discurso, Senador Mão Santa – muitos deles são procurados nos hospitais. Aqueles que têm créditos a receber, créditos judiciais transitados em julgado, são procurados nos hospitais, onde estão tratando alguma enfermidade circunstancial, para vender seus precatórios, seus créditos transitados em julgado. Então é comum no meu Estado servidor público que tem 500 mil reais para receber, no desespero, 50 mil reais. Quer dizer, 7% 8% 9%, 10%, 12% do valor de face.

Quer dizer, uma imoralidade dessa não pode continuar. Este Senado já demonstrou para o País que essa questão é urgente, essa regulamentação é urgente e inadiável. Se for necessário, acho que deveremos investigar essa excrescência e esses excessos. No que depender do PMDB, vamos estar à disposição para investigar profundamente isso, porque essas coisas que estão acontecendo com esses escritórios especializados, sinceramente, não podem continuar a acontecer neste Brasil que pretendemos novo.

Voltando, Sr. Presidente.

Não por outro motivo os índices de aprovação ao Presidente são positivos há muito tempo. A sensibilidade e prioridade social conduziram o Presidente Lula ao respeito que ele hoje desfruta no Brasil e no mundo. É a essa indiscutível sensibilidade que faço um apelo: vamos agregar todos neste momento.

É esse o apelo que faço nesta hora, Senador Mão Santa, ao Presidente Lula: vamos agregar todos nesse momento; vamos permitir que todos os brasileiros compartilhem da prosperidade que se aproxima.

Refiro-me, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aos aposentados e pensionistas. Derrubamos muitos mitos nessa crise: o mito, Senador Mão Santa, da irrelevância do salário-mínimo para a economia; o mito do Estado mínimo; o mito de que o Bolsa Família era meramente assistencialista, ineficaz; e vários outros dogmas foram também pulverizados. Agora que a economia, vigorosa e sustentável, acena com melhores dias, agora que o emprego está em expansão, vamos ponderar, pensar bem antes de cairmos no comodismo fácil da fria contabilidade dos frios números.

Faço o apelo não ao Chefe de Estado que vem conquistando o respeito mundial. Endereço o meu apelo, neste momento, em nome do Senado Federal, em nome da nossa bancada, da bancada do PMDB, ao retirante que enfrentou dificuldades, ao homem que encontrou solidariedade e apoio com os quais ele superou as adversidades.

Dirijo o apelo, Senador Mão Santa, ao nordestino de origem humilde, ao sindicalista destemido, ao condutor das caravanas da cidadania.

Vamos inovar, nós precisamos ousar, como foi feito com o Bolsa Família, como foi feito com o salário-mínimo, como foi com a reposição do papel do Estado na economia. Em todos os momentos que se falou do aumento real do salário-mínimo, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, ouvia-se aqui as profecias do cataclismo, de economia quebrando, de crescimento do mercado informal... E nada disso, Sr. Presidente. Os resultados estão aí, nada disso que previam, graças a Deus aconteceu.

O mesmo se falou do Bolsa Família e o apocalipse também não se instalou. Ao contrário, segundo o estudo dos economistas Naercio Aquino Menezes e Henrique Landim Júnior, o Bolsa Família foi responsável por um incremento de 43 bilhões de reais no Produto Interno Bruto. Os dois concluíram também que o mesmo Bolsa Família proporcionou uma arrecadação extra de 12,6 bilhões de reais aos cofres públicos. Ou seja, o total da arrecadação extra é 70% a mais que o total de benefícios pagos.

Agora temos de avançar e criar mecanismos para formalizar o emprego e aumentar a base contributiva. Dessa forma, a Previdência Social, com a economia crescendo e empregos sendo formalizados,

Senador Mão Santa – e para isso nós já fizemos o nosso dever de casa aqui no Congresso Nacional –, terá condições de honrar reajustes dignos para os aposentados.

Existem vários projetos que convergem para a formalização da mão de obra. A inclusão previdenciária está a merecer uma dedicação maior desta Casa – e já passou por esta Casa – como também de estados e de municípios, já que perto de 48% dos trabalhadores permanecem, apesar dos avanços que consagramos nesta área, na semiclandestinidadade, sem direitos e garantias trabalhistas e, principalmente, sem cobertura previdenciária, Senador Mão Santa.

Valho-me aqui também das veneráveis palavras do Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, Warley Martins Gonzáles. Diz o Presidente Warley: “Chegou a vez dos caras-enrrugadas. Nós apoiamos o Governo, confiamos no Presidente Lula e temos certeza, convicção, de que ele encontrará meios para dar o máximo de reajuste aos aposentados e pensionistas sem comprometer todo o esforço que foi feito para termos o cenário promissor que hoje temos”.

Falo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque venho de um estado sabidamente dependente de repasses federais. Em Alagoas, a principal fonte de renda da maioria dos municípios é a Previdência Social. Os benefícios do meu estado abrangem perto de 400 mil segurados e supera as transferências do Fundo de Participação dos estados em mais de R\$50 milhões.

Para se ter uma ideia, Senador Mão Santa, Alagoas possui perto de quatrocentas mil famílias inscritas no Bolsa Família e outras 370 ou 380 mil dependendo dos benefícios da Previdência Social. Todos nós conhecemos a complexidade do sistema, o impacto de cada centavo nas contas públicas, mas conhecemos também a vontade de acertar e a sensibilidade do Presidente Lula com o tema. Tenho certeza de que ele, o cidadão Lula, o metalúrgico Lula, o trabalhador Lula irá aonde os técnicos não cogitaram ir. O reajuste dos aposentados no mesmo patamar dos trabalhadores da ativa é uma necessidade lógica e o Presidente Lula, tenho absoluta convicção, sabe disso.



Do contrário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, os ganhos decorrentes do crescimento econômico, dessa forma, serão distribuídos de maneira correta, justa, entre todos os trabalhadores. Se nós seguirmos o caminho contrário, nós permitiremos que os aposentados sejam tratados de uma forma injusta neste momento de crescimento, de consolidação da nossa economia. E os aposentados, Sr. Presidente, não podem ser o peso desigual dessa balança. Se estamos experimentando bons momentos na produção, no crescimento, o mais correto e justo é que essa riqueza nacional seja distribuída de forma equânime.

Eram estas as considerações que, por hoje, tínhamos de fazer. Acho importante, fundamental...

Esta Casa já fez o seu dever, nós já votamos o Projeto de Lei do Senador Paulo Paim, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados também já votou, e é fundamental que nós tenhamos aí uma negociação, que possamos evoluir para fazermos um acordo para garantir, com esse acordo, com tudo isso, com esse esforço, com essa dedicação, que os aposentados possam ser incluídos neste momento incomparável que vive a economia brasileira.

Aproveito também a oportunidade, no momento em que encerro, para comunicar ao País, para comunicar às entidades que representam os militares em todo o Brasil, em todos os estados da Federação, os policiais civis, os policiais militares, os bombeiros militares, os investigadores também, que nós pedimos ao Senador Demóstenes Torres, que foi o Relator dessa importante proposta de emenda à Constituição, que incluía também os investigadores – eles já estão incluídos –, mas que sejam incluídos também os peritos criminais, para que possamos, com tudo isso, com esse esforço, atender a toda a atividade-fim, a atividade policial.

Na próxima terça-feira, graças à dedicação do Senador Mão Santa, de todos os senadores, dos líderes desta Casa, nós vamos ter, aqui, no Senado Federal, a votação dessa importante matéria, se Deus quiser, em primeiro e em segundo turno.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, por tudo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, brilhante na sua vida política

como representante de Alagoas, que foi um extraordinário Ministro da Justiça deste País. Eu dou o testemunho. Governei o Piauí e inúmeros são os benefícios que lá existem. Os presídios modernos que nós temos todos foram graças à inteligência e ao amor que ele tem ao Nordeste.

## VOTAÇÃO HISTÓRICA

*Sessão de 2-12-2009.*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao autor da matéria, Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, a ideia dessa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nasceu da necessidade de fixarmos um piso salarial nacional unificado para policiais e bombeiros. Sr. Presidente, os investigadores já foram incluídos pelo Senador Demóstenes Torres, e os peritos serão incluídos. Se não houver como fazermos isso na redação da PEC, com certeza, deveremos fazê-lo na lei complementar que o Governo, de acordo com a PEC, obrigar-se-á a mandar para o Congresso Nacional em um ano.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Senador Renan Calheiros, só tenho uma dúvida.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Pois não.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – O piso salarial unificado vai tomar como base o de Brasília?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Não, porque há uma PEC...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Renan, não há aparte em encaminhamento de votação, por favor.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)** – Responderei a V. Ex<sup>a</sup> ao longo do discurso, Senador Mário Couto. Sr. Presidente, a segurança é um dos mais agudos problemas brasileiros. Todos concordam que a segurança se faz com um tripé de ações públicas que reúnam inteligência, equipamentos e pessoal. Todos esses conceitos, obviamente, implicam investimentos diretos e permanentes. Tive a oportunidade de vivenciar esse problema à frente do Ministério da Justiça. No momento, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em que equipamos, modernizamos, ampliamos o efetivo e corrigimos os salários das Polícias da União –Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal –, experimentamos visíveis melhorias no combate ao crime, especificamente no combate ao crime organizado. Naquela época – permitam-me citar um exemplo –, em 1999, em meu Estado de Alagoas, em virtude de uma Força Tarefa composta pela Polícia Federal, pela Polícia Estadual, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário, uma Força Tarefa que lá permaneceu, nós vimos, como consequência de tudo isso, pela primeira vez na história de Alagoas, em 1999, a diminuição das taxas de criminalidade.

Quando deixei o Ministério da Justiça, não me afastei do tema que nos aflige diariamente. Já aqui, no Senado, Senador Marconi Perillo, apresentei a PEC da vinculação orçamentária em segurança pública; a facilitação para a aquisição de casa própria para policiais, que foi incorporada pelo Presidente Lula ao texto de uma medida provisória do Governo; o atendimento psicossocial e profissional para os profissionais que lidam com a violência; e essa emenda, que, hoje, não tenho dúvida, será aprovada e que resgata uma dívida histórica com os nossos policiais, proporcionando-lhes mais dignidade no exercício de seu dever. É evidente que a melhoria salarial dos profissionais de segurança pública terá um efeito instantâneo na carreira dos trabalhadores e na diminuição das taxas de criminalidade. É claro que todos reconhecem a necessidade de uma reforma profunda, Senadora Serys, no capítulo da Constituição referente à segurança – Capítulo III, art. 144 –, que defina claramente as fontes de financiamento e as responsabilidades, para se evitar o verdadeiro jogo de empurra que existe na atualidade. A cada tragédia nacional, o que verificamos, Senador Marconi Perillo, é o esporte nacional de transferência de responsa-

bilidades. Está na hora de acabarmos com tudo isso. O Senado andou celeremente na votação dessa Proposta, reconheceu seu mérito, reconheceu sua relevância. Por isso, desejo agradecer publicamente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite falar por só mais um minutinho, Sr. Presidente – é importante fazer este agradecimento –, ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney; a todos os líderes partidários, que construíram um consenso inevitável para a apreciação da matéria neste dia; ao Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que avocou para si a relatoria e que foi fundamental para que pudéssemos, num tempo muito curto, superar obstáculos; ao Senador Aloizio Mercadante, que tem uma proposta análoga e que sempre foi um entusiasta da necessidade de aprovarmos o piso. Gostaria, ao mesmo tempo, de apelar à Câmara dos Deputados, se a Câmara dos Deputados assim entender, que conceda ao tema a prioridade que mereceu aqui, no Senado Federal, Senador Marconi. Sei que, na Câmara, contaremos com o apoio decisivo de importantes lideranças, e me permito aqui, rapidamente, destacar algumas delas: o Deputado Soldado Moisés, de Pernambuco; o Deputado Mendonça Prado, de Sergipe; o Deputado Major Fábio, da Paraíba; o Deputado Capitão Assunção, do Espírito Santo; a Deputada Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, que, aliás, nos inspirou, quando relatou a solução dos agentes comunitários, influenciando, na verdade, para que esse caminho fosse utilizado por todos nós nessa PEC. Agradeço também ao Deputado Cabo Patrício, do Distrito Federal; ao Deputado Ilderlei Cordeiro, do Acre; ao Deputado Paes de Lira, de São Paulo; ao meu querido amigo Deputado Chamariz, do Estado de Alagoas, pois foi por meio do Deputado Chamariz que participei de uma assembleia no Estado de Alagoas; ao Deputado Francisco Tenório, de Alagoas; e ao Deputado Carlos Alberto Canuto.

Quero também aproveitar a oportunidade para agradecer às associações que estiveram presentes aqui, conversando com os senadores e participando da construção deste momento importante e fundamental: a Associação dos Oficiais da PM e Corpo de Bombeiros de Alagoas, na pessoa do Major Fragozo, que tem sido muito importante na mobilização nacional da causa; a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar de Alagoas, na pessoa do Teobaldo; a Associação dos

Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar, na pessoa do Cabo Simas, que está aqui presente e que tem cumprido também importante papel; a Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal, na pessoa do Donivan; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros do Espírito Santo, na pessoa do Roberto Caetano; a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros, na pessoa do Moabio; a Associação de Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais, na pessoa do Meder; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Pará, na pessoa do Deonildo; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado da Paraíba, na pessoa da Eliane; Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado de Pernambuco, na pessoa do Cabo dos Santos; Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros também do Estado de Pernambuco, na pessoa do Reis; a Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa do Jeoas; a Associação dos Bombeiros Militares do Rio Grande do Norte, na pessoa do Soldado Maribondo; e a Associação dos Subtenentes e Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Norte, na pessoa da Eliabe. Há também outras pessoas, Sr. Presidente, que aqui, infelizmente, não vou ter a oportunidade de citar. Eu queria dizer, para encerrar, que as estatísticas da violência no Brasil são assustadoras, são eloquentemente assustadoras, Sr. Presidente. Nos últimos vinte anos, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de assassinatos no Brasil cresceu de maneira aterradora: 273%. E, anualmente, Sr. Presidente, mais de quarenta mil pessoas perdem suas vidas por causa da violência e da criminalidade. Isso é inadmissível. Respondemos, e isso já foi muito discutido...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Respondemos, no Brasil, por 11% dos crimes que acontecem no planeta.

Um estudo publicado pela Unesco em 2002, intitulado “O Mapa da Violência”, também aponta um crescimento de homicídios em

62,3%, apenas em dez anos, entre 1993 e 2002. Esse foi o levantamento que concluiu que as maiores vítimas, em nosso País, são os jovens de 15 a 24 anos de idade. Há outro *ranking* desconfortável, infelizmente: somos, Sr. Presidente, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), o segundo maior país em mortalidade derivada de agressões; superamos apenas a Colômbia, cuja trajetória se confunde com uma guerra civil permanente.

Apesar dos números impressionantes, o Brasil possui – e é importante que a Casa fique atenta para isso – uma média de um policial para 304 habitantes, uma relação, Sr. Presidente, comparável à relação observada nos países modernos. Mas há uma perversidade na distribuição. Cinquenta e cinco por cento de todo o efetivo das polícias militares e civis e dos bombeiros militares estão concentrados em apenas cinco estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Mais do que perder vidas, a violência também apresenta a sua conta econômica. Os números revelados pelo Ipea são significativos. Em 2004, o custo da violência no Brasil foi de R\$92,2 bilhões, o equivalente, Senador José Agripino, a 5,09% do Produto Interno Bruto Brasileiro, com um custo *per capita* de R\$519,40. Isso é um dos maiores custos do mundo, e temos de enfrentar esse problema definitivamente. Claro, Senador Marconi, vamos ter de fazer muitos investimentos em segurança pública. Nós temos de mudar radicalmente o art. 144 da Constituição Federal. Mas o primeiro passo concreto que se dá neste País, além da inevitável vinculação de recursos que haveremos de fazer, é a aprovação desse piso nacional para os policiais civis e militares e para os bombeiros militares, também. O Governo Federal se obriga, pela mudança da Constituição, a mandar um piso. E nós teremos de travar uma longa batalha, para que esse piso seja condizente e atenda igualmente a todos os estados brasileiros.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a paciência. Agradeço, mais uma vez, aos líderes desta Casa, com a certeza de que teremos uma aprovação unânime.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Líder do PT, Senador Aloizio Mercadante, e, pela ordem, o Senador João Tenório.

**O Sr. João Tenório** (PSDB – AL) – Sr. Presidente, é absolutamente louvável essa PEC proposta pelo Senador Renan Calheiros, porque temos de ter a percepção de que a violência, a insegurança neste País tornou-se a maior praga que afeta a sociedade brasileira. Até algum tempo atrás, a maior praga que nos afetava era a fome, que deixou, de certa forma, de sê-lo por duas razões fundamentais: primeiro, pela queda evidente de preços dos alimentos, que aconteceu de um modo geral no mundo e particularmente no Brasil; segundo, pelos programas sociais do Governo, que fizeram com que o acesso ao alimento se tornasse uma coisa quase rotineira. Então, sai-se dessa praga, e entra-se na praga da insegurança. Assim, a ação do Senador Renan Calheiros é louvável, absolutamente louvável. Entretanto, ele ficou devendo uma resposta, que é fundamental para os estados sobre qual referência será levada em consideração. É Brasília? Brasília tem um subsídio fortíssimo, para suportar o nível de remuneração dos policiais, adequado às necessidades. Se os estados não vierem a ter uma assistência compatível ao que acontece em Brasília, evidentemente vai haver um problema muito sério nos outros entes federativos, os estados e municípios.

Então, é este o ponto: apesar de reconhecermos claramente a conveniência, a necessidade, a adequação dessa correção de remuneração do setor de policiais, entendemos que é preciso levar em consideração também os entes federativos, porque pode ser que se torne insuportável, a não ser que políticas semelhantes, simétricas àquela que acontece em Brasília aconteça nos demais estados brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Muito obrigado. Asseguro a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e vocês que nos acompanham, senhores e senhoras, essa PEC começa a restituir uma dívida que o Estado e a



sociedade brasileira têm com as Polícias, a Polícia Militar e Polícia Civil, e com o Corpo de Bombeiros. É uma dívida, porque todos nós assistimos, cotidianamente, hoje, ao avanço da violência – aos assaltos, roubos, furtos, sequestros, assassinatos, que estão presentes nos grandes centros urbanos e já nas pequenas cidades do País.

Nós precisamos de uma resposta abrangente. Espero, ainda hoje, aprovar também a lei de combate às organizações criminosas. Mas o piso salarial é uma possibilidade concreta de darmos dignidade à polícia; de darmos direito para que os policiais e suas famílias possam viver com tranquilidade.

Se já não bastasse a tensão, especialmente na periferia das grandes cidades, como disse ontem, muitos policiais são obrigados a esconder a farda; quando a esposa a lava, não pode pendurá-la no varal, porque, se ele for identificado no bairro como policial, sua família e ele estarão ameaçados. Basta ver o que foram os ataques de uma única facção criminosa, os ataques covardes que mataram 42 policiais em São Paulo. Isso mostra o nível de enraizamento do crime, a presença, a ameaça, a tensão com que esses profissionais vivem.

Há, na Polícia Militar de São Paulo, recorrentemente, um número elevado de suicídios. Aqueles policiais honestos, aqueles que não se vendem, aqueles que não se corrompem vivem a pressão permanente da profissão e o salário de miséria que recebem. O piso nacional é o caminho para revertermos essa situação inaceitável. O piso nacional das PM e da Polícia Civil é o caminho para resgatarmos a competência profissional, para valorizarmos essa profissão.

Há estados, como o Acre e o Distrito Federal, em que a PM hoje precisa de curso superior, de dois anos de um curso especial de segurança pública, mudando-se a qualidade do serviço. Por quê? Porque se paga bem, e se cobra mais. Isso permite ter um serviço de melhor qualidade. O começo dessa trajetória é a valorização salarial, é a recuperação salarial; esse é o reconhecimento que essa profissão deve ter por parte do Estado brasileiro.

Nós poderíamos votar aqui a indexação dos salários de todos os estados ao salário do Distrito Federal. Aparentemente, essa proposta é mais conveniente, porque haveria uma recuperação imediata do piso. No entanto, ela é totalmente inconstitucional, porque, como vivemos

numa Federação, não podemos vincular o salário de qualquer estado ao salário de outro estado da Federação. Para o piso, assim como o é com o salário-mínimo, vai ter de ser discutida uma política de reajuste e um processo de recuperação. Mas o fato de haver um piso significa que esse debate vem para o Congresso Nacional, que as polícias poderão mobilizar-se e que progressivamente vamos recuperar esse salário e construir a dignidade que precisamos oferecer aos policiais do Brasil.

Tenho sido parado nas ruas pelo apoio a essa iniciativa. Quero dizer que apresentei esta PEC do piso nacional das polícias em 2007, um ano antes da proposta apresentada posteriormente pelo Senador Renan Calheiros, na mesma direção, no mesmo caminho. O que importa é que ambos chegamos ao mesmo diagnóstico: o único caminho de recuperarmos o salário da polícia no Brasil é estabelecermos um piso nacional.

Vamos votar hoje, tenho certeza, por unanimidade. Quero parabenizar o Senador Demóstenes, Presidente da nossa Comissão, pelo empenho; o Senador Renan Calheiros por essa militância. Quero agradecer a todos os líderes que imediatamente aportaram à urgência, superando todo o debate, agilizando a tramitação dessa matéria. E hoje daremos o primeiro passo para resgatar a dignidade, para valorizar os profissionais da segurança pública, que estão todos os dias ameaçados, colocando sua vida em risco, para proteger as famílias brasileiras e para dar segurança a nossa população. Não há outro caminho, para resgatar a segurança pública no País, se não valorizarmos e não reconhecermos as polícias do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, para encaminhamento, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que qualquer parlamentar aqui pode até ter algumas pequenas divergências quanto à forma, mas não quanto ao conteúdo e ao mérito dessa emenda constitucional.

Em qualquer estado – pobre, médio ou rico –, nós conhecemos as dificuldades por que passam os policiais naqueles estados. E, como médico, eu tenho sempre dito: se a gente acha que a coisa mais impor-

tante da vida da gente é a saúde, de que adianta, por exemplo, ter saúde e não ter segurança? De que adianta, por exemplo, estar completamente íntegro do ponto de vista da saúde e não poder sequer sair de casa para algum lugar, para trabalhar, para ir à escola, porque não há segurança? Aí se diz também que é muito mais importante ter educação. Perfeitamente, mas como ir para a escola em paz se não houver segurança?

Então, por isso, eu quero fazer aqui a defesa da aprovação dessa emenda à Constituição, dizer que ela vai se juntar à PEC nº 300 lá na Câmara. Isso, portanto, vai possibilitar o aperfeiçoamento do objetivo que todos nós queremos: justamente a melhoria salarial dos policiais. Portanto, é preciso dar mais dignidade a esses policiais, para que possam trabalhar e, conseqüentemente, eles mesmos terem saúde mental e equilíbrio emocional para levar a cabo uma profissão tão difícil; tão difícil mesmo, que é a de arriscar a vida, no dia a dia, contra bandidos, contra o crime organizado, porque, na verdade, o que eles fazem a todo momento é isso.

Então, eu quero me somar a todos que aqui já falaram, parabenizar o Senador Renan, que foi o autor da PEC, a todos que também assinaram a PEC e a todos os senadores que estudaram o problema, acompanham o problema e que já vinham acompanhando, digamos, lá da Câmara a PEC nº 300.

E eu tenho certeza de que, no dia de hoje, ou já na noite de hoje, nós teremos um marco histórico para começar a mudar essa realidade de que realmente possamos ter segurança neste País e não mais esse jogo de puxa e encolhe, de “ah, o culpado é o Governo Federal”, ou “ah, o culpado é o governador ou a governadora”! Vamos, sim, olhar com tranquilidade para o policial, porque, tendo segurança, a saúde e a educação estarão garantidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Serys Slhessarenko.

**A SR<sup>a</sup> SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já foi dito aqui, nesta sessão hoje, que estamos, com certeza, restituindo a dignidade da Polícia do nosso País. É uma dívida realmente, como já foi dito aqui, porque se cobra tanto das nossas Polícias, mas esquecemos realmente as parcas condições

existentes em cada estado para o trabalho dos nossos policiais, da nossa Polícia Civil, da nossa Polícia Militar, dos nossos bombeiros.

Eu sou do Estado de Mato Grosso, onde o piso salarial é de R\$1.600,00. Eu sempre o achei baixíssimo – baixíssimo! –, mas, quando eu conheci o do Rio Grande do Sul, que é a metade, e o do Rio de Janeiro, que é pouco mais da metade, só para citar aqui alguns estados, vi que realmente é impossível se cobrar segurança. É uma dívida que a nossa sociedade como um todo tem para com essa categoria. Definir o piso salarial nacional era algo imprescindível, e há muito tempo, para as nossas Polícias e bombeiros, assim como o fizemos para os profissionais da educação. O piso será definido hoje pela PEC nº 41, mas a sua regulamentação virá logo após – e é importante que venha rápido e venha com dignidade. Isso se faz necessário. É importante esta PEC, Senador Renan Calheiros, eu o cumprimento por ser o autor, assim como a outros que também buscaram um projeto semelhante.

Mas eu gostaria aqui de dizer que a importância dela, como foi a que trouxe o piso salarial para os profissionais da educação, é que realmente os governadores dos estados terão condições de implantar, sim, este piso. Aquele estado que provar, comprovar, que não tem condições de pagar o piso estabelecido, receberá complementação do Governo Federal. Isso é da mais alta relevância, porque não teremos desculpas, em estado algum, para não implantar o piso das nossas Polícias, tanto civil quanto militar, e do Corpo de Bombeiros.

O risco seria que os governos estaduais viessem a dizer que não poderiam fazer isso, mas, com a aprovação da PEC nº 41 e com a regulamentação, se a complementação pelo Governo Federal se fizer necessária, acontecerá com certeza.

Eu não tenho dúvidas com relação à existência de bons salários. E com os estados aderindo ao Pronasci – como o meu Mato Grosso assinou há pouco tempo adesão ao Pronasci –, melhores condições de trabalho, envolvimento da sociedade na prevenção, mais a aprovação da PEC nº 41 e a sua regulamentação, como eu já disse aqui, a segurança da nossa sociedade com certeza estará sendo feita. Porque gente com vontade e determinação nós temos aí. Temos profissionais

competentes e temos realmente, com a adesão ao Pronasci, preparo cada vez maior para as nossas polícias. Com preparo cada vez melhor e maior, com equipamento, com serviço de inteligência, com pessoal e com salários dignos, com certeza, o Brasil vai dar o grande salto de qualidade na segurança. E nós, a sociedade brasileira, merecemos e precisamos. E as nossas Polícias com certeza vão desempenhar o seu papel com a competência que têm.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro para encaminhar a matéria.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, não poderia deixar, Senador Renan Calheiros, de vir hoje à tribuna encaminhar o voto à PEC nº 41, de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

Desde o início da sua tramitação nas comissões, e especificamente na CCJ, eu o parabeneizei e me posicionei a favor, entendendo que a PEC daria o encaminhamento e a solução para a injustiça que se pratica com os policiais militares, civis e do Corpo de Bombeiros.

Não vou falar especificamente do meu Estado do Pará, como fez o Senador Mário Couto com toda a razão. O Estado do Pará é, sem sombra de dúvida, hoje, um dos governos mais mal avaliados do Brasil, se não o pior, Senador Mário Couto – se não o pior, em qualquer área.

Eu farei hoje ainda um pronunciamento sobre saúde, mas, em qualquer setor onde focemos, a posição do Estado do Pará é de tristeza, é de lamento para nós, paraenses. Mas a segurança é uma questão que deixou de ser do estado para ser uma questão nacional.

E aí é preciso que todos nós – principalmente nós, parlamentares – tenhamos o seguinte em mente: já que não se faz uma revisão do pacto federativo para distribuir melhor as receitas, que pelo menos se dê apoio aos governos estaduais para que possam remunerar de forma condigna, Senador Osmar Dias, os policiais de cada um dos estados.

O Pará está entre os que pior remuneraram os seus policiais. E aí, essas pessoas, que têm a missão de guardar, de fazer a segurança da

população, são obrigadas a fazer bicos, fazer tarefas extras para complementar sua renda e ter condições de sustentar suas famílias.

Eu fui procurado, no meu estado, por vários policiais. Independentemente de coloração partidária e de posto – do mais alto posto até o menor posto –, pediram o meu apoio, Senadora Serys, para a aprovação da PEC nº 300.

O que a PEC nº 300, que está na Câmara Federal, define? Define que os estados brasileiros terão de pagar aos policiais militares, civis e aos bombeiros piso idêntico ao piso do Distrito Federal, que é bancado pela União.

Eu disse a eles que não me furtaria a dar-lhes apoio, mas que a PEC nº 300 só daria resultados se tivesse uma fonte de financiamento para que isso pudesse acontecer no estado. Disse-lhes que, quando ela tramitasse aqui pelo Senado, faria uma emenda para buscar uma fonte de recursos para que os estados pudessem cumprir a determinação da PEC.

Para alegria minha, encontro tramitando a PEC nº 41, do Senador Renan Calheiros, que vai exatamente no caminho da solução do problema. Ela cria um piso nacional para os policiais militares e civis e para o Corpo de Bombeiros – os investigadores, como disse o Senador Renan, foram acrescentados pelo Senador Demóstenes Torres –, e cria um fundo para reunir recursos a serem transferidos aos estados que não possam honrar, em razão de sua pouca receita, o piso que será definido.

Essa é a solução, Senador Renan Calheiros. V. Ex<sup>a</sup> mostrou o problema e deu a solução para o problema. Nós precisamos aprová-la hoje, para que ela vá à Câmara Federal e tramite com urgência para que possamos, efetivamente, dar aos agentes da segurança dos Estados essa condição de dignidade.

Nós vamos aprová-la aqui sim, e tenho certeza de que será por unanimidade. Assim como aconteceu na votação da matéria relativa aos aposentados, do Senador Paulo Paim, esta votação será unânime: todos a favor da classe dos policiais civis e militares e do Corpo de Bombeiros.

A questão relativa à distribuição dos *royalties* do pré-sal, Senadora Serys, da maneira como está na Câmara, não inclui a área de segurança. Quando por aqui passar essa matéria, eu vou fazer uma emenda para que seja incluída a área de segurança. Educação, saúde, Bolsa Família, tudo isso está incluído de forma correta, mas a área de segurança também tem de ser contemplada por aquele fundo. Por meio da distribuição, para todos os estados brasileiros, dos *royalties* do pré-sal, esse fundo, conforme a PEC nº 41, do Senador Renan Calheiros, poderá ajudar a área de segurança.

Por tudo isso, por justiça aos policiais de todo o Brasil e, em especial, do meu Pará, voto favoravelmente à PEC nº 41, do Senador Renan Calheiros.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de passarmos a palavra ao próximo orador, prorrogo esta sessão pelo tempo necessário para que se aprovem as matérias pautadas.

Com a palavra, para discussão, o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu quero começar cumprimentando o Senador Cristovam Buarque. Quero cumprimentá-lo, porque nós estamos tratando aqui de um assunto muito parecido com a PEC que S. Ex<sup>a</sup> apresentou e que eu relatei, oferecendo piso para os professores, piso que alguns governadores disseram que não tinham como pagar, mas que é constitucional e tem de ser pago.

Parabéns, portanto, ao Senador Cristovam Buarque que, como professor, honrou a classe dos professores. Eu, com muita honra Senador Cristovam Buarque, pude relatar a emenda de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero cumprimentar também o Senador Renan Calheiros, que apresentou, oportunamente, essa proposta de emenda à Constituição. Todo mundo fala, reclama de segurança pública. Sou de um estado onde o piso salarial dos profissionais, dos policiais que são obrigados

a oferecer segurança à sociedade paranaense, chega próximo a R\$1,6 mil. Temos estados no País onde o piso chega a R\$3 mil.

Todo mundo fala que o Paraná é um estado rico. É um estado rico onde a violência cresce e a criminalidade está exageradamente alta. Além disso, temos uma condição semelhante à de Mato Grosso do Sul, por exemplo: fazemos fronteira com dois outros estados. E essa fronteira nos obriga a ter um contingente maior de policiais para guarnecê-la. No entanto, quando se fala em oferecer segurança à população, a gente tem de pensar que a Polícia tem de se sentir segura, também, com a remuneração que recebe, segura, estimulada, para oferecer aquilo que se espera dela.

Quando a gente olha para um estado como o Paraná, que tem hoje o mesmo efetivo policial que tinha há vinte anos, quando a população era a metade do que é hoje, a entende, porque a Polícia muitas vezes é criticada.

Quando a gente olha para o Paraná, a gente vê ainda que dezesete mil policiais militares e menos de três mil policiais civis são obrigados a oferecer segurança a toda a população, e há policiais que trabalham fora do horário de expediente. Trabalham fora do horário do expediente para dar conta da sua missão e, mesmo assim, não dão conta, porque não são super-heróis. E muitos são obrigados a voltar para uma casa – uma casa que nem deles é – que não lhes oferece a segurança que deles se cobra que ofereçam às outras famílias, porque seu salário não lhes permite ter uma casa que lhes dê segurança.

O que nós estamos fazendo aqui é apenas o começo do que deve ser feito para que a segurança pública seja uma política pública, uma política de governo. Não é só aumentar o efetivo, é muito mais do que isso: é pagar decentemente os policiais, é remunerá-los para que eles possam, inclusive, qualificar-se e, qualificados, prestar um serviço de mais qualidade à sociedade.

Nós estamos vivendo numa sociedade onde o medo toma conta das famílias. Em Curitiba, que era uma cidade considerada modelo, pacífica, tivemos, há poucos dias, uma chacina, na qual oito pessoas inocentes – homens, mulheres e crianças – foram sumariamente liquidadas, assassinadas pelos criminosos do narcotráfico.



Para combater o narcotráfico é preciso uma polícia qualificada, treinada, capacitada, bem equipada, mas, sobretudo, bem remunerada.

Se os estados não têm como suportar esse dispêndio, que ele seja dividido com o Governo Federal, que concentra hoje 62% das receitas totais da União, e é justo, portanto, que a União ajude os estados a manter a Polícia, principalmente com referência a sua remuneração.

Portanto, Sr<sup>a</sup> Presidente, estamos aqui para votar favoravelmente e para cumprimentar o Senador Renan Calheiros pela oportunidade e, sobretudo, pela inteligência de apresentar essa proposta de emenda à Constituição, que precisa ser aprovada rapidamente aqui e na Câmara dos Deputados, porque com segurança não se brinca e com o salário dos policiais, que hoje é muito aquém daquilo que eles merecem ganhar, também não se brinca. Sendo assim, vamos votar logo, aqui e na Câmara dos Deputados também. Parabéns, Senador Renan Calheiros.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Osmar Dias.

Eu só estou preocupada porque temos 20 inscritos, vinte. Senador Osmar Dias, parabéns, V. Ex<sup>a</sup> ocupou menos do que o tempo. Com a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini; logo depois, o Senador Romeu Tuma.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** (DEM – RN) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, que conduz os trabalhos, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com relação à PEC 41, quero inicialmente parabenizar o Senador Renan Calheiros pela proposta, porque ela representa algo de fundamental importância para a melhoria da segurança pública em nosso País.

Como médica, todas as propostas, todas as ações aqui no Senado voltadas à defesa da vida têm tido a minha participação. E digo a vida relacionada não apenas à saúde, mas aquela que leva também ao bem-estar, à paz, à tranquilidade. E isso tem que ser adquirido também, com grande esforço, na segurança pública. E nada melhor do que darmos esse passo decisivo para melhorar, para começarmos a estruturar melhor as polícias, tanto civil como militar, nos nossos estados.

E por que não fazer com que tenhamos esse piso nacional que dê mais dignidade e mais segurança ao trabalho de homens e mulheres que, no dia a dia, estão nas ruas enfrentando os mais diversos perigos, com a sua vida, para proteger a população.

Sei que somente isso não irá resolver o grave problema hoje enfrentado em todos os recantos deste País. E no meu Estado, no Rio Grande do Norte, não é diferente, onde a segurança pública realmente deixa muito a desejar, onde a violência vem crescendo, onde o número de assaltos, assassinatos, enfim, toda a sorte de ações criminosas vem crescendo. Nós sabemos que esse será um ponto para trazer um avanço na recuperação, na reestruturação de um trabalho que é fundamental para a vida dos brasileiros.

É necessário, claro, que os governos estaduais invistam na inteligência, nos equipamentos e também nas estruturas. No Rio Grande do Norte, as delegacias estão caindo aos pedaços. Falta pessoal, é insuficiente o número de policiais para proteger a vida do cidadão. Esse modelo não é muito diferente. Alguns estados avançaram. Mas no meu Estado, infelizmente, há uma deficiência muito grande e quem está pagando é o cidadão que pensa – e tem direito – que por intermédio dos seus impostos pode ter mais segurança e mais tranquilidade.

Então a minha palavra, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e a todos que aqui vieram para acompanhar a aprovação da PEC 41, é para dizer que sou favorável, que votarei a favor, entendendo que é fundamental fazer com que, no Brasil, tenhamos um salário digno que dê tranquilidade e que mostre a valorização e o respeito ao trabalho de homens e mulheres que fazem a nossa segurança.

Era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini, especialmente pelo tempo.

Com a palavra, o Senador Romeu Tuma e, logo após, o Senador Renato Casagrande.

**O SR. ROMEU TUMA** (PTB – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, ilustre Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou procurar também

ser rápido, visto que o tempo urge e a expectativa é que se vote por unanimidade esse projeto.

Capitão Assunção, queria informar a seus colegas de Sergipe que V. S<sup>a</sup> se encontra aqui na luta pela aprovação do projeto, acompanhado do Sargento Edgar Vieira, do Cabo Palmeira e do Soldado Emerson. Além dos citados pelo Senador Renan Calheiros, e V. S<sup>a</sup> falou com ele, que pediu que eu não esquecesse de fazer referência à presença dos senhores em prol da PEC nº 41.

Quero ser rápido, Senadora, porque o Senador Renan Calheiros, quando Ministro da Justiça, fazia referência à necessidade do atendimento e de melhor atenção com os policiais. V. Ex<sup>a</sup> fez um projeto que vamos votar depois, que é do crime organizado onde já se busca alguns acordos e alguns benefícios às instituições que combatem o crime organizado em benefício da sociedade brasileira.

Então, esse Projeto, o 41, trata do piso salarial. Devemos nos lembrar que, neste ano, a CNBB fez a campanha da fraternidade com o tema da segurança. E por quê? Porque o sofrimento da população é enorme em razão do aumento da criminalidade. Ainda esta semana homenageio os policiais de São Paulo. O Discovery fez um programa repetindo o que foi realmente a ação do PCC contra as unidades policiais do Estado de São Paulo, onde mais de 40 policiais, principalmente militares, foram covardemente assassinados pelos criminosos da organização autodenominada PCC – Primeiro Comando da Capital.

Além disso, já está aí o Pronasci, do Presidente da República, do Governo Federal, do Ministério da Justiça, pronto a colaborar com os Estados que não tiverem o suficiente para pagar o piso salarial. O que não se pode, em hipótese alguma, é deixar a polícia à míngua permanentemente, sem nenhuma razão para dar o atendimento necessário àqueles que oferecem o principal, que é a própria vida em defesa do cidadão.

Vamos votar a favor, se Deus quiser!

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Romeu Tuma. Com a palavra, o Senador Renato Casagrande e, logo após, o Senador Efraim Morais.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, representantes das entidades que estão aqui presentes, Roberto Caetano, do Espírito Santo; Moábil, também de Colatina, no Estado do Espírito Santo; quero também cumprimentar o Capitão Assunção e, em nome do Capitão Assunção, cumprimentar os deputados federais aqui presentes e dizer da alegria de estar debatendo este tema.

Capitão Assunção, ontem, na Comissão Especial que está debatendo o Código de Processo Penal, apresentamos o relatório da reformulação do Código de Processo Penal. Nós compreendemos que a reformulação do Código poderá ser um instrumento importante para o combate à criminalidade, porque se conseguirmos fazer com que, no entendimento com todos os operadores do Direito, o processo judicial se torne mais rápido, também conseguiremos diminuir a impunidade. E o que leva hoje à prática do ilícito, em grande parte, é a impunidade, ou seja, a certeza de que a pessoa que pratica o crime, o ato ilícito, não será punida.

Então, nós estamos dando uma contribuição ao debate da reformulação do Código de Processo Penal, pois acho que é uma das tarefas do Congresso Nacional o aperfeiçoamento do arcabouço legal, para que possamos ter instrumentos mais adequados de combate à criminalidade. O debate sobre o tema da segurança pública tem vertentes no Judiciário, no Executivo, naturalmente, como um dos mais importantes, e no Legislativo. Então, esse debate é importante.

O outro debate é este que estamos fazendo aqui. Quais são os instrumentos que temos para que possamos valorizar o profissional que milita, que trabalha, que atua na área de segurança pública? O instrumento que estamos debatendo, a PEC do Senador Renan Calheiros, é importante, porque estabelece, num país tão desigual como o nosso e com tantas diferenças entre unidades federativas, um piso mínimo para o policial militar, para o bombeiro, para o policial civil, para o investigador e faz com que a União seja parceira na composição de um fundo para ajudar a pagar, a bancar esse piso mínimo para o policial. Então, isso é importante.

Se queremos exigir do profissional policial um trabalho eficiente, temos de dar as condições. E o Congresso Nacional não pode apenas jogar a tarefa para os governos dos estados. Temos de dar a tarefa e o dever aos governos dos estados, mas, ao mesmo tempo, temos de dizer de onde vai vir parte dos recursos. É isso que estamos fazendo com a votação dessa matéria.

Saúdo a todos e coloco-me à disposição. É um tema que todo mundo, que todos os partidos terão de discutir cada vez mais, porque a sociedade brasileira está insegura. Os índices de criminalidade continuam, muitas vezes, em muitos locais, aumentando, exigindo uma efetiva ação nossa.

Obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente Senadora Serys Shlessarenko.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Casagrande. Com a palavra, o Senador Efraim Morais e, logo após, o Senador Cristovam Buarque.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Serys, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui estamos simplesmente numa missão que considero da maior importância, que é a necessidade de fixarmos o piso salarial nacional e unificá-lo para policiais militares, policiais civis e bombeiros. E vamos tentar incluir – num entendimento, já que a Casa está trabalhando na base do entendimento – os peritos e investigadores.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, a história da PEC nº 41, que estamos votando, é a de que ela foi apresentada, ficou adormecida, mas de repente acordou – e acordou com vontade de ser resolvida. E aqui eu tenho que registrar aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras o trabalho que foi feito lá na Câmara dos Deputados. Os deputados foram competentes na hora em que acordaram esse movimento, chamando o Brasil todo para defender a PEC 300. Então, a PEC 300 fez com que o Senado Federal acordasse em relação a essa matéria. Então, nós temos aqui que dar os méritos também a esses parlamentares que se dedicaram, se entregaram totalmente neste semestre à questão da PEC nº 300. E eu queria citar três que estão em plenário: o Deputado Mendonça Prado, de Sergipe; o Deputado Capitão Assunção, do Espírito Santo; e uma menção

toda especial a um paraibano que inclusive relatou a matéria, que nasceu, se não me engano, do nosso Deputado Arnaldo Faria de Sá. S. Ex<sup>a</sup> não é militar, mas, entendendo exatamente a necessidade que temos de regulamentar essa situação dos policiais militares, policiais civis, bombeiros, investigadores e peritos, apresentou essa matéria. E coube exatamente ao Deputado Major Fábio relatá-la na Comissão Especial. Paraibano simples, que saiu lá das fileiras da nossa briosa Polícia Militar da Paraíba. E aproveito para saudar a Cabo Eliane Santos, a nossa querida paraibana, a única mulher militar que aqui se encontra. Ela é a nossa Presidente da Associação de Cabos e Soldados da Paraíba. E eu usaria, permita-me, Eliane, a própria música da “mulher macho sim senhor”. Mulher macho, sim, porque corajosa. É mulher macho, sim, senhor, porque carinhosa, trabalhadora, competente, inteligente e séria. É por isso que nós nos orgulhamos de ter você, Eliane, como Presidente da nossa Associação dos Soldados e Cabos da Paraíba e, em seu nome, eu saúdo aqueles extraordinários companheiros da Paraíba. E, ao seu lado, o nosso Sargento Erivan Santos que aí também se encontra, representando a nossa Polícia Militar da Paraíba e a todos que têm interesse nessa PEC.

Mas, Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> só mais um pouquinho de tempo para que eu possa concluir o meu raciocínio. Exatamente em função desse trabalho da Câmara, nós acordamos e andamos mais rápido do que os companheiros daquela Casa.

E aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que, na hora da votação, coloque uma questão que eu levanto agora. Nós estamos terminando o ano legislativo; temos apenas mais 15 dias. E aqui eu vejo todos os líderes: eu vejo o Líder José Agripino, eu vejo o Líder do Governo, Senador Romero Jucá; eu vejo o Líder do PSDB, o Líder do PTB, o Líder do PSOL, enfim, todos os companheiros. E hoje, Senador Inácio Arruda, nós temos que quebrar os interstícios e votar não só o primeiro turno. Quantas vezes já votamos rapidamente primeiro e segundo turnos? Então, é preciso que essa matéria seja aprovada hoje, que ela saia daqui aprovada hoje para que chegue amanhã na Câmara dos Deputados. É esse o pedido que faço a V. Ex<sup>a</sup> e aos líderes partidários que aqui se encontram. Vamos quebrar todos os interstícios para

que possamos votar em primeiro e em segundo turnos, para que os companheiros da PEC nº 300 se incorporem à PEC nº 41 que, no meu entender, vai satisfazer aos companheiros da Câmara. Dessa forma, não haverá mais emendas lá. Votemos de uma vez em primeiro e em segundo turnos, para que possamos, de uma vez por todas, resolver o piso salarial.

É essa a questão que queria levantar, Sr<sup>a</sup> Presidente. Não temos muito mais a falar. Vamos, evidentemente, ouvir os outros companheiros, mas temos pressa de votar porque queremos votar essa matéria hoje em primeiro e em segundo turnos e depois votar a redação final, para que a Câmara dos Deputados dê a última palavra e, espero, sem emenda, para que possamos começar a dar condições a quem dá segurança ao povo brasileiro. Se não houver um salário justo, não poderemos reclamar desses homens e dessas mulheres que garantem a segurança do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Efraim. Gostaria de comunicar aos Srs. Senadores, às Sr<sup>as</sup> Senadoras, que o calendário especial para a votação dessa matéria já foi aprovado na última sessão ordinária da semana passada. Então, já está aprovado. Tão logo terminem as intervenções, nós teremos a votação do calendário aprovado. Para usar da palavra, o Senador Cristovam Buarque. Logo após, Senador Marcelo Crivella.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, sinto um grande prazer em estar aqui esta tarde, Senadora, para manifestar meu apoio a essa emenda do Senador Renan Calheiros, a quem parablenizo pela iniciativa. Essa reforma da Constituição vai permitir criar um piso nacional de salários para nossos policiais militares. A primeira satisfação que sinto é pelo fato de termos, com esse projeto, criado uma rede nacional – e esse é um dos méritos da proposta do Senador Renan Calheiros – de uma categoria que tem sido apenas constituída por segmentos estaduais isolados, separados uns dos outros. Criamos uma categoria nacional na Polícia Militar.

Segundo, é porque tenho a impressão de que esse é um passo que veio na linha do que foi feito com o piso salarial do professor, como já lembrou aqui o Senador Osmar Dias. Criamos o piso salarial do professor e aí estamos, com isso, ajudando a criar outros pisos nacionais de categorias fundamentais. A terceira satisfação é o fato de isso ser com a Polícia Militar.

Eu, como Governador, tenho orgulho de dizer que fui um governador prestigiado e que prestigiou a categoria dos policiais militares e dos bombeiros do Distrito Federal. Não é à toa que, se eu for escolher em qual segmento, no Distrito Federal, tenho mais apoio, mais convivência, eu diria que é no dos bombeiros e no dos policiais militares. Mais uma satisfação é a de que, como brasileiro, tenho consciência plena do problema da segurança nacional. E esse problema da segurança nacional, da segurança que vivemos na rua, da segurança pessoal, só será superado, de imediato, no momento em que conseguirmos ter uma carreira que satisfaça a busca de bons profissionais para a Polícia Militar. E o piso salarial, embora ainda baixo, é um caminho para isso. O que estou defendendo aqui não está diretamente ligado aos interesses da cidade, do Distrito Federal, que represento. No Distrito Federal, o piso salarial dos policiais militares e dos bombeiros já é muito superior a esse valor. Então, aqui, defendo não pelo interesse local; defendo pelo meu sentimento nacional. Concluo, lembrando a todos, ao Senador Renan e aos policiais interessados, o risco que vocês correm, se algum governador fizer com este piso o que fez com o piso dos professores, que, até hoje, Senador Renan, continua parado no Supremo Tribunal, um ano depois de quatro governadores terem dado entrada, pedindo a inconstitucionalidade da lei. Não conseguimos que os ministros do Supremo se reúnam para votar esse projeto. Espero que isso não aconteça com a proposta de emenda à Constituição do Senador Renan Calheiros.

É óbvio que, como é uma reforma constitucional, fica praticamente impossível declarar como inconstitucional uma reforma constitucional que tenha seguido todos os trâmites. Mas, no sistema jurídico brasileiro, nada é impossível. Que algum governador invente que há



uma cláusula pétrea que o Congresso não pode mudar para fazer coisas que afetam cada um dos estados.

Espero que esse projeto de reforma constitucional seja aprovado hoje e entre em vigor, por meio de sua sanção, o mais rapidamente possível. Era o que tinha a dizer, Senadora, manifestando meu apoio e parabenizando o Senador Renan Calheiros pela iniciativa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT–MT) – Obrigada, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT– MT) – Pela ordem, o Senador Demóstenes Torres.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup>, aos líderes e também aos demais senadores. Poder-se-ia abrir agora o painel para a votação. Começaríamos a votação, e os discursos iriam acontecendo; em seguida, as demais sessões, porque aí poderíamos esgotar esse tema, se V. Ex<sup>a</sup> e se os Srs. Líderes concordarem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Demóstenes Torres. Consulto os Srs. Líderes.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Senhor Presidente, a Liderança do Governo concorda com a proposta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. (Bloco/PT – MT) – De acordo.

Senador Agripino.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr<sup>a</sup> Presidente, o PMDB também concorda, acha que é isso mesmo que se tem que fazer para a economia processual.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. (Bloco/PT – MT) – Senador Arthur Virgílio, por favor. (*Pausa.*) Senador Valadares. (*Pausa.*) Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> concorda? (*Pausa.*) De acor-

do. Estando de acordo, vamos abrir o painel para a votação, o encaminhamento, e a discussão continuará.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Eu queria, Sr<sup>a</sup> Presidente, registrar aqui a presença de ilustres membros da Polícia Militar do Espírito Santo: do soldado Roberto Caetano, presidente da Associação dos Cabos e Soldados; do soldado Moabio, do Conselho Deliberativo da Associação de Cabos e Soldados; e do Cabo Ramalho, vice-presidente da Associação dos Cabos e Soldados do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

Participam, estão presentes nesta votação, apoiando a votação da PEC e solicitando aos nobres e ilustres senadores o voto favorável à mesma.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. (Bloco/PT – MT) – Votação da proposta sem prejuízo das emendas, em primeiro turno. Solicito às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que já podem votar. Está aberto o painel. As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. Continuam as inscrições. Com a palavra, o Senador Marcelo Crivella, para encaminhar.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (PCdoB – CE) – Sr<sup>a</sup> Presidente, enquanto o Senador alcança a tribuna, o voto do PCdoB é favorável.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, companheiros da Polícia Militar, que aqui representam os ativos policiais de todo o Brasil, eu não poderia deixar, sendo do Rio de Janeiro, de subir a esta tribuna, em nome, inclusive, do Senador Paulo Duque e de Francisco Dornelles, para prestar devotada e solene homenagem aos policiais do Rio de Janeiro. Talvez sejam eles os mais sacrificados, os mais expostos ao perigo. Aqueles que saem de casa cedo, de manhã, para manter a segurança da popula-

ção, enquanto suas famílias, pelo salário indigno que recebem, não estão seguras, morando, muitas vezes, nas fronteiras das comunidades e sendo assediadas pelo tráfico de drogas, pelo crime organizado. Hoje, quando votamos esta PEC, temos no coração um sentimento de dever cumprido, um sentimento que expressa a gratidão profunda que temos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e pelo Corpo de Bombeiros. Nossa Polícia Militar é a primeira do Brasil, fundada desde a época em que éramos a capital; e, de lá pra cá, tem conquistado o respeito, a admiração e a profunda gratidão, repito, do povo da minha terra. Infelizmente, há uns poucos policiais – muito poucos – que, envolvidos com a iniquidade, com o crime, acabam denegrindo a imagem da Polícia. Mas, na sua imensa maioria, ela é feita de heróis; ela é feita de homens que não pensam em si mesmos, que arriscam a vida para manter a segurança no Estado do Rio, para manter a segurança na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo na Baixada Fluminense, epicentro da nossa crise, onde a violência assola a população com números terríveis e exorbitantes que jamais podíamos imaginar que ocorressem.

Então, neste momento em que nós, aqui no Senado Federal, estamos votando – e tenho certeza de que esta votação será por unanimidade – um piso nacional, estamos dando uma demonstração clara do respeito que esta Casa, como representante do povo, tem pelas polícias militares do Brasil. É verdade que mal equipada, mal paga, com quartéis que precisam de reformas, com falta de treinamento, com excesso de missões, de serviço, muitas vezes esses policiais se sentem abandonados pelo Poder Público.

Espero que o gesto que o Congresso Nacional tem, hoje, de votar, por unanimidade, esse projeto de emenda constitucional possa calar fundo no coração da nossa tropa e que ela se sinta fortalecida para enfrentar o crime, para fazer com que a nacionalidade brasileira não pereça diante das ameaças cada vez mais violentas do crime organizado, do tráfico internacional, que tem, eu diria, a crueldade de, inclusive, usar meninos e meninas como escudo nas comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, faço um apelo a todos os policiais da minha terra: ao subirem às comunidades, lembrem-se também de que a maio-

ria do povo que ali vive, a imensa maioria, é uma população ordeira, trabalhadora, humilde e que, fruto dessa desigualdade que nos envergonha a todos, embora trabalhando, e trabalhando muito, não consegue comprar um imóvel ou viver em locais que não sejam as comunidades do Rio de Janeiro.

É uma pena que o Rio seja não uma cidade, mas duas cidades, duas irmãs siamesas e monstruosas: de um lado, nós temos uma população tão rica, tão culta, que tem lazer, e, a uma distância constrangedora, uma parcela enorme da nossa população vivendo abaixo da linha da dignidade humana, cujas crianças crescem no meio de ratos e baratas, com o estigma da inferioridade, e, na adolescência, acabam extravasando esses sentimentos, essa revolta íntima, muitas vezes, na criminalidade, no tráfico, na violência.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, aqui fica o depoimento emocionado de quem reconhece o valor, o denodo, a coragem, a bravura de homens e mulheres, de policiais militares e de bombeiros, que, no Rio de Janeiro, arriscam as suas próprias vidas a cada dia, quando põem o seu uniforme, em benefício da nossa população. A esses heróis, a mais sincera homenagem do PRB. Tenham a certeza de que estaremos sempre aqui, vigilantes, para que o interesse de vocês seja um sagrado dever da nossa consciência.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Crivella. Eu gostaria de solicitar aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que compareçam ao plenário para votar. É votação com *quorum* qualificado. Nós precisamos de 49 votos “sim”.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Estamos tocando. Pela ordem, Senador Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Eu queria convocar todos os senadores do bloco de apoio ao Governo, os senadores da bancada do PT para virem, imediatamente, ao plenário. Estamos votando uma matéria de grande interesse para o Brasil, em defesa da segurança pública, da valorização das PMs, dos policiais militares, da Polícia Civil, dos bombeiros. É fundamental que o Senado,

hoje, resgate a dignidade dessa profissão tão fundamental para a defesa da vida e da proteção das famílias brasileiras. Todos os senadores e senadoras precisam vir, imediatamente, ao plenário, porque essa é a prioridade nº 1 deste Senado Federal na tarde de hoje.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Srª Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT–MT) – Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Srª Presidenta, do mesmo modo, eu gostaria de convocar os senadores do PSDB que porventura ainda não tenham apostado seus votos no painel eletrônico para comparecerem à sessão, pedindo que permaneçam. Agora, de fato, acho o *quorum* muito diminuto, muito fraco para uma matéria dessa relevância.

Obrigado, Srª Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Renan Calheiros.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Srª Presidenta, o voto é “sim”. O voto que o PSDB recomenda é “sim”.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Senadora Serys, igualmente, eu quero pedir aos senadores do PMDB que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Estamos votando uma matéria importante, de interesse nacional, e é fundamental a presença de todos.

Muito obrigado.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF) – Srª Presidenta, por favor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Gim.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de, no mesmo tom, com a mesma força, com a mesma contundência, pedir que os nossos senadores do glorioso PTB viessem ao plenário, tendo em vista que a bancada fechou ques-

tão nessa matéria, porque é uma das matérias mais importantes para a segurança pública do nosso País e traz, novamente, dignidade ao sonho do policial civil de poder combater a criminalidade e, da mesma forma, poder dar o sustento de sua família com dignidade. Então, convido todos os senadores do PTB para que venham ao plenário votar, e o voto é “sim”.

**A SRA. MARINA SILVA (PV – AC)** – Sr<sup>a</sup> Presidente, não tenho dúvidas de que apostar no investimento de qualificar os policiais com o pagamento de melhores salários ajuda muito a segurança pública e, por isso, é louvável o esforço que estamos fazendo, nesta tarde, para aprovarmos o projeto de iniciativa do Senador Renan Calheiros. Agora, acho que é fundamental que possamos compreender que o pagamento de salários para os policiais, para que a gente possa, inclusive, recrutar pessoas com maior capacitação, maior informação, qualifica o recrutamento. Acompanhado disso, é fundamental, como disse o ex-governador Cristovam, que se tenha a perspectiva de uma carreira única para os policiais federais ou para os policiais, a fim de que eles possam contar com mecanismos que lhes assegurem melhor ascensão na carreira. Tudo isso compõe um quadro que, no meu entendimento, é fundamental para que tenhamos uma melhor qualidade na segurança pública. Além do mais, uma combinação entre a ação policial propriamente dita e o investimento em inteligência policial para valorizar a produção da prova ajuda muito no combate ao crime e cria processos para dissuadir a criminalidade. Uma boa parte do crime e da contração acontece pela quase certeza da impunidade.

Uma combinação que estabeleça pagamento efetivo de melhores salários, perspectiva de uma carreira única para os policiais e, ao mesmo tempo, inteligência para que se tenha a efetivação de provas ajuda muito no processo de combate à criminalidade. Investir na prevenção, Sr<sup>a</sup> Presidente. Por que na prevenção? Porque não podemos botar o foco nos efeitos. Temos de ter o foco muito claramente estabelecido nas causas, e as causas nos levam ao que o meu amigo Marcos Rolim, uma pessoa que se tem dedicado muito a pensar na segurança pública no Brasil, diz: “O desafio para todos nós, principalmente para os governantes, não é apenas o de investir mais, mas o de investir melhor, e

investir melhor é qualificar a ação do Poder Público, inclusive no treinamento dos nossos policiais, para que as pessoas possam ter melhor qualificação”.

Não bastam bons salários ou melhores salários. É fundamental uma ação integrada do Governo Federal e dos governos estaduais, como aqui foi proposto, para que os salários, nos estados que não podem complementá-los, sejam complementados pelo esforço da União, como já acontece em relação aos professores. É também importante que se estabeleça uma sinergia entre o Governo Federal e os governos estaduais, para que esses policiais sejam efetivamente qualificados, a fim de poderem atender adequadamente à sua função. Por essas razões, Sr. Presidente, o PV vota favoravelmente à matéria, entendendo que a segurança pública é fundamental na vida das pessoas. Hoje, a maioria da população vive uma situação de desamparo em relação à criminalidade. As pessoas sentem-se inseguras, sentem-se com medo, mas o maior medo que temos de ter é relativo à forma como a segurança vem sendo tratada ao longo de todas essas décadas e à forma como os problemas sociais, às vezes, vêm sendo adiados e não são tratados adequadamente, gerando uma verdadeira indústria da criminalidade. Não estou usando isso para justificar a contravenção, apenas estou dizendo que o item “melhores salários” faz parte de um conjunto de medidas que precisam ser observadas pelos governos, tanto na esfera nacional quanto no âmbito estadual, inclusive, por um esforço da própria categoria, para que prevaleça a visão da justiça que ampara, da justiça que é capaz de promover a verdadeira segurança para os cidadãos e para os próprios policiais e suas famílias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para encaminhar também favoravelmente à matéria e para registrar que a segurança, hoje, é um desafio em todo o País. Voto “sim”, reafirmando que vamos votar o primeiro e o segundo turno hoje, para que o Senado marque a posição política da necessidade de uma solução urgente para o salário de policiais civis e militares e de bombeiros. Voto “sim”, em homenagem a todos os

policiais do País e, em especial, aos policiais de Roraima, que desempenham seu trabalho com força, com perseverança e com responsabilidade. O voto é “sim”, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador José Nery, para encaminhar a votação da matéria.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a manifestação do PSOL em prol da valorização dos servidores da segurança pública, incluídos os policiais militares e civis e os do Corpo de Bombeiros, é parte do nosso compromisso com a construção de um País melhor. Nesse sentido, a valorização profissional pode ser garantida com um teto salarial justo e adequado, para que cada profissional da segurança pública, cada servidor público da segurança pública tenha as condições mínimas para uma sobrevivência digna e não tenha, muitas vezes, de ficar submetido a condições absolutamente indignas e desumanas, como ocorre em algumas regiões do País em que policiais civis e militares e os do Corpo de Bombeiros moram ou sobrevivem em favelas, em situações as mais insalubres, em situações, eu diria, até de indigência.

Valorizar a profissão e o trabalho dos servidores da segurança pública é algo que o Senado Federal e o Congresso Nacional têm como compromisso, para contribuir para melhorar os serviços da segurança pública em nosso País. O profissional deve ser mais valorizado não apenas do ponto de vista salarial; é preciso também que se invista, maciçamente, na formação dos quadros das nossas polícias em todos os níveis, para que o trabalho que realizam cotidianamente, de garantir segurança à população, seja feito com base nos princípios da lei, da ética e do mais absoluto respeito aos direitos humanos.

Se é verdade que queremos a valorização dos profissionais da segurança pública, que queremos sua formação continuada e seu aperfeiçoamento para a realização do seu trabalho, da sua missão funcional, também queremos que, cotidianamente, o trato com a população seja realizado de forma correta, sem qualquer tipo de abuso, sem qualquer



tipo de violência. Não queremos a violência de indivíduos, de criminosos contra qualquer pessoa, mas, para nós, também é muito triste e revoltante quando verificamos a violência de agentes do Estado contra o próprio cidadão.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, policiais militares, civis e bombeiros de todo o País, expressamos nosso apoio e nosso voto à valorização profissional, à aprovação do piso salarial nacional, como forma de garantir, sim, melhores condições de trabalho, melhores condições de sobrevivência. Se assim for feito, acreditamos que nosso País poderá viver com mais tranquilidade e que as pessoas poderão ter, no seu dia a dia, os serviços e o apoio daqueles que são encarregados desta importante tarefa no Estado brasileiro: cuidar da segurança pública, cuidar das pessoas e de sua integridade física, do seu bem-estar do ponto de vista da sua segurança.

Portanto, mostramos nosso apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autoria do Senador Renan Calheiros e, em especial, à luta que se vem empreendendo nesse setor em todo o País, inclusive no meu estado, o Pará, onde tive a oportunidade de me reunir, nos últimos dias, com policiais civis e militares em várias localidades do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que pudesse encerrar essa votação, já que há acordo de liderança. Com isso, poderemos tentar votar a matéria em segundo turno. Não vejo voto contrário dentro do nosso plenário. Então, eu solicitaria a V. Ex<sup>a</sup> que encerrasse essa votação e passasse à quebra dos interstícios, para que pudéssemos votar a matéria em segundo turno. Tenho certeza de que seríamos rápidos e manteríamos o *quorum*. É o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Efraim, esta Presidência ia adotar exatamente essa postura. Há quatorze senadores inscritos ainda para fazer o encaminhamento da votação da matéria. Se os colegas senadores e senadoras concordarem, vamos abrir o painel e encerrar a votação. No segundo turno, os senadores inscritos continuariam o encaminhamento e mostrariam suas posições.

Se todos estiverem de acordo, vamos abrir o painel e passar à votação das emendas. *(Pausa.)*

Vamos abrir o painel: Votaram SIM 61 Srs. Senadores; e NÃO, nenhum senador. Houve uma abstenção. Total: 61 votos. Aprovado.

*(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Peço à assistência a gentileza de observar o Regimento Interno, que não permite manifestação em plenário. Muito obrigado pela compreensão. Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tem a palavra o Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (DEM – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma retificação: apareceu meu voto como abstenção, mas pretendi votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a manifestação do Senador Marco Maciel, nenhuma abstenção, nenhum voto NÃO, 62 votos SIM.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Que tem parecer favorável, não é, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Que tem parecer favorável.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – A orientação é votação “sim”, Sr. Presidente. Essas emendas complementam o projeto, inclusive atendendo os inativos. Portanto, o voto é “sim”.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, o bloco do Governo encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu vou abrir o painel.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Sr. Presidente, o Democratas vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PRB vota “sim”, o PMDB vota “sim”.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – O PMDB encaminha o voto “sim”.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente, o PSOL vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PSOL vota “sim”.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Presidente, o PDT vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PDT vota “sim”. Convido todos os Srs. Senadores a correrem ao plenário para votarem as emendas à PEC nº 41.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – O DEM vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O DEM vota “sim”.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PSDB vota “sim”.

**O SR. MÃO SANTA** (PSC – PI) – Sr. Presidente, o PSC vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PSC vota “sim”.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PTB vota “sim”. Emenda nº 1, da CCJ: Dê-se aos §§ 9º, 10 e 11 do art. 144, da Constituição Federal, de que trata o art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, a seguinte redação: § 9º A remuneração dos servidores integrantes dos órgãos relacionados nos incisos IV e V deste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39, observado o piso remuneratório definido em lei federal. § 2º Pagamento da remuneração de que trata o § 9º desse artigo será complementado pela União, na forma da lei. § 11 A lei que regulamentar o piso remuneratório previsto no § 9º deste artigo disciplinará a composição e o funcionamento do fundo contábil instituído para esse fim, inclusive no tocante ao prazo de sua duração, a ser formado com base em percentual das receitas tributárias federais, observando-se o disposto no art. 21, inciso XIV. Emenda nº 2 da CCJ. Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da PEC nº 41. Art. 2º Acrescente-se ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o seguinte art. 97: Art. 97. A implementação do previsto nos §§ 9º a 11 do art. 144 será gradual, observada a prioridade estabelecida em ato do Chefe do Poder Executivo Federal e terá início, no máximo, em um ano, contado da promulgação da emenda constitucional que promoveu o acréscimo desse artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. São as duas emendas que estão sendo votadas.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Como são duas emendas com o parecer favorável, as duas estão sendo votadas em globo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em globo. O voto é “sim”.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – As Lideranças encaminham o voto “sim”.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES) – O Senador Antonio Carlos Valadares não se encontra ainda presente no plenário, então manifesto o voto “sim”. Ao mesmo tempo, já fiz aqui o registro da presença da Associação dos Cabos e Soldados, de Roberto Caetano. Também vou saudar, mesmo acompanhando de longe, a presença de Araújo, que é da Associação de Subtenentes e Sargentos, e do Coronel Serpa, que é do Clube dos Oficiais.

Também do Sargento Valter, que está acompanhando com atenção toda essa votação. Ô Senador Valadares, perdoe-me. Eu olhei para lá e perguntei... Mas falo em nome de V. Ex<sup>a</sup> também com relação a essa matéria. Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, nosso pronunciamento vem na linha dos demais senadores, parabenizando a iniciativa do Senador Renan Calheiros de apresentação dessa emenda constitucional que fixa o piso salarial para a remuneração dos servidores policiais dos órgãos relacionados nos incisos constitucio-

nais. E vem em muito boa hora, porque a Nação brasileira se sente assaltada pelo crime organizado e é preciso combatê-lo com a polícia bem remunerada, bem preparada, bem aparelhada.

Nós precisamos fazer com que o crime organizado seja combatido com o Estado organizado. Não podemos aceitar que o Estado esteja aquém da capacidade do crime organizado no nosso País. Entretanto, se nós queremos um piso salarial para as nossas forças policiais nas unidades da Federação brasileira... Nós sabemos que se até hoje muitos estados não têm tido a possibilidade de ter um salário digno para as forças policiais, muitas vezes, é por conta simplesmente de que é impossível administrar o orçamento de algumas unidades federadas com os poucos recursos dos estados, com as suas obrigações na área da saúde, na área da educação e, principalmente, na área da segurança.

A nossa Constituição reza que segurança é um direito do cidadão e um dever do Estado. E esse dever do Estado tem que ser compartilhado com os entes federativos. Não pode a União se furtar de colocar recursos para auxiliar as unidades federadas, os estados brasileiros, para que eles possam combater o crime de forma eficiente e eficaz.

O Senador Renan Calheiros, quando apresentou esta Emenda Constitucional nº 41, colocou no seu artigo que a implementação do piso a que se refere o § 9º observará o seguinte: “a) complementação da União nas hipóteses de comprovada indisponibilidade de recursos orçamentários dos estados ou municípios”. O Senador Renan Calheiros está aqui. Isso é a compreensão exata de que os entes federados, estados e municípios, sem ajuda da União dificilmente terão capacidade para cumprir esse piso salarial.

Portanto, o que se dá aqui neste momento é um alerta para que a União venha ao encontro das necessidades das populações que residem nos estados e nos municípios. Porque, se assim não for, dificilmente estados – principalmente na nossa região, Senador Renan Calheiros, o Nordeste – terão capacidade para cumprir o piso salarial.

Então, nós todos, senadores, estamos aqui, de forma unânime, aprovando piso salarial, mas ao mesmo tempo dizendo que a União precisa colocar recursos para que seja cumprido efetivamente o que nós estamos agora votando aqui, em nome do povo brasileiro, que

quer mais segurança, uma polícia bem remunerada, e que essa polícia possa atuar como nós precisamos e desejamos.

Portanto, aqui, sem usar um minuto sequer a mais, quero também emprestar o meu apoio e parabenizar o Senador Renan Calheiros, porque o projeto chega em muito boa hora. E espero que seja implementado o mais rápido possível. A PEC prevê a implementação no máximo de dois anos, e o início de um ano agora. Que possa se dar, se possível, em menos tempo até do que isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou abrir o painel.

Solicito à Secretária a abertura do painel.

Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e nenhum voto NÃO. Houve uma abstenção.

Total: 56 votos. Aprovadas as emendas. Encaminho à Secretaria para redação, para o segundo turno, que vai à publicação.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Eu gostaria que se registrasse o meu voto, porque não cheguei a tempo. Quando cheguei, já se estava abrindo o painel. Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O voto de S. Ex<sup>a</sup> será registrado em ata.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Eliseu Resende.

**O SR. ELISEU RESENDE** (DEM – MG) – Gostaria também de confirmar o meu voto na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A manifestação de V. Ex<sup>a</sup> será consignada em ata. Senador Jarbas Vasconcelos.

**O SR. JARBAS VASCONCELOS** (PMDB – PE) – Agora foi a minha vez de errar por Pernambuco. Eu votei “sim” e saiu “abstenção”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Será registrado em Ata, Senador.

**O SR. RAIMUNDO COLOMBO** (DEM – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (DEM – PI) – Pernambuco é solidário até no erro, Sr. Presidente.

**O SR. RAIMUNDO COLOMBO** (DEM – SC) – Também quero justificar a minha ausência na última votação. Meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A manifestação de S. Ex<sup>a</sup> será consignada em Ata. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler. É lido o seguinte REQUERIMENTO Nº, DE 2009

(De calendário especial de tramitação para a PEC nº 12-A, de 2006. Assinam os líderes de todos os partidos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Em votação o requerimento. As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*) Aprovado. A Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da presente sessão para a 1<sup>a</sup> sessão de discussão, em primeiro turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Item...

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO** **Nº 12-A, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 12-A, de 2006 (Substitutivo da Câmara nº 351, de 2009), que *altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao ADCT, insti-*



*tuindo o regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.*

Parecer favorável sob o nº 222, de 2009, da CCJ, cuja Relatora foi a Senadora Kátia Abreu. Em discussão a proposta. *(Pausa.)* Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Veja bem, nós fizemos um acordo para votar, inclusive em sequência, matérias importantes. E acabamos de fazer um acordo para que se votasse, em segundo turno, a matéria que trata do piso salarial dos policiais militares, enquanto os discursos de encaminhamento do tema se procediam. Eu não falei, estou inscrito. Já passamos para a PEC seguinte. O Senador Crivella já fez o encaminhamento do pensamento de S. Ex<sup>a</sup> a respeito da PEC seguinte, e nós não completamos a votação da primeira PEC. O acordo está completamente quebrado e eu me manifesto completamente contrário a isso.

Nós temos que encerrar, Sr. Presidente, os discursos da primeira PEC, para, em seguida, passar à apreciação da segunda PEC, para cumprir o acordo direitinho, com norma. Porque, senão, vamos atropelar as votações, os argumentos, e a Casa não ficará bem com isso. Eu peço a interferência de V. Ex<sup>a</sup> nesse sentido, para que cumpramos o acordo, mas com ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão e será atendido, Senador Agripino.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu apenas me preocupei em colocar em votação a PEC dos Precatórios. E, como havia o entendimento inicial de que iríamos votar as demais PEC em primeiro turno, eu coloquei essa PEC. Mas eu creio que o bom-senso, Senador Jucá, solicita-nos que coloquemos logo a seguir, agora, o segundo turno da PEC.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para explicar. O Senador José Agripino não encaminhou no primeiro turno, mas nós tínhamos que votar essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Ele é o primeiro inscrito agora para...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Não. Nós temos que votar esta PEC agora, porque depois nós iríamos encerrar a sessão, fazer mais três sessões, e aí votar o segundo turno da PEC dos Policiais e desta PEC também. Portanto, teria que ser assim. Infelizmente, se nós encerrássemos e votássemos, fôssemos para o segundo turno, esta PEC seria prejudicada e teríamos que ter mais três sessões depois. Está correta a Mesa.

**O SR. MÁRIO COUTO** (PSDB – PA) – Presidente Marconi Perillo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Só um instante, Senador Mário Couto, deixe eu encaminhar este assunto. Senador Agripino, se V. Ex<sup>a</sup> aquiescer, a pretensão da Presidência seria colocar, logo após a votação desta PEC, a PEC do DF, a PEC nº 7 e a PEC do Bioma, que interessa ao Senador Marco Maciel. Logo após, encerraríamos e, imediatamente, começaríamos a votação da PEC da Polícia.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, o que eu quero é ordem nas votações. Cada matéria tem o seu encaminhamento. Nós estamos tratando da PEC do Divórcio com encaminhamentos difusos. Esta Casa nunca viu isso. O Senador Crivella encaminha a PEC do Divórcio e, daqui a pouco, eu vou encaminhar a PEC dos Policiais.

Quem nos está assistindo pela TV Senado imagina: o que estão fazendo no Senado? Reconheço a competência de V. Ex<sup>a</sup> e o pulso de V. Ex<sup>a</sup> como presidente e confio e deposito nas suas mãos a condução da sessão no rumo certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Agripino, deixe-me dar uma explicação. Quando fomos votar as

Emendas, a PEC dos Policiais, concedi a palavra ao Senador César Borges, para que S. Ex<sup>a</sup> continuasse o encaminhamento. Depois, encerrei aquela fase de encaminhamento em relação à PEC dos Policiais; votamos o rito para votação da PEC dos Precatórios e fizemos a primeira discussão. Depois, iniciamos a votação da PEC do Divórcio, e a manifestação do Senador Crivella foi exatamente em relação à PEC do Divórcio. Agora, com o encerramento dessa matéria, se S. Ex<sup>a</sup> concordar e os demais líderes, vamos votar rapidamente a PEC nº 7 e, logo após, se possível, a PEC do Bioma, de interesse do Senador Marco Maciel. Depois, imediatamente, começaríamos a votar o segundo turno de votação da PEC dos Policiais e a PEC dos Precatórios.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu cheguei atrasado na primeira votação, em primeiro turno, mas registrei em ata o meu voto. E é com muita satisfação que já votei agora no segundo turno, nessa PEC de autoria do Senador Renan. Eu só acredito numa segurança pública eficiente se essas tropas – Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil – estiverem preparadas e bem remuneradas. É o caso aqui de Brasília. A polícia de Brasília, do Distrito Federal, recebe cinco, seis vezes mais do que alguns policiais de alguns estados brasileiros. E o Brasil, que é a nona economia do mundo, não pode mais conviver com essa disparidade, com essas desigualdades regionais, como acontece hoje. Votaria mil vezes, se fosse possível e necessário, para que essa PEC seja aprovada. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de destacar também a aprovação em primeiro turno, hoje, da PEC nº 41, uma PEC fundamental. No meu estado, os policiais militares têm feito um trabalho exemplar apesar de todas as dificuldades que enfrentam. E essa PEC, mais do que nunca, legitima

os nossos policiais militares do Mato Grosso do Sul, que nos ouvem agora, nos assistem, estimulando-os no seu trabalho cotidiano nos municípios, nas fronteiras, na preservação do meio ambiente. Portanto, essa PEC é de extrema importância para o meu estado, como também para todos os estados brasileiros. E eu quero aqui estar perfilado para votar em segundo turno essa PEC, que, sem dúvida nenhuma, atende um velho sonho da Polícia Militar não só de Mato Grosso do Sul, mas do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Efraim Moraes.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – Sr. Presidente, já que o *quorum* começa a cair, entendo que é mais prudente que possamos votar o segundo turno a partir da PEC nº 41, dando sequência até esta agora. Caso contrário, não vamos concluir, e há um entendimento de lideranças neste sentido.

Por isto, a nossa sugestão é que, por prudência, possamos votar as três PEC no segundo turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá e, logo após, o Senador José Agripino.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, o nosso acordo é no sentido de votarmos essas PEC pactuadas. Essas PEC nomeadas por V. Ex<sup>a</sup> são importantes e fazem parte do acordo para votação futura, mas, na noite de hoje, eu acho que deveríamos nos concentrar na PEC da Polícia, na PEC do Divórcio, na PEC dos Precatórios e no caso da Venezuela, como pactuado. O restante das votações nominais ficariam para outro dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, eu acho que nós já estamos com o processo em curso para a votação da PEC do piso salarial da Polícia, a PEC do Divórcio, a PEC da Defensoria

Pública do DF. Eu acho que temos uma quarta prioridade que é a PEC dos Precatórios. Nós deveríamos encerrar essas três e fazermos, imediatamente, a PEC dos Precatórios – a apreciação, o debate e a votação da PEC dos Precatórios. E insisto no Requerimento nº 69, de autoria da Senadora Kátia Abreu. E a da Venezuela, se houver *quorum*, nós entramos em debate.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – A da Venezuela é a última.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, ontem nós tínhamos feito um acordo em plenário para votar o PL nº 150 por acordo – voto simbólico de liderança – que é o projeto de combate às organizações criminosas.

Eu solicito que seja votado imediatamente e, se houver necessidade, só os líderes encaminhariam por um minuto. É votação simbólica; não é votação nominal e fez parte do acordo. Ninguém precisa encaminhar, pois há consenso sobre essa matéria.

Ao final da sessão, quem quiser falar, fala. Poderíamos votar por entendimento o PL nº 150, como ficou acordado, inclusive com V. Ex<sup>a</sup>, ontem, na reunião com os líderes.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente...

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Havendo concordância das lideranças, poderemos proceder à votação. Senador Renan Calheiros; logo após, Senador Osmar Dias.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, o PMDB concorda com esse encaminhamento proposto, inclusive

com a inclusão do projeto que foi aqui defendido pelo Senador Aloizio Mercadante, que não precisa de votação nominal, e que caracteriza um avanço na legislação penal brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, o PDT encaminha nesta direção também. Concluimos a votação das três PEC que já foram votadas em primeiro turno e votamos um projeto de lei já proposto pelo Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Nós estamos de acordo, Sr. Presidente. Agora, o que eu estou achando é que, com esse acúmulo de votações, as coisas não se comportam como a gente quer. Vamos terminar com um *quorum* baixo e comprometendo até a votação em segundo turno das PEC programadas e podendo prejudicar a PEC dos Precatórios. Quero fazer este alerta. Não estou aqui questionando a importância do projeto de lei do combate ao crime organizado – é importantíssima –, mas temos duas semanas a mais de votação. Estamos querendo votar tudo de uma vez só e pode faltar *quorum* para votar até o que estava previsto por acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, penso que o encaminhamento do Senador José Agripino tem sentido, uma vez que há um acordo sobre o projeto de lei do combate ao crime organizado. Essa preocupação com o *quorum* é plausível. Então, é nesse sentido que o meu partido faz recomendação.

Aproveito, Sr. Presidente, para registrar a presença da Associação Nacional dos Praças, Policiais e Bombeiros Militares do Brasil, que está aqui e que congrega todos eles no País, todas as entidades. Registro também a presença do Presidente Roberto Caetano, de Cabos e

Soldados, lá do meu estado; do Soldado Moábio; e do Vice-Presidente, que é o nosso querido Ramalho. É uma satisfação tê-los aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Apenas pedi para passar a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, para votarmos simbolicamente o combate ao crime organizado; depois encerraríamos a sessão e iríamos para as PEC e para a Venezuela.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Mas eu gostaria de ter a compreensão dos senhores para que eu possa iniciar o procedimento.

Requerimento nº 1.521, de 2009, que, segundo o Senador José Agripino, está no acordo, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

### **REQUERIMENTO Nº 1.521, DE 2009**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.521, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei Senado nº 202, de 2005, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. O Presidente da CAE manifestou-se favoravelmente, nos termos do Regimento. Votação do Requerimento em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 41, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que institui o piso salarial dos servidores policiais.

Sobre a mesa, Emenda nº 1 de Plenário.

Solicito ao Senador Demóstenes Torres que profira o seu parecer sobre a emenda.

#### PARECER Nº , DE 2009-Plen

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, trata-se apenas de uma emenda de redação para esclarecer quais os tipos de servidores. Na minha opinião, já estava bastante claro. Servidor é tanto o ativo quanto o inativo. Mas, para não ter dúvidas... Muitos têm dito que a Justiça, em casos semelhantes, dava ganho de causa às vezes para um, às vezes para outro. Então, esclarece definitivamente: a PEC trata tanto de ativos quanto de inativos.

Portanto, o parecer é favorável, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência registra como presença honrosa entre nós o Deputado Estadual Jardel Sebba, ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de convocar todas Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que estão nos seus gabinetes, nós teremos agora votação do segundo turno das emendas constitucionais dos militares e também do divórcio.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à



## ORDEM DO DIA

### Item

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 41, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que institui o piso salarial para os servidores policiais.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação a proposta, em segundo turno.

Convido para fazer uso da palavra, o orador inscrito, Senador José Agripino, Líder do DEM.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Encaminhamos o voto “sim”, Sr. Presidente, registrando que é o segundo turno da emenda constitucional dos policiais militares.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Solicito abertura do painel.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha o voto “sim”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de chamar a atenção para a importância do ato que estamos praticando, pela via congressual, porque há uma coisa que precisa ficar muito clara, o Congresso brasileiro, composto pela Câmara e pelo Senado, é a tradução da sociedade brasileira.

O Poder Executivo no regime presidencialista pode muito, mas não pode fazer o que estamos fazendo agora. Nós estamos mudando a Constituição, como fizemos para dar um salto qualitativo numa questão que é fundamental para qualquer país, que é a qualidade da educação, quando instituímos o piso salarial para o magistério brasileiro.

Através do Fundeb, estabelecemos um teto mínimo de R\$950,00 para o professor no Brasil. Uns municípios ganhavam, outros perdiam,

uns desembolsavam, outros recebiam. Mas o que é fato é que o estabelecimento do piso salarial do professor produziu e vai progressivamente produzir melhoria no padrão de educação no País, pelo nível de remuneração, pela qualificação profissional que a remuneração enseja, pela motivação funcional, por uma série de fatores.

Senador Arthur Virgílio, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, um homem muito atento à cena brasileira, concordasse comigo com uma coisa que é óbvia, mas que é preciso que se repita: o nosso País hoje, se quiser melhorar seu desempenho como nação, tem de dar saltos na educação e na segurança.

Na educação, Senador João Tenório, o Congresso fez a sua parte. Na segurança, quem está dando agora um salto é o Congresso Nacional. O estabelecimento do piso não foi feito por nenhum estado individualmente. Não foi feito nem por São Paulo nem pelo Rio de Janeiro nem por Minas Gerais nem pelo Acre. É o Congresso Nacional que está estabelecendo os princípios para a formulação de um piso, que vai dar o quê? Vai dar dignidade pelo estabelecimento de uma remuneração mínima, por regulamentação que virá em seguida, para pessoas que trabalham pela sociedade com risco de vida, arriscam a vida e são muitas vezes muito mal remuneradas. O policial de São Paulo pode até ganhar bem, o policial de Santa Catarina idem, mas o policial de Roraima pode estar ganhando muito mal. O policial de São Paulo defende vidas como o policial de Roraima defende vidas. Está se estabelecendo agora o piso para profissões que são exercidas em benefício da sociedade e da garantia da vida. Não é que se esteja votando... É bonito o exemplo que vemos aqui de policiais e bombeiros de mãos dadas. Estamos dando, pelo Congresso, uma sinalização de que a questão segurança é prioridade do Brasil e estamos aqui estabelecendo normas e procedimentos para que a categoria tenha a prioridade que ela merece.

Estamos estabelecendo princípios para que se formule um piso salarial, crie-se um fundo nacional, mas não estamos ainda definindo remunerações. Isso virá em seguida. Agora, vai se estabelecer um fundo que se constituirá por recursos federais, de onde virá o dinheiro da

equalização de salários para compensar a quem não pode pagar, mas tem obrigação de pagar, a quem, da mesma forma, defende vidas.

Aguardei esta oportunidade para falar do meu entusiasmo com a ação congressual, Senador Arthur Virgílio. Não é São Paulo, não é Rio de Janeiro, não é Amazonas que está tomando essa iniciativa. É o Senado, é a Câmara, é o Congresso brasileiro que, a exemplo do que fez com o piso salarial do professor, está estabelecendo agora normas para o piso salarial do policial e do bombeiro.

Na Câmara dos Deputados, a PEC nº 300 – aqui, representantes do meu partido estão assistindo à votação da PEC nº 41 – está se desenvolvendo celeremente, vai se encontrar com a PEC nº 41 e vai encurtar espaços de tempo, para que o benefício se complete na prática.

Quero cumprimentar os deputados de todos os partidos que se fazem presentes aqui e dizer que estamos fazendo nossa parte. Façam a de V. Ex<sup>as</sup>, porque, daqui a pouco, cumpriremos nossa obrigação com os policiais do Brasil.

Nosso voto é, entusiasticamente, “sim”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PSDB encaminha o voto “sim”.

Tem a palavra o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha favoravelmente à matéria.

Eu queria cumprimentar o Senador José Agripino e dizer que, por consenso, por acordo também, está sendo proposta, de modo a não deixar dúvida com relação aos inativos, uma emenda que haveremos de votar agora, no segundo turno, com parecer favorável do Senador Demóstenes Torres.

Quero também, Sr. Presidente, encerrando, agradecer a presença à Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis

(COBRAPOL) e também à Associação Nacional de Praças (ANASPRA). Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, ainda teremos de votar, além da matéria, a emenda, que também exige votação nominal. Portanto, peço aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa que acorram ao plenário, para que possamos concluir a votação da PEC e a da emenda.

Além disso, também temos o interesse de votar a PEC dos precatórios. É uma PEC importantíssima para os estados e para os municípios. Eu faria um apelo nesse sentido.

Também gostaria de votar, em segundo turno, a PEC do Divórcio. Para isso, é preciso haver *quorum*. Do contrário, não será possível continuar a votação das PEC.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, é também muito entusiasmado que meu partido recomenda o voto “sim”.

Aqui, estão representantes dos cabos e soldados do meu estado. Quero abraçar, com muita satisfação, a Polícia abnegada do Estado do Espírito Santo, que faz polícia no estado de forma sacerdotal, apesar das dificuldades.

Essa é uma vitória que contempla o Brasil, mas, de forma muito especial, o Partido da República. Recomendo o voto favorável à matéria, em nome dos representantes dos policiais do meu Estado do Espírito Santo que estão aqui. Recomendamos o voto “sim”.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra a Senador Sérgio Zambiasi. Logo após, passarei a palavra ao Senador Garibaldi.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente Marconi Perillo.

O PTB também está encaminhando o voto “sim”, entendendo a importância dessa PEC, cumprimentando o seu autor, Senador Renan Calheiros, e cumprimentando os policiais militares do Brasil e do Rio Grande do Sul, especialmente o Soldado Lucas, Presidente Nacional da Associação dos Cabos e Soldados do Rio Grande do Sul. Cumprimento o Sargento Santellano, cumprimento, enfim, todos aqueles que, no Rio Grande, constroem essa grande corporação.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero justificar a ausência aqui do Senador Paulo Paim, que, neste momento, está viajando para o Rio Grande do Sul. Houve um grave acidente numa casa ao lado do seu escritório político. A casa incendiou-se ontem, e, infelizmente, uma criança de quatro anos morreu carbonizada. Ele é amigo dessa criança, é amigo da família. Por essa razão, ausentou-se. Ele viajou agora, à noite, para o Rio Grande do Sul e, infelizmente, não pode estar presente aqui. Se estivesse aqui, seguramente, estaríamos acompanhando seu voto “sim”.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Peço um instante antes de conceder a palavra ao Senador Garibaldi e ao Senador Flexa, porque vou abrir o painel.

Solicito à Secretária que abra o painel.

Votaram SIM, 55 Srs. Senadores; e NÃO, nenhum Senador.

Houve uma abstenção.

Total: 56 votos.

Passa-se, agora, à votação da Emenda nº 1.

Solicito a preparação do painel.

Os Srs. Líderes já podem encaminhar o voto.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação da PEC nº 41, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, quero também dizer da minha satisfação em ter participado dessa votação, que permitiu a fixação desse piso para os policiais civis e militares e bombeiros do nosso País.

No Rio Grande do Norte, a Polícia, inclusive a Polícia Militar, foi alvo de represálias por conta de uma luta salarial que foi empreendida no nosso estado há um ano e meio, aproximadamente. E tivemos a oportunidade de votar nesta Casa um projeto de minha autoria, de anistia a esses policiais que participaram desse movimento salarial. Esse projeto de anistia, que hoje se encontra na Câmara dos Deputados, deverá ser votado nos próximos dias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Por isso, imagino, avalio a emoção desses policiais por verem que, agora, não terão pela frente as hostilidades que enfrentaram, mas que terão pela frente a conquista legítima que o Congresso Nacional oferta a eles, por meio da votação desse piso salarial.

Acredito que a Câmara dos Deputados fará justiça votando esse projeto de anistia, como já fez justiça votando o projeto de fixação do piso salarial.

Portanto, quero dizer que estão presentes aqui, como testemunhas de tudo o que aconteceu no Rio Grande do Norte, o Cabo Joaz, da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar; e o Soldado Marimbondo – “Marimbondo de Fogo”, segundo o Senador Heráclito Fortes –, que representa a Associação dos Bombeiros. Está presente ainda o Sargento Eliabe, da Associação dos Sargentos. Eles estão aqui testemunhando, portanto, o que aconteceu.

Esse fato novo que se impõe agora apaga aquilo que se constituía uma mancha não para os policiais, mas, sim, para o próprio Governo do Estado.

Desse modo, nesta hora, venho congratular-me com o Senado e com a Câmara pelo que acaba de ser concluído, que é a votação,

em primeiro e em segundo turno, da Emenda nº 1 e da PEC nº 41, de 2008.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Esta Presidência deseja manifestar aplauso a todos os servidores policiais aqui presentes. Essa PEC é de uma justiça muito grande. É preciso valorizar o segmento, e temos muito prazer em presidir esta sessão histórica, que, definitivamente, garante, pela PEC, Senador Calheiros, com o apoio unânime dos senadores, a valorização devida às Polícias civis e militares, aos bombeiros e a outras categorias.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Renan Calheiros por essa PEC, que resolveu, definitivamente, a situação dos policiais militares e civis e a dos bombeiros militares. Estamos aprovando hoje, aqui, algo que dará dignidade a essas pessoas que zelam pela segurança da população do Brasil.

E quero saudar os policiais militares, os bombeiros militares e os policiais civis do meu Estado do Pará, em nome do Presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM e BM do Pará, o Cabo Deonildo Gomes, que está, aqui, junto com o seu Vice-Presidente, o Cabo Artur Soares. Os dois militares do Pará deslocaram-se até aqui para, junto com os outros policiais militares e civis do Brasil, e junto com os senadores, apreciar a votação, por unanimidade, da justiça que se faz ao se conceder um piso salarial com que possam sustentar as suas famílias com dignidade, sem precisar fazer turnos extras e outros bicos para complementar o seu salário.

Quero parabenizar o Senado Federal pela justiça que fazemos hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou solicitar a abertura do painel. Solicito à Secretaria da Mesa que abra o painel.

Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 56 Senadores.

Não houve votos NÃO e não houve abstenção.

Total: 56 votos.

A emenda de redação foi aprovada.

A matéria está aprovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há, sobre a mesa, parecer da CCJ oferecendo a redação final, que será publicado.

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Na votação seguinte, concederei a palavra aos senadores que estavam inscritos para a PEC nº 41.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – **Item:**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12-A, DE 2006**

Quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da PEC nº12-A, de 2006, que altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas bancadas.



Está aberto o painel e eu vou inscrever o Senador Suplicy para fazer uso do palavra.

Com a palavra, o Senador Gerson Camata.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, favorável.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – O Democratas vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Democratas, “sim”; PMDB “sim”.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Presidente, o PSB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O PSB vota “sim”.

O próximo orador é o...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – É lamentável que eu não tenha falado, ainda, sobre a PEC do...

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> é o próximo inscrito, Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Obrigado.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (DEM – PB) – O DEM vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Asseguro a palavra ao Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu tenho, inúmeras vezes, abordado aqui o problema da segurança no Brasil e queria, já que votei favoravelmente nas duas vezes a essa PEC, colocar de novo um pensamento sobre o problema de segurança no Brasil.

Nós estamos vendo nos jornais: o Governo vai gastar R\$12 bilhões para comprar submarinos da França, R\$12 bilhões para comprar aviões supersônicos de combate da França e, agora, ouço dizer R\$10 bilhões para comprar tanques radares da Rússia.

Dizem que é para dar segurança ao Brasil. Ninguém está ameaçando o Brasil. Não vi país nenhum, nação nenhuma, vizinho nenhum ameaçar o Brasil. O Brasil não está precisando de segurança. Os brasileiros é que estão precisando de segurança. Os brasileiros estão sendo mortos, assaltados; os traficantes estão penetrando em todas as áreas, destruindo a nossa juventude.

Quem precisa de segurança não é o Brasil. Quem precisa de segurança são os brasileiros. E o Governo, antes de comprar submarinos, aviões e tanques, gastando R\$52 bilhões, precisa dar desse dinheiro, pelo menos, três bilhões para cada estado, para melhorar o sistema penitenciário, para melhorar os sistemas de inteligência, para remunerar melhor os policiais e dar melhores condições de trabalho àqueles que dão segurança aos brasileiros.

Nós, brasileiros, que estamos sendo assaltados, arrombados, atacados e vítimas dos traficantes, precisamos de segurança. O Brasil não precisa de segurança, porque ninguém está ameaçando o Brasil. E ninguém ousaria fazê-lo.

Tenho dito também, Sr. Presidente, que o Itamaraty precisa participar da luta que nós temos em favor da segurança. Nós vimos o acordo do Paraguai. Nós vamos dar US\$400 milhões a mais ao Paraguai e não pedimos nada em troca. Não pedimos que ele prendesse os traficantes de armas que vendem armas para os bandidos do Rio de Janeiro, não pedimos que ele parasse de molestar os “brasiguaios” que trabalham lá, não pedimos que ele parasse de mandar contrabando para o Brasil, não pedimos que ele pusesse ordem contra a maconha e a cocaína que, pela fronteira do Paraguai, estão entrando no Brasil. Quer dizer, é o tal do acordo, como eu disse aqui, “caracu”: o Paraguai entrou com nada e o Brasil entrou dando esses US\$400 milhões ao Paraguai.

Mas não é só isso. Com a Bolívia, fizemos aquele acordo malfadado em que entregamos as refinarias invadidas pelo exército da Bolívia. Não pedimos ao governo da Bolívia que freasse as armas, freasse

a cocaína, freasse a maconha que, daquele país, estão invadindo as nossas fronteiras.

Nós não estamos pedindo nada em troca dos acordos que estamos fazendo.

Há poucos dias, fizemos um acordo igual com a Colômbia: US\$620 milhões, Sr. Presidente, e não pedimos nada em troca. Quarenta e sete por cento da cocaína e do *crack* que entram no Brasil vêm da Colômbia, e não pedimos nada em troca.

Em todos os acordos, o Brasil dá, cede – com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai, a Colômbia – e não pede nada em troca, nenhuma vigilância na fronteira, nenhuma vigilância sobre as armas e sobre a cocaína.

Repetindo, quem precisa de segurança não é o Brasil. Quem precisa de segurança são os brasileiros.

Parabéns, Senador Renan Calheiros, pela sua PEC.

Muito obrigado.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Marina.

**A SRA. MARINA SILVA** (Bloco/PT – AC) – É só para justificar o meu voto, Sr. Presidente, na PEC da segurança, do piso salarial. Registre, equivocadamente, “abstenção”, mas o meu encaminhamento, o meu voto é “sim”. Eu gostaria que registrasse a minha intenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A intenção de V. Ex<sup>a</sup> será atendida, na forma do Regimento.

Asseguro a palavra ao Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de registrar a presença de pessoas inteiramente identificadas com a causa dos militares, dos policiais civis e do pessoal do Corpo de Bombeiros de todo o Brasil.

Aqui se encontram, participando desta sessão, acompanhando-a detidamente, o Deputado Capitão Assunção; o Deputado Mendonça Prado; o Deputado Valadares Filho; o representante da Aspra de Minas Gerais, Sargento Heder; a representante da Associação dos Policiais Militares da Paraíba, Cabo Eliane; a Aspol do Distrito Federal; a Associação dos Policiais de Alagoas e de Roraima; os representantes sergipanos da Caixa Beneficente do nosso Estado de Sergipe, Sargento Vieira, Edgar, Cabo Palmeira e Soldado Emerson; os representantes de Pernambuco, Sargento dos Santos, Sil Reis e Lucena; o representante da Aspra da Bahia, Soldado Prisco; e também José Carlos, de Santa Catarina.

Faço este registro, Sr. Presidente, na certeza de que essas pessoas legitimam essa luta incessante e justa, apoiada por todos os senadores da República, no sentido de proporcionar a essa classe, a esse segmento de servidores do nosso País, dos nossos estados, uma estrutura remuneratória e de serviços capaz de melhorar o funcionamento da segurança pública e promover a proteção da nossa sociedade.

O Estado de Sergipe está cumprindo o seu papel. O Estado de Sergipe está fazendo o seu dever de casa, porque no próximo ano, em dezembro, o piso mínimo do militar será por volta de R\$3.200,00.

É uma conquista obtida mediante uma luta titânica que empreenderam que terminou sendo entendida pelo Governador Marcelo Déda, que é um democrata e sabe que a segurança pública tem de ter prioridade. Prioridade para dar calma e sossego às famílias. Prioridade para que os policiais se sintam tranquilos no cumprimento de sua missão, do seu dever, tão ingente e tão importante para a sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, votei “sim” em todas as instâncias, não só em favor de proporcionarmos uma redação mais condizente com o desejo dos militares, dos policiais civis e também do corpo de bombeiros.

Também quero aproveitar esta oportunidade, Sr. Presidente, para parabenizar o autor desta PEC, que é o nosso Senador por Alagoas, nosso Líder, que trabalhou diuturnamente para que essa matéria fosse aprovada.

Meus parabéns a todos!

Meus parabéns a todos aqueles que compareceram a esta festa da democracia, a esta vitória, que não é só a vitória de vocês, é a vitória do Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Vou abrir o painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Tenório.

Um instante, Senador. Antes, porém, vou abrir o painel.

Votaram SIM 56 Srs. Senadores e NÃO um Sr. Senador.

Não houve abstenção.

Total: 57 votos.

A matéria foi aprovada e constará da Ordem do Dia da próxima sessão para discussão em segundo turno.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, convocando outra para daqui a 30 segundos.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 2 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que eu cometi um equívoco em votar favoravelmente a esta PEC, apesar de reconhecer todas as dificuldades em que os estados e os municípios se encontram. Acho que, mais uma vez, o Congresso Nacional, particularmente, o Senado Federal tem uma visão unilateral...

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há um orador na tribuna, Senadora.

Asseguro a palavra ao Senador João Tenório.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL) – ... Está aqui com a preocupação exclusiva, é importante que se diga, que procedente, mas exclusiva no que diz respeito aos entes federativos. Esquece-se, mais uma vez, das dificuldades que vive o contribuinte brasileiro. E esse desencontro entre o tratamento que se está dando àqueles que devem à Receita Federal e àqueles que têm crédito com a Receita Federal é alguma coisa que ultrapassa o razoável.

Portanto, Sr. Presidente, eu cometi um equívoco. Pensei que fosse a PEC anterior, por isso, gostaria de registrar o meu voto contra.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador João Tenório terá sua solicitação registrada na forma do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, a Senadora Lúcia Vânia fez uma solicitação antes da de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida nenhuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de retificar o meu voto. Eu votei “sim”, me equivoquei. Está um “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A solicitação de V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento.

O voto da Senadora Lúcia Vânia é “sim”.

Senador Arthur Virgílio, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva para uma das sessões. Até porque essa é uma matéria controvertida. (*Pausa.*)

Pois é. Em uma das sessões V. Ex<sup>a</sup> escolhe o momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Arthur Virgílio está inscrito para a votação em segundo turno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Exatamente. Até porque é uma matéria controvertida que merece ser muito bem explicada, para não surgirem versões maldosas, maliciosas em relação qual é a posição do Senado.

Por outro lado, Sr. Presidente, dizer que a posição do PSDB é, em todas as votações relativas a essa matéria, apor o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Renan Calheiros, com a palavra.

Senador Calheiros, V. Ex<sup>a</sup> havia pedido a palavra no momento em que eu havia encerrado a sessão e não foi possível atendê-lo.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Para, exatamente, registrar o meu voto favorável à votação anterior, Sr. Presidente. Apenas para isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

**Item:**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 12-A, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 12-A, de 2006, que altera acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em discussão a proposta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, convocando outra para daqui a 30 segundos.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 4 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

**Item:**

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 12-A, DE 2006**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 12-A, de 2006, que altera acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,



instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, convocando outra para daqui a 30 segundos.

(*Levanta-se a sessão as 21 horas e 6 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Há número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Serys Slhessarenko, que é autora original do PL nº 150, que dispõe sobre o crime organizado aprovado há pouco. Também quero cumprimentar o Senador Demóstenes Torres pelo empenho na CCJ.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pediria a atenção dos Senadores Renan Calheiros, Arthur Virgílio, os Senadores Líderes, e José Agripino, Sr. Presidente, para o entendimento que tínhamos feito no sentido de votarmos a PEC dos Precatórios e, logo após a PEC dos Precatórios, votaríamos o ingresso da Venezuela no Mercosul, que também é uma votação nominal. Há uma proposta dos líderes para que deixemos essa votação para a próxima quarta-feira, dia 9, para o primeiro item da pauta, com o compromisso da Oposição de haver *quorum*.

Então, eu indagaria os Líderes Arthur Virgílio e José Agripino se essa é a posição das Lideranças da Oposição, e aos Líderes da base

do Governo se concordam. De minha parte, haverá concordância se houver entendimento de todos os líderes.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – O Senador Arthur Virgílio havia solicitado a palavra anteriormente, Senadores Calheiros e Demóstenes.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, foi precisamente essa a proposta que o Senador José Agripino e eu fizemos ao Senador Romero Jucá, dizendo que hoje ficamos aqui numa roleta. Por outro lado, amesquinharíamos um debate relevante. Nós temos o que dizer. Temos um debate qualificado a expor à Casa e à Nação. Eu sei que deveríamos começar esse como primeiro item, ou, quem sabe, o único item de uma sessão e, ao fim e ao cabo, decidirmos pelo voto.

Sabemos que o Governo tem maioria. Se essa maioria funcionar a favor do ingresso da Venezuela no Mercosul, que o Governo assuma a consequência disso, porque os tempos se desdobrarão. Agora, hoje seria meramente uma roleta, amesquinharíamos o debate e não faríamos o esclarecimento à Nação que é preciso ser feito.

Então, nosso compromisso é precisamente este: o de não fazermos obstrução, debatermos e colocarmos *quorum*, simplesmente para verificarmos, ao fim e ao cabo, quem tem mais votos no dia 9.

**O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR** (DEM – BA) – Sr. Presidente, confirmo o entendimento manifestado pelo Senador Arthur Virgílio em relação ao acordo em nome do Senador José Agripino.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Votaremos a PEC nº 12-A. Logo após, passarei a palavra aos senadores que a solicitaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item: PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12-A, DE 2006

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 12-A, de 2006, que altera acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em discussão a proposta. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Em votação.

Votação da proposta, em segundo turno.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas respectivas bancadas.

O painel está aberto.

Com a palavra, o Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, com relação à colocação do Senador Romero Jucá, nós concordamos com esse encaminhamento proposto para fazermos a votação no dia 9, com relação à entrada da Venezuela no Mercosul, como primeiro item da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Demóstenes, com a palavra.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (DEM – GO) – Sr. Presidente, apenas para perguntar se temos condição de votar hoje o segundo turno da PEC do divórcio ou se o *quorum* já está baixo para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Eu imagino que não é prudente votar. O *quorum* é baixo.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vamos testar com essa votação. Se tiver, encaminhamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Senador Demóstenes, a sugestão do Senador Inácio é boa. Vamos fazer um teste na votação dessa PEC.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, Líder do PT.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, acho que deveríamos fazer esse acordo para votar hoje mesmo. Se não há entendimento com a Oposição, evidentemente, faremos no dia 9, desde que haja o compromisso de dar *quorum* e de não haver obstrução, para assegurar a votação no mérito. Ganha quem tiver mais argumentos e mais votos.

Do nosso ponto de vista, é fundamental essa atitude – a própria oposição venezuelana pediu que fizéssemos isso – pela importância estratégica que a Venezuela tem para a integração econômica e comercial. Evidentemente, não estamos aqui incluindo o Chávez; estamos incluindo uma nação e um povo.

De qualquer forma, se não houver possibilidade de votar hoje, de fazer esse entendimento, votaremos no dia 9.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, para encaminhar a matéria.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nós temos uma divergência em relação a esta matéria dos precatórios, embora eu considere que ela é muito importante. Nós discutimos muito no nosso partido, o PCdoB, e nossa bancada na Câmara acabou votando contrariamente, mesmo considerando os avanços que ela implementa na solução dos precatórios no Brasil. Todavia, as centrais sindicais, os sindicatos, com os quais temos forte relação, levantaram dúvidas em relação ao pagamento dos precatórios. Isso acabou ensejando uma posição nossa contrária à votação dessa matéria, querendo, digamos assim, propor alterações. Nós mostramos que não tínhamos mais espaço para alterações, nem na Câmara, nem no Senado, teríamos que votar. Diante dessa situação, a posição partidária foi a do voto contrário. Por isso, queremos encaminhar, em relação a essa matéria, o voto contrário.

Mas queremos tratar também, nesta oportunidade, da inscrição que tínhamos à Mesa do voto favorável que nós oferecemos a duas emendas constitucionais, a do divórcio, que estará em debate daqui a pouco – vamos testar o *quorum* para ver se é possível votarmos essa matéria –, e a outra que foi a da equiparação do salário dos policiais brasileiros, tendo como referência o Distrito Federal.

Isto é importante, vai ensejar uma lei complementar para definirmos como vai se dar essa questão, porque não se pode onerar demasiadamente os estados, que já são onerados em muitas questões. Este não é o caso do Distrito Federal, porque quem paga o policial civil e o militar no Distrito Federal é a União.

Então, na regulamentação dessa matéria, nós vamos ter o mesmo zelo que tivemos agora para a sua aprovação. Mas nós discutimos também no nosso partido, na Câmara e no Senado, em conjunto, e a nossa decisão foi de que precisamos, sim, independente de qualquer coisa, melhorar o salário dos policiais civis e militares. São os militares, mas nós precisamos melhorar o salário dos civis e militares. E ter o Distrito Federal como referência é muito importante. É o melhor salário pago no Brasil. São as melhores condições de trabalho.

Nós fizemos um esforço, no Estado do Ceará, lançando um programa feito pelo Governador – foi seu compromisso de campanha e ele o materializou –, que foi o Ronda no Quarteirão. Tem tido grande êxito no Estado do Ceará, é buscado por todos os municípios do nosso Estado, e nós consideramos que com esta emenda constitucional nós vamos melhorar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, vou concluir.

Sr. Presidente, com a emenda que nós estamos aprovando, vamos unir os esforços que estão sendo feitos pelos governos estaduais à proposição que ora estamos aprovando.

Portanto, os militares brasileiros das Polícias Militares, que têm um papel destacadíssimo, têm o apoio do nosso partido. E destacamos também o trabalho do Governador do Estado do Ceará, com seu Pro-

grama Ronda no Quarteirão, que tem sido muito bem recebido pela população.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Logo após, o Líder José Agripino.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio já falou pelo PSDB sobre essa questão da entrada da Venezuela no Mercosul. Quero só reafirmar que não é nossa intenção fazer nenhuma abstenção. A intenção é discutir, para mostrar o que acontece na Venezuela, com a interferência indevida de um presidente populista, que faz com que tenhamos uma perspectiva não de integração, mas de desintegração dentro do Mercosul.

Então é importante que nós possamos discutir, isso sim, e que a Oposição possa mostrar todos aqueles equívocos que são praticados na Venezuela. Inclusive, depois da aprovação na Comissão de Relações Exteriores, novos fatos surgiram, novas desapropriações, novas nacionalizações de bancos, novos atentados à liberdade de imprensa.

Dessa forma, esse grande equívoco que poderá acontecer deve ser alertado, pelo menos, por todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A Presidência vai encerrar a votação.

Com a palavra, o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (DEM – RN) – Sr. Presidente, quero ratificar aqui o acordo anunciado pelo Senador Antonio Carlos Júnior. Eu havia saído por instantes, mas quero explicar.

O acordo foi feito por uma avaliação de bom senso. Se fôssemos votar hoje, com o *quorum* que está posto, dificilmente, com a nossa obstrução que foi anunciada e que iria ser cumprida, haveria 41 presentes para deliberação em torno de uma matéria que para o Governo é muito importante e para a Oposição também é importante – o ingresso

ou não da Venezuela no Mercosul. Mas seríamos obrigados a fazer obstrução, e muitos dos nossos não poderiam digitar o seu voto “sim” ou “não”. E acho que nesta matéria, para o futuro, é muito importante que fique consignada a posição de cada senador – ou “sim”, ou “não” –, pelas consequências que entendo que vão decorrer do ingresso da Venezuela no Mercosul.

Então, entendendo que o *quorum* estaria gravemente comprometido e que muitos não iriam colocar, de forma explícita, a sua manifestação de concordância ou discordância em relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul, as Lideranças de Governo e Oposição fizeram um entendimento para, na próxima semana, sem obstrução, com o debate livre, sem tempo para terminar, mas com o debate livre, sem obstrução, repito, fazer-se a definição pelo voto “sim” ou pelo voto “não”.

Eu aqui quero reafirmar o acordo que já foi manifestado pelo Senador ACM Júnior, pelo Senador Romero Jucá, pelo Senador Arthur Virgílio, pelos líderes da Casa. O nosso acordo está pronto e mantido.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Informo aos Srs. Senadores que o painel, na sessão de amanhã, será aberto às 6 horas da manhã.

Vou abrir o painel. Solicito à Secretaria da Mesa as providências.

Votaram SIM 54 Senadores; e NÃO 2.

Nenhuma abstenção.

Total: 56 votantes.

A matéria está aprovada em segundo turno.

Aprovada a proposta, a Presidência tomará as providências necessárias à promulgação da emenda constitucional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marconi Perillo. PSDB – GO) – A todos os prefeitos e governadores que lutaram por essa aprovação os meus

cumprimentos, especialmente ao Governador de São Paulo, José Serra, ao Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, e a todos os demais prefeitos e governadores que trabalharam pela aprovação dessa PEC.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vamos colocar aqui uma ordem. Há uma lista que vamos seguir, e depois vamos garantir a palavra a quem desejar. Havia uma lista aqui, para os senadores se manifestarem sobre a PEC nº 41.

Foi solicitado, daí a presença de João Ribeiro na tribuna.

Pode usar da palavra.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (Bloco/PR – TO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, realmente aguardei até que chegasse o momento em que eu pudesse manifestar-me, exatamente por causa da importância dessa PEC nº 41, que possibilita aos policiais militares de todo o Brasil ter um piso salarial. Na verdade, mesmo havendo a necessidade de lei complementar, considero essa PEC extremamente importante, tanto que votei favoravelmente à PEC no primeiro turno e no segundo turno e também ao destaque.

Eu, há muito tempo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao percorrer o meu querido Estado do Tocantins, normalmente sou questionado – qualquer um dos senadores que percorrem os seus Estados, tenho certeza de que o Senador Marco Maciel e o Senador Mão Santa, sempre que vão aos seus estados, são questionados – pelos militares sobre a questão do piso salarial. Eles falam muito na questão da PEC nº 300, que está na Câmara dos Deputados e que vem também ao Senado.

Sei perfeitamente que cada estado tem uma realidade diferente do outro, mas é preciso, Senador Marco Maciel, que valorizemos a nossa Polícia Militar do Brasil como um todo. E, no caso, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram contemplados por essa PEC, por assim dizer.

Então, lá no meu querido Estado do Tocantins... O Tocantins, Presidente Mão Santa, tem uma das melhores polícias do Brasil, uma polícia muito boa, mas que trabalha com dificuldades. É preciso ainda equipar melhor a nossa polícia. O Governador Carlos Henrique Gaguim



está imbuído de um propósito: está dentro do seu plano de ação, do seu plano de governo, comprar mais viaturas, melhorar, sobretudo, as delegacias, enfim, a segurança como um todo, no interior do Estado.

O Tocantins tem 139 municípios. Eu tenho andado muito no meu estado. Já que sou um senador muito municipalista, visito todo fim de semana, três, quatro, cinco, dez municípios; neste último final de semana, visitei vários e percebi a ânsia sobre a questão da segurança pública, sobretudo dos policiais militares sobre essa questão do salário.

Sr. Presidente, dar emprego é uma coisa muito boa. É uma atitude muito boa dar emprego, mas dar um salário digno é melhor ainda. Empregar e dar um salário digno é dar cidadania à pessoa, é dar orgulho. Eu dizia, tenho dito e vou continuar dizendo isto pelo resto da minha vida: a melhor forma de ajudar o cidadão é dar emprego. Não é dar emprego por meio do estado ou do município, mas fazer com que o estado e o município possam gerar emprego e renda. Aí se dá cidadania, e o cidadão vai poder sustentar a sua família. E, no caso dos policiais militares, é melhor ainda, porque se estabelece um piso, um piso nacional.

A responsabilidade do Governo Federal está inserida nessa PEC. Quando o estado não tiver condições, a União terá que complementar.

Portanto, eu a acho muito importante. Considerei essa PEC do Senador Renan muito importante, por isso fiz questão de vir aqui, para cumprimentar a Polícia Militar do meu querido Estado do Tocantins – o estado mais jovem do Brasil, o mais novo, mas que tem uma polícia muito boa, uma polícia realmente ordeira, capaz, competente, uma polícia que está envolvida com a comunidade de modo geral.

Não poderia deixar de vir aqui para cumprimentar toda esta Casa, por ter aprovado essa PEC, pela importância que ela tem para todos os estados brasileiros, principalmente para o mais jovem estado do Brasil – para os policiais militares do meu querido Estado do Tocantins.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Continuando a lista...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Fora do microfone.)  
– Encerrar a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Não, não, porque ainda há inscritos que querem manifestar-se sobre a PEC nº 41.

O próximo inscrito seria eu, que desisti. O próximo, então, é o Valter Pereira. Eu, que estou na Presidência, passo... Depois encerrarei a Ordem do Dia, e já estão inscritos, para assuntos diversos, Marco Maciel e João Pedro.

A V. Ex<sup>a</sup> cinco minutos, para se manifestar sobre a PEC nº 41.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais do que uma contribuição para uma corporação, o que hoje nós aprovamos aqui foi uma política salarial para um segmento que cumpre relevante papel em todo o território brasileiro.

A PEC patrocinada pelo Senador Renan Calheiros estabelece um piso nacional. Isso significa que, a partir do momento em que ela é promulgada e entra em vigor, todos os estados brasileiros podem formular suas políticas salariais, mas sempre respeitando o piso que foi estabelecido por meio da PEC que hoje aprovamos.

Nada mais justo. Em primeiro lugar, Sr. Presidente, porque estamos lidando com um segmento que tem na alça de mira marginais – mais do que marginais, organizações criminosas, que são verdadeiras empresas que desenvolveram sua arte para o crime, inclusive a arte de cooptar, de aliciar.

Se quisermos uma Polícia que efetivamente cumpra bem seu mister, será preciso, em primeiro lugar, que proporcionemos a segurança necessária não só para o policial, mas, sobretudo, para a família do policial.

Para muitos, o Congresso Nacional estaria resvalando em erro ao definir uma política nacional de salários para as organizações policiais. Todavia, é preciso considerar que a maior fonte de crimes que existe em nosso País reside no tráfico de drogas. E o tráfico de drogas, Sr. Presidente, é um crime federal, é um crime da alçada da União Federal. Portanto, seria ela a grande responsável por todas as ações, por todas as operações de repressão e de prevenção que ocorrem no território

nacional. Na prática, entretanto, as organizações policiais dos estados é que cumprem esse papel. Portanto, hoje, estamos reconhecendo que há, sim, a necessidade de um *link*, de uma íntima ligação entre a União e os estados na administração da segurança pública.

Hoje, algumas organizações policiais estão se aprimorando, investindo em pessoal, em equipamentos, em inteligência, em conhecimento, em tecnologia. Mas a grande maioria dos estados ainda engatinha nessa direção e promove uma proteção na segurança pública muito aquém das demandas surgidas com essa onda de criminalidade que a todos inquieta.

Hoje, houve aqui uma definição: a segurança pública, mais do que uma responsabilidade do estado unitário, é, na verdade, uma política de estado, uma política que congrega a União Federal em sintonia com os estados membros. Penso que avançamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Valter Pereira, concedo-lhe mais um minuto para concluir, porque já se passaram seus cinco minutos.

**O SR. VALTER PEREIRA** (PMDB – MS) – Já estou concluindo, Sr. Presidente.

Penso que avançamos bastante.

Parabéns às organizações policiais, que, hoje, recebem um certificado de dignidade! Agora, a sociedade pode cobrar mais de todas elas, porque uma coisa é certa: com salários ínfimos, com salários indignos, é difícil cobrar a dignidade dos policiais. Agora, teremos autoridade redobrada para fazer a cobrança, e a sociedade é que ganha com isso, porque ela é que ganha esse direito de cobrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

# **ARTIGOS**



## A CRISE “MADE IN USA”

Muito já se discutiu sobre a crise mundial. Saídas e alternativas já foram apontadas por especialistas e analistas internacionais e é tema recorrente dos chefes de governo.

O credo liberal e a panacéia dos mercados “eficientes” ou “autorregulados” foram sumariamente abandonados. E o Estado assumiu, com maior ou menor grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos e pela tentativa de evitar a todo custo o aprofundamento da contração do crédito.

A superação da atual crise deverá contemplar a implantação de um novo marco regulatório para o sistema financeiro. E este novo ambiente internacional favorece a busca de soluções cooperadas.

O Parlamento brasileiro, diante desta perspectiva, pode funcionar ainda mais como um pilar fundamental, a ser usado para evitar – entre outros desdobramentos indesejáveis – um baque no crescimento econômico.

Na verdade, este momento vai servir como um grande teste para a democracia. Se falharmos em nossa responsabilidade de fornecer os instrumentos para o enfrentamento da crise, o preço a ser pago será terrível.

A estabilidade econômica e institucional é uma conquista de toda a sociedade e deve ser mantida com a sua colaboração, em todos os seus setores.

Nosso País é uma alternativa na questão de segurança nos investimentos. Nossa credibilidade é nosso grande trunfo. Lideramos a

atração de dinheiro estrangeiro entre as economias latinas nos últimos anos. Nosso mercado pujante é um ativo no crescimento.

Além de diversas medidas preventivas para aliviar as instituições financeiras e as empresas, os juros foram cortados em 1%, na semana passada, embora a trajetória de queda pudesse ter acompanhado a tendência internacional anteriormente. Ainda assim, a decisão é extremamente oportuna porque a restrição de crédito no sistema mundial é uma das principais características da crise.

No Brasil, os governos pós-redemocratização sofreram graves crises de governabilidade em meio a tormentas econômicas. O PMDB foi o sustentáculo de todas elas. Basta lembrar os dois primeiros anos do primeiro mandato do Presidente Lula, em que o partido aprovou reformas e vários projetos sem estar no Governo. Hoje, o PMDB divide as responsabilidades executivas e tem colaborado com o País.

Não se deve politizar a crise, uma vez que esta é uma questão de interesse nacional. Para que o Governo possa governar, o Parlamento vai continuar empreendendo ações que desembarquem os nós ainda colocados ante a perspectiva de desenvolvimento.

Mas, o importante, neste momento, é estabelecer uma nova agenda congressual que dê suporte às medidas que estão sendo adotadas.

É preciso, no entanto, resistir às tentações do momento, aos interesses políticos, às pressões nem sempre legítimas, como as propostas de supressão de garantias e direitos que foram conquistados à custa de gerações.

*Publicado em 19-1-2009.*

## A FORÇA DO PMDB

O PMDB nunca esteve tão forte. E sua força vem, principalmente, das lideranças regionais, de sua capilaridade, de sua organização municipal.

O partido comanda uma em cada cinco cidades brasileiras, sem contar aquelas nas quais não têm o prefeito, mas faz parte da aliança municipal. São, ao todo, 1.308 prefeitos, sendo cinco de capitais e mais de oito mil vereadores. Foi uma evolução, em relação a 2004, quando o partido elegeu 1.054 prefeitos. Hoje, governa sete estados importantes e tem cinco vice-governadores. Possui 4.671 diretórios municipais e mais de dois milhões de filiados.

Estes números expressam a dimensão nacional do partido, que hoje divide as responsabilidades executivas em seis ministérios de destaque: Defesa, Integração Nacional, Agricultura, Saúde, Comunicações e Minas e Energia.

No Congresso, a eleição de Michel Temer e José Sarney para as Presidências da Câmara e do Senado, respectivamente, realçaram sua dimensão nacional. A ampla maioria dos parlamentares brasileiros optou pela experiência na escolha dos que comandam as duas Casas Legislativas da República. Ambos, em seus discursos de posse, se comprometeram com as reformas estruturais no Congresso Nacional, essenciais para destravar o desenvolvimento e para a superação da crise econômica que preocupa a Nação. Isto sem falar no fato de possuir, nas duas Casas, as maiores bancadas: são 94 deputados federais e 20 senadores.

Ao confirmar o favoritismo de seus dois representantes, o PMDB passa a ser a mais significativa força política do País. Mais importante do que a disputa política pelo poder – e certamente mais urgente – é



o papel do Legislativo na busca de uma saída para a atual crise econômica. Portanto, apesar de ter optado por experientes lideranças, o Congresso tem de enfrentar novos e inadiáveis desafios, para que a população volte a acreditar que seus representantes trabalham pelo País.

Caberá ao PMDB uma função estratégica nesta cruzada. É, em boa parte, de nossa responsabilidade a manutenção da capacidade de ação do Governo naquilo que é crítico, que é vital para o encaminhamento das soluções demandadas, neste momento. O PMDB encara tal postura como uma demonstração clara e firme dos seus compromissos com o povo brasileiro.

Não é cabível que a crise nos tire a capacidade de responder às questões das quais depende, em última instância, o desenvolvimento econômico do País e as iniciativas destinadas à promoção do nosso desenvolvimento social. A despeito do rugir de uma crise de grandes dimensões, os fundamentos da economia estão sólidos. Vamos mantê-los assim.

Em Alagoas, O PMDB é o partido que, a cada eleição, sai mais fortalecido. Nosso estado, modesto no tamanho, mas gigante em sua expressão, tem um eleitorado de quase dois milhões de pessoas. E o eleitor alagoano está participando ativamente dos pleitos.

O PMDB alagoano está organizado em praticamente todos os diretórios municipais do estado. É a maior legenda e não para de crescer. Alguns prefeitos, como Luciano Barbosa e Renan Filho, são verdadeiros fenômenos de gestão municipal moderna e de firme preocupação social.

Em 2010, o PMDB será protagonista novamente e saberá fazer as alianças e construir as maiorias que confirmem seu favoritismo, seja no cenário nacional ou no regional. Para isso, o partido está pronto para os desafios que se colocam e espera contar com a decisiva colaboração dos eleitores, de cada cidadão.

*Publicado em 7-2-2009.*

## A VIOLÊNCIA EXPLODE EM ALAGOAS

Os números são estarrecedores. Ao contrário de estados do Sudeste, e mesmo alguns do Nordeste, a taxa de homicídios registrada em território alagoano dobrou em apenas seis anos. Basta dar uma olhada na imprensa do estado, que dedica amplo espaço para a cobertura policial.

Dados organizados pelo estudioso José Maria Nóbrega, e levantados junto ao SUS e às secretarias de segurança, mostram que cresceu muito a taxa de vitimização masculina: de 38 por 100 mil homens em 1999 para 48 em 2000, 56 em 2001 e 65 em 2002. Entre 2002 e 2004, a taxa oscilou nessa faixa, mas em 2005 houve novo crescimento, para 77.

O ano de 1999 foi excepcional, com índices mais baixos. E eu credito, em parte, este resultado ao trabalho que empreendemos no Ministério da Justiça, em 97 e 98, quando criamos uma força-tarefa integrada pelo Ministério Público e Judiciário que combateu a criminalidade, inclusive a chamada “gangue fardada” no estado.

Entre 1991 e 1998, a taxa oscilou entre 41 e 52. O crescimento até 2003 foi sistemático e houve um novo salto em 2005. A tendência ascendente continuou e, em 2007, pela primeira vez, o número absoluto dos homicídios superou a marca de dois mil.

Um dos dados que chamam mais a atenção é o crescimento das mortes violentas entre os jovens. As taxas de vitimização masculina dos grupos de mais de 30 anos não cresceram. Mas, de 15 a 19 anos, ela quadruplicou! Na de 20 a 24 anos, mais do que duplicou. E na de 25 a 29 anos, aumentou em bem mais de 50%. O risco mais alto de vitimização, hoje, é o dos homens jovens entre 20 e 29 anos, mas a

taxa dos adolescentes está se aproximando desses altíssimos patamares. Neste grupo, o risco de ser morto em Alagoas é de 255%.

De acordo com o Sociólogo do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Glaucio Ary Dillon Soares, a evolução rápida destes números sugere a entrada das drogas e das armas de fogo e uma arregimentação maior da juventude alagoana em torno do tráfico.

Tenho me dedicado a estes dois temas gravíssimos: a segurança pública e a banalização das drogas. Fiz alguns discursos, denunciando que o Nordeste, há muito tempo, tem se tornado rota do tráfico e centro de consumo. Além de cobrar uma mudança em nossa política nacional antidrogas, venho insistindo em que é preciso aplicar mais na área de segurança. Proposta de nossa autoria vinculando recursos orçamentários da União para a segurança pública já foi aprovada nas comissões do Senado e falta apenas sua votação em plenário.

Apresentei, no ano passado, uma emenda constitucional para estabelecer um piso salarial nacional para policiais, bombeiros e agentes penitenciários. Há muito defendo a criação de subsídio para moradias de policiais. Aliás, é preciso acelerar a implantação deste programa porque menos de 18 estados aderiram até agora ao subsídio.

Em Alagoas, por exemplo, o acesso ao financiamento de moradias pelos policiais ainda não é uma realidade. Também apresentei um projeto que prevê apoio psicossocial aos agentes de segurança e seus familiares, que sofrem com a rotina da violência.

Mas é preciso investir mais e melhor no combate à criminalidade. O Governo de Alagoas criou o Fundo Estadual de Segurança Pública, que recolhe 5% da arrecadação do ICMS dos municípios. Já que existe esta contribuição, é preciso cuidar também da violência no interior, que assola as pequenas e médias cidades, além de Maceió.

O problema da segurança pública é grave e complexo. Precisa da conscientização de todos: da sociedade, das famílias, dos jovens, dos pais, dos governantes e dos parlamentares.

Sem um esforço conjunto, continuaremos a ver nossos filhos perderem a vida para a criminalidade e para o tráfico, um mal que já nos preocupava no século passado e que parece ser o grande desafio da humanidade no século XXI.

*Publicado em 10-2-2009.*

## FOLIA ALAGOANA

A origem do carnaval no mundo vem de uma manifestação popular muito antiga. Começou na Itália com o nome de *Saturnálias* – festa em homenagem a Saturno. No início da era Cristã, começaram a surgir os primeiros sinais de festejos considerados mundanos. A festa chegou a Portugal nos séculos XV e XVI, recebendo o nome de *entrudo* – isto é, introdução à Quaresma.

Hoje, nossa festa popular fascina o mundo e os turistas que esperam encontrar no Brasil a alegria e vivacidade que raramente se manifestam espontaneamente lá fora. O carnaval moderno virou uma indústria que impulsiona a economia, gera empregos, alavanca o turismo e projeta a imagem de um país alegre.

Na Bahia, por exemplo, a cada ano, a festa é responsável pela geração de 130 mil empregos diretos e indiretos e por uma movimentação de negócios da ordem de mais de meio bilhão de reais.

Já o carnaval de Alagoas é feito nas ruas, com homens e mulheres desfilando suas fantasias e alegorias. As pessoas se manifestam nos folguedos mais tradicionais como os blocos de caboclinhos, dança originária da herança indígena, onde os arcos, bumbos e pífanos marcam o ritmo contagiante.

No início do século passado, na Praça dos Martírios e nos clubes, o lança-perfume, o confete, a serpentina e as mais variadas fantasias enchem a cidade de alegria e cor. E isso sobrevive até os dias atuais. Os blocos carnavalescos de bairros, com muito frevo no pé, arrastavam um grande número de pessoas, como o Vassourinhas, Morcegos, Garças Brancas Lenhadores, Bacuraus, Filhos da Montanha, e até um denominado de Bomba Atômica, formado por membros do Exército brasileiro, que ainda enriquecem a memória alagoana.

Também não podemos esquecer o Cavaleiros do Monte, trazendo à frente seu criador, o inesquecível Rás Gonguila, além do inigualável passista Moleque Namorador, que hoje dá nome a uma praça no bairro de Ponta Grossa, em Maceió. Já nos meados da década de 50, o Banho de Mar à Fantasia, no domingo após o sábado de Zé Pereira, reunia criativas sátiras de autoria de foliões como Bráulio Leite Jr., Rubens Camelo e Paulo Peixoto.

Há, em muitas cidades alagoanas, a tradição dos blocos de sujo com suas críticas sociais. Alguns chegavam a dividir as populações em torcidas organizadas e até fanáticas. Matriz de Camaragibe, na região norte, durante a primeira metade do século passado, tinha os “Democratas” e os “Lenhadores”. Esta tradição foi revivida em Maceió nos anos 80, com o surgimento do bloco “Meninos da Albânia”, que tinha inspiração política definida e uma ferina crítica social.

Mas o carnaval alagoano frequentou também os salões nobres da Fênix e do Iate Clube, em Maceió. Nas primeiras décadas do século passado, os bailes eram animados pelas polcas e mazurcas compostas por Misael Domingues. Na segunda metade do século, os sambas de Juvenal Lopes eram a coqueluche da cidade.

Também se destacava como compositor o radialista Edésio Lopes, que cantou a mulher alagoana resgatando sua origem indígena: “*Vem morena caeté / vem morena xucuru / vem morena açucarada / da terra do sururu*”. Ou, ainda, as belezas indizíveis de Maceió: “*Olhei a cidade sorriso / e vi Maceió tão feliz / mostrando tanta beleza ao povo desse país*”.

*Publicado em 24-2-2009.*

## A LUTA DA MULHER BRASILEIRA

Ao longo da história da humanidade, a mulher foi conquistando espaços, valorizando seu papel e ajudando a construir uma sociedade mais justa e menos desigual. Durante séculos, a luta pelos direitos das mulheres evoluiu aos poucos, mas ganhou corpo quando eclodiu o movimento feminista na França, no final do século XIX. De lá para cá o caminho foi longo e difícil, mas, no Brasil, a mulher conquistou o direito ao voto em 1932 e trilhou uma exitosa trajetória de conquistas.

Como afirma o filósofo italiano Norberto Bobbio, na obra *Era dos Direitos*, um dos maiores feitos da sociedade moderna foi o reconhecimento proclamado e crescente dos direitos do homem. E do homem no sentido universal, englobando obviamente todos os gêneros.

Entendemos que a luta das mulheres por seus direitos, romântica em tempos passados, vitoriosa hoje, continua, entretanto, as mulheres trabalham diariamente para que se tornem reais e universais os direitos definidos em leis, tratados e convenções.

A mulher, hoje, constitui metade da população brasileira, 36% de sua força de trabalho ativa, metade do eleitorado e do público consumidor. Mais de 70% das pequenas empresas brasileiras são administradas por mulheres. Em países como a Suécia, elas ocupam 45% dos cargos parlamentares. No Brasil, o poder político ainda é uma conquista recente. Mesmo beneficiadas pela lei, ocupam apenas 9% dos mandatos parlamentares federais.

Nas eleições municipais de 2008, as mulheres foram o grande destaque. O Nordeste elegeu o maior número de prefeitas do País, 230, o que também representou o maior percentual entre as regiões

brasileiras, 12,83%, acima da média nacional que foi de 9,08%. Estão no Nordeste 230 das 505 prefeitas no Brasil, ou 45,54%. Maceió, em Alagoas, foi a capital que elegeu o maior percentual de mulheres para a Câmara Municipal e nosso estado também tem o maior número de prefeitas: 19. Esse número representa 9,16% do total de 102 prefeitos, o maior percentual do País.

Mas a presença das mulheres na vida pública não configura somente uma conquista feminina, como também muda as relações políticas no mundo. Relatório do Banco Mundial afirma que países em que a igualdade de gênero na política é menor pagam um preço alto no que diz respeito à sua habilidade de desenvolvimento e redução da pobreza. Ou seja, países mais machistas são mais pobres.

No que se refere as suas lutas específicas, cabe destacar que cresce no Brasil a consciência expressa no combate pela igualdade, autonomia e dignidade da mulher. No Ministério da Justiça, demos força ao Conselho dos Direitos da Mulher e incentivamos a criação de Delegacias da Mulher em todo o País.

Apesar das grandes mudanças, somos obrigados a reconhecer que isso acontece com enormes sacrifícios, que comumente ainda impedem as mulheres de competir em pé de igualdade com os homens. A remuneração, por exemplo, não acompanha o crescimento profissional feminino. Uma pesquisa do IBGE revela que as profissionais de todas as classes sociais, em cargos idênticos aos dos homens, ganham 40% menos. E um aspecto torna a diferença ainda mais cruel. Em média, as brasileiras têm um ano a mais de escolaridade que os brasileiros e, muitas vezes, mais cursos e especialização. Ou seja, são mais bem preparadas e ganham menos.

Infelizmente, outra tragédia que atinge a parcela feminina da população brasileira é a violência. As delegacias especializadas de atendimento às mulheres continuam registrando milhares de casos, sendo a grande maioria relacionada aos crimes de lesão corporal dolosa e ao crime de ameaça. As estatísticas mundiais também são alarmantes: de 20% a 50% das mulheres já foram vítimas de assalto. Uma em cada dez já foi estuprada e 30 milhões foram mutiladas em todo o planeta.



Mas a verdade é que a atitude em relação à mulher, no geral, mudou e para melhor. Por minha convicção pessoal de continuar lutando pelos direitos humanos, quero, mais uma vez, me congratular com as mulheres deste País e dizer-lhes que estarei sempre atento aos seus pleitos e às suas necessidades em Brasília.

*Publicado em 8-3-2009.*

## A GUERRA QUE NÃO DEU CERTO

Apesar dos esforços internacionais e de setores da sociedade, estamos hoje mais longe que nunca da meta de erradicar as drogas. Foi em 1998 que as Nações Unidas estabeleceram metas ambiciosas para eliminar ou reduzir significativamente o cultivo ilícito de folha de coca, de *cannabis*, da qual se produz o haxixe e a maconha, e da semente de papoula, base para a produção do ópio e da heroína.

De lá para cá, a realidade mostra que as políticas praticadas desde então têm fracassado. Nos últimos dez anos, por todo o mundo, aumentou a produção das principais drogas. Substâncias sintéticas crescem desde a década de 1970, quando tiveram o primeiro avanço significativo e alcançaram um número de usuários equivalente ao total de pessoas que consomem cocaína e variações do ópio. A estratégia de combate a plantações teve consequências drásticas, como uma maior articulação do crime organizado, além de deixar agricultores desprovidos de alternativas econômicas.

A Agência da ONU para Drogas e Crime estima que mais de 200 milhões de pessoas, ou 3% da população mundial, façam uso de drogas ilegais e 200 mil morram em decorrência delas anualmente.

O forte crescimento da produção de cocaína na América Latina desencadeou uma onda de violência e deslocamentos populacionais que têm instigado apelos urgentes para que a política de guerra às drogas seja repensada. Mais de 750 toneladas de cocaína são enviadas anualmente dos Andes, numa indústria multibilionária que expulsou camponeses da terra, provocou guerras entre gangues e corrompeu instituições estatais. A abertura de uma nova rota do tráfico entre a América do Sul e a África ampliou os mercados dos cartéis.

A demanda insaciável por cocaína na Europa e na América do Norte frustrou os planos liderados pelos Estados Unidos para sufocar o suprimento e infligir danos imensos à América Latina. As políticas proibicionistas com base na erradicação, interdição e criminalização do consumo não renderam os resultados esperados.

Estima-se que as drogas movimentem US\$320 bilhões por ano no mundo inteiro. A Colômbia é a maior exportadora mundial de cocaína. Desde 2000, ela recebeu US\$6 bilhões em ajuda militar dos EUA para a guerra às drogas. Mas apesar da fumigação de 1,15 milhões de hectares da planta de coca, a produção não caiu. No conjunto da América do Sul, ela cresceu 16% graças ao aumento da oferta da Bolívia e do Peru.

No Brasil, a política de drogas foi realinhada em 2006, com a Lei nº 11.343, incluindo ações de prevenção e garantindo medidas educativas no lugar de penas para usuários. Foi um avanço, mas ainda temos muito que fazer.

Para os críticos da legislação brasileira, há falhas ao endurecer e tornar desproporcionais as penas para o tráfico em relação a quem negocia quantidades menores, de modo que um ‘mula’ ou um Fernandinho Beira-Mar podem ter penas parecidas pela lei. Do ponto de vista da implantação da política, o Sistema Único de Saúde ainda não está perfeitamente preparado para lidar com a questão e muitos psiquiatras e psicólogos ainda têm a mentalidade de abstinência ou nenhum tratamento.

A indústria do narcotráfico movimenta muito dinheiro. Seu poder corruptor mina, na prática, estratégias meramente repressivas. A prevenção e a recuperação – as únicas armas eficazes a médio e longo prazos – reclamam um apoio mais efetivo do Governo e da iniciativa privada às instituições sérias que lutam pela reabilitação de adictos. O tráfico e o consumo de drogas estão na raiz da imensa maioria dos assassinatos. A luta – sem dúvida difícil – pressupõe um grande mutirão que depende de toda a sociedade.

*Publicado em 16-3-2009.*

## A VEZ DA MORADIA POPULAR

Para a maioria das pessoas, adquirir a sua “casa própria” é muito mais que a realização de um negócio: é a concretização de um grande sonho. Em um país como o nosso, onde milhões de pessoas têm renda familiar muito baixa e o custo do dinheiro é extremamente caro e difícil, resolver o problema do *deficit* habitacional tem de ser uma prioridade.

O perfil da pirâmide socioeconômica do Brasil aponta que 33% das famílias têm renda familiar de até dois salários mínimos. E o mais grave: 92% do *deficit* habitacional está concentrado nas famílias que ganham até cinco salários mínimos. Esses números atestam que a faixa de renda mais baixa pode oferecer grandes oportunidades para investimentos.

As parcerias entre o Poder Público, empresas privadas e Caixa Econômica Federal podem ajudar a resolver uma parcela importante dessa falta de moradia mais barata. Em países como o México, um modelo semelhante ao nosso constrói mais de 750 mil residências por ano, número bem superior ao produzido no Brasil.

Hoje, o *deficit* habitacional brasileiro é avaliado em cerca de 8 milhões de residências, segundo a Fundação Getúlio Vargas. Em Alagoas, o *deficit* é calculado em mais de 130 mil casas, segundo o Ministério das Cidades. Ainda de acordo com a FGV, em 2020, o País terá 21 milhões de novas famílias.

Para acompanhar este crescimento e zerar o atual *deficit* habitacional, serão necessárias 28 milhões de novas moradias. Além disso, há a necessidade de eliminar os dois milhões e meio de moradias habitadas por duas ou mais famílias e os três milhões e meio de moradias inadequadas, como as favelas.

Diante deste quadro, torna-se fundamental para o País o programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida” para as famílias de baixa renda, anunciado pelo Governo Federal. A intenção é construir um milhão de moradias até o final de 2010, com um investimento de R\$34 bilhões de reais. Em Alagoas, serão erguidas quase 20 mil novas casas.

Para acessar o financiamento, os estados e municípios devem doar terrenos, preferencialmente nas regiões metropolitanas, em locais que tenham infraestrutura básica. Os governadores e prefeitos também precisam aceitar a redução da carga tributária sobre os materiais de construção. Os estados devem reduzir o ICMS e o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação. Os municípios têm de se comprometer a reduzir o ISS e o ITBI. Em locais onde não há infraestrutura básica, o Governo Federal vai disponibilizar uma linha de financiamento de R\$5 bilhões para que as construtoras providenciem o asfaltamento de ruas, a instalação de saneamento básico e levem energia. Essa linha terá custo de TJLP mais 1% ao ano. O financiamento pode ser feito em até 36 meses, com prazo de carência de até 18 meses.

Serão R\$16 bilhões de reais para a construção de 400 mil casas, no valor médio de 40 mil reais para famílias com renda entre zero e três salários-mínimos, totalmente subsidiadas. De três a seis mínimos, haverá um escalonamento dos subsídios a outras 400 mil moradias, com valor máximo de R\$23 mil reais por unidade. Acima de seis mínimos, faixa na qual estão previstas 200 mil moradias novas, o valor máximo a ser financiado será de R\$130 mil reais.

Além destes valores, o fundo garantidor – destinado a cobrir a inadimplência de mutuários acima de três salários-mínimos – terá cerca de R\$1 bilhão do Tesouro Nacional. A mesma quantia está sendo reservada para cobrir os subsídios e reduzir os seguros de vida cobrados nos financiamentos. Quem tem renda até três mínimos não pagará os seguros.

A medida é importante para a geração de empregos e para a economia do País. Pelo menos 400 mil trabalhadores devem ser contratados para as obras de construção.

Se todos nós juntos, Governo e sociedade, nos articularmos, em breve, milhões de brasileiros poderão finalmente realizar o sonho da casa própria. Vamos erradicar o *deficit* habitacional e produzir milhões de moradias em todo o País, gerando emprego e renda e ativando a monumental cadeia produtiva da construção.

*Publicado em 25-3-2009.*

## UM NOVO REGIME PARA OS PRECATÓRIOS

O instituto do precatório tornou-se, nos últimos anos, um dos problemas mais complexos para as finanças públicas do País. Os precatórios são requisições judiciais de pagamentos devidos pelo Poder Público. Possuem, portanto, caráter obrigatório e vinculado, devendo ser cumpridos e regularmente quitados pelos entes devedores. Pesquisa realizada em 2006 pelo STF mostrou que o total de precatórios não pagos alcançava o montante de R\$61 bilhões. Hoje, o cálculo deste número é de que ele chega a R\$100 bilhões.

Diversos fatores, como o desequilíbrio fiscal e financeiro da maioria dos estados e municípios, a ineficiência administrativa na gestão de recursos e a criação de normas e práticas voltadas à responsabilidade fiscal, contribuíram para a crescente acumulação de títulos executivos judiciais pendentes de pagamento pelo Poder Público.

Isto afetou gravemente estados e municípios que não conseguem pagar os precatórios vencidos. Por causa disso, há mais de 200 pedidos de intervenção no Supremo. Os prefeitos não querem dar calote. Querem pagar. Hoje, deixam de atender pela impossibilidade orçamentária. É fundamental, portanto, definir um percentual do orçamento destinado ao pagamento de precatórios.

Aqueles que comercializam precatórios com elevados deságios não estão interessados em mudar. A falta de pagamento dos precatórios está criando uma tensão entre o Judiciário e o Poder Público municipal, que se manifesta por meio dos juízes de primeira instância. Em alguns casos, os juízes estão determinando o sequestro de receitas públicas e em outros, os precatórios são transformados em uma espécie de “quase-moeda”, usada no pagamento de tributos. Os sequestros podem desestabilizar o orçamento, comprometendo recursos da folha

de salários e verbas vinculadas. O pagamento de tributos, por sua vez, compromete a arrecadação.

Ciente deste quadro, apresentamos em 2006 a PEC nº 12, inspirada pelo então Presidente do STF, Nelson Jobim, para buscar uma saída para o problema dos precatórios.

O principal objetivo da PEC é nos dar segurança jurídica e macroeconômica. A fórmula da proposta é fruto de entendimento com estados e municípios e representa o que podem cumprir com responsabilidade. Sob a ótica do interesse público e dos próprios credores do erário, a premissa da proposição é conferir o protagonismo na definição do deságio e dos efeitos deste nas contas públicas.

No último dia 1º, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou as últimas emendas ao relatório sobre a PEC que agora segue para o plenário. O Congresso avança, portanto, nessa discussão dos precatórios, na perspectiva de apresentar à sociedade um modelo equilibrado e plausível, que possa superar os impasses do vigente ordenamento.

A aprovação da PEC poderá significar uma solução definitiva para uma das maiores questões relativas a finanças públicas no País. Se aprovada a emenda constitucional, a maior parte dos precatórios pendentes de pagamento poderá ser quitada num prazo de aproximadamente 13 anos – período relativamente “curto”, quando comparado com a prática de alguns estados e municípios, os quais não registram pagamento de um único precatório há mais de 20 anos.

O sucesso do novo modelo será alcançado através das ações materiais de todos que compõem a sociedade: administradores públicos, particulares, magistrados, advogados, membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Cabe a todos dar credibilidade à norma e garantir a integridade do ordenamento, para que o sistema de pagamento de precatórios funcione efetivamente. Assim, a tutela jurisdicional dos direitos dos particulares em face da responsabilidade do Estado deixará de ter um indubitado caráter de “ficção”, produzindo efeitos no mundo real, como deve ocorrer num Estado democrático de direito.

*Publicado em 2-4-2009.*



## O MAIOR INVESTIMENTO DE ALAGOAS

Num momento de forte crise mundial, não podemos perder oportunidades de investimentos, ainda mais quando eles acontecem em regiões que possuem grandes carências, como o agreste alagoano.

Foi por isso que tivemos, recentemente, um encontro muito proveitoso com o Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, sobre o Projeto Serrote da Laje, da Mineração Vale Verde, que é fundamental para o desenvolvimento de Alagoas. Este é, na verdade, o maior projeto de investimento do estado, além de constituir uma das mais importantes parcerias público-privadas da região.

O Ministro Lobão conheceu os detalhes do investimento, que chegará a R\$1 bilhão, com recursos inclusive estrangeiros. E se comprometeu a dar toda a atenção ao trâmite técnico normal dentro do Ministério. Ele, inclusive, se dispôs a visitar o estado nesta primeira quinzena de maio, para ver de perto o que já está sendo feito.

Desde a década de 80 que empresas mineradoras nacionais pesquisam o solo alagoano. A Companhia Vale do Rio Doce herdou alguns destes estudos, que mostram a ocorrência de 344 jazidas em 14 municípios do agreste e sertão do estado. Estes projetos foram, então, reavaliados e adquiridos pela Vale Verde.

Na região conhecida como Serra das Lajes, em Craíbas, na divisa com o município de Igaci, foram encontrados minérios metálicos como ferro, ouro, vanádio e cobre – sendo que esse último, em maior quantidade.

A exploração do cobre em Craíbas vai ensejar a implantação de uma estrutura de exploração que implicará na geração de 100 empregos diretos e outros 200 indiretos. A Mineração Vale Verde, uma em-

presa da canadense Aura Minerals, já é responsável pela geração de 120 empregos diretos e 50 indiretos. O projeto abrangerá uma mina a céu aberto e plantas de beneficiamento que devem processar mais de 40 mil toneladas por dia de minério.

Mas, para sustentar tamanho investimento, será necessária a construção de uma subestação de energia elétrica, que se utilizará da linha de transmissão que vai de Xingó a Messias. Assim, a energia gerada pela Chesf, que antes simplesmente passava pelas linhas de distribuição do estado, num total de 570 gigawatts/ano, vai poder ser levada para Arapiraca e diversos municípios da região.

A partir de 2011, quando o centro de distribuição ficar pronto, o agreste não terá problemas de energia elétrica por 30 anos. Com a subestação de energia, a Companhia Energética de Alagoas vai se tornar parceira do empreendimento, como consumidor cativo, com uma carga de 230 quilovolts.

Assim que for inaugurada, a estação vai resolver o problema da falta e da queda de energia, muito comuns no interior do estado. Além do setor de mineração, todo o setor produtivo será beneficiado, como indústrias e projetos de irrigação por toda a região.

No total, o projeto vai gerar dois mil empregos diretos e aproveitar a mão de obra local na construção e operação. Será feito um acordo com o Senai e com a Uneal, a universidade estadual, para o treinamento e a formação dos trabalhadores.

Desta forma, por estarem localizadas em áreas do semiárido alagoano, onde é baixa a atividade econômica, este projeto tem também como objetivo procurar alternativas de desenvolvimento para as comunidades radicadas na área, contribuindo assim para diminuir as desigualdades regionais.

*Publicado em 11-4-2009.*

## UMA SAÍDA PARA OS MUNICÍPIOS

Tenho intensificado os entendimentos em Brasília com setores do Governo, com o Presidente Lula e com outros parlamentares para encontrarmos uma saída urgente e definitiva para a crise dos municípios. Na semana passada, alertei o Presidente sobre a necessidade de se encontrar uma fórmula definitiva.

E os primeiros passos já estão sendo dados. O Planalto enviará uma medida provisória ao Congresso para estabelecer os parâmetros de uma compensação e um projeto de lei tratará da transferência do dinheiro, que sairá do Tesouro. A iniciativa vai compensar os municípios com até um bilhão de reais pelas perdas com a arrecadação federal. De nossa parte, no Senado Federal, vamos aperfeiçoar a MP, se preciso, e garantir que as prefeituras não tenham mais perdas. Uma das ideias que podemos aproveitar na tramitação da MP é que a reposição seja corrigida pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Acompanhei atentamente a paralisação do último dia 2 de abril, quando as prefeituras alagoanas fecharam as portas. Tenho me reunido com diversos prefeitos, inclusive com Luciano Barbosa, Presidente da Associação dos Municípios de Alagoas. Em nosso estado, a situação é mais dramática do que no restante do País, como veremos por dados levantados pela Confederação Nacional dos Municípios. O estrago é causado principalmente pela queda na arrecadação de impostos federais que diminuiriam os repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

As medidas tributárias implantadas nos últimos meses pelo Governo já provocaram uma perda de R\$2,1 bilhões aos cofres municipais em 2009. E os cálculos da CNM indicam que o prejuízo pode chegar a R\$4,8 bilhões, entre repasses para o FPM, Fundo de Participação dos Estados, Fundo de Participação das Exportações e fundos regionais.

De acordo com o estudo da CNM, Brasília repassou para as prefeituras R\$3,1 bilhões a menos no primeiro trimestre de 2009, em relação ao mesmo período de 2008. A Confederação estima que o problema de caixa dos municípios deva se acentuar até o final deste ano.

O Orçamento da União previra que seriam despejados nos cofres das prefeituras, via FPM, R\$57,8 bilhões ao longo do ano. Foi com base nessa cifra que as prefeituras fizeram os seus planos financeiros. A confederação chegou a prever que os repasses do FPM não deveriam ultrapassar os R\$50 bilhões, antes das medidas anunciadas pelo Governo.

Algo que, se confirmado, interromperá um ciclo virtuoso que já durava seis anos. Em 2003, Brasília entregara aos municípios R\$30,6 bilhões. Em 2004, os repasses foram a R\$31,6 bilhões. Em 2005, R\$ 36,5 bilhões. Em 2007, R\$44,1 bilhões. E em 2008, R\$50,04 bilhões.

A dependência do FPM é maior nos estados com menor nível de atividade econômica. Em São Paulo, o FPM representa apenas 8,5% da receita corrente dos municípios, mas no Nordeste o fundo chega a representar mais de 39% dos recursos que entram nos cofres municipais.

Em Alagoas, por exemplo, o Fundo é responsável por 33,3% da receita. No estado, o percentual do ICMS e do FPM em relação à receita corrente chega a 45,4%, sendo que apenas o ICMS representa 12,1% da arrecadação. Maceió foi a capital que mais perdeu arrecadação, proporcionalmente a outras capitais. A queda chega até agora a mais de R\$7,33 milhões, valor maior que o de uma capital de grande porte, como Belo Horizonte (R\$7,04 milhões).

Temos, diante deste quadro, de manter o otimismo e trabalhar para que os efeitos da crise econômica e financeira sejam menores nos entes menos favorecidos da Federação, que são as prefeituras, principalmente as mais pobres. O papel do Senado Federal neste momento é fundamental porque é ele que representa os estados e os municípios. Ao longo dos meus mandatos, tenho lutado para que isso aconteça, instalando, por exemplo, a subcomissão especial dos municípios, batalhando pela reforma tributária e mantendo afinados os canais de negociação com o Governo Federal.

Alagoas e sua população não podem pagar um preço maior nesta crise. É preciso que a sociedade alagoana, prefeitos e a bancada federal deem as mãos para superarmos mais este obstáculo à retomada do crescimento, da geração de empregos e da justiça social.

*Publicado em 15-4-2009.*

## OS SEIS MESES DA CRISE

Neste mês de março, a crise planetária que começou na esfera das finanças e se estendeu pelo resto da economia completou seis meses.

Felizmente, o Brasil parece, até agora, saber lidar com a crise. Os juros vêm diminuindo de patamar, embora a queda pudesse ter começado antes. O Programa de Aceleração do Crescimento, por exemplo, é capaz de fortalecer o País e colocá-lo em condições mais favoráveis para enfrentar a conjuntura adversa que se apresenta. Sabendo disso, foi anunciado um incremento de R\$142,1 bilhões no programa. Com os novos recursos, as verbas previstas para o PAC devem chegar a R\$646 bilhões. Após 2010, estão previstos outros R\$502,2 bilhões, elevando para R\$1,148 trilhão o total de verbas para o Programa de Aceleração do Crescimento.

Houve, em nosso País, uma elevação do crédito de 22% (2002) para 41% do PIB (2008). Crescimento alavancado também pela reestruturação do mercado de capitais, que passou a fornecer crédito barato para as empresas. Outro fator responsável pelo enfrentamento da crise foi que o crédito se tornou acessível para as populações de média e baixa renda. Pessoas que nunca tiveram acesso a uma conta bancária puderam tê-la.

E, mesmo com a crise que atinge todos os países do mundo, houve no Brasil a manutenção das reservas internacionais próxima a US\$200 bilhões. Nosso País conquistou a confiança internacional e é um dos mais sólidos entre os emergentes. A prova de confiança é que somos ainda um dos mais atraentes para investimentos internacionais.

Seja qual for a avaliação, o importante neste momento é centrar esforços em medidas anticíclicas para evitar que o País entre em recessão e mantenha uma taxa de crescimento positiva. Este trabalho não

é somente do Governo, mas de toda a sociedade, do Parlamento e de nossas instituições. O Senado, aliás, já está dando sua contribuição, analisando criteriosamente matérias que ajudem a aliviar a crise. Foi criada, inclusive, uma Comissão para tratar exclusivamente do assunto, presidida pelo experiente Senador Francisco Dornelles.

Uma das consequências mais importantes da crise é uma mudança radical nos paradigmas da economia mundial. Um debate interessante é o que questiona a utilização do Produto Interno Bruto como critério único e principal para medir o desenvolvimento de um país. Há pouco mais de três anos, um grupo de estudiosos realizou uma conferência em São Paulo, da qual participaram líderes mundiais, sobre a necessidade de se criar indicadores capazes de medir a sustentabilidade dos processos econômicos e o desenvolvimento no longo prazo.

Até mesmo a ONU já vem tentando superar as limitações do PIB, com a criação, nos anos 1990, do Índice de Desenvolvimento Humano, que acrescenta outros indicadores, como o nível de educação e longevidade da população. Este novo conceito merece reflexão e debate porque representa uma etapa importante no movimento que tenta tirar as decisões sobre o destino da sociedade das mãos de alguns “gurus” – aqueles que justificaram o fundamentalismo de mercado até quando o castelo de cartas do liberalismo econômico desabou fragorosamente.

O que estamos assistindo, neste momento, é parte do desmanche das teorias que fizeram a glória de dirigentes como Margareth Thatcher e Ronald Reagan, nos anos 1980, e que tiveram no ex-Presidente George W. Bush uma de suas inteligências mais luminosas.

Até os analistas americanos mais pessimistas assumem que essa crise deve se resolver até 2010, quando acreditam que a economia americana pode retomar o crescimento. É fato que o Brasil está, hoje, muito mais preparado para enfrentar turbulências do que já esteve no passado. Os fundamentos de nossa economia estão muito mais sólidos do que os de outros países emergentes e somos menos dependentes da demanda externa.

*Publicado em 16-5-2009.*

## OS DESAFIOS DA JUVENTUDE

O primeiro emprego, a gravidez precoce, a qualificação profissional, a questão ambiental e o acesso à educação, cultura e lazer são as principais preocupações dos jovens brasileiros.

Dados do IBGE apontam que, em 2006, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 51,1 milhões de pessoas, o que então correspondia a 27,4% da população total. Este contingente deve chegar a 51,3 milhões em 2010. As projeções indicam, no entanto, que a partir daí a tendência de crescimento da população jovem deverá se reverter, havendo uma redução progressiva no número absoluto de jovens no Brasil, que chegará a 2050 em torno de 49,5 milhões.

Como se sabe, um setor que é fundamental para esta parcela da população é a educação. No caso dos jovens, o analfabetismo é tanto maior quanto mais elevada é a faixa etária. O percentual de analfabetos entre os brasileiros de 15 a 19 anos é de 2,3%. Já para o intervalo de 25 a 29 anos, o dado aumenta: 4,8%. Segundo dados reunidos num estudo do Ipea, 68,3% dos jovens entre 18 e 24 anos não frequentam a escola. Só que apenas 6,2% desses brasileiros terminaram o ensino fundamental.

Mas a violência é, talvez, o maior dos problemas. Segundo dados do SUS, as mortes por homicídios entre os brasileiros de 15 a 29 anos passaram da média anual de 27.496 no período 1999-2001 para 28.273 no período 2003-2005, sendo responsáveis por 37,8% de todas as mortes nesta faixa etária. No que se refere aos acidentes de trânsito – responsáveis pelo segundo maior número de mortes entre os jovens brasileiros –, os dados do Denatran informam que, em 2006, os jovens com idade entre 18 e 29 anos representaram 26,5% das vítimas fatais (contra 40,9% para o grupo de 30 a 59 anos) e 36,9% das vítimas não



fatais (contra 32,4% para o grupo de 30 e 59 anos) de acidentes de trânsito no País.

Em Alagoas, os dados impressionam. De 2002 a 2006, 48% dos homicídios cometidos em Maceió foram contra jovens de 15 a 24 anos. De acordo com pesquisa do sociólogo Júlio Jacobo, de 2002 a 2006, 3.109 homicídios foram registrados na capital alagoana. E, desses, 1.492 foram contra jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. Ainda segundo o estudo, somente em 2006 foram registrados 687 homicídios em Alagoas. Desse total, 493 foram de jovens nessa faixa etária, o que corresponde a 71,8% do total de assassinatos. Neste ano, o número de homicídios já está em 470 e, em 2007, foram 2.170 pessoas assassinadas.

Na verdade, as deficiências na educação e a violência se associam ao terceiro maior problema da juventude, que é o desemprego. Estudo da economista Roberta Guimarães mostra que a falta do emprego e a ociosidade, fora da escola e sem trabalho, estão intimamente ligados ao aumento de assassinatos na faixa etária mais produtiva: a cada 1% de aumento na taxa de desocupação da população jovem, há alta de 0,5% na taxa de homicídios na mesma faixa etária. A ociosidade tem um efeito ainda mais direto: se cresce em 1%, as mortes violentas acompanham.

O resultado da pesquisa ficou pronto exatamente quando a economia mundial sofre um solavanco histórico e, no Brasil, a taxa de desemprego entre jovens de 16 a 24 anos subiu de 17,9% em janeiro para 21,1% em março, na maior alta entre os grupos etários, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE.

Estamos vendo jovens serem assassinados e entrando na prostituição para manterem o vício da droga. É preciso que a Polícia Federal se una nesta corrente, juntando-se às polícias Civil, Militar e Ministério Público, para evitar que esse mal se alastre cada vez mais.

Já fui Ministro da Justiça e entendo bem essa situação que parece estar incontrollável. Precisamos da ação de uma força-tarefa, englobando toda polícia e a sociedade para essa terrível luta que é a de combater o tráfico. As drogas estão sendo encontradas em todas as camadas da sociedade alagoana e não é só nas áreas periféricas. Tenho

acompanhado também os noticiários de nossa terra e sei perfeitamente o quanto a polícia vem trabalhando, porque todos os dias são realizadas apreensões de drogas e de armas.

Uma das maiores conquistas da sociedade, que teve minha modesta participação, foi o artigo que permitiu aos menores de 18 anos e maiores de 16 o direito ao voto facultativo. Para mim, que fui líder estudantil nos tempos da universidade, o jovem tem um papel fundamental na política e muito a ensinar aos mais velhos. Naquela época da Constituinte, apoiamos também outra lei importante: o Estatuto da Criança e do Adolescente, que protegeu o futuro do Brasil.

Portanto, é necessário construir um novo repertório de ações e instrumentos para levar a cabo uma política de promoção dos direitos da juventude efetivamente conectada com o seu tempo. O jovem brasileiro hoje precisa, sim, de uma escola que estimule o desenvolvimento de suas habilidades de modo a permitir sua inserção autônoma e com segurança nos vários espaços da vida social – o trabalho, a vida comunitária, a cena política, a cidadania.

Cuidar de nosso futuro é também uma obrigação. Nossas crianças precisam ir para a escola, ter o direito de brincar, de praticar esportes. A educação é a base de tudo. Sem ela, não teremos um país desenvolvido porque faltará conhecimento e qualificação.

*Publicado em 25-5-2009.*

## A ISENÇÃO DE IPI PARA TAXISTAS E DEFICIENTES

Os quase 20 milhões de portadores de deficiência no Brasil enfrentam muitas dificuldades adicionais para a vida em sociedade, seja em função de dificuldade de locomoção, seja por potencialidades especiais, não corriqueiramente aceitas no mercado de trabalho ou no relacionamento social.

Hoje, não é necessário ser uma pessoa portadora de deficiência para notar que a dificuldade no exercício do direito básico de ir e vir está em toda parte. São raros os ônibus adaptados, os funcionários do transporte coletivo não são treinados, existem poucos prédios acessíveis, e a grande maioria das calçadas é esburacada e, muitas vezes, sem rampas de acesso.

Por esse motivo, os portadores de necessidades especiais são cidadãos carentes de ações positivas da sociedade e do Estado para o pleno exercício dos direitos fundamentais. A Constituição de 1988, da qual pude modestamente participar de sua redação, foi sensível a essa problemática, prescrevendo diversas normas para a promoção da inclusão desses cidadãos. Seja no âmbito de princípios e regras genéricas, seja através de normas específicas, a Carta Magna está plena de preceitos relativos à inclusão da pessoa portadora de deficiência.

É justamente em face das dificuldades que a isenção de impostos na aquisição de veículos assume a conotação de ação positiva para a superação de desigualdades. Desde as primeiras discussões sobre a adoção de um modelo de isenção, há 20 anos, tenho acompanhado este assunto e trabalhado para torná-lo permanente e incluir categorias que são igualmente importantes para a sociedade, como os taxistas.

Agora, tínhamos um novo desafio, já que os benefícios atuais venceriam em 31 de dezembro deste ano. Por isso, tomei a iniciativa

de procurar o Senador Francisco Dornelles, relator da medida provisória nº 449, que trata do perdão de dívidas e de isenções fiscais, aprovada pelo Senado na semana passada. Conseguimos incluir na MP a reedição antecipada do benefício, pelo menos até 2014. Assim, portadores de deficiências e motoristas autônomos de praça poderão continuar comprando carros novos, sem o IPI.

Na prática, a medida mantém a redução, em até 25%, do preço dos veículos para essas duas classes sociais, dependendo da marca do carro, da cilindrada e do tipo de combustível usado. Com os descontos adicionais oferecidos pelas concessionárias de veículos, o preço final pode cair ainda mais.

Num momento de forte crise econômica mundial, é importante estimular o setor produtivo e o de serviços, porque os motoristas de táxis são abnegados cidadãos brasileiros que labutam horas por dia, para sustentar a família e manter, em razoáveis condições, seu instrumento de trabalho.

Como se vê, a isenção do IPI incidente sobre veículos é justa aos taxistas, por motivos sociais, e aos portadores de deficiência, por motivos humanitários. Vamos trabalhar para continuar prestigiando estas duas classes tão importantes para a nossa sociedade e para o desenvolvimento de nosso País.

Tenho dito e repito: a crise econômica tem de ser enfrentada com ações criativas e de resultado prático. Não podemos deixar margem para o desânimo, para a queda da atividade. É preciso encarar o baque econômico com medidas de impacto, que garantam a sobrevivência de nossas instituições e que acelerem a retomada do crescimento.

*Publicado em 30-4-2009.*

## O BRASIL NO CENÁRIO DA CRISE

Muito já se discutiu sobre a crise mundial, este verdadeiro terremoto que começou na área financeira e hoje atinge a economia globalizada. Saídas e alternativas para o enfrentamento dessas turbulências já foram apontadas por especialistas e analistas internacionais e é tema recorrente dos chefes de governo.

A grande lição que resta destes episódios dramáticos é que, definitivamente, é chegado o momento de priorizar a cooperação. E os maiores exemplos vêm de fora. Foi o que fizeram os Bancos Centrais dos Estados Unidos e da Europa. É o que está acontecendo entre os países de todos os continentes.

O Presidente Lula, que tem participado de reuniões como as do G-20, o grupo das nações em desenvolvimento com os países ricos – disse que “... a correlação da política mundial hoje precisa ter a participação não apenas dos países mais ricos do mundo, mas dos países emergentes, dos países em vias de desenvolvimento que têm uma grande população”.

Na semana passada, como em outras oportunidades, conversei com o Presidente sobre este e outros temas. Senti dele disposição para debelar os efeitos da crise e amenizar seus desdobramentos na economia nacional. O Presidente Lula tem perfeita consciência de que é preciso superar o atual modelo de coordenação e direção do poder no mundo e reformular os atuais organismos internacionais.

A posse de Barack Obama também expressa estes novos ventos mundiais, não apenas por seu caráter progressista, mas pela necessidade de uma visão mais multilateral.

O credo liberal e a panacéia dos mercados “eficientes” ou foram autorregulados sumariamente abandonados. E o Estado assumiu, com maior ou menor grau de acerto, a responsabilidade pela defesa das instituições financeiras, pela provisão da liquidez, pela garantia integral dos depósitos e pela tentativa de evitar a todo custo o aprofundamento da contração do crédito.

A superação da atual crise deverá contemplar a implantação de um novo marco regulatório para o sistema financeiro. E este novo ambiente internacional favorece a busca de soluções cooperadas – insisto.

Num momento de enorme aceleração da crise, o Parlamento brasileiro pode funcionar ainda mais como um pilar fundamental, a ser usado para evitar – entre outros desdobramentos indesejáveis – um baque no crescimento econômico.

Na verdade, este momento vai servir como um grande teste para a democracia. Se falharmos em nossa responsabilidade de fornecer os instrumentos para o enfrentamento da crise, o preço a ser pago será terrível.

A estabilidade econômica e institucional é uma conquista de toda a sociedade e deve ser mantida com sua colaboração, em todos os seus setores. Qualquer coisa fora disso é ir contra tudo o que foi construído a duras penas diante do sacrifício de gerações.

Nosso País é uma alternativa na questão de segurança nos investimentos. Nossa credibilidade é nosso grande trunfo. Lideramos a atração de dinheiro estrangeiro entre as economias latinas nos últimos anos. Nosso mercado pujante é um ativo no crescimento.

De sua parte, o Banco Central e o Ministério da Fazenda estão fazendo o dever de casa. Além de diversas medidas preventivas para aliviar as instituições financeiras e as empresas, cortou os juros em 1%, na semana passada, embora pudesse ter avançado mais, adotando um viés de baixa para permitir novas quedas imediatas na taxa Selic. A decisão é extremamente oportuna porque a restrição de crédito no sistema mundial é uma das principais características da crise.

Além da macroeconomia, não podemos nos esquecer da economia real. Como disse o empresário Benjamim Steinbruch, Diretor-Pre-

sidente da Companhia Siderúrgica Nacional, temos de nos antecipar aos efeitos da crise e optar pelo estímulo a setores como construção civil, energia e infraestrutura, para que sejam porta-estandartes de uma nova fase econômica.

*Publicado em 16-5-2009.*

## AS ESTRADAS DO PROGRESSO

A atividade de transportes é fator indutor de desenvolvimento. Para as pequenas cidades, essa importância assume proporções ainda maiores, uma vez que pelas estradas é que as localidades rurais têm, também, acesso aos serviços de educação, saúde e lazer.

O peso das rodovias na produção industrial, no transporte de mercadorias e no escoamento das safras é enorme. E Alagoas, apesar da crise e de todos os percalços burocráticos, tem conseguido atrair investimentos que requerem infraestrutura de transporte, principalmente malha rodoviária.

Daí a importância de projetos como O PAC. O próprio Presidente Lula tem falado da importância da obra de duplicação da BR-101 para o turismo e o fortalecimento da economia do Nordeste. É importante investir num modelo participativo e descentralizador. O estado deve ser parceiro. Devemos pensar em novas formas de associação com o Governo.

É óbvio que o estado lastimável das rodovias afeta o abastecimento interno e a competitividade das exportações. Logicamente, os usuários das rodovias estão cada vez mais insatisfeitos: condições péssimas, custos operacionais elevados, fretes baixos, elevados índices de acidentes e pouca segurança.

Há muito tempo defendo a existência de um plano global, de largo espectro, para o setor rodoviário, que envolva recursos da iniciativa privada, da União, dos estados e, também, dos grandes municípios.

Em Alagoas, este plano é urgente, principalmente para as rodovias estaduais. As rodovias federais que cortam o estado já foram restauradas ou recuperadas. É o caso das BR-101, 104, 316 e 423. A BR-101



corta o estado de norte a sul, desde a divisa PE/AL até Porto Real do Colégio na divisa AL/SE, passando por Novo Lino, Messias, Joaquim Gomes, Rio Largo, Pilar, Teotônio Vilela, Porto Real do Colégio, São Miguel dos Campos e Junqueiro.

A BR-104 tem início em Maceió, passa pelas cidades de Messias, Murici, Rio Largo, Branquinha, São José da Laje, União dos Palmares e atinge a divisa AL/PE, com 97km de extensão. A BR-316, com seus 295km, corta o estado no sentido leste-oeste, desde Maceió até a divisa AL/PE, ligando as cidades de Pilar, Atalaia, Maribondo, Tanque D'arca, Palmeira dos Índios, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Minador do Negrão, Poço das Trincheiras, Maravilha e Santana do Ipanema. A BR-423 é uma rodovia transversal à BR-316 e, com seus 105 km, liga o Alto Sertão de Alagoas às divisas da Bahia e Pernambuco.

No Governo Ronaldo Lessa, recuperamos as rodovias da região norte, com construção e recuperação de pontes, por meio de recursos emergenciais. Hoje, estão em situação precária e precisam ser novamente recuperadas.

As chuvas pioraram o quadro que já era grave. Na altura de Maragogi, as rodovias estaduais que cortam o Litoral Norte e a Zona da Mata, passando pelo Vale do Paraíba alagoano, estão em situação precária. Uma barreira ameaçava cortar ao meio a AL-101 Norte em Japaratinga.

Em Jundiá, na AL-480, a buraqueira facilita a ação de assaltantes. Situação semelhante se verifica na AL-430, que leva São Luis do Quitunde a Flexeiras. No Vale do Paraíba, a AL-210, que passa por Capela, Cajueiro, Viçosa e Chã Preta está em más condições.

A AL-101 Norte, que serpenteia toda a costa norte, do porto da balsa até a localidade de Bitingui, em Japaratinga, permanece na lama. O trecho mais crítico fica em Barreiras do Boqueirão, onde uma encosta desliza sobre a estrada de barro, sempre que chuvas mais fortes se abatem sobre a região. A rodovia Benedito Bentes já está com recursos orçamentários empenhados e precisa começar logo, bem como as rodovias de São Miguel – Roteiro, Coruripe – Penedo, Olho D'Água Grande à BR – 101, Chã Preta – Correntes e outras.

É nesse cenário de abandono que os bandidos encontram o terreno ideal para agir na AL-430 e na AL-480, onde o medo trafega a toda hora. Assaltos, acidentes e latrocínios já foram registrados, seja ao meio-dia ou à meia-noite.

Mas, de todos os projetos do PAC, o que está mais atrasado é a duplicação da BR-101 em Alagoas. Eu tenho cobrado a publicação da licitação, há meses, mas o DNIT parece estar mais preocupado com outros calendários, impondo um sério revés aos alagoanos, um povo pobre, sofrido, que não pode e não vai perder essa duplicação, que é um compromisso formal, repetido, assumido várias vezes pelo Presidente da República.

Eu conversei recentemente com o Ministro Alfredo Nascimento, dos Transportes, que por uma nota técnica determinou que o edital seja publicado no dia 20 de maio. Esse será o primeiro passo de uma obra estratégica do PAC. São 247 quilômetros de Sergipe a Pernambuco, com o custo de mais de R\$700 milhões. A duplicação provocará uma verdadeira revolução no fluxo dos turistas e de cargas em Alagoas, movimentando a economia.

Outro compromisso do Ministro foi com relação ao asfaltamento da BR-316, de Carié a Inajá, cujos recursos serão garantidos num projeto especial.

*Publicado em 18-5-2009.*

## A LUTA POLÍTICA DA MULHER

Quatro décadas após a revolução sexual, não há dúvida de que as mulheres conquistaram vários espaços, antes exclusivos dos homens. Mas a arena política brasileira continua sendo um território essencialmente masculino.

Uma pesquisa divulgada pela União Interparlamentar com números de toda a América Latina revela que a presença de mulheres no Parlamento brasileiro só é maior do que a do Haiti, a da Guatemala e a da Colômbia. Apesar de continuar atrás dos vizinhos, o número de deputadas no Brasil cresceu entre a legislatura passada e a atual, passando de 32 para 45. Mesmo assim, elas ocupam menos de 10% das 513 cadeiras da Câmara. Outro item que evidencia a baixa participação de mulheres no cenário político brasileiro é a pequena presença delas à frente das lideranças partidárias e na Mesa Diretora da Câmara. No Senado, dos 81 parlamentares, dez são mulheres.

Apesar de serem ainda minoria, é preciso admitir que as mulheres têm uma grande capacidade de se organizar e de defender suas causas. O pequeno espaço das mulheres no Parlamento é atribuído pelos estudiosos à tradição política brasileira, sempre dominada pelos homens.

O fato é que, infelizmente, a política brasileira tradicionalmente é uma arena masculina. Os partidos políticos até há alguns anos praticamente só abrigavam correligionários homens. Essa entrada das mulheres na representação formal começou a ocorrer a partir dos anos 80, na transição política. Para muitos, a instituição da cota de 30% para mulheres candidatas nos partidos não garantiu a efetiva participação feminina na vida político-partidária, porque o País não adotou simultaneamente a lista fechada nas eleições. Se a lista fosse assim, a cada

três nomes haveria obrigatoriamente o de uma mulher em condições reais de ser eleita.

Um dos caminhos para aumentar a participação efetiva das mulheres no cenário político nacional é a reforma política, que já foi aprovada pelo Senado, mas que ainda enfrenta resistências na Câmara. O financiamento público das campanhas é uma das chaves para garantir que as mulheres tenham acesso à partilha dos recursos.

As qualidades das mulheres que atuam na política são muitas. Elas conseguem ter autoridade sem perder a leveza. Por isso, nosso partido, o PMDB, já entendeu a importância do papel feminino na política brasileira. Não é à toa que hoje nossa legenda, que é a maior do País, tem no comando uma mulher, a Deputada Iris de Araújo, que desde março deste ano está à frente do PMDB nacional.

Os partidos políticos, de uma maneira geral, precisam oferecer condições efetivas para a participação da mulher política. É necessário que a mulher participe do contexto político-partidário, esteja inserida no processo, ocupando posições de destaque e decisão, trazendo para a política o seu olhar feminino e consolidando uma cultura diferenciada.

Os partidos políticos precisam ser estimulados a capacitar e a fomentar candidaturas femininas. Não se trata de cumprir apenas a cota de 30% na formação das chapas proporcionais, mas de propiciar de forma definitiva uma maior acessibilidade política às mulheres para que a democracia seja mais igualitária.

A Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, é uma grande batalhadora da causa feminina e tem conversado conosco sobre os desafios que temos pela frente.

Não é de hoje que me preocupo com este tema. Quando fui Ministro da Justiça, criamos o Conselho dos Direitos da Mulher, que consagrou conquistas para mães e trabalhadoras. No Congresso, apoiamos o aumento da licença-maternidade para seis meses e, agora, atuamos em outra frente para garantir às trabalhadoras domésticas os mesmo direitos que as outras trabalhadoras.

As eleições de 2008 consagraram alguns avanços importantes na luta pela conquista da igualdade política entre homens e mulheres. E

Alagoas registrou um bom exemplo disso. O estado elegeu o maior número de prefeitas de todo o País, em relação ao número de municípios. Foram 19 prefeitas, ou 18,7% do total. Para se ter uma idéia da importância deste resultado, em todo o Nordeste, foram eleitas 231 prefeitas e 2.453 vereadoras, um número baixo se comparamos com o de homens eleitos: 1.557 prefeitos e 14.149 vereadores.

E a organização do movimento feminino no estado se tornou realidade agora em 2009. Como presidente estadual do partido, cumprimos o compromisso junto à presidente do PMDB Mulher Nacional, Maria Elvira Salles Ferreira, e à Secretária-Geral, Regina Perondi, de inaugurar o PMDB Mulher em Alagoas.

Há muito o que fazer ainda para melhorar a condição feminina, sua dignidade sexual, a garantia dos seus direitos e de suas conquistas. E combater os males, como a violência doméstica e sexual e o preconceito – as mulheres ainda recebem menos que os homens, exercendo as mesmas funções. Somente defendendo os direitos da mulher, elas serão reconhecidas um dos pilares da construção e do desenvolvimento de um País mais justo e menos desigual.

*Publicado em 1<sup>o</sup>-6-2009.*

## UM PRÊMIO AOS DIABÉTICOS

Foi em 14 de novembro de 1921 que cientistas canadenses descobriram a insulina – hoje, um importante instrumento de combate ao diabetes. Embora não seja contagioso, o *diabetes mellitus* tem atingido um número cada vez maior de pessoas.

A Organização Mundial da Saúde chama a atenção para o fato de que a incidência de diabetes aumenta não apenas nos países industrializados, mas também nos que adotaram estilos de vida e hábitos alimentares “ocidentalizados”. A OMS estima que mais de 5% da população mundial entre 20 e 79 anos sofram da doença. E faz previsões nada otimistas: o número atual de 194 milhões de casos duplicará até 2025.

No Brasil, os números ainda são imprecisos. O último Censo Nacional de Diabetes aconteceu em 1988 e, hoje, as autoridades da área da saúde estimam que haja mais de 10 milhões de portadores do diabetes. Em Alagoas, há 90 mil pessoas que sofrem deste mal.

Muita gente pensa que o diabetes é uma doença simples, um probleminha banal de açúcar alto no sangue. Na verdade, infelizmente, não é bem assim. O diabetes é uma disfunção que, se não tratada e bem controlada, acaba produzindo, com o correr do tempo, lesões graves e potencialmente fatais, como infarto do miocárdio, derrame cerebral, cegueira, impotência, nefropatia, úlcera nas pernas e até amputações de membros.

Por outro lado, quando bem tratadas e bem controladas, todas essas complicações crônicas podem ser evitadas e o paciente diabético pode ter uma vida perfeitamente normal. Este é o momento ideal para que também os portadores de diabetes e deficiências conheçam seus direitos.

Depois de analisar o quadro nacional da doença, e de ouvir entidades ligadas a estas pessoas, descobri que faltam leis específicas para estender o amparo aos diabéticos. Hoje em dia, como uma conquista social importante, há isenções fiscais e benefícios previdenciários para quem possui determinadas doenças.

Atento a esta situação, apresentei três projetos de lei que visam melhorar a situação dos portadores de diabetes em todo o País. O primeiro concede isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma destas pessoas. O segundo permite o saque, por portadores de diabetes, dos saldos das contas do FGTS, inclui o diabetes entre as doenças que dão direito a inexistência de prazos de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez e concede passe livre aos portadores de *diabetes mellitus*. E o último estabelece um programa de educação especial para diabéticos, que obrigará o SUS a realizar campanhas esclarecedoras sobre a doença em todo o País.

Claro que todos estes benefícios serão concedidos depois de criteriosa análise caso a caso da doença. A comprovação deverá ser feita mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Mas a iniciativa dos projetos chamou a atenção de um importante instituto de acompanhamento da atividade legislativa, o IDELB, Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro. Em função disso, muito nos honrou o Prêmio de Mérito Legislador de 2009, conferido pelo Idelb agora no fim de maio.

O reconhecimento se deve ao Projeto de Lei Complementar que estabelece um programa de educação especial para diabéticos, obrigando o SUS a realizar campanhas esclarecedoras sobre a doença em todo o País. O diploma é outorgado a parlamentares de todo o Brasil que se destacam por apresentar projetos de alcance social.

Quero dedicar este prêmio a todos os portadores de diabetes do País, especialmente os de Alagoas, que lutam para combater a doença e para ter seus direitos reconhecidos. Entre eles, o maior, sem dúvida alguma, é o direito à vida, objetivo para o qual procuramos modestamente contribuir.

Vamos, portanto, fazer do direito à saúde um dever não apenas do Estado, mas de toda a sociedade. E garantir o bem-estar de nossa população.

*Publicado em 8-6-2009.*



## A IMPORTÂNCIA DO CANAL DO SERTÃO

Considerado a redenção do semiárido alagoano, o projeto do Canal do Sertão vai, aos poucos, tomando forma. Água para irrigar e tirar da terra o sustento é um sonho acalentado pelo sertanejo há séculos e, agora, com esta obra, pode se tornar realidade. Muitas vezes, a seca chega forte como nunca, frustrando a lavoura de subsistência do sertanejo, secando açudes e barragens, acabando com a pastagem nos campos e cerrados.

Iniciado em 1992, o Canal do Sertão hoje integra o Programa de Aceleração do Crescimento e, graças à sensibilidade do Presidente Lula, com quem temos conversado, está avançando novamente. Em 2004, o custo total da obra era de R\$531,4 milhões. Hoje, o projeto está orçado em mais de R\$600 milhões.

Previstas para serem concluídas até 2010, as obras passaram pelo menos 10 anos paralisadas por falta de estudos técnicos que garantissem sua viabilidade. Somente em 2002, após a execução de um amplo estudo técnico que envolveu ministérios, órgãos federais e estaduais, a partir de um convênio com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CHESF), Alagoas pôde comprovar a viabilidade do canal. Para isso, foram apontadas as alternativas socioeconômicas de engenharia e os impactos ambientais, tudo levando em conta o aproveitamento da água de parte da bacia hidrográfica do rio São Francisco, desde o lago do Moxotó, no Município de Delmiro Gouveia, próximo à Usina Apolônio Sales, até as imediações de Arapiraca, numa extensão de 250 quilômetros.

O Canal do Sertão encontra-se ainda em sua primeira fase, que compreende a infraestrutura de captação, com a construção da estação de bombeamento, 45km do canal adutor e os projetos de irrigação de dois mil hectares. Quando for concluído, o canal vai beneficiar mais

de 40 municípios, que correspondem quase a metade do território alagoano em mais de 13 mil quilômetros quadrados.

A saída para a seca alagoana, portanto, tinha de passar pelo Velho Chico. O projeto já está sendo considerado uma das maiores e mais modernas obras de engenharia hídrica do mundo. Com o Canal do Sertão, vamos garantir a mais de um milhão de pessoas água tratada para o consumo humano, irrigação, produção de alimentos, viabilização da pecuária e aumento da oferta de alimentos na região com atividades como, por exemplo, a piscicultura.

O Canal do Sertão é, sem dúvida, a melhor alternativa para a promoção do desenvolvimento sustentável do sertão ao agreste de Alagoas. Para se ter uma ideia da importância do canal, vários benefícios estão previstos para a região, como a oferta de água aos núcleos urbanos e rurais, a geração de renda e de oferta de alimentos durante todo o ano, a fim de reverter o quadro de fome e subalimentação, o remanejamento das adutoras coletivas existentes diminuindo os custos de operação e manutenção para a companhia de abastecimento do estado, o abastecimento de água aos projetos de irrigação, o desenvolvimento da piscicultura, criando condições para ofertar alimento de alto valor protéico a baixo custo e promover a reversão do cenário de vulnerabilidade completa no período de estiagem proporcionando melhores condições para contínua produção agrícola na região abrangida.

Por tudo isso, a minha obsessão por este investimento estruturante que vai mudar parte do sertão e do agreste de Alagoas, gerando renda e emprego para muitas pessoas. É como a antiga profecia que falava do Sertão que vai virar mar. Com o Canal do Sertão, vai mesmo.

*Publicado em 15-6-2009.*

## A VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS

O Dia Internacional de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, comemorado em 15 de junho, foi marcado por grandes atos, em muitas partes do País. Esta é uma ótima oportunidade para que a sociedade se conscientize sobre o problema e promova discussões que ajudem a mudar um quadro preocupante.

Atualmente, 15 anos após a edição da Lei de Política Nacional do Idoso e seis anos após o Estatuto do Idoso, ainda está em fase inicial a adoção de práticas garantidoras dos direitos do idoso no Brasil. Dados do IBGE dão conta que, no Brasil, o contingente de idosos tem crescido de forma acelerada. Estima-se que, até 2020, o País conte com 40 milhões de pessoas acima de 60 anos, passando a ser o sexto país com mais idosos no mundo.

E, dentre os principais problemas enfrentados pelos idosos, o maior deles é o da violência, que não ocorre somente aqui. No Brasil, hoje, as violências e os acidentes constituem 3,5% dos óbitos de pessoas idosas, ocupando o sexto lugar na mortalidade, depois das doenças do aparelho circulatório, das neoplasias, das enfermidades respiratórias, digestivas e endócrinas. Morrem mais de 13 mil idosos por acidentes e violências por ano, significando, por dia, uma média de 35 óbitos, dos quais 66% são de homens e 34%, de mulheres.

Cerca de 10% dos idosos que morrem por violência são vítimas de homicídios, sendo que na maioria dos casos, são homens. No Brasil, as informações sobre doenças, lesões e traumas provocadas por causas violentas em idosos ainda são pouco consistentes. Pesquisadores chegam a estimar que 70% das lesões e traumas sofridos pelos velhos não comparecem às estatísticas. Em nosso País, há 93 mil idosos que

se internam por ano por causa de quedas (53%), violências e agressões (27%) e acidentes de trânsito (20%).

Aqui, mais de 95% das pessoas acima de 60 anos estão morando com seus parentes ou vivem em suas próprias casas. Em 26% de todas as famílias, existe pelo menos uma pessoa com mais de 60 anos. Estudos parciais feitos no País mostram que a maioria das queixas dos idosos é contra filhos, netos ou cônjuges e outros 7% se referem a outros parentes.

As denúncias enfatizam em primeiro lugar abusos econômicos, como tentativas de apropriação dos bens do idoso ou abandono material cometido contra ele. Em segundo lugar, agressões físicas e, em terceiro, recusa dos familiares em dar-lhes proteção. A maioria das violências físicas cometidas pelos filhos está associada a alcoolismo, deles próprios ou dos pais idosos.

No que concerne à especificidade de gênero, todas as investigações mostram que, no interior da casa, as mulheres, proporcionalmente, são mais abusadas que os homens. E, ao contrário, na rua, eles são as vítimas preferenciais. Em ambos os sexos, os idosos mais vulneráveis são os dependentes física ou mentalmente, sobretudo quando apresentam problemas de esquecimento, confusão mental, alterações no sono, incontinência e dificuldades de locomoção, necessitando de cuidados intensivos em suas atividades da vida diária. Em consequência dos maus tratos, muitos idosos passam a sentir depressão, alienação, desordem pós-traumática, sentimentos de culpa e negação das ocorrências e situações que os vitimam e a viver em desesperança.

Por isso, é preciso reafirmar que falar de violência é fortalecer políticas estabelecidas, por exemplo, pelo Estatuto do Idoso, que veremos ver cumprido cada vez mais. Assim, existem hoje suficientes dispositivos legais e normativos para o enfrentamento da violência, assim como vão se implantando estratégias de proteção como os Conselhos Nacionais e Locais de Direitos dos Idosos, os “SOS-Idoso”, os “Ligue-Idoso” e muitos outros. No entanto, há uma imensa distância entre as leis e portarias e sua implementação. Muitas transformações previstas implicam mudanças de hábitos, usos e costumes, portanto, outra mentalidade.

Além disso, deve ser estimulada a formação de uma verdadeira rede de proteção em todos os municípios, com órgãos como Promotorias do Idoso, Varas do Idoso, Defensorias do idoso, Conselhos de Direitos do Idoso, atendimento domiciliar ao idoso, residência temporária para idosos vítimas de violência, Centro-dia para atendimento de idosos que necessitam de atendimento diário especializado e contínuo, oficina abrigada de trabalho para que o idoso complemente a sua renda, casas-lares, capacitação de cuidadores de idosos e conselheiros, reserva de leitos em hospitais gerais e atendimento especializado nos consultórios dos hospitais públicos, os quais devem possuir médicos geriatras.

A interlocução entre todos esses órgãos e instituições torna-se essencial para a garantia dos direitos dos idosos, bem como para a inserção nos orçamentos dos recursos necessários para o atendimento das demandas das pessoas idosas. O maior antídoto contra a violência é a ampliação da inclusão na cidadania.

*Publicado em 22-6-2009.*

## A REGIÃO MAIS ALEGRE DO PAÍS

Depois do carnaval, o evento mais esperado no calendário brasileiro são as festas juninas que animam todo o mês de junho com muita música, além de comidas e bebidas típicas, em homenagem a três santos católicos. As comemorações se iniciam no dia 12, véspera do Dia de Santo Antônio, conhecido como santo casamenteiro alcançam o dia 24, Dia de São João, que é quando ocorrem as maiores festanças, e terminam no dia 29, Dia de São Pedro, protetor das viúvas e dos pescadores.

Como sabemos, a festa de São João é típica da região Nordeste, que por sofrer costumeiramente com a aridez da seca agradece anualmente aos santos pelas chuvas caídas na lavoura. E como o período das festas é propício à colheita do milho, as comidas feitas com esses grãos – como canjica, pamonha e mingau – integram a tradição popular. Igualmente saborosas são as comidas de origens africanas e indígenas como o beiju, pé de moleque, broa de goma, mungunzá, tapioca, cuscuz de milho e de arroz e outras tantas.

Atualmente, os festejos juninos realizados em determinadas cidades nordestinas tornaram-se conhecidos nacionalmente, principalmente os de Caruaru, em Pernambuco, e Campina Grande, na Paraíba, que disputam o título de “Maior São João do Mundo”. Além deles, também são famosos, entre outros, os de Mossoró, no Rio Grande do Norte, Juazeiro do Norte, no Ceará, Aracaju, em Sergipe, e Maceió, que ano a ano vêm aumentando sua expressividade dentre as diversas comemorações brasileiras realizadas ao ar livre.

Se o forró é um dos principais ritmos de nossa região, há muitos outros que também animam nosso povo, como o baião, o xote, o reizado, o samba-de-coco e as cantigas, que são danças e canções típicas

das festas juninas. Alagoas é, entre todos os estados brasileiros, o que possui o maior número de folguedos populares. O folclore alagoano, que já ultrapassou fronteiras nacionais e viajou continentes, é conhecido por sua originalidade e beleza. A evolução das danças e os trajés são também o forte de nossa cultura. Há, registrados pelos estudiosos do assunto, 29 folguedos e danças alagoanas, entre natalinos, festas religiosas, carnavalescos e torés.

Mas, dentre os principais folguedos, destacam-se os juninos, como o Coco Alagoano, de origem africana, cantado e acompanhado pelas batidas dos pés ou tropel, e o Coco de Roda, formado por uma roda de dançadores, na cadência das palmas e dos cantos.

Em Maceió, as homenagens a São João tomam conta de ruas e praças da capital, sendo uma excelente oportunidade para conferir de perto toda a variedade de manifestações folclóricas alagoanas. Os festejos juninos estão presentes de Maragogi a Penedo, passando por Porto Calvo, São Miguel dos Campos e Coruripe. De Maceió a Delmiro Gouveia, passando por Arapiraca, Porto Real do Colégio e Santana do Ipanema.

Ganham destaque em nossa terra, compositores como Dominginhos e Luis Gonzaga, mas Cláudio Rios e Carlos Barbosa, compositores de Alagoas, fazem a diferença. A zabumba, a sanfona e o triângulo marcam o forró pé de serra que agrada a todos os gostos e enchem a cidade de matutos e prendas com vestidos de chita. Apesar da predominância do tradicional forró, a cada ano novos estilos musicais ganham espaço no São João alagoano, como o forró eletrônico, o sertanejo, o brega e o axé.

Mas é no interior que as festas juninas começam mais cedo em algumas cidades de Alagoas, com ampla e atraente programação incluindo bandas de forró de nome nacional, artistas da terra, atrações culturais e folclóricas da região.

*Arapiraca* possui o tradicional desfile de carroças de burro e o concurso de quadrilhas juninas. Já em *Piranhas*, há o Forrogaço. Na vizinha *Delmiro Gouveia*, o São João é sempre comemorado com várias apresentações e concursos de quadrilhas. *São Miguel dos Campos* é uma das cidades que mais se destacam nos festejos, sempre com

bandas de forró de fama nacional, se igualando a importantes cidades nordestinas.

Em *Pilar*, são tradicionais os famosos palhoções, onde se apresentam quadrilhas e bandas de forró. Na cidade de *Murici*, os festejos juninos são animados por apresentação de quadrilhas e forró pé de sera, além dos fogos de artifício. Em suma, todas as cidades do interior do estado e a capital Maceió apresentam atrações que tornam Alagoas um importante centro de atração turística e um polo de referência da cultura e do folclore nordestinos.

*Publicado em 29-6-2009.*



## A QUEDA DOS IMPOSTOS

A intervenção da gestão pública através dos instrumentos de política econômica tem se mostrado cada vez mais eficaz. De modo geral, os instrumentos de atuação do Governo ficam situados em duas frentes: os vinculados à Política Monetária e à Política Fiscal, sendo que, em ambos, a atuação se faz no sentido de intensificar ou restringir o funcionamento da economia.

É por isso que, muitas vezes, se escolhe o caminho inverso dos rumos do mercado: se está aquecido e inflacionado, busca-se contê-lo. Mostrando-se recessivo, buscam-se medidas para reaquecê-lo. Com a crise mundial, e o conseqüente desaquecimento da atividade, tornou-se necessário o afrouxamento da diretriz recessiva. Ao invés de medidas de contenção, passou a ser prioritária a adoção de iniciativas visando o aquecimento da economia.

O Governo passou, então, para uma atuação mais direta junto à sociedade e atuou de pronto no setor que foi um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico, as montadoras. Não encontrando o eco necessário na política monetária, buscou recurso na política fiscal.

Infelizmente, não foi possível tratar de uma reforma tributária geral, mas de uma desoneração tributária, ao invés de subsídios, de modo pontual e com prazo determinado. Foi reduzido o IPI pelo prazo de três meses, o que acabou por aliviar os estoques indesejáveis das montadoras, mantendo-se os empregos.

Entretanto, após esse período, verificou-se que o mercado ainda se encontrava enfraquecido. Assim, na última semana, a redução dos impostos foi prorrogada. E mais do que isto: tal medida definida como

de desoneração fiscal foi estendida para outros setores, novamente tentando reaquecer o mercado pela redução do preço dos produtos.

Foi anunciada a desoneração de 70 itens de bens de capitais que tiveram o IPI reduzido, bem como a ampliação do prazo desse mesmo incentivo para veículos, material de construção e linha branca de eletrodomésticos. Além disso, foi mantida a isenção do PIS e da Cofins até o final de 2010 para o trigo, farinha de trigo e pão francês. O Governo também anunciou a entrada em funcionamento dos Fundos Garantidores de Crédito, que permitem a redução dos juros nos empréstimos a micros, pequenas e médias empresas.

Mas a melhor forma de empreender uma retomada do crescimento, uma distribuição mais justa de uma renúncia fiscal, é fazer uma redução dos impostos que incidem também sobre a folha salarial. Isso beneficiaria as empresas e também os trabalhadores, inibindo o desemprego e desonerando os custos trabalhistas.

Uma soma da redução direta de impostos sobre a folha salarial com a redução dos impostos de renda seria muito benéfica para a economia. E isso pode ser feito sem uma reforma tributária, de uma maneira rápida, como houve com a redução do IPI.

Para ser uma política viável de indução do crescimento e, ao mesmo tempo, permitir a continuidade do ajuste, torna-se necessário que a redução de impostos atinja simultaneamente alguns objetivos, como a redução dos impostos dos contribuintes e a ampliação da base tributária de tal forma a compensar a perda de receita.

A experiência mostra que a redução dos impostos pode aumentar a arrecadação. O que aparenta ser uma contradição torna-se viável se for possível desonerar a economia formal, hoje excessivamente tributada, e incorporar ao universo de contribuintes a economia informal e a economia marginal, esta composta por sonegadores e pelos praticantes das mais variadas formas de evasão. Em outras palavras, torna-se necessária uma reforma tributária de emergência, capaz de arrecadar mais tributando menos.

Não é à toa que a iniciativa de reduzir os impostos das pessoas jurídicas e físicas pode ser o começo da recuperação econômica mundial,

como defendem os economistas Robert Mundell, Nobel de Economia em 1999 e ‘pai’ do Euro, e Edward Prescott, ganhador do mesmo prêmio em 2004. Para os especialistas, este é o melhor caminho para o combate à recessão mundial.

*Publicado em 6-7-2009.*

## **ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PARA DIABÉTICOS**

O diabetes é a grande epidemia de nossos tempos e continua a crescer em prevalência, incidência e mortes. É uma doença que afeta milhões de pessoas no Brasil. As estimativas indicam que há mais de 25 milhões de pessoas afetadas em nosso País. E a maioria não sabe que tem a doença. Segundo o Portal Banco de Saúde, o diabetes afeta 12% da população no Brasil.

Esta é uma doença crônica, em larga expansão também em todo o mundo. Segundo os números da Federação Internacional de Diabetes, existiam, em 2007, cerca de 246 milhões de pessoas afetadas. Para 2025, a previsão é de que haverá cerca de 380 milhões, o que representa um aumento global de 55%.

As complicações do diabetes são muito sérias: doenças cardiovasculares, infartos, derrames, falha nos rins, cegueira, além de amputação de dedos, pé ou perna. Quando bem tratadas e controladas, essas complicações crônicas são evitadas e o paciente diabético pode ter uma vida perfeitamente normal.

Ainda assim, 80% das pessoas com diabetes morrem devido a complicações cardiovasculares. Hoje, o diabetes está na lista das cinco doenças de maior índice de morte no mundo.

Depois de analisar o quadro nacional da doença, e de ouvir entidades ligadas a estas pessoas, descobri que faltam leis específicas para estender o amparo aos diabéticos.

Por isso, estou trabalhando para que os portadores do diabetes tenham um alívio financeiro para comprar remédios e fazer um tratamento mais eficiente contra a doença, que – nunca é demais repetir

– pode ser tratada. A enfermidade limita a força produtiva dos enfermos, ao mesmo tempo em que faz aumentar seus gastos pessoais e familiares.

Hoje em dia, como uma conquista social importante, há isenções fiscais e benefícios previdenciários para quem possui determinadas doenças. A grande maioria destina-se a desonerar o paciente com gastos tributários e equilibrar o orçamento familiar. A isenção é um benefício do direito fiscal restrito a casos especiais.

Por isso, apresentei projeto de lei, aprovado na semana passada pela Comissão de Assuntos Econômicos, para garantir o fim do pagamento de imposto de renda para quem for diabético, aposentado ou reformado. A proposição foi aprovada em caráter terminativo, ou seja, segue direto para a Câmara. Vou me empenhar junto ao Presidente daquela Casa, Michel Temer, e aos líderes partidários para que a matéria seja aprovada e vire lei em 90 dias, logo depois que o Congresso voltar do recesso.

Esta proposta é uma antiga reivindicação de entidades e organizações não governamentais ligadas à defesa dos portadores de diabetes. E, para ampliar os direitos previstos no projeto, a CAE incluiu a fibrose cística, que é uma doença que também ataca o pâncreas, como o diabetes, na lista de doenças que podem proporcionar a isenção. Além deste, apresentei outros dois projetos que vão ajudar os portadores do diabetes.

O primeiro permite o saque, por portadores de diabetes, dos saldos das contas do FGTS, inclui o diabetes entre as doenças que dão direito a inexistência de prazos de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez e concede passe livre aos portadores de *diabetes mellitus*.

E o segundo estabelece um programa de educação especial para diabéticos, que obrigará o SUS a realizar campanhas esclarecedoras sobre a doença em todo o País. Este recebeu o Prêmio Legislativo de 2009 pelo Instituto Legislativo do Brasil, como um dos melhores projetos de lei apresentados no ano passado.

Em Alagoas, estima-se que há mais de 300 mil pessoas que sofrem deste mal, apesar de não haver estatísticas exatas. O cálculo leva em consideração a estimativa que 12% da população tenha a doença, em média. Assim, vamos continuar lutando em Brasília para que as pessoas atingidas por esta doença tenham uma vida mais digna.

*Publicado em 13-7-2009.*

## O DIREITO SOBRE DUAS RODAS

Nos dias de hoje, o transporte de pessoas e de cargas se tornou um grande problema dentro das cidades. Por isso, tem aumentado significativamente o serviço prestado por motos.

Enquanto nas capitais a multidão de motoboys transporta mercadorias, no interior surgiram os mototaxistas, que transportam pessoas. O mototáxi surgiu de inusitada combinação de fatores. De um lado, o consumidor, que precisava de um meio de transporte barato e ágil, desatrelado das rígidas e pouco abrangentes rotas dos ônibus urbanos. De outro, o desemprego e a facilidade na aquisição de motocicletas.

Atento a esta situação, o Congresso aprovou uma regulamentação federal, levando em consideração o mototáxi e o motofrete como serviços de transporte público, impondo regras, como a obrigatoriedade de equipamentos e dispositivos que garantam a segurança dos usuários.

Como senador, apoiei e, como Líder do PMDB, ajudei nas articulações em plenário que garantiram a aprovação, em votação simbólica, agora em julho, do projeto de lei que regulamenta as profissões de mototaxista, motoboy e motofrete. Pelo projeto, caberá às câmaras municipais definirem em cada cidade regras específicas.

Fortaleza, por exemplo, foi uma das primeiras capitais a regulamentar a profissão de motofrete e tem servido de exemplo de eficiência e controle deste sistema pelo serviço público.

Num momento de desaceleração da economia, é importante estimular a geração de emprego e renda no interior do País. Os mototaxistas e motoboys são profissionais que a sociedade já consagrou. É deles que dependem muitas pessoas para ir ao comércio, ao banco, aos lugares onde antes, sem as motos, era mais difícil ir. E quem usa este

serviço de transporte são os mais humildes, os que não têm acesso aos táxis convencionais, com tarifas um pouco mais elevadas.

Hoje, várias pequenas e médias empresas usam os serviços de motoboy. Outros países do mundo já adotaram esse transporte barato, seguro e tão importante.

Em Arapiraca, por exemplo, o mototaxista cobra uma tarifa média de R\$3,00 para transportar passageiros entre os bairros do município. Em Maceió, o serviço tem custo médio de R\$2,00. O Sindicato dos Mototaxistas de Alagoas calcula que, em todo o estado, existam pelo menos cinco mil pessoas nessa atividade, mas apenas cerca de três mil estão regularizadas. O primeiro município a autorizar legalmente essa atividade no estado foi Arapiraca, em 1998.

Em todo o País, há cerca de três milhões de motoboys e mototaxistas clandestinos, segundo projeção da Associação Brasileira de Motociclistas (ABRAM), que representa todos os usuários de moto do País. Mas este número deve ser bem maior já que não há estatísticas atualizadas ou exatas.

Pela regulamentação aprovada pelo Senado, e que agora só depende da sanção do Presidente da República, foi adicionado um capítulo ao Código de Trânsito Brasileiro que trata da condução de “motofrete” para exigir autorização emitida por órgão de trânsito para que as motocicletas e motonetas destinadas ao transporte de mercadorias possam circular. Será exigida a instalação de equipamentos de segurança e inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios.

O serviço de mototáxi é comum nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em especial na região Nordeste, onde mais de 90% dos municípios possuem o serviço, que atende principalmente o transporte de passageiros.

*Publicado em 20-7-2009.*



## REDUÇÃO DA POBREZA

O Brasil real, novamente, dá demonstrações maduras de estar distante das controvérsias políticas, eventualmente superdimensionadas no acalorado embate parlamentar. Enquanto vastas páginas do noticiário se ocupam de brigas paroquiais e disputas eleitorais que se avizinham, o País segue firme com sua economia ultrapassando uma crise econômica que atormentou e ainda assusta grandes nações.

Esta semana o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgou um estudo com uma intrigante conclusão: no auge da crise econômica planetária, o Brasil diminuiu mais ainda o número de pessoas que viviam na linha de pobreza. Nada menos do que meio milhão de brasileiros deixou a linha da pobreza em plena tempestade econômica e o índice que verifica o número de pessoas vivendo de maneira indigna é o mais baixo desde 2002. É um avanço significativo.

A conclusão suscita reflexões desapaixonadas. A primeira e obrigatória é de que os programas sociais do Governo Federal, as políticas de transferência de renda e o aumento da massa salarial – incluído aí o aumento real do salário-mínimo – mostraram-se muito eficazes no combate à redução das desigualdades. A soma destas ações que priorizaram a população mais marginalizada está mostrando resultados concretos em apenas seis anos.

Desde que foram implantados o programa Bolsa Família e o incremento do valor de compra do salário-mínimo, nada menos do que quatro milhões de cidadãos brasileiros passaram a viver com mais dignidade. As pessoas que estavam em situação de pobreza em março de 2002 chegavam ao vergonhoso número de 18,5 milhões. Agora, em junho de 2009, este número baixou para 14,4 milhões de pessoas. A redução é muito expressiva e chega a invejáveis 26,8% em apenas seis anos.

O PMDB, que tem ajudado a aprovar as políticas do Governo Federal no Congresso Nacional, teve contribuições decisivas nas po-

líticas sociais implementadas por este Governo. A despeito de muitas críticas, de comentários sociológicos que desdenhavam o Bolsa Família, tive a oportunidade de relatá-lo no Senado e contribuir para sua aprovação. De outro lado, nasceu no Senado Federal a proposta que redundou no aumento do salário-mínimo acima da inflação. A fórmula que reajusta o mínimo a partir da inflação passada mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) foi sugerida pela comissão criada durante minha gestão na presidência do Senado.

Mais do que aritmética fria, números distantes, estes dados representam dignidade no cotidiano das famílias que superaram a pobreza. Significa alimentação, material escolar, compra de bens duráveis como geladeiras, fogões e etc. Foi este consumidor o principal responsável pela manutenção da atividade econômica brasileira. Não existe nenhuma dúvida de que o Brasil está superando a crise melhor do que outras nações, graças ao consumo interno. No limiar da crise, por insegurança, o consumidor abandonou o consumo de bens que implicavam em contratos longos e migrou para o consumo de produtos de consumo imediato.

Não por outra razão que as grandes redes de varejo e supermercados demonstram otimismo com a superação da crise e comemoram o segundo semestre como a hora da virada. Os resultados de venda do segundo trimestre registraram lucros expressivos, muito superiores se comparados ao ano de 2008. Uma das maiores redes de supermercados do Brasil aumentou seu lucro líquido em 155%, comparando-se o segundo trimestre de 2008 e o mesmo período agora em 2009.

Outros fatores importantes para manter a economia aquecida foram as políticas pontuais de manutenção do crédito e do emprego adotadas tempestivamente logo que a crise se prenunciou. A redução do IPI, a provisão maciça de créditos para setores que mais necessitavam de dinheiro financiado mostrou-se adequada e eficiente. É natural que avanços sociais que representam o resgate de uma dívida história tenham ser embaçados por discussões menores da oposição. Mas é igualmente sabido que a sociedade já aprendeu a separar aqueles que fazem bravatas daqueles que trabalham para melhorar seu cotidiano.

*Publicado em 10-8-2009.*

## A HORA E A VEZ DOS APOSENTADOS

Mesmo depois de um ano difícil, no qual o Brasil manteve o equilíbrio na crise econômica mundial, o Governo Federal encontrou condições objetivas para dar aos aposentados e pensionistas um reajuste do benefício acima da inflação. A nova regra conferindo aumentos com ganho real para quem ganha acima de um salário-mínimo valerá a partir de janeiro. A decisão final sobre o percentual será dada pelo Presidente Lula. A sensibilidade social dele é conhecida e a solução deve harmonizar o maior reajuste que não comprometa o equilíbrio tributário.

O percentual em discussão nas instâncias técnicas é um ganho real de 2,5% dos benefícios. Isso significa que além da reposição da inflação anual haverá um ganho real, repetindo a política que se aplica hoje ao salário-mínimo, reajustado pela inflação acrescida da variação do Produto Interno Bruto. Uma ideia que brotou de uma Comissão Especial que criei quando presidi o Congresso Nacional.

Nos últimos meses tive a oportunidade de, pelo menos três vezes, ocupar a tribuna do Senado para defender o crescimento real dos benefícios dos aposentados e pensionistas. A recuperação é a única maneira de resgatarmos a confiança no sistema previdenciário brasileiro e anular as pressões pela privatização, que se mostrou ineficaz nos países como Chile e Argentina.

Muito além dos números do equilíbrio fiscal, os benefícios pagos pela previdência têm uma repercussão social indiscutível, especialmente nos estados menores. Por isso o foco não deve ser meramente financeiro, já que o Nordeste concentra mais de um quarto da quantidade de benefícios pagos pela Previdência. A região responde por 27%

dos benefícios pagos. São perto de sete milhões de nordestinos que sobrevivem e mantêm famílias com aposentadorias e pensões.

Alagoas é um bom microcosmo para se ponderar a importância das aposentadorias e pensões para a economia de estados e municípios mais modestos. No estado, o Bolsa Família beneficia perto de 350 mil famílias, que injeta na economia local algo em torno de R\$400 milhões. A repercussão de aposentadorias é equivalente, já que o número daqueles que dependem da Previdência Social oscila em torno de 370 mil famílias.

Mas estes avanços não devem parar por aí. A volta da confiança no sistema previdenciário pode e deve avançar e incluir proteção previdenciária para microempreendedores individuais. O projeto se encontra no Senado e, no que depender do PMDB, será aprovado. Se ele se tornar lei, mais de dez milhões de autônomos, como feirantes, camelôs, sacoleiros, borracheiros e outros profissionais, hoje na informalidade, estarão cobertos pela Previdência.

*Publicado em 17-8-2009.*

## O EMPREGO EM ALTA E A POBREZA EM QUEDA

As boas notícias da economia não param de surgir. Talvez por isso, um pequeno grupo que torcia pelo pior insiste tanto em inventar crises. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acabou de registrar a menor taxa de desemprego de julho desde 2002. A pesquisa foi feita nas principais regiões metropolitanas do Brasil, e apontou que o mês de julho permaneceu estável nos 8% em relação a junho, quando a desocupação estava em 8,1% do total do mercado de trabalho.

Outro número que atesta estarmos superando a crise mundial foi a criação de 138.402 vagas com carteira assinada em julho, o sexto mês seguido de resultados positivos no emprego formal. O resultado é o melhor do ano. Com a queda do desemprego, a tendência é que haja também recuperação na confiança dos consumidores, o que eleva o consumo e, conseqüentemente, a manutenção e o esperado crescimento da atividade econômica do País.

Segundo a pesquisa do IBGE, a população ocupada em julho somou 21,3 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 0,9% em relação a junho. Na comparação com julho do ano passado também houve alta de 1,1%. Dois setores foram decisivos para a melhoria: a construção civil, com aumento de 1,3% sobre junho, e de 2,6% sobre julho do ano passado e o comércio, onde houve aumento de 1,9% na oferta de empregos frente a junho, e de 2,3% contra julho de 2008.

Os dados mostram o acerto das medidas internas para minimizar os efeitos da crise internacional. Entre elas, a redução do IPI para girar os estoques de veículos nas montadoras, a desoneração de mais 70 itens de bens de capitais, a manutenção da isenção do PIS e da Cofins até o final de 2010 para o trigo, farinha de trigo e pão francês e a

entrada em funcionamento dos Fundos Garantidores de Crédito, que permitiram a redução dos juros nos empréstimos a micros, pequenas e médias empresas.

Outra notícia excelente, especialmente para os nordestinos, foi a redução da pobreza. Mais de 35 milhões de pessoas ultrapassaram a faixa da pobreza no Brasil nos últimos 40 anos. Essa é uma obra de vários governantes, mas o fim da inflação, os programas de transferência de renda e a valorização do mínimo fizeram a parcela de pobres baixar dos inacreditáveis 68,4% da população em 1970, com 61,1 milhões de pobres, para 14,1% nos dias atuais.

Como senador de Alagoas, sinto-me honrado em ter contribuído, ainda que modestamente, para resultados tão positivos. No Senado tive o prazer de relatar o programa Bolsa Família, quando muitos falavam contra. Ainda quando presidente do Senado, criei a comissão que propôs o atual modelo de aumento real do salário-mínimo.

Ambas iniciativas foram decisivas para iniciar o resgate de nossa pesada herança social.

*Publicado em 1º-9-2009.*

## O BRASIL DEPOIS DA CRISE MUNDIAL

Paulatinamente o Brasil vai demonstrando vitalidade de uma economia em bases sólidas e servindo de exemplo aos países mais desenvolvidos. O recente levantamento feito pelo Fórum Econômico Mundial, em parceria com a Fundação Dom Cabral, apontou o Brasil como país que melhor sairá da crise financeira mundial, em termos de competitividade. No rastro de boas notícias internas, esta é mais uma a ser comemorada.

A pesquisa é realizada com 16 economistas de todo o mundo e acabou de ser divulgada como um anexo ao Relatório de Competitividade Global 2009. Os especialistas avaliaram se a atual crise terá um impacto negativo (nota zero) ou positivo (nota sete) sobre um grupo de 37 países. O Brasil obteve a melhor média, seguido pela Índia, China, Austrália e Canadá. Ou seja, para os especialistas ouvidos, a crise financeira terá um impacto positivo sobre esses países.

O Brasil foi o grande destaque do relatório este ano na opinião dos economistas entrevistados – que incluiu acadêmicos e profissionais de mercado. Segundo os entrevistados, os principais responsáveis pelo êxito foram as medidas que priorizaram o consumo interno, considerado um ponto forte do País. Já o Relatório de Competitividade Global 2009 mostrou que o Brasil subiu oito pontos em um *ranking* com 133 economias, conquistando a 56<sup>a</sup> colocação.

Mais do que projeções acadêmicas, a economia brasileira real vai, progressivamente, amparando as previsões otimistas. O nível de emprego na indústria voltou a subir, depois de nove meses em queda, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na última semana. Em julho, houve alta de 0,4% em relação a junho. O

valor da folha de pagamento dos trabalhadores da indústria teve a terceira variação positiva, com alta de 0,1% frente a junho.

Todos os dados da economia real e as projeções para 2010 confirmam que a crise econômica está mesmo no final, mas ao contrário de sugerir alívio, ela impõe uma nova ordem econômica. O Congresso que tanto contribuiu para aprovar vacinas anticrise tem de avançar em sua agenda, especialmente na revisão do capítulo tributário e na votação de leis fundamentais, como a que regulamenta a exploração submarina de petróleo, localizada abaixo da camada de sal.

O Presidente Lula classificou o Pré-Sal: é mesmo a nova independência. Isso porque a maior parte dos recursos auferidos com a nova riqueza será aplicada em gastos sociais e investimentos. Não foi um exagero. O Pré-Sal não é só a nova independência. É a redenção, especialmente para os menos favorecidos.

*Publicado em 15-9-2009.*



## O BRASIL VOLTA A CRESCER

Na última semana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística anunciou o crescimento de 1,9% do PIB brasileiro. Para quem acompanha a economia e não torce contra o Brasil, o resultado era esperado. Isso significa dizer que o País pôs fim a um ciclo chamado de recessão técnica – caracterizada pela queda do PIB por dois trimestres consecutivos. A crise econômica global causou recessão em diversos países do mundo, inclusive nos ricos.

No segundo trimestre, ainda de acordo com o IBGE, o consumo das famílias cresceu 2,1%, enquanto os gastos do Governo caíram 0,1%. As exportações cresceram 14,1% e as importações subiram 1,5%. Comparado com igual período de 2008, o setor de serviços apresentou crescimento, de 2,4%. O consumo das famílias cresceu 3,2%. Segundo o IBGE, contribuiu para este resultado a alta de 3,3% no rendimento real dos salários no segundo trimestre de 2009.

O Brasil foi um dos poucos países do mundo que conseguiu escapar rapidamente da recessão. Antigamente, todos se recordam, o Brasil saía das crises literalmente quebrado. Entre os resultados que já foram divulgados, o PIB do Canadá caiu 3,2% no 2º trimestre, o PIB dos EUA recuou 1%, o PIB espanhol desceu 1,1% (somando quatro trimestres consecutivos de baixa) e o PIB da zona do euro caiu 0,1%. Por outro lado, o Japão, por exemplo, teve alta de 0,9% no PIB do segundo trimestre e conseguiu sair da recessão.

A sucessão de boas notícias não parou na retomada positiva do PIB. A taxa de inadimplência dos brasileiros registrou a maior queda do ano, de 5,1% em agosto deste ano. Com notícias tão aguardadas, o sinalizador da produção industrial de São Paulo - indicador que visa

antecipar a tendência do setor feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) – subiu 2,3% em agosto sobre julho.

O Governo brasileiro agiu na hora certa, na dose certa e pelo período certo para socorrer a economia e livrar o País do pior. O Brasil flexibilizou o depósito compulsório, abriu mão de receitas tributárias importantes para ajudar a indústria automobilística, reduziu juros drasticamente e fez provisões maciças de crédito.

Mas o crescimento da massa salarial, que vem sendo verificado nos últimos tempos, acabou sendo decisivo para chegarmos até os índices atuais. Os trabalhadores brasileiros, incluindo os que recebem o salário-mínimo, passaram a comprar mais. Só que o perfil do consumo migrou para aquisições que não envolvessem contratos por longos períodos. A expectativa de todos é de que este crescimento é sustentável e duradouro. Nós do PMDB continuaremos a contribuir com o Governo para tornar esta realidade mais próxima.

*Publicado em 23-9-2009.*

## O BRASIL VOLTA A RESPIRAR O CRESCIMENTO

Todos os indicadores socioeconômicos divulgados nos últimos dias evidenciam que o Brasil está, definitivamente, de volta à sua vocação de crescimento depois da crise mundial. Um dos mais importantes foi o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho. Ele revelou que o mês de agosto de 2009 foi o melhor período de geração de postos de trabalho desde 1992.

No mês passado foram criados 242 mil novos empregos com carteira assinada. Isso significa que entre janeiro e agosto de 2009, 680 mil trabalhadores conseguiram se recolocar no mercado de trabalho. Esses dados permitem pensar que serão perto de um milhão de novos empregos até o final de 2009.

Entre as 50 cidades que mais abriram novas vagas, Maceió ocupou um bom lugar. Foi a 39ª cidade na geração de novos postos de trabalho. Com saldo positivo na comparação entre admissões e demissões, Maceió superou capitais, como Campo Grande, e grandes municípios industriais como Contagem, na grande Belo Horizonte, e cidades importantes como São José do Rio Preto (SP) e Lauro de Freitas (BA).

Outra boa notícia veio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, relativa a 2008. O desemprego no Brasil no ano passado registrou o menor nível desde 2001, segundo dados da pesquisa. Em 2008, eram 7,1 milhões de desocupados, o que representava 7,2% da população economicamente ativa. Em 2007, a taxa de desemprego foi de 8,2%, o equivalente a oito milhões de desocupados. A pesquisa foi fechada em setembro do ano passado, e não chegou a captar os efeitos da crise que o Brasil já vai ultrapassando.

Outro fato muito relevante veio da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa da FGV comprovou o crescimento de quase 20% do mercado

consumidor brasileiro entre 2003 e 2008. Durante o período, cerca de 32 milhões de brasileiros ingressaram nesse mercado. De acordo com o levantamento, a classe média aumentou 31,05% e a classe alta ficou em 37,02%.

O estudo da FGV aponta que a pobreza caiu em 43,04%, o que corresponde a menos 19,4 milhões de brasileiros nessa condição indigna. Ainda segundo a pesquisa, o crescimento econômico, os programas de transferência de renda e o aumento real do salário mínimo são as principais explicações para a ascensão social no País nos últimos cinco anos. Ou seja, pela primeira vez no Brasil o bolo econômico está, de fato, sendo dividido com os mais pobres.

Nos dois casos, fico honrado de ter podido contribuir com o Presidente Lula. Meu partido, o PMDB, me confiou a tarefa de ser o relator do programa Bolsa Família no Senado. Também na presidência do Congresso Nacional tive a oportunidade de criar a comissão que sugeriu um novo método para reajustar o salário-mínimo acima da inflação.

*Publicado em 28-9-2009.*

## LULA CONDUZ BRASIL PARA 1º MUNDO

O mundo inteiro acompanhou a cerimônia na qual o Brasil venceu quatro grandes metrópoles e também o Presidente dos EUA, Barack Obama, conquistando o direito inédito de sediar as olimpíadas em 2016. Decisivo para vitória, além do projeto, foi o discurso do Presidente Lula – permeado de emoção e sinceridade – e também a ascensão política do Brasil internacionalmente. É correta a avaliação de Lula, segundo a qual, o Brasil recebeu sua cidadania mundial.

A Olimpíada, cuja magnitude socioeconômico-cultural é incommensurável, é o coroamento do respeito adquirido a partir de trabalho, seriedade e competência. A origem da ascensão e do respeito mundial vem lá de trás com políticas públicas corretas que o PMDB vem apoiando e contribuindo desde o primeiro dia deste governo. Graças a isso, a toda semana podemos comemorar um novo dado evidenciando os progressos brasileiros.

Na última semana, o Brasil se comprometeu a adquirir US\$ 10 bilhões em bônus do Fundo Monetário Internacional, assumindo pela primeira vez a posição de credor da entidade e refletindo o crescente peso na economia mundial. Para nossa geração, que cruzou as ruas bradando “Fora o FMI”, trata-se de uma redenção. De devedores – às vezes caloteiros – a credores. Em 2002, para enfrentar turbulências provocadas pela eleição de Lula, o Brasil tomou US\$30 milhões emprestados do FMI. Isso foi apenas há sete anos.

As análises econômicas do próprio FMI, divulgadas agora, indicam que a economia mundial terá uma retração de 1,1% em 2009. Em 2010, o crescimento mundial estará na casa dos 3,1%. As projeções para o Brasil são mais otimistas e mostram que o País vai liderar o crescimento da América Latina. O fundo ampliou sua estimativa de crescimento para

o Brasil com um crescimento de 3,5 por cento em 2010. Mas no atual ritmo deveremos chegar a um crescimento de 4,5% ou 5% do PIB.

Segundo o mesmo FMI, a rápida recuperação do Brasil pode atrair uma quantidade desmesurada de capital estrangeiro e elevar ainda mais a cotação do real. “O Brasil vai aumentar o apetite dos mercados de capitais, dada a solidez de sua economia”, resumiu na última semana o diretor do departamento das américas do FMI, Nicolás Eyzaguirre. Pelo estudo do FMI, o desafio do Brasil agora será de administrar abundância.

Como se sabe, o mercado interno está sendo o principal responsável pelas boas notícias e dá novas mostras de vitalidade. O mês de setembro teve alta histórica nas vendas de veículos. Foram comercializadas 296,6 mil unidades. Com relação a agosto, foram fechados 21,85% negócios a mais. Em comparação com setembro de 2008, a alta foi de 19,8%.

Já o consumo de energia elétrica voltou a crescer, após cinco meses em queda, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Em setembro, a carga de energia elétrica que circulou pelo sistema nacional foi 1,1% superior ao volume constatado em igual período em 2008. Na comparação com agosto, a alta chegou a 3,8%. A boa notícia é que o Nordeste, na comparação, entre setembro e agosto apresentou a maior alta com um consumo positivo de 6,1%.

*Publicado em 10-10-2009.*

## **CRISE REVELA UM NOVO BRASIL**

Mais um dado da economia interna, divulgado na última semana, reforça que o Brasil terá um crescimento econômico superior a muitas nações do planeta após a crise mundial. A pesquisa da Serasa apontou uma queda de 12,7% na inadimplência das empresas em agosto na comparação com julho. Com a volta gradativa do crédito e com juros menores, os analistas da entidade avaliam que o problema de liquidez das pessoas jurídicas já vai se normalizando.

Este é mais um forte sinalizador de que o mercado interno será novamente o sustentáculo da economia, já que outro item da pesquisa revela que a inadimplência do consumidor – pessoa física – também despencou. Para os próximos meses, a expectativa é a de que a inadimplência das empresas continue caindo, pela reação econômica e também porque, nas próximas comparações com 2008, já será possível notar os primeiros efeitos da chegada da crise ao Brasil.

Como se sabe, o Brasil foi um dos primeiros países a ultrapassar a crise graças à solidez do mercado interno e às ações pontuais de liberação de crédito no auge do problema. O fortalecimento do mercado interno, por sua vez, foi consequência do crescimento da massa salarial, de aumento real do valor do salário-mínimo e de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família. Em todas as ações o PMDB foi um leal aliado do Presidente Lula e hoje a realidade mostra o quanto estávamos certos.

Tanto que os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, divulgam projeções de crescimento médio em torno de 3% em 2010, mas reservam papel de destaque para o desempenho de países como o Brasil, que adotaram medidas anticrise. Pelos dados recentes, de expansão da indústria, geração de empregos, queda da

taxa de inadimplências e outros é perfeitamente possível apostar que o Brasil terá um crescimento do Produto Interno Bruto entre 4% e 5%.

Pela superação da crise, as ações contra a pobreza e pela expressão na América Latina, o Presidente Lula foi triplamente reconhecido esta semana por organismos internacionais. Na pesquisa feita pela empresa mexicana CM (Consultoria Mitofsky), Lula foi avaliado como o segundo melhor Presidente das Américas. Ele obteve 81% da aprovação contra 84% do Presidente de El Salvador, Mauricio Funes. Lula superou o Presidente norte-americano Barack Obama (52%) e do Chile, Michelle Bachelet (78%)

O Presidente Lula também vai receber o renomado prêmio Chatham House 2009 por sua contribuição à “estabilidade e integração na América Latina e por seu papel na resolução de crises regionais”, informou o centro de estudos britânico. Por fim, a liderança do Presidente Lula e o papel de destaque que o Brasil vem conquistando internacionalmente, graças ao trabalho e seriedade do povo brasileiro, também foram decisivo na escolha da sede das Olimpíadas de 2016, que será o Rio de Janeiro, governado pelo peemedebista Sérgio Cabral. Isso logo depois da Copa do Mundo de futebol em 2014. Sem dúvida que chegou a hora do Brasil.

*Publicado em 10-10-2009.*



## NOS TRILHOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A economia do Brasil foi a que mais evoluiu no *ranking* de desenvolvimento financeiro elaborado pelo World Economic Forum (WEF), que teve como coordenador o professor da Universidade de Nova York, Nouriel Roubini, tido como guru da atual crise global, pelo acerto em suas previsões. Na apresentação do relatório em Nova York os economistas da entidade destacaram o exemplo positivo do Brasil como sinal de que os emergentes ganham força nas finanças mundiais. Já os americanos e as economias desenvolvidas teriam sido os principais perdedores na crise. Em outra classificação da entidade, que mede a estabilidade do sistema financeiro, o Brasil supera os EUA e o Reino Unido.

O Brasil galgou seis posições no ranking, de desenvolvimento financeiro e agora ocupa a 34ª posição. Com algumas poucas exceções, como a Austrália, os países desenvolvidos apresentaram fortes quedas no índice. Os Estados Unidos, que deixaram o topo da lista para ocupar o terceiro lugar, apresentaram acentuada redução de 0,73 pontos. A medição leva em conta 120 variáveis, atribuindo pesos ao ambiente de negócios e institucional, estabilidade financeira e a dimensão do mercado de capitais.

Os recorrentes reconhecimentos internacionais ao Brasil refletem a solidez da economia interna após a crise. Outro dado que ampara o otimismo e que aponta uma recuperação sustentável foi o faturamento da indústria em agosto, divulgado pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Descontada a inflação, o setor cresceu 1% em comparação a julho. O resultado dos oito primeiros meses apresenta um faturamento positivo de 3%. Consequência direta foi a expansão do

emprego no setor. Em agosto, o emprego cresceu 0,7% frente a julho, invertendo uma curva de queda verificada desde novembro de 2008. Não por outro motivo que o Boletim Focus – resultado de sondagens do Banco Central com agentes financeiros – revisou para cima a expectativa de crescimento em 2009 e 2010. Agora a perspectiva é de um crescimento de 4,8% no ano que vem e de 0,1% este ano.

Um dos indicadores que traduz o otimismo dos agentes privados é a oferta de crédito dos bancos. O financiamento imobiliário tem tudo para ser o motor da expansão do crédito em 2010, especialmente com o programa do Presidente Lula “Minha casa, minha vida” de financiamento e subsídio para casa própria dos mais pobres. Os recursos da poupança, principal fonte dos empréstimos para casa própria, nunca foram tão abundantes. Um dos maiores bancos privados do Brasil, por exemplo, está projetando um aumento de 25% da carteira imobiliária e já tem R\$4,5 bilhões contratados para 2010. A mesma perspectiva se repete no financiamento à produção, que cresceu 17% em agosto, comparado a julho, e, desta forma, retornou aos patamares anteriores à crise.

Ainda na oferta de crédito, outra projeção alvissareira foi feita pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC). De acordo com a entidade, os brasileiros terão perto de R\$65 milhões disponíveis em créditos para gastar nas festas de final de ano. Este valor é R\$15 bilhões superior ao dinheiro disponível em dezembro de 2008. Cabe ao consumidor ficar atento à taxa de juros e só contrair empréstimos que possa honrar para que o sonho de consumo – a casa própria, o carro, o eletrodoméstico – não se torne um pesadelo impagável.

*Publicado em 18-10-2009.*

## **LULA CUMPRE PROMESSA E EMPREGO CRESCE**

No meio do ano, em plena crise mundial, o Presidente Lula prometeu ao Brasil a criação de um milhão de novos empregos em 2009. Pelos indicadores recentes, o número de novos postos de trabalho pode superar a marca. Em setembro, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, as contratações com carteira assinada superaram as demissões em 252.617 mil. Foi o melhor resultado mensal para 2009 e o segundo maior na série feita pelo Ministério do Trabalho. De janeiro a setembro, somaram-se à economia 932.651 mil vagas formais.

Por setor, o destaque coube à indústria de transformação, com a criação de 123.318 mil vagas em setembro, nível mais alto dentro de toda série do cadastro. Na sequência, apareceram serviços e comércio, com 62.768 mil empregos e 50.301 mil postos gerados, respectivamente. Na construção civil, foram abertas 32.667 mil vagas formais em setembro.

E como a economia é uma ciência, o impacto positivo do emprego é imediatamente notado. As vendas do comércio varejista brasileiro completaram em agosto quatro meses consecutivos de crescimento, segundo o IBGE. A alta foi de 0,7% na comparação entre agosto e julho. Houve alta em cinco das dez atividades pesquisadas. O setor de veículos e motos, partes e peças foi o destaque, com crescimento de 2,5% nas vendas, seguido por hipermercados, supermercados, produtos alimentícios e bebidas.

Com emprego em alta, comércio em expansão, é claro que a inadimplência do consumidor começa a apresentar sinais recorrentes de queda, até porque os juros para pessoa física em setembro foi o

menor em 14 anos, 7,01% em média. Na comparação com agosto, a inadimplência do consumidor caiu 1,7% em setembro, o que marca a segunda queda mensal consecutiva.

Todos os dados socioeconômicos estão confirmando a solidez da economia brasileira, atestando a eficácia da política e dos programas implantados pelo Presidente Lula. O Bolsa Família, por exemplo, mostrou ter contribuído com a elevação do PIB brasileiro em R\$43,1 bilhões, segundo o estudo dos economistas paulistas Naercio Aquino Menezes Filho e Paulo Henrique Landim Junior.

O estudo da dupla mostra que além do crescimento do PIB, o Bolsa Família proporcionou R\$12,6 bilhões de receitas adicionais aos cofres do Governo. Isso significa dizer que só o ganho tributário do Bolsa Família foi 70% a mais que os benefícios pagos pelo programa. Por isso, quando fui relator do Bolsa Família nunca hesitei em apresentar um parecer favorável à proposta, mesmo quando muitos pressionavam e usavam expressões pejorativas para qualificar o programa. Hoje, como o êxito é evidente e estamos perto de eleições, é muito difícil ouvir os críticos do Bolsa Família.

*Publicado em 26-10-2009.*

## O MERCOSUL E A VENEZUELA

Entre os temas ainda inalterados na Constituição, constam os princípios de buscar “a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Tenho defendido junto ao PMDB o voto favorável ao ingresso da Venezuela no Mercosul. É uma oportunidade de concretizarmos o ideal de integração visando ao progresso comum. Isso representa o mais estrito cumprimento de um dever constitucional.

O ideal da integração vem de longa data nas relações internacionais. Em 1960, foi criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), reunindo os países da América Latina, exceto as Guianas e o México. O desdobramento da ALALC foi a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que permitiu a integração de países com menor grau de desenvolvimento.

O Tratado de Cooperação Amazônico, de 1978, congregou os oito países amazônicos e inovou, ao trazer o desenvolvimento sustentável para a pauta de negociações. Em 1986, o Brasil e a Argentina assinaram 12 protocolos de cooperação, compondo o eixo do Tratado de Assunção, gênese do Mercosul.

A opção pelo mercado consumidor da Argentina abriu caminhos para as exportações brasileiras no Cone Sul.

Em 2006, na presidência do Congresso, instalei o Parlamento do Mercosul.

O motivo para criar a Casa Legislativa regional foi acelerar a incorporação das normas do Mercosul aos nossos ordenamentos jurídicos e fortalecer a identidade política e institucional do Bloco. O Par-

lamento do Mercosul fortalece a cidadania e o exercício democrático das liberdades civis e políticas. Ele tende a coibir ações intempestivas e unilaterais dos respectivos estados-membros.

Existem oportunidades econômicas nada desprezíveis no comércio bilateral.

As exportações brasileiras para a Venezuela já somam US\$2,5 bilhões em 2009, com um saldo comercial superior a US\$2,1 bilhões. Tais exportações passaram de US\$537 milhões, em 1999, para US\$5,1 bilhões, em 2008: um aumento de mais de 800%. Tais números apontam para a necessidade de fortalecer os mecanismos institucionais garantidores do cumprimento dos contratos.

O ingresso da Venezuela no Mercosul é fator de maior segurança jurídica para os negócios do Brasil naquele país, porque sujeita a nação ingressante aos termos do Protocolo de Olivos, onde se resolvem as controvérsias. Em contrapartida, a Venezuela teria a oferecer petróleo e gás de qualidade. As recentes descobertas de oito trilhões de pés cúbicos de gás deixariam as suas reservas comprovadas em quarto lugar, atrás da Rússia, do Irã e do Qatar.

Em face de argumentos, orientarei a bancada do PMDB a votar sim pelo ingresso definitivo da Venezuela na sessão de 29 de outubro da Comissão de Relações Exteriores do Senado, na crença e na convicção de que possamos cumprir o ideário de união e integração.

Não se pode confundir a discussão com simpatias ideológicas. É pragmatismo aplicado.

*Publicado no jornal O Globo em 29-10-2009.*

## O OTIMISMO BRASILEIRO

A Confederação Nacional da Indústria revelou esta semana que o otimismo do empresariado está em alta. De acordo com a pesquisa da CNI, o indicador de confiança da categoria ficou em 65,9 pontos, em uma escala de 0 a 100. O número é o maior desde janeiro de 2005. Antes da crise, o indicador estava em 62 pontos. Em julho último, o indicador ficou em 58 pontos e em janeiro deste ano, quando teve o pior resultado, o indicador ficou em 47,4 pontos.

A alta no indicador foi maior entre as grandes e médias empresas. O mesmo índice de confiança, só que do lado do consumidor, pesquisado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vai na mesma linha. Depois de meses de acomodação, o Índice de Confiança do Consumidor subiu e alcançou o maior nível desde maio de 2008. Ele subiu de 112,2 para 113,6. O aumento de 2,2%, a maior desde maio de 2008, sinaliza claramente que tanto consumidores quanto empresários estão convencidos do fim da crise econômica e apostam na recuperação.

O otimismo das duas pontas se projeta para o futuro. Tanto que o varejo, ponta mais sensível da economia, se prepara para uma arrancada em 2010. O levantamento da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO) revelou que 97% das empresas de São Paulo – principal mercado consumidor do País – vão ampliar os investimentos em 2010, com abertura de novos pontos de vendas, centros de distribuição e reforço de estoques. A maioria – 75% das entrevistadas – pretende elevar em até 10% o volume de investimentos. Outras 15% planejam investir até 20% mais e 7% consideram crescimento superior a 20% nas cifras investidas no ano que vem. Isso quer dizer, claramente, mais empregos e melhores salários.

Outro dado do BNDES confirma o otimismo. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social já superaram

R\$104 bilhões até outubro, sendo que a maior parte – R\$63,1 bilhões – foi para indústria. É a primeira vez que os empréstimos atingem essa marca em um único ano-calendário. No ano passado inteiro, o total de financiamentos para empreendimentos foi de R\$92,2 bilhões. Se no consumo e no emprego, o Brasil superou a crise, agora vem a hora dos investimentos.

*Publicado em 4-11-2009.*



## OS MENORES JUROS DA HISTÓRIA

Não são poucas e nem recentes as queixas dos brasileiros sobre a taxa de juros no País, especialmente o setor produtivo. A preocupação com o tema é antiga e tão recorrente que até a Constituição de 1988, exageradamente, estipulou um inócuo teto de 12% ao ano para os juros. Mas taxa de juros obedecem às leis de mercado e não normas legislativas. Por isso só agora, com a economia em expansão, nossa realidade vai se invertendo e o Brasil caminha, progressivamente, para ter juros de primeiro mundo.

Segundo as informações do Banco Central, os juros cobrados pelos bancos das pessoas físicas caíram de 44,1% para 43,6% ao ano. De acordo com o BC é o menor valor desde o início da série disponibilizada pela instituição, em julho de 1994. Na avaliação dos especialistas, três fatores estão sendo determinantes para que isso ocorra: a superação da crise, a ampliação da atividade econômica e o crescimento do crédito consignado. O BC revelou ainda que os juros pelos bancos em operações com as empresas também caíram em setembro para 26,3% ao ano, contra a taxa de 26,4% registrada em agosto.

A forte recuperação da economia, o incremento da produção e a queda dos juros aumentam também o otimismo do mercado, que já projeta um crescimento de, pelo menos 2% no terceiro trimestre de 2009. A projeção é superior às estimativas anteriores, que apostava para uma alta entre 1% e 1,5%. Com um crescimento positivo já em 2009, as apostas indicam para uma evolução de até 5,5% do Produto Interno Bruto em 2010.

Semana após semana os indicadores econômicos reforçam a virada da economia brasileira. Agora em setembro, a produção da indústria nacional registrou o nono mês consecutivo de alta, segundo o

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com agosto, a alta foi de 0,8%. Segundo o IBGE, a indústria acumula ganho de 14,6% desde janeiro. Na passagem de agosto para setembro, os destaques de alta vieram de máquinas e equipamentos e veículos automotores, que cresceram, respectivamente, 5,8% e 3,5%. Dos 27 ramos pesquisados, 17 apresentaram alta.

Não há dúvidas de que os resultados de hoje refletem os acertos do Governo Lula diante da crise. Além do crescimento da massa salarial e do Bolsa Família, as desonerações para a indústria manter a atividade foram fundamentais. Entre elas a redução de IPI para a chamada linha branca. Com a superação da crise, o estímulo do Governo à produção de geladeiras e fogões e máquinas de lavar vai prosseguir. Só que agora, ao invés da crise, terão direito aos descontos tributários as empresas que aumentarem o emprego e diminuírem a poluição.

*Publicado em 8-11-2009.*

## **BOLSA FAMÍLIA VENCE A FOME**

O mais recente relatório sobre programas de combate à fome adotados no mundo, elaborado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) traz boas notícias para as iniciativas brasileiras. O Brasil integra uma seleta lista de 16 nações que conseguiram alcançar objetivos concretos em programas voltados para reduzir a fome.

No relatório intitulado “Caminhos para o sucesso”, a experiência brasileira iniciada em 2003 com o programa “Fome Zero” é relatada como um sucesso. O Brasil, ao lado de nações como Armênia, Nigéria e Vietnã, aparece no estudo como país que conseguiu importantes avanços contra a fome. A divulgação coincide com a abertura – em Roma – da cúpula mundial sobre segurança alimentar, que vai reunir mais de 60 chefes de estado de todo o planeta.

Vale ressaltar os elogios feitos ao Brasil pela FAO: “O Governo brasileiro mobilizou as autoridades locais e as organizações da sociedade civil para apoiar a iniciativa, que incluiu a transferência de renda em dinheiro para aumentar o poder aquisitivo dos pobres, ao mesmo tempo em que se investiu na agricultura familiar”, diz o estudo numa alusão ao programa Bolsa Família.

Como relator do Bolsa Família no Senado Federal, sinto-me honrado em ter podido contribuir para aprovação do programa que hoje exhibe resultados invejáveis em curto espaço de tempo. À época muitos desqualificavam o Bolsa Família e taxavam-no de assistencialista.

São os mesmos que hoje falam em encontrar saídas para o Bolsa Família. Não se trata disso. Ao contrário, este é o melhor momento para garantir o Bolsa Família e outros programas sociais de indiscutível relevância para os mais pobres. Ao invés de ameaçá-los, devemos

reunir todos eles numa consolidação de leis sociais. É a forma de assegurar sua continuidade.

Além do Bolsa Família, outros fatores vêm contribuindo para redução da fome. Entre eles o incremento da massa salarial, os reajustes reais do salário-mínimo e a geração de novos postos de trabalho. No auge da crise econômica era ousadia falar – como falamos – que o Brasil criaria um milhão de novos empregos em 2009. Agora os números sugerem que podemos aumentar o otimismo.

O Brasil conseguiu criar 1,1 milhão de novos empregos com carteira assinada até outubro. Somente no mês passado foram abertas 230 mil novas vagas. Neste ritmo podemos atingir 1,5 milhão de novos postos de trabalho com o aquecimento tradicional de final de ano da economia.

A sucessão de bons indicadores socioeconômicos vai se disseminando pelo mundo e ampliando nosso respeito externo. Uma das mais conceituadas revistas internacionais, *The Economist*, da Inglaterra, acaba de dedicar sua capa semanal, 14 páginas internas e um editorial sobre a ascendência econômica brasileira. Sob o título “O Brasil decola”, a revista afirma que o País fez sua entrada no cenário internacional e pode ser a 5ª potência econômica mundial. No que depender do PMDB, será.

*Publicado em 23-11-2009.*

## A INSEGURANÇA DOS ALAGOANOS

O Brasil precisa encarar o problema da insegurança e mudar o modelo para combater a criminalidade ascendente em todos os estados. Não é possível mais acumular as reações indignadas a cada tragédia nacional. Antes, porém, os estados – responsáveis pela segurança pública – precisam fazer seu dever de casa. Uma profunda reforma é imperativa, mas até lá temos de aprimorar a gestão dos recursos públicos.

As taxas da criminalidade e de homicídios em Alagoas apresentam uma escalada aterradora. Elas dobraram em apenas seis anos. Os dados foram colhidos pelo estudioso José Maria Nóbrega junto ao Sistema Único de Saúde e às Secretarias de Segurança. Em 1999, a taxa de mortalidade era de 38 por cada 100 mil. Já em 2001, o índice pulou para 56/100 mil e no último levantamento, 2005, ela saltou para 77 por cada 100 mil habitantes.

Os dados mais recentes, divulgados esta semana pelo Ministério da Justiça e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, novamente colocam nossa capital, Maceió, em uma posição desconfortável. Ela é a capital que apresenta o maior índice de jovens expostos à violência. As informações fazem parte do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ), que foi realizado em 266 cidades brasileiras.

Apesar de não aparecer no horário nobre das redes de televisão, Alagoas tem, proporcionalmente, os mais elevados índices de criminalidade do País. O estado já registrou – só este ano – mais de 1,7 mil homicídios. Com uma população de cerca de três milhões, não dá para entender como nem porque o estado tem índices de criminalidade superiores ao Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador.

Não há dúvida que precisamos repensar o modelo, mas é inquestionável que boas gestões contribuem para atenuar as vergonhosas estatísticas. No caso de Alagoas já conversei e voltarei a falar com o governador sobre o não recebimento dos recursos de combate à criminalidade, que estão disponíveis no Pronasci.

No Congresso estamos fazendo nossa parte. Na próxima terça, 1º, o piso salarial unificado para policiais será aprovado através de um acordo de líderes. De outro lado, a facilitação do crédito para casa própria para as polícias foi incorporada pelo Governo. E quando ministro da Justiça, em 1999, Alagoas apresentou seu único período de redução da criminalidade em função de uma Força Tarefa permanente. Foi no mesmo período que também aparelhamos e corrigimos salários da Polícia Rodoviária e Federal. Este trabalho vai continuar, mas a atual situação de Alagoas precisa ser mudada para não comprometer nossas vidas.

*Publicado em 30-11-2009.*

## **PISO SALARIAL E DIGNIDADE PARA POLICIAIS**

Qualquer pesquisa que se faça, em todas as regiões do País, o desemprego e a insegurança sempre figuram como as maiores apreensões da sociedade brasileira. A criação de empregos está respondendo muito bem depois da crise e, nesta última semana – às vésperas do recesso parlamentar – o Senado Federal deu mais uma demonstração de sua responsabilidade e sensibilidade social ao aprovar a Emenda que cria o piso nacional e unificado para policiais e bombeiros.

A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados. Pessoalmente irei acompanhar a tramitação da PEC na Câmara e farei todas as gestões para que ela tenha o tratamento prioritário dado pelo Senado Federal, onde todos os prazos regimentais foram comprimidos. Assim como fiz no Senado vou procurar os líderes da Câmara para tentar acelerar sua aprovação ainda este ano. Depois a proposta segue para chancela presidencial. Portanto, as categorias que acompanham esta luta devem permanecer mobilizadas no sentido de ganharmos agilidade.

O tema é tão candente que é oportuno mencionar os números em torno dele. Em sites de busca na internet, a PEC nº 41, que fixa o piso nacional unificado, foi pesquisada nada menos do que 3,3 milhões de vezes desde sua apresentação, sendo que o pico de buscas se deu desde o começo de novembro, quando ela ganhou mais projeção depois de aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Só agora, entre outubro e novembro, o tema foi pesquisado quase 13 mil vezes na página da internet onde presto contas à sociedade do mandato que exerço por delegação dos alagoanos ([www.renancalheiros.com.br](http://www.renancalheiros.com.br)).

Temos consciência que insegurança pública tem origens sociais e que seu enfrentamento deve conjugar inteligência, investimentos e remuneração digna dos profissionais. Esta correção nos salários dos

policiais, bombeiros, investigadores e peritos vai beneficiar mais de 650 mil profissionais de segurança em todo Brasil, mas ela é apenas um primeiro passo e temos ciência do trabalho que vem a seguir.

Quando ocupei o Ministério da Justiça pude vivenciar os efeitos positivos de uma remuneração adequada à polícia. Naquela época atualizamos e aumentamos os vencimentos da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, além de equiparmos e modernizarmos as duas corporações. Os resultados se tornaram visíveis em questão de dias e foram experimentados também pela sociedade.

Depois de corrigirmos distorções salariais, precisamos mergulhar numa discussão profunda sobre nosso modelo de segurança pública. Hoje os estados são os responsáveis por ela, mas o centralismo fiscal reinante acaba por asfixiar os investimentos dos estados, notadamente, na segurança pública. A toda tragédia o que verificamos é uma transferência de responsabilidades. Já passou da hora de acabar com o jogo de empurra e decidir responsabilidades e financiamentos para segurança pública.

*Publicado em 7-12-2009.*



## O EMPREGO ESTÁ DE VOLTA

Se formos às ruas das cidades alagoanas e perguntarmos aos cidadãos quais os principais problemas do estado, certamente ouviremos da maioria que é o emprego e a educação. Em Alagoas, o ensino está em expansão graças aos investimentos que vêm sendo feito pelo Presidente Lula no Estado, notadamente no ensino profissionalizante.

As novas escolas técnicas – algumas já funcionando e outras em fase de construção – significam alternativas concretas de trabalho em um mercado que vem apresentando sensíveis melhoras ao longo dos últimos meses, refletindo o crescimento sustentável da economia brasileira.

A taxa de desemprego no Brasil voltou a cair em outubro para 7,5 %, segundo revelou o IBGE. A trajetória do desemprego no Brasil segue na direção contrária das grandes economias mundiais: nos EUA e na Europa, os índices seguem crescendo. Nos EUA, o desemprego atingiu 10,2%, a maior taxa desde abril de 1983. Na zona do euro – 16 países da Europa que compartilham a moeda comum –, a taxa chegou a 9,7%.

Os bons resultados brasileiros se devem, em parte, ao crescimento sustentável da indústria. Os indicadores de outubro – divulgados pela CNI – mostraram uma recuperação sustentável da atividade industrial e da volta do emprego. Comparando-se outubro e setembro, houve uma expansão de 0,6 % de novos postos de trabalho só na indústria.

As vendas reais (descontada a inflação), que medem o faturamento real das empresas, subiram 1,8% em outubro comparando-se com o mês de setembro, enquanto as horas trabalhadas aumentaram 1,4% no mesmo período. O indicador de massa salarial real mostrou um crescimento de 1,7% frente a setembro. O IBGE também mostrou que

a produção industrial cresceu em dez das 14 regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em outubro ante setembro.

O grande regente do milagre brasileiro é, inquestionavelmente, o Presidente Lula e sua sensibilidade social. As políticas sociais criadas em seu Governo respondem, em grande parte, pela recuperação da economia do Brasil em plena crise econômica planetária. A conjugação do Bolsa Família, do aumento real do salário-mínimo e a política de desonerações tributárias foram vitais para o País driblar a crise.

Não por outro motivo vê-se que a aprovação e popularidade do Presidente Lula sobem a cada pesquisa. Na última, do Ibope, divulgada esta semana, nada menos do que 83% dos brasileiros aprovam o modo como o Presidente Lula dirige o País. O percentual anterior, de setembro, mostrava que 81% dos brasileiros aprovavam a maneira de governar do Presidente.

Como senador que apoia o Presidente desde o primeiro momento, sinto orgulho por ter conseguido colaborar com os resultados. No Senado, tive a honra de ser relator do Bolsa Família e ajudar na sua aprovação. Também como presidente do Congresso, sugerimos a nova fórmula de aumento do salário-mínimo acima da inflação. São conquistas que não voltam atrás.

*Publicado em 14-12-2009.*



